

**O SIGNIFICADO DO
PROCESSO DE MERCADO**

ISRAEL KIRZNER

O SIGNIFICADO DO
PROCESSO DE MERCADO

Ensaio para o desenvolvimento da Economia Austríaca Moderna



Título original
The meaning of Market Process:
essays in the development of Modern Austrian Economics

Autor
Israel Kirzner

Tradução
Giáncomo de Pellegrini

Capa
VAP

Edição e revisão
Rick Theu

Kirzner, Israel.

O significado do Processo de Mercado / Israel Kirzner. - São Paulo: Instituto Hoppe, 2021.

1. Economia 2. Cataláxia 3. Mercado 4. Liberdade
5. Filosofia I. Título.

Prefácio

Esta coleção de ensaios é oferecida como uma contribuição para a história moderna das doutrinas econômicas e para o renascimento contemporâneo do interesse na Escola Austríaca de Economia. Como o pensamento econômico dominante durante a maior parte deste século se afastou da linha de investigação iniciada pelos fundadores da Escola Austríaca, a redescoberta contemporânea dos insights dessa escola inspirou o reexame dos insights doutrinários pioneiros da tradição austríaca e sua sobrevivência, no “submundo” das ideias econômicas do século XX, até seu ressurgimento em nosso próprio tempo. Não por acaso, essas explorações dogmengeschichtliche (história dogmática) levaram a uma compreensão aprofundada da natureza do processo de mercado austríaco e do papel das ideias subjetivistas na explicação desse processo. Esse entendimento aprofundado informou nossa reafirmação da perspectiva austríaca básica, de um século atrás, sobre o processo de mercado, encarando-o como uma sequência sistemática e coordenada de revisões de planos. Essa reafirmação foi solicitada por tentativas, feitas em certas contribuições radicalmente subjetivistas, de declarar o subjetivismo austríaco minuciosamente e fundamentalmente inconsistente com a apreciação das tendências de equilíbrio do mercado. O autor acredita firmemente que essas tentativas, embora feitas no decorrer de valiosos esforços para promover a abordagem austríaca, ainda assim são profundamente infelizes e equivocadas. De fato, insistiria que o aprofundamento consistente do entendimento austríaco deve nos levar a não negar o impulso central da economia mainstream (isto é, seu entendimento dos resultados do mercado tende a refletir as preferências relativas dos consumidores à luz das restrições de recursos), mas argumentar que essas conclusões da economia dominante só podem ser coerentemente defendidas através da introdução das ideias subjetivistas da tradição austríaca. O autor espera que esses ensaios possam contribuir para essa maneira de ver as coisas.

Grande parte do trabalho que levou a esses ensaios foi possível graças à generosidade da Fundação Sarah Scaife e da Fundação John M. Olin. A essas duas fundações (e a James Piereson e, principalmente, a Richard M. Larry), o autor é profundamente grato. Vários desses ensaios foram discutidos, durante um período de anos, no colóquio semanal de economia austríaca da Universidade de Nova York. O autor aprecia profundamente o estímulo e a assistência oferecida pelos membros do colóquio, e menciona particularmente o falecido Ludwig M. Lachmann, Mario J. Rizzo, Lawrence J. White, Peter J. Boettke, Stephan Boehm, Sanford Ikeda e Esteban Thomsen. Evidentemente, nenhum deles é responsável pelas deficiências desses ensaios.

Sumário

PARTE I — A ABORDAGEM DO PROCESSO DE MERCADO

<i>Capítulo 1: Teoria do processo de mercado: em defesa do meio-termo austríaco</i>	<i>11</i>
<i>Capítulo 2: O significado do processo de mercado</i>	<i>49</i>

PARTE II — O SURGIMENTO DA VISÃO AUSTRÍACA

<i>Capítulo 3: A Escola Austríaca de Economia</i>	<i>71</i>
<i>Capítulo 4: Carl Menger e a tradição subjetivista na economia</i>	<i>85</i>
<i>Capítulo 5: Menger, Liberalismo Clássico e a Escola Austríaca de Economia</i>	<i>103</i>
<i>Capítulo 6: O debate sobre o cálculo econômico: lições para os austríacos</i>	<i>119</i>
<i>Capítulo 7: Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek: A moderna extensão do subjetivismo austríaco</i>	<i>140</i>

PARTE III — ALGUMAS NOVAS EXPLORAÇÕES DA ABORDAGEM AUSTRÍACA

<i>Capítulo 8: Preços, a comunicação do conhecimento e o processo de descoberta.....</i>	<i>161</i>
<i>Capítulo 9: Planejamento econômico e o problema do conhecimento.....</i>	<i>176</i>
<i>Capítulo 10: Problemas do conhecimento e suas soluções: algumas distinções relevantes.....</i>	<i>190</i>
<i>Capítulo 11: Economia do bem-estar social: uma perspectiva austríaca moderna..</i>	<i>210</i>

**PARTE IV — SURGIMENTO DE ALGUMAS CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À
ABORDAGEM AUSTRIACA**

Capítulo 12: Auto-interesse e a nova crise econômica: uma nova oportunidade no debate perene?..... 225

Capítulo 13: Descoberta, propriedade privada e a teoria da justiça na sociedade capitalista..... 241

BIBLIOGRAFIA242

**PARTE I — A ABORDAGEM DO
PROCESSO DE MERCADO**

Capítulo 1: Teoria do processo de mercado: em defesa do meio-termo austríaco

Os capítulos deste livro têm, de uma forma ou de outra, a ver com a visão austríaca do mercado como um processo sistemático de descoberta mútua pelos participantes do mercado. Uma visão geral dessa compreensão austríaca do mercado e da tarefa da teorização econômica em explicar esse processo é apresentada no Capítulo 2. O presente capítulo introdutório tem o propósito de reafirmar a tese de que essa abordagem austríaca ocupa o meio-termo entre duas outras posições “extremas” no pensamento econômico contemporâneo e de defender a viabilidade desse meio-termo contra algumas críticas recentes levantadas pelos proponentes de um subjetivismo radical. A identificação da abordagem austríaca com o meio-termo não é meramente uma questão de classificação doutrinária; resultará que essa identificação (e especialmente uma defesa dessa posição contra as críticas atuais) pode contribuir significativamente para uma apreciação do que a teoria do processo de mercado pode oferecer para o entendimento econômico. É por causa dessa contribuição que este capítulo talvez possa servir proveitosamente para introduzir o presente volume. Chamarei a tese de que a abordagem do processo de mercado ocupa o meio-termo da tese de Garrison.[1]

A tese de Garrison

Em um comentário sobre um artigo contribuído pelo professor Loasby para um volume de conferências há alguns anos, Roger Garrison introduziu pela primeira vez a importante percepção de que a economia austríaca ocupa uma posição intermediária entre duas perspectivas mais extremas na economia contemporânea (Garrison, 1982). Por um lado, temos a perspectiva neoclássica dominante, com base na suposição de que as posições de equilíbrio são fortemente relevantes para as explicações dos mercados do mundo real. Por outro lado, temos a perspectiva daqueles (incluindo pós-keynesianos) que são profundamente céticos quanto à relevância do significado e do mundo real dos modelos de equilíbrio da teoria mainstream. Acontece que o Professor Garrison nos mostrou que, em uma série de questões importantes, os austríacos diferem de ambas as posições (divergentes) tomadas por essas abordagens. Vamos

tomar conhecimento de duas dessas questões; elas serão particularmente úteis para nossas discussões subsequentes.

Conhecimento e conhecimento como coordenação de mercado

A economia mainstream, apontou Garrison, tem gravitado a uma posição polar no conhecimento. “Conhecimento perfeito – ou conhecimento perfeito camuflado sob uma variedade de distribuições de frequência – tem sido o domínio primário da teoria padrão por várias décadas agora” (Garrison 1982: 132). (Podemos acrescentar que, em modelos multiperíodos de equilíbrio geral incorporando troca intertemporal, essa suposição de conhecimento perfeita foi estendida, em princípio, ao conhecimento de todo o tempo futuro.) Muitas das críticas, de pós-keynesianos, Shackle e outros, da economia dominante tomou como ponto de partida a incerteza radical que encobre o futuro. Essa incerteza é vista como tão impenetrável a ponto de tornar absurdamente irrelevante todas as teorias neoclássicas construídas a partir de decisões individuais otimizadoras, supostas como sendo feitas entre possibilidades futuras alternativas bem definidas. Como Shackle (1972: 465) colocou, as “lacunas de conhecimento” que surgem de um futuro incerto “tornam absurda a racionalidade” (ver também pp. 229f.). Naturalmente, o conhecimento não está completamente ausente, mas os críticos sustentariam que, dentro de uma teoria dos mercados, não existe nenhuma maneira de a ignorância existente “aberta” (Shackle, 1972: 230) ser sistematicamente eliminada. (A busca não é uma solução porque o “valor do novo conhecimento não pode começar a ser avaliado até que o tenhamos. Então já é tarde demais para decidir quanto gastar em romper o muro para encorajar sua chegada” (pp. 272 e seg.)). Assim, a circunstância bruta da ignorância em relação às ações futuras de outras pessoas torna impossível para os mercados induzir consistência entre as decisões individuais (Lachmann 1986a: 56f.).

É aqui que a teoria austríaca do processo de mercado se posiciona em relação ao conhecimento e possível equilíbrio do mercado, o que evita esses dois extremos. Por um lado, a perfeita suposição de conhecimento faz com que seja inútil perguntar como o processo de mercado pode induzir a coordenação entre as decisões; tal coordenação já está implícita na suposição de conhecimento perfeito. Por outro lado, a suposição de ignorância invencível coloca a possibilidade de um processo sistemático de mercado de coordenação sistemática inteiramente fora do alcance.

Para os austríacos, entretanto, o conhecimento mútuo é de fato cheio de lacunas a qualquer momento, mas o processo de mercado é entendido como fornecendo um conjunto sistêmico de forças, acionadas pelo alerta empreendedor, que tendem a reduzir a extensão da ignorância mútua. O conhecimento não é perfeito; mas nem a ignorância é necessariamente invencível. O equilíbrio nunca é atingido, mas o mercado exhibe tendências poderosas em relação a ele. A coordenação do mercado não deve ser contrabandeada para a economia por suposição; mas também não deve ser peremptoriamente descartada simplesmente referindo-se à incerteza do futuro.

Volatilidade dos dados e a viabilidade da ciência econômica

A economia convencional, observou Garrison, frequentemente parece ocupar uma posição polar que não reconhece nenhuma variabilidade nos dados subjacentes. Neste extremo, “preferências, disponibilidades de recursos e tecnologia, não mudam nada. Aqui, além da questão da dependência do caminho, a tendência de equilíbrio não é duvidosa. Este pólo do espectro tem sido o ponto de encontro popular para os teóricos neoclássicos [...]” (Garrison 1982: 133). Por outro lado, existe a possível posição extrema que vê os dados econômicos como sendo “mais voláteis do que imaginamos. Nessas circunstâncias, podemos prever não apenas que a questão de uma tendência de equilíbrio seria respondida de maneira negativa, mas também a ciência econômica [...] seria em si inexistente” (p. 133). Entre essas duas percepções do mundo em mudança está o que alimentou a tradição austríaca (e, certamente, informou o pensamento da maioria dos economistas). Essa percepção é de que o mundo está de fato mudando constantemente de formas imprevisíveis. Pessoas morrem, bebês nascem, gostos mudam espontaneamente. As disponibilidades de recursos mudam com o tempo; o conhecimento tecnológico pode evoluir de forma autônoma. Mas, insistiria, a rapidez e a imprevisibilidade dessas mudanças não são, em geral, tão extremas a ponto de frustrar o surgimento de regularidades econômicas poderosas e generalizadas. É porque essas mudanças são frequentes o suficiente para garantir o desequilíbrio perene que precisamos entender a natureza das forças de equilíbrio. É por causa da possibilidade, pelo menos, de um limite benigno para a volatilidade dessas mudanças que essas forças de equilíbrio, pelo menos às vezes, se manifestam como regularidades econômicas inconfundíveis. O escopo e a

possibilidade de uma ciência econômica relevante dependem, como Garrison observou, do reconhecimento não apenas da variabilidade dos dados econômicos, mas também do grau em que as propriedades de coordenação dos mercados podem se tornar mais vulneráveis a essa condição.

Empreendedorismo e o meio-termo austríaco

Em um artigo há vários anos (Kirzner 1985a: cap. 1 e nota 9), que explicitamente se inspirou na tese de Garrison, o atual escritor aplicou a tese para localizar uma visão austríaca do empreendedor dentro do espectro de pontos de vista relevantes para ser encontrado dentro da profissão. Duas visões opostas “extremas” relativas ao empreendedorismo foram identificadas.

Uma visão do empreendedor vê-o respondendo sem atrito e com total coordenação às condições de mercado, com lucro puro e recompensa correspondente que essas condições de mercado exigem e tornam possíveis. Um excelente exemplo dessa visão é o fornecido por T.W. Schultz (1975), para quem o empreendedor é visto como respondendo de forma ágil e suave ao serviço necessário ao mercado, o de realocar recursos em condições de desequilíbrio. Como esse serviço é valioso, existe uma curva de demanda para ele. E, como a capacidade de lidar com os desequilíbrios é escassa, há uma curva de oferta em relação a esse serviço. Assim, o serviço empreendedor de lidar com desequilíbrios comanda um preço de mercado, como implicado pela interseção das curvas relevantes de oferta e demanda. É claro que esta visão Schultziana vê o mercado como, no sentido relevante, sempre totalmente coordenado: o mercado está sempre gerando o volume correto de serviços necessários para corrigir decisões incorretas. Essa visão extrema, aparentemente, conseguiu espremer o empreendedorismo – mesmo que seja definido como a capacidade de lidar com o desequilíbrio – de volta à caixa de equilíbrio neoclássico.

A segunda visão “extrema” do empreendedor vê sua atividade de maneira quase oposta. Esta visão é melhor exemplificada pela perspectiva desenvolvida no trabalho profundo e prolífico de G. L. S. Shackle. Para Shackle, o empreendedorismo simplesmente não pode ser enquadrado na estrutura da teoria do equilíbrio composta de decisões estritamente racionais (Shackle 1972: 92, 134). Mais seriamente, para Shackle, a escolha humana, em todas as suas manifestações, envolve (exatamente da mesma forma que o empreendedorismo em si) uma “arte originária e imaginativa” (p. 364), em

nenhum sentido uma resposta automática a determinadas circunstâncias. Assim, para Shackle, o reconhecimento da onipresença do elemento empreendedor traz consigo implicações extremamente prejudiciais para todo o corpo da teoria neoclássica. Então, longe de ser capaz de assimilar um empreendedorismo problemático a uma teoria de equilíbrio de validade incontestável, Shackle encontra problemas insolúveis com a teoria do equilíbrio precisamente por causa de sua total incompatibilidade com o elemento empreendedor na escolha humana.

Entre esses dois pontos de vista extremos, um vendo o empreendedorismo como consistente com a economia de equilíbrio, o segundo vendo o empreendedorismo destruindo totalmente a relevância da economia de equilíbrio, este escritor propôs localizar uma terceira visão (“austríaca”) do empreendedorismo. Essa terceira visão, desenvolvida a partir de insights misesianos do escritor em vários trabalhos anteriores, considera o empreendedorismo incompatível com o estado de equilíbrio, mas compatível e, na verdade, essencial para a noção do processo de equilíbrio.

Perseguir esta terceira visão, argumenta-se, pode nos permitir resgatar elementos de valiosa importância de cada uma das visões mais extremas. Podemos, com Shackle, manter nossa apreciação pelo aspecto “originário” (isto é, o empreendedor) da escolha humana. No entanto, não precisamos renunciar à percepção sobre o papel coordenador do empreendedor, que foi enfatizado por Schultz. A terceira visão do empreendedor, que reconhece a propensão dele a descobrir falhas nos padrões existentes de coordenação entre as decisões de mercado, nos permite ver quão sistemáticas (“equilibrantes”) as tendências do mercado podem ser rastreadas até a origem criativa e originária, dos empreendedores alertas.

A dupla exposição do meio-termo

É da natureza de uma posição centrista provocar a crítica de cada uma das perspectivas polares que evitou. Tais posições centristas devem então ser defendidas de dois lados completamente diferentes. Dois tipos bem diferentes de ataque podem ter que ser refutados, usando argumentos simultâneos que apontam, aparentemente à primeira vista, em direções quase diametralmente opostas. Esta foi, de fato, a situação em que a economia austríaca se encontrou naturalmente.

Os economistas austríacos devem se defender contra os economistas neoclássicos tradicionais, descontentes com a imprecisão e a indeterminação que vêm como inseparáveis de uma abordagem preparada para reconhecer um desequilíbrio perene. Ao mesmo tempo, os austríacos são colocados na defensiva por críticos da economia neoclássica dominante, que estão descontentes com a postulação, pelos austríacos, de tendências de equilíbrio possivelmente poderosas.

Até recentemente, os austríacos consideravam necessário dedicar grande parte de sua atenção à defesa contra as principais preocupações críticas neoclássicas. Isso era mais do que esperado. Afinal de contas, essa divergência era a característica mais óbvia da posição austríaca. Recentemente, no entanto, a posição centrista dos austríacos atraiu críticas de uma direção diferente, uma crítica enraizada não nas convicções de equilíbrio convencionais, mas na rejeição mais inflexível dessas convicções. Essa linha de crítica subjetivista radical atacou a posição do meio-termo austríaca não por seu reconhecimento da incerteza em aberto, da criatividade da escolha individual, da difusão de condições de mercado desequilibradas, mas pelo que os críticos subjetivistas viram como incompletude desse reconhecimento.

Em particular, esta linha crítica desafiou a própria possibilidade de uma posição intermediária na arena ocupada pelos principais teóricos neoclássicos e seus oponentes mais radicais. Se estamos preparados para rejeitar o conjunto de suposições constritivas que caracterizam os modelos de equilíbrio da teoria dominante, a consistência exige, insiste esta linha crítica, que aceitemos a irrelevância absoluta desses modelos para a compreensão econômica. Se os austríacos rejeitam uma economia que, na verdade, reconhece apenas o estado de equilíbrio, também devem rejeitar a noção de equilíbrio. Não pode haver uma posição no meio caminho. O meio-termo que os austríacos procuram ocupar não goza das forças das duas posições polares das quais buscam escapar. Sofre, antes, das inconsistências decorrentes da tentativa de obter o melhor de dois mundos totalmente irreconciliáveis.

O objetivo deste capítulo é reafirmar a viabilidade do meio-termo austríaco, abordando, em particular, a linha crítica subjetivista oferecida por aqueles que insistem na mais completa rejeição do paradigma neoclássico. Tal

defesa do meio-termo austríaco assume um significado especial à luz da atitude histórica da tradição austríaca em relação à função social do mercado.

Coordenação do mercado e a tradição austríaca

As primeiras contribuições teóricas dos economistas austríacos os colocaram em forte conflito com o historicismo da Escola Alemã. Em questão estava a validade e relevância de um corpo de teoria que proclama a existência de importantes regularidades econômicas. A postulação das regularidades econômicas tem implicado, ao longo da história da economia, certas consequências para a avaliação da economia de mercado. Na ausência de tais regularidades reconhecidas, uma economia de mercado pode ser percebida como um sistema social cujas aparentes inadequações convidam a medidas corretivas deliberadas por parte de um Estado benevolente. Um padrão de distribuição de renda que parece ofensivo a um senso intuitivo de justiça pode ser corrigido por políticas redistributivas apropriadas. Os preços de mercado que, aos olhos dos decisores políticos ou dos seus constituintes, parecem estar demasiado altos ou baixos podem ser corrigidos por legislação apropriada. Sempre foram as objeções levantadas pelos teóricos econômicos que pareciam desafiar a eficácia de tais políticas sociais propostas. A existência de regularidades econômicas implicava severos limites aos poderes corretivos do Estado. De fato, à luz dessas regularidades, as aparentes inadequações do mercado muitas vezes acabam não sendo inadequações, mas custos inevitáveis necessários para a coordenação social. O controle de preços, longe de melhorar as condições para o consumidor ou para o agricultor ou para quem quer que seja, é demonstrado pela teoria econômica como geradora de carências desastrosas ou excessivas causadas pelo homem. As políticas de tributação redistributiva são mostradas para gerar desincentivos indesejados ou efeitos de incentivo.[2] A tendência da teoria econômica de sugerir uma apreciação mais sensível das propriedades de eficiência social de um sistema de mercado tem sido tão poderosa e difundida sobre a história da economia quanto fazer da teoria econômica o obstáculo óbvio para (e inimigo de) futuros reformistas econômicos radicais (Stigler, 1959: 522-32; Zweig, 1970, p. 25). Os primeiros teóricos austríacos de fato vieram, sem surpresa, a se identificar com uma postura de política liberal geralmente clássica (ver, por exemplo, Streissler 1988: 192-204; ver também este volume, Capítulo 5).

Para Carl Menger e seus seguidores, a economia de mercado tende a alocar recursos e atribuir renda de acordo com as avaliações dos consumidores. Como disse Menger (1981: 173), “o preço de um bem é uma consequência de seu valor para o homem econômico, e a magnitude de seu preço é sempre determinada pela magnitude de seu valor”. Aqueles que se opõem aos resultados do mercado simplesmente não apreciam a fidelidade e consistência com que os mercados transmitem avaliações. “Pode parecer deplorável para um amante da humanidade que a posse de capital ou de um pedaço de terra frequentemente proporcione ao proprietário uma renda maior por um determinado período de tempo do que a renda recebida por um trabalhador pela atividade mais extenuante durante o mesmo período. No entanto, a causa disso não é imoral, mas simplesmente que a satisfação de necessidades humanas mais importantes depende dos serviços da quantidade dada de capital ou pedaço de terra do que dos serviços do trabalhador”(p. 174). Claramente, tudo isso resulta de uma perspectiva teórica que vê as avaliações do consumidor como sendo traduzidas com fidelidade em decisões de mercado relativas à alocação de recursos e preços de recursos.

O que desejamos, de fato, enfatizar não é tanto o conservadorismo, ou o liberalismo clássico, da tradição primitiva austríaca em relação à política econômica,[3] mas quanto essa tradição compartilhava na compreensão do caráter poderoso e sistemático das forças de mercado. O que acontece nos mercados não é casual, mas a consequência de inevitáveis regularidades econômicas, expressando-se em tendências obviamente relevantes. Dado o quadro institucional da economia de mercado, dada uma gama disponível de recursos escassos, as preferências dos consumidores devem, quase inexoravelmente, resultar em uma configuração particular de métodos de produção, alocação de recursos e preços de mercado. Foi com relação a essa perspectiva que a economia austríaca diferiu mais drasticamente daquela da Escola Histórica Alemã e de outros dissidentes da teoria econômica. E, é claro, essa perspectiva era compartilhada não apenas pelos austríacos, mas por todas as escolas do pensamento econômico da virada do século. Como a economia neoclássica avançou em prestígio e influência durante as primeiras décadas deste século, os ensinamentos contrários da Escola Histórica desapareceram do centro da atenção profissional. Foi a apreciação compartilhada pelo poder das forças sistemáticas de mercado, característica comum às várias escolas de teoria econômica. A vitória da abordagem teórica sobre a abordagem

historicista foi uma vitória para o reconhecimento das propriedades de coordenação do mercado. Ao alcançar essa vitória, os economistas austríacos foram proeminentes. No agora famoso debate entre as guerras sobre a possibilidade de cálculo econômico sob o socialismo, foi o austríaco Mises que provocativamente afirmou que não havia nada, em qualquer programa de planejamento econômico centralizado, para servir como um substituto para a capacidade de planejamento calculista e coordenativo do processo de mercado. E foi durante meados do século, por Mises e Hayek,[4] da compreensão austríaca do processo de mercado competitivo e empreendedor que apoiou a apreciação mais consistente e profunda das benignas consequências da coordenação do mercado.[5] É neste contexto de consistente compreensão, dentro da tradição austríaca, das propriedades coordenadas sistemáticas do mercado que devemos tomar nota do impulso da nova linha crítica subjetivista, dirigida contra o meio-termo austríaco, que abordaremos neste capítulo.[6]

O ataque à coordenação do mercado: paradoxo na história das ideias?

Embora, como notado, os desenvolvimentos no pensamento econômico do início do século XX tenham encontrado os austríacos em aliança com outras escolas teóricas da economia neoclássica, essa aliança começou rapidamente a se desfazer em meados do século. Considerando que Mises, em 1932, foi capaz de declarar que qualquer diferença entre as várias escolas era mais uma questão de estilo do que de substância, dentro de poucos anos ele deveria enfatizar com alguma acidez as diferenças substantivas entre os austríacos e o mainstream neoclássico (Capítulo 6, pp. 110f. E Mises 1960). Os elementos decisivos na abordagem austríaca, que a tornaram incompatível com a versão ascendente walrasiana da teoria neoclássica, foram elementos que surgiram de um sentido mais ativo para o subjetivismo da tradição austríaca. Mises enfatizou a autonomia da escolha individual, a incerteza do ambiente em que as escolhas são feitas, o caráter empreendedor das decisões de mercado e a importância primordial da propensão humana. Hayek enfatizou o papel do conhecimento e da descoberta como facilitado durante o processo de competição dinâmica. Para Mises e Hayek, esses insights subjetivistas não comprometeram de forma alguma a centralidade tradicional, dentro da economia austríaca, da coordenação sistemática do mercado e da soberania do consumidor. Ao contrário, argumentaram, é somente incorporando essas ideias

subjetivistas que podemos compreender adequadamente as propriedades espontâneas e coordenadas do processo de mercado. Podemos agora perceber o caráter paradoxal da nova linha crítica subjetivista da moderna abordagem austríaca, que estamos considerando neste capítulo.

O que os críticos pedem é o reconhecimento pelos austríacos de que seus insights subjetivistas – insights entusiasticamente aplaudidos pelos críticos – devem inevitavelmente levar à rejeição precisamente daquelas conclusões sobre mercados que têm sido centrais à tradição austríaca desde seus primórdios.[7] A base subjetivista para a infelicidade austríaca com o paradigma do equilíbrio mainstream deve, segundo os críticos, inexoravelmente impelir os austríacos não apenas a rejeitar o domínio desse paradigma, mas também a rejeitar a própria noção de coordenação de mercado. Para ser consistente em relação ao seu subjetivismo, os austríacos devem renunciar à sua tradicional apreciação pelas contribuições do mercado. Qualquer esperança de permanecer em um meio-termo estável, no qual seu subjetivismo e sua apreciação pela subjetividade do mercado possam coexistir, é declarada ilusória e autocontraditória. A busca consistente do subjetivismo austríaco deve forçar o abandono do reconhecimento austríaco das propriedades sociais coordenadas da economia de livre mercado. Vamos voltar a considerar os principais argumentos oferecidos nessa nova linha crítica.

Subjetivismo e equilíbrio: amigos ou inimigos?

Boa parte das críticas foi direcionada à tentativa desse escritor de reafirmar a extensão da teoria austríaca de Mises-Hayek em termos de um processo de equilíbrio explicitamente orientado ao empreendedorismo (ver especialmente Kirzner 1973 e trabalhos posteriores). O que torna o processo de mercado um processo sistemático de coordenação é a circunstância de cada lacuna na coordenação do mercado se expressar como uma oportunidade de lucro puro. É a existência dessas oportunidades de lucro que atrai a atenção de empreendedores alertas. Uma lacuna na coordenação é, em si mesma, a expressão de pura ignorância mútua por parte dos potenciais participantes no mercado. As ações de lucro dos empresários dissipam a ignorância que foi responsável pelas oportunidades de lucro e, portanto, geram uma tendência à coordenação entre as decisões de mercado. Dessa forma, a teoria econômica é capaz de entender como os preços de mercado, a alocação de recursos no mercado e a distribuição dos rendimentos no mercado podem ser entendidos

como resultados de uma tendência sistemática de equilíbrio – uma tendência que nunca foi concluída e, ao mesmo tempo, nunca completamente suspensa. Os fenômenos de mercado não devem ser vistos como nada mais do que a expressão imediata de preferências e expectativas de mudança espontânea, mas como o resultado de um processo que, embora não completamente determinado, é sistematicamente posto em movimento pelas realidades subjacentes relevantes.

Nessa compreensão do processo de mercado, os insights subjetivistas austríacos desempenham um papel significativo. É esse papel que diferencia decisivamente a teoria austríaca das principais tentativas neoclássicas de entender o mercado. Nas últimas tentativas, muitos dos insights subjetivistas foram suprimidos. Em particular, as noções de criatividade e descoberta empreendedora, alerta empreendedor para oportunidades geradas por pura ignorância, o potencial para injeção empreendedora de surpresa, eram noções que simplesmente não poderiam ser encaixadas nos modelos neoclássicos. Para demonstrar um nexos determinado ligando os fenômenos de mercado às realidades subjacentes, era necessário que esses modelos postulassem um mecanismo de mercado capaz de traduzir inexoravelmente essas realidades em condições de equilíbrio, sem serem perturbadas por surpresas empreendedoras e pelos caprichos que poderiam ser introduzidos pela incerteza de entidades abertas. Para a visão austríaca, por outro lado, o empreendedorismo surgiu não como o inimigo, mas como o amigo indispensável, da noção de equilíbrio. É essa afirmação de que o empreendedorismo pode ser visto como a própria fonte da tendência de equilíbrio que atraiu o fogo dos críticos que desejam negar a viabilidade do meio-termo austríaco. Brian Loasby tem sido um crítico gentilmente persistente a esse respeito.[8]

Loasby (1982: 122) expressa um profundo ceticismo em relação à capacidade de os empreendedores gerarem a coordenação do mercado: “Que garantia podemos ter de que as percepções empreendedoras não estarão tão seriamente em erro a ponto de levá-las a uma direção bastante errada [...]?” Loasby enfatiza a distinção entre o alerta empreendedor às condições existentes que de alguma forma escaparam da atenção e imaginação empreendedora em relação às possibilidades futuras (pp. 116, 119; ver também Loasby 1989: 161). Em relação a este último, em particular, Loasby desafia a

alegação de que os empresários podem ser invocados para tomar decisões corretas. Suas próprias decisões podem de fato frustrar as previsões uns dos outros e, além disso, simplesmente não há um conjunto sistemático de forças para orientar os empreendedores no sentido de tomar decisões corretas e coordenadas com relação ao futuro incognoscível. “Mas enquanto alguém possa estar preparado para conceder, com algumas dúvidas, que as oportunidades presentes são fatos, a antecipação de futuros fracassos de coordenação [...] certamente deve abrir a possibilidade de que o empreendedor gere, em vez de corrigir, erros” (Loasby 1989: 161). Exatamente como (pelo menos de acordo com alguns filósofos da ciência) não podemos provar que os processos científicos devem produzir conhecimento verdadeiro, também os “esforços de Kirzner para demonstrar que o processo de mercado deve funcionar bem não podem ser bem-sucedidos [...]” (P. 163). Loasby enfatiza não apenas a possibilidade de erros de empreendedorismo diante de um futuro incerto, mas também a possibilidade de os empreendedores descobrirem oportunidades de lucro enganando deliberadamente o consumidor (Loasby 1982: 121) ou através de ativos especulativos de compra para vendê-los um pouco mais tarde a um preço mais elevado para alguém que espera revendê-los a um preço mais alto ainda” (p. 127). Embora Loasby reconheça que tal ceticismo em relação às propriedades coordenadas do mercado não precisa fornecer uma justificativa imediata para a ação do governo (p. 121), sua conclusão é que “é inerentemente impossível usar métodos austríacos para provar que o planejamento pode não funcionar” (Loasby 1989: 166). O próprio reconhecimento pelos austríacos das circunstâncias e da importância de “avaliações subjetivas e conhecimento incompleto” (p. 166) deve, ao que parece, impedir os economistas de atribuir quaisquer virtudes coordenadas peculiares a mercados não regulamentados. A própria abertura da economia empresarial impede, ao que parece, qualquer apoio, a partir de uma compreensão subjetivista dessa economia, da noção de uma tendência sistemática para o equilíbrio e a coordenação do mercado.

Subjetivismo e o significado da eficiência social

A relação entre a coordenação do mercado e a obtenção da eficiência social nunca foi simples. A história da economia do bem-estar é a história da mudança de conceitos de otimização econômica social, bem como de mudanças nas avaliações do sucesso da economia de mercado em sua obtenção (ver também o Capítulo 11). Mas quaisquer alegações de realização de otimização social para o mercado certamente dependeram de reivindicações paralelas para

a realização sistemática pelo mercado de resultados definidos. Se os resultados do mercado forem totalmente indeterminados, nada sistemático pode começar a ser reivindicado em relação às propriedades de bem-estar da economia de mercado. Os economistas austríacos, como observado anteriormente, geralmente deram uma classificação alta ao grau em que os resultados do mercado correspondem à alocação de recursos implícitos pelas preferências do consumidor. Desafios para a validade das reivindicações por tendências de equilíbrio implicam, é claro, desafios às afirmações dos austríacos sobre a eficiência do mercado.[9] Os insights subjetivistas radicais (com base nos quais os desafios à teoria do equilíbrio avançaram) negam a viabilidade do suposto meio-termo austríaco não apenas em relação à economia positiva, mas também em relação às suas implicações de bem-estar (e política).

O que emerge da recente linha de crítica subjetivista da economia austríaca considerada neste capítulo, entretanto, não é meramente a rejeição de reivindicações tradicionais de bem-estar austríacas em nome do mercado, mas de fato a rejeição, em princípio, da própria noção de eficiência em quaisquer termos e em qualquer definição de eficiência social. Não importa como seja formulada, a noção de eficiência social deve ser declarada sem sentido, em bases estritamente subjetivistas. Este desenvolvimento bastante surpreendente merece mais atenção.

Vamos imediatamente distinguir nitidamente entre essa crítica subjetivista da significação dos critérios convencionais de bem-estar e a contida na célebre tese de Hayek sobre as implicações de bem-estar do conhecimento disperso (ver Capítulo 11). Hayek apontou a falácia nas abordagens para a avaliação da utilidade social do mercado que erroneamente assumem a relevância, em princípio, do conhecimento completo e centralizado sobre as realidades subjacentes. Em um mundo de informações dispersas, argumentou Hayek, é inútil medir a eficiência social em relação ao critério irrelevante da informação completa (disponível, em princípio, para, digamos, uma autoridade central de planejamento) (Hayek, 1949b). A crítica de inspiração subjetivista da noção de eficiência social que desejamos considerar aqui é bem diferente. Não se baseia na circunstância de informações incompletas sobre as realidades subjacentes. Repousa, antes, na alegação de que a própria noção de “realidades objetivas subjacentes”, em termos dos quais avaliar a eficiência social, é fundamentalmente inconsistente com um pleno reconhecimento subjetivista

da incerteza. Hayek não teve dificuldade com a noção, em princípio, de um ótimo social mapeado pelos dados subjacentes de preferências e escassez. Ele simplesmente declarou que este ótimo não seria o critério relevante para a política social, uma vez que o conhecimento necessário para a formulação de tal ótimo nunca é dado ou está disponível para uma única mente; O problema relevante que a sociedade enfrenta nunca é o desdobramento desse conhecimento sobre o ótimo atingível, mas sim a mobilização dos bits de informação dispersos pela economia. Mas o que os críticos subjetivistas aqui discutidos querem questionar é a própria ideia de realidades em termos das quais um ótimo social poderia ser definido. O professor Jan Kregel foi explícito ao questionar o significado da ideia de realidades objetivas subjacentes. Ele acha que os economistas austríacos adotaram um subjetivismo inadequado (comparado com o que caracteriza a economia pós-keynesiana) ao não perceber a questionabilidade desses “fatos objetivos”.

Essa questionabilidade, explica Kregel, surge porque os futuros “fatos objetivos” são em parte determinados pelas ações empreendedoras que estão sendo tomadas hoje (com base nas expectativas relativas a esses supostos “fatos objetivos” do futuro). Kregel (1986: 160) discute o impacto deste ponto sobre a possibilidade de equilíbrio: “Não pode haver uma tendência ao equilíbrio baseado em uma relação entre expectativas e os dados objetivos do que o consumidor demandará e o preço que ele pagará que descreve as condições de equilíbrio, porque as rendas disponíveis aos consumidores serão determinadas em última análise pelas próprias decisões tomadas pelos empresários com base nessas expectativas. [...] As próprias expectativas determinam os fatos objetivos das condições de equilíbrio.[10] Embora Kregel não siga sua linha de raciocínio em direção a uma crítica dos conceitos padrão de critérios de bem-estar, as implicações são bastante claras. Na medida em que a própria atividade empreendedora cria o futuro que os empreendedores desejam antecipar, parece inútil julgar a otimização social de tal atividade em relação ao parâmetro desse futuro objetivo. Tal juízo de eficiência só faria sentido se fosse possível postular um conjunto de fatos futuros objetivos (independentes de ações correntes) aos quais essas ações atuais buscam se ajustar.[11] Teremos razão para voltar a essa implicação radical da afirmação do Professor Kregel mais tarde neste capítulo.

Em um recente artigo não publicado, James Buchanan e Viktor Vanberg abordaram essa questão de maneira similar. A própria noção de ineficiência remediável, argumentam eles, repousa na visão neoclássica de que o conhecimento do futuro é imperfeito não por causa da incognoscibilidade intrínseca do futuro, mas por causa da ignorância que poderia, em princípio, ter sido evitada (Buchanan e Vanberg 1990: 11). O subjetivismo pleno, entretanto, exige que compreendamos o futuro como indeterminado e intrinsecamente incognoscível. De tal perspectiva subjetivista, a ideia de tomada de decisão errônea deve parecer altamente artificial, se não completamente incoerente. Buchanan e Vanberg citam com aprovação (p. 12) a observação de Shackle (1983: 33) no sentido de que o “desconhecimento” do futuro não é “uma deficiência, um encurtamento, uma falha de pesquisa e estudo”.

A observação feita por Buchanan e Vanberg lembra a observação insistida pelo próprio professor Buchanan alguns anos atrás. “Em economia”, observou ele, “mesmo entre muitos dos que continuam sendo fortes defensores do mercado e da organização de mercado, a ‘eficiência’ que tais acordos de mercado produzem é conceitualizada independentemente. Acordos de mercado, então, tornam-se ‘meios’, que podem ou não ser relativamente melhores. Até e a menos que esse elemento teleológico seja totalmente exorcizado da teoria econômica básica, é provável que os economistas permaneçam confusos e seus discursos confusos” (Buchanan, 1982). Esta referência ao elemento “teleológico”, que Buchanan descreve como economistas equivocados para conceituar uma noção abstrata de eficiência, além do progresso real em que surge, exige uma seção separada. Representa um exemplo especial da crítica subjetivista radical da moderna economia austríaca que está sendo considerada neste capítulo.

Sobre perspectivas teleológicas e não-teleológicas

Buchanan e Vanberg (1990) desenvolvem a distinção entre o que chamam de perspectivas “teleológicas” e “não-teleológicas” como segue. Na visão teleológica, “a eficácia do ajuste do mercado é medida [...] em termos da realização relativa de algum padrão de valor predefinido e preexistente” (p. 18). Claramente, é a visão teleológica que depende da conceitualização de “fatos objetivos” (a própria noção de que foi contestada, vimos, por Kregel), independente da atividade empreendedora, em termos dos quais a eficácia de tal atividade pode ser julgada. Contra essa perspectiva teleológica, Buchanan e

Vanberg defendem “uma compreensão subjetivista radical do mercado” (p. 19) que reconhece a falácia de visualizar “algum objetivo bem definido que existe independentemente das próprias escolhas criativas do participante” (p. 18). Para a visão não-teleológica, “todo o conceito de equilíbrio geral é questionável quando aplicado a um mundo social em constante mudança que não tem ‘telos’ predeterminado, nem no sentido pomposo de uma filosofia marxista da história, nem no sentido mais “equilíbrio” conceitualmente definível para o qual o processo de mudança socioeconômica poderia ser previsto para gravitar” (p. 13).

O que é significativo, para o presente capítulo, é a afirmação dos autores de que existe, na visão deles, “nenhum meio-termo sistematicamente sustentável” entre uma perspectiva teleológica e uma não-teleológica (p. 19). Não se pode, afirmam, professar simultaneamente o reconhecimento tanto do caráter criador e originário da escolha humana quanto qualquer sentido em que tal escolha possa ser descrita como “descoberta do erro”. A tentativa deste escritor de desenvolver uma teoria de tendências sistemáticas de equilíbrio empreendedor que está enraizada no alerta empreendedor criativo é pronunciada como falha porque a “teleologia subliminar” (p. 23) implícita em noções de equilíbrio é completamente inconsistente com a verdadeira criatividade. Nossa defesa, neste papel, do meio-termo austríaco nos exigirá enfrentar esta crítica. Nós deveríamos, de fato, argumentar que a criatividade e a correção de “erro” não precisam ser categorias excludentes.

Um aspecto da posição tomada por Buchanan e Vanberg, que é suficientemente convincente para exigir uma notificação separada, é a sua convicção de que uma crítica completa do socialismo é impossível dentro de um quadro teleológico. Tanto as críticas neoclássicas quanto as austríacas do planejamento central, afirmam, não conseguiram identificar a falácia central na ideia de planejamento central. Essa falácia consiste na crença de que, dada a onisciência e a benevolência, seria inteiramente viável, em princípio, que um planejador central alcançasse o ótimo social. Essa crença é falaciosa porque “até mesmo o planejador tão idealizado não pode criar aquilo que não está lá e não estará lá salvo através do exercício das escolhas criativas dos indivíduos, que não têm ideia prévia das ideias que suas próprias imaginações produzirão.” (Buchanan e Vanberg 1990: 33). O socialismo não pode se tornar equivalente ao “mercado como um processo criativo que explora o potencial imaginativo do

homem”. O que é digno de nota aqui é que as considerações subjetivistas com base nas quais Buchanan e Vanberg negaram (assim como Kregel negou) a objetividade desses “fatos futuros”, em termos dos quais a eficácia dos mercados poderia ser julgada, aparentemente os levou a conclusões de bem-estar bem diferentes daquelas alcançadas na seção anterior.

Na seção anterior, observamos que a implicação óbvia dos insights críticos de Kregel sobre os “fatos objetivos” do futuro é que a própria noção de eficiência social (supostamente em termos da eficácia com que as atividades atuais são ajustadas aos requisitos impostos pelo fatos futuros) perde seu significado. A menos que esses fatos futuros possam ser concebidos independentemente dessas atividades atuais, sugerimos, uma crítica subjetivista da economia do bem-estar pode desafiar a própria possibilidade de qualquer avaliação de eficiência (com relação a esses fatos futuros). As reivindicações dos economistas de que a economia de mercado é uma instituição social eficiente revelam-se desintegrar-se à luz da questionabilidade dessas “realidades subjacentes”, necessárias para conferir sentido à noção de eficiência social. Agora temos a afirmação aparentemente surpreendente de Buchanan e Vanberg de que desafiar o sentido das “realidades futuras subjacentes” leva, não à renúncia de todas as reivindicações de superioridade comparativa para o mercado (em relação ao socialismo), mas para o discernimento da fraqueza central da ideia socialista.

Embora uma crítica detalhada dessa conclusão aparentemente surpreendente seja apenas periféricamente pertinente às preocupações centrais deste capítulo, será útil ponderar brevemente os paradoxos que ela parece suscitar. Por um lado, somos informados de que a perspectiva não-teleológica, radicalmente subjetivista, questiona quaisquer padrões objetivos contra os quais mede a eficácia do mercado; por outro lado, de alguma forma, somos levados a entender que a economia de mercado possui importantes méritos como um sistema social – méritos negados por definição pelo socialismo – precisamente porque promove a imaginação criativa de seus participantes individuais. No entanto, não nos é dada nenhuma razão pela qual temos o direito de nos sentirmos confiantes de que a criatividade imaginativa dos participantes individuais do mercado provavelmente levará ao bem-estar individual (muito menos social), e não ao desastre social (ou mesmo individual). A menos que a criatividade deva ser valorizada por si mesma –

independentemente do que é criado, e independentemente da possibilidade de diferentes criatividades colidirem e se destruírem mutuamente – fica-se a pergunta de como (na ausência de quaisquer fatos objetivos significativos que possam servir para formular critérios de avaliação) é possível, como economista, classificar um sistema que estimula mais a criatividade do que um que não estimula.

A crítica subjetivista do meio-termo austríaco: um resumo

As críticas subjetivistas radicais da posição de meio-termo austríaco que nos propusemos defender parecem se resumir a várias contestações-chave.

Erro empreendedor

As reivindicações austríacas por uma tendência de equilíbrio repousam no pressuposto de que os empreendedores tenderão a descobrir e aproveitar oportunidades de lucro puro, corrigindo assim a ignorância do mercado presente em desequilíbrio. Os críticos afirmam que os empreendedores podem cometer erros (e, especialmente em relação ao futuro incerto, dificilmente podem evitar cometer erros). Não há garantia de que os empreendedores tendem sistematicamente a reduzir a ignorância do mercado; o oposto exato pode ser verdadeiro.

Realidades subjacentes e a noção de equilíbrio

As alegações austríacas de uma tendência de equilíbrio parecem basear-se na noção de uma configuração de equilíbrio relevante, considerada implícita nas “realidades subjacentes” que constituem o quadro dado para a análise econômica. É essa configuração de equilíbrio que age (de modo que os críticos parecem entender o meio-termo que os austríacos estão afirmando) como uma espécie de ímã que molda o curso dos eventos subsequentes. Os críticos desafiam o significado dessas “realidades subjacentes”. Assim que admitimos a dinâmica do tempo em nossa análise, devemos reconhecer que as realidades relevantes do futuro (em relação às quais qualquer ideia intertemporal de equilíbrio deve ser enunciada) não são elas mesmas “realidades” (no sentido de ter uma existência independente à qual as atividades humanas devem, de alguma forma, ser ajustadas), mas são criadas pelas próprias atividades cuja consistência está sendo examinada.

Em geral, argumenta-se, a imagem da história social que emerge de um ponto de vista subjetivista radical é inteiramente inconsistente com a economia austríaca do meio-termo. Para o subjetivismo radical, a história é uma série contínua de “novos começos” de Shackle; a incerteza do futuro, sujeita a incessantes injeções de surpresas, torna absurdo prevermos processos sistemáticos de equilíbrio no mercado. Fazê-lo deve ser julgado absurdo porque incessantes injeções de surpresa devem continuamente abortar quaisquer tendências incipientes de equilíbrio e, além disso, porque a consciência da inevitabilidade de tais injeções de surpresa deve paralisar quaisquer ilusões empreendedoras de algum modo antecipando o futuro (ou, como se nota, mesmo de definir esse futuro, como um conjunto independente de fatos a serem levados em conta). O subjetivismo limitado que distingue o meio-termo austríaco do mainstream neoclássico é, nessa visão, tão moderado e diluído quanto os cegos austríacos do meio-termo em relação à incoerência fundamental de sua posição. Longe de serem capazes de desfrutar do melhor dos dois mundos, os austríacos de meio-termo se colocaram em uma posição tomada por inconsistências internas.

Vamos tentar esclarecer a posição de meio-termo dos economistas austríacos modernos de uma maneira que possa lidar com essas críticas e mostrar que elas são muito menos formidáveis do que poderia parecer à primeira vista. Pode ser útil, em primeiro lugar, dissipar alguns mal-entendidos sobre a possibilidade (e significado) do erro na teoria austríaca de equilíbrio.

Meio-termo austríaco e erro empreendedor

Às vezes, os críticos subjetivistas radicais parecem atribuir aos austríacos de meio-termo a noção de que os empreendedores alertas estão isentos da possibilidade de cometer erros; eles de alguma forma têm a capacidade de ver eventos futuros corretamente. Este certamente não é o caso; ou, no mínimo, não sem qualificação cuidadosa. Primeiro, a teoria austríaca do processo de equilíbrio empresarial baseia-se, como observou Loasby (1982: 117; 1989: 160-1), em alguns empreendedores sendo mais alertas do que outros (e é a relativa falta de atenção dos últimos que é responsável pelos erros que criam as oportunidades e os incentivos para o lucro). Em segundo lugar, a postulação de uma tendência de oportunidades de lucro para gerar equilíbrio não foi apresentada como uma sequência inexorável e determinada. A ênfase no incentivo à obtenção de lucros não pretendeu negar a possibilidade de

perdas empresariais. Mostrar como o alerta empreendedor pode explicar os ajustes aparentemente sistemáticos do mercado não é, como enfatizaremos mais de uma vez, prever o equilíbrio certo em todas as circunstâncias.

Às vezes, os críticos subjetivistas radicais atribuem aos austríacos de meio-termo uma posição que associa o erro empreendedor a uma certa culpabilidade ou culpa. Como um erro é visto como, em princípio, evitável, parece seguir-se que uma falha em prever corretamente o futuro deve ser atribuída ao descuido ou a algo. E, portanto, porque os subjetivistas radicais enfatizam a incognoscibilidade intrínseca do futuro, estão fortemente inclinados a negar a significação do termo “erro” em relação ao futuro. “Só pode haver ‘erro’ se o futuro puder ser conhecido. Mas, se o futuro é reconhecido por ser criado por escolhas que ainda estão por ser feitas, como pode ser conhecido?” (Buchanan e Vanberg 1990: 27). Deve-se enfatizar que, no meio-termo austríaco, a falta de “atenção” em relação ao futuro não precisa ser censurável em nenhum sentido literal. Um “erro” em relação ao futuro não envolve descuido nem negligência. Certamente o futuro, especialmente à luz das incertezas injetadas pela criatividade das escolhas futuras, é difícil (se não totalmente impossível) ser adivinhado com antecedência.

De fato, pode-se argumentar, a partir da perspectiva austríaca do meio-termo, que os críticos subjetivistas radicais talvez tenham superestimado a objetividade (o “entendimento”) dos fatos presentes, comparados com fatos futuros. Críticos que estão insatisfeitos com as noções austríacas de erro em relação ao futuro são aparentemente não-críticos da ideia de erro em relação aos fatos existentes. Fatos existentes são fatos existentes; um erro em relação a tal fato é visto como um erro verdadeiramente evitável. Fatos futuros são intrinsecamente incognoscíveis; a ignorância de fatos futuros é inevitável e, portanto, considerada como nenhum erro. Mas os fatos existentes são diferentes. Maior diligência na busca teria revelado toda a verdade sobre os fatos existentes. Assim, corre a insistência subjetivista radical na diferença acentuada introduzida pelo reconhecimento do futuro com toda a sua incerteza. Mas, a partir da perspectiva austríaca do meio-termo, a ignorância de um fato existente não envolve mais culpa, não mais “evitabilidade”, do que a ignorância de um “fato” futuro. O que está envolvido, no que diz respeito à ignorância do futuro, é o que este escritor chamou de ignorância “pura” ou “absoluta” (ou seja, ignoramos o fato de que há um fato específico que não se sabe). Tal “ignorância

pura” é, naturalmente, totalmente possível também em relação aos fatos existentes. Alguém pode ser completamente ignorante da oportunidade de aprender sobre um fato importante. Tal ignorância – mesmo com relação aos fatos existentes – não é evitável (no sentido de que uma maior diligência na busca poderia ter produzido informações mais completas) e pode ser considerado como não envolvendo qualquer descuido de forma alguma. Não se pode culpar alguém que é totalmente ignorante dessa maneira; não se pode censurá-lo por não olhar com mais cuidado, por não procurar com mais cuidado; afinal, ele estava totalmente inconsciente de onde começar a procurar, da própria oportunidade de pesquisar, da própria necessidade de pesquisar por completo. Se o descrevermos como tendo agido “no erro”, queremos dizer, simplesmente, que ele poderia ter conhecido os fatos existentes se estivesse “mais alerta”. [12] Parece não haver nenhuma diferença fundamental entre a capacidade de perceber um fato existente (a respeito de qual deles anteriormente esteve em um estado de ignorância pura) e a capacidade de “perceber” ou sentir um evento futuro que alguém poderia ter levado em conta ao formular seus planos atuais. À luz da subsequente descoberta de um fato existente (sobre o qual alguém ignorava totalmente em um momento de ação) pode-se, retrospectivamente, declarar-se como tendo agido “erroneamente”; Parece inteiramente coerente que alguém pronuncie um julgamento similar sobre a ação de alguém, que acaba por ser tomada sob uma antecipação equivocada do futuro. Se existe uma diferença entre a “atenção” capaz de detectar eventos futuros e o estado de alerta necessário para perceber os fatos presentes (concernentes à própria existência da qual se tem sido até então completamente ignorante), deve ser uma questão de grau, não de espécie. O “erro” envolvido em ignorar um fato presente parece não ser mais uma negligência do que deixar de ver a forma de eventos futuros corretamente. E o fracasso tão correto em ver o futuro deve parecer, pelo menos em muitos casos, não menos um exemplo de erro do que uma falha em ver o que já é um fato conhecido no presente. Será útil para nós explorarmos um pouco mais a posição subjetivista radical em relação à absoluta incognoscibilidade do futuro, um futuro em relação ao qual, afirma-se, é impossível errar.

Um mundo sem erro?

Um pouco de pensamento deve nos convencer de que a negação subjetivista radical da possibilidade do verdadeiro erro em relação ao futuro incontornável deve levar a implicações bastante bizarras, implicações com as

quais os próprios subjetivistas radicais certamente se sentem desconfortáveis. Dizem-nos que o futuro não é uma tapeçaria enrolada à espera de ser desfraldada, mas um vazio “esperando” para ser preenchido pelas livres escolhas, criativas e imprevisíveis dos seres humanos (ver, por exemplo, Shackle 1986: 281ff). “A essência da posição subjetivista radical é que o futuro não é simplesmente ‘desconhecido’, mas é ‘inexistente’ ou ‘indeterminado no ponto de decisão’” (Wiseman 1990: 160). Tanto é possível que os austríacos de meio-termo aceitam com calorosa concordância. É quando os subjetivistas radicais concluem diretamente, a partir desta circunstância do futuro ainda inexistente, que nenhuma ação orientada para o futuro pode ser descrita como errônea, de modo que o calor dessa concorrência começa a evaporar-se com rapidez alarmada. Já vimos como essa conclusão chegou: se o futuro não existe, é inerentemente incognoscível; se for incognoscível, nenhuma ação tomada pode ser denunciada por não ter evitado um desastre evitável; a ação mais desastrosa, então, não pode ser denunciada como erro. A ignorância do futuro, argumenta Wiseman, não deve ser vista como “conduzindo ao ‘comportamento ineficiente’, mas “como uma característica inescapável da condição humana”. Ver as coisas de maneira diferente é sugerir que há algum estoque de conhecimento sobre o futuro que os agentes devem ter e um conjunto de decisões que eles, portanto, devem tomar, e que são esses que identificam um resultado”(Wiseman 1990: 155).

É neste ponto que nos detemos para admirar, com alguma surpresa, o que parece ser dito aqui nos tons mais triviais. As percepções usuais, leigas, das decisões humanas são que algumas delas são tomadas com sabedoria, judiciosamente e com sucesso. Essas são as decisões que, em retrospecto, reconhecemos como cruciais para a obtenção de algum resultado desejável. Outras decisões, segundo a percepção comum, acabaram sendo malsucedidas; Em retrospecto, pelo menos, elas são vistas como erros. A questão aqui não é culpabilidade moral em qualquer simples sentido, mas reconhecimento, pelo menos do ponto de vista *ex post*, de que as últimas decisões não estavam bem sintonizadas com a forma como os eventos subseqüentes de fato resultaram. Aqui temos a essência de nosso aparente desacordo com os subjetivistas radicais: é ou não é significativo descrever uma decisão como tendo sido apropriada, à luz de eventos subseqüentes, ou como tendo sido inapropriada? Devemos pressionar a questão um pouco mais. É ou não é significativo para um tomador de decisão tentar moldar sua decisão de modo que possa ser

pronunciada como tendo sido a decisão correta? Será que estamos realmente dizendo isso, porque, em algum nível filosófico, o futuro não existe, porque não está “esperando” ser conhecido (já que ainda está para ser criado), portanto, não tem sentido para um ser humano procurar ser bem sucedido em suas decisões orientadas para o futuro? O ponto em questão acaba por ser ainda mais problemático quando consideramos a ideia de política econômica.

Será que realmente devemos dizer que, como nenhum erro genuíno é concebível em relação ao futuro, somos proibidos de distinguir entre políticas econômicas sábias e insensatas? Devemos dizer que, embora, subjetivamente falando, os tomadores de decisão individuais e públicos acreditem estar se esforçando para olhar para frente, a fim de fazer as escolhas corretas, isso deve, de uma perspectiva filosófica mais perceptiva, ser definido como nada mais que uma ilusão? Será que realmente devemos dizer que a indeterminação do futuro implica que, como ainda não há futuro, é inútil até mesmo tentar ajustar as ações de uma pessoa para evitar um desastre nesse futuro? A indeterminação do futuro leva precisamente àquele sentimento de total desamparo (e, portanto, à mesma sensação entorpecente de nunca ter que se preocupar em cometer um erro) que deve seguir da visão do futuro como totalmente determinada em todos os aspectos (independentemente de o que as pessoas podem acreditar que estão tentando alcançar ou evitar?) Um mundo cujo futuro está envolto nas incertezas geradas pela criatividade da ação humana degenera em um mundo no qual a ação genuína é descartada pela impossibilidade do erro? Certamente, essas são implicações que devem perturbar todos os subjetivistas, independentemente do grau de radicalidade. O trabalho da vida de George Shackle na compreensão de como os homens escolhem entre cursos de ação cada um dos quais está associado, em suas imaginações, com miríades de miríades de futuros hipotéticos competitivos nos assegura que mesmo o mestre subjetivista de nosso tempo não teve nenhum controle com a aparentemente ideia sedutora de que a escolha deve ser reconhecida como nada além de uma quimera, uma auto-ilusão. Se a incerteza do futuro tornou impossível discriminar entre cursos de ação mais ou menos aconselháveis, então a escolha foi reduzida ao vazio. “Quando o decisor é livre para supor que qualquer ato pode ter qualquer consequência sem restrição, não há base de escolha de ato. A limitação da incerteza é essencial para a possibilidade de decisão” (Shackle 1970: 224). A própria ideia de “incerteza limitada” deve significar que o selecionador potencial se sente no direito de concluir, apesar das incertezas que

enfrenta, que um curso de ação parece mais provável de ser bem-sucedido do que outro.

Escolha por um futuro não-existente

Se quisermos salvar a própria noção de escolha do impasse ameaçado por um mundo sem erros, devemos insistir claramente em várias verdades simples, mas fundamentais. Sem se atrever a pisar em águas filosóficas que ameçam economistas inconscientes com campos minados sobre os quais eles podem estar sofrendo “ignorância pura”, é necessário para nós fixar vários assuntos da experiência cotidiana. Como podemos imaginar o futuro, mesmo um futuro inexistente e incognoscível, [13] nós escolhemos, tentando moldar o fluxo futuro de eventos de tal maneira que as escolhas futuras livres e originárias dos outros possam redundar em nosso benefício. Nós procuramos, isto é, adequar nossas escolhas para levar em conta esses eventos futuros – eventos imaginados – que agora não existem em qualquer sentido. E, quando chegar a hora de olharmos para nossos exercícios anteriores de imaginação, qualquer que seja a radicalidade de nosso subjetivismo, julgaremos até que ponto nossa imaginação foi útil. Da perspectiva *ex post*, julgamos nossas ações como sendo as mais acertadas, ou não. Podemos não julgar uma ação “incorreta” como sendo insensata, censurável, à luz da imagem do mundo que tivemos no momento da decisão. Podemos, de fato, estar convencidos de que, mesmo depois de nossa amarga experiência, repetiríamos a ação anterior (a que agora se considera incorreta) se nos encontrarmos novamente em circunstâncias semelhantes (e com imagens semelhantes do mundo) àquelas em que a decisão anterior foi tomada. No entanto, ainda vamos nos arrepender de nossa incapacidade anterior de ter de alguma forma evocado uma imagem mais presciente do mundo. O esforço para fazer a “decisão certa”, para formular a “política econômica correta” (ou, aliás, a “política externa correta”) é aquela que tem um significado definido. O futuro não-existente, indeterminado, não proíbe os homens de imaginarem antecipadamente que atos criativos preencherão o vazio do futuro. E, mais significativamente, não os proíbe, em retrospecto, de classificar essas antecipações imaginativas em ordem de sua correção. Todos os nossos esforços *ex ante* para fazer a escolha certa são esforços para poder, no futuro, resistir a tais julgamentos retrospectivos com sucesso. Não estamos satisfeitos, ao fazer nossas escolhas, meramente escolhendo de uma maneira que, no futuro, não será julgada como tendo sido imprudente ou excessivamente cautelosa, não sábia e, portanto, censurável –

procuramos escolher de uma maneira que resultará ter sido a escolha correta, bem-sucedida.

Escopo da presciência empreendedora superior

O futuro não existe agora, mas nos esforçamos para entender esse futuro de alguma forma em nossa imaginação. Alguns de nós são mais bem-sucedidos nesse esforço do que os outros. Os descuidos, os erros cometidos por estes últimos, acabam por constituir as oportunidades de lucro alcançadas pelos mais bem sucedidos. De fato, é a oportunidade de lucro assim constituída que desencadeia a imaginação empreendedora do mais presciente, mais “alerta”, entre os seres humanos.[14] (Certamente não é qualquer configuração de equilíbrio que opera – como ímã ou “telos” – para estimular a presciência empreendedora, mas sim erros empreendedores, na forma de oportunidades de lucro, que atraem a descoberta antecipada.) Uma vez que reconhecemos a importância de tentar imaginar o futuro mais corretamente, dificilmente podemos nos recusar a reconhecer a qualidade de “alerta” (ou de imaginação mais corretamente fértil, ou de maior presciência – chame de vontade) nos seres humanos. Devemos, isto é, reconhecer algo como “capacidade empreendedora”, entendida como a capacidade independente de dimensionar uma situação e, mais corretamente, alcançar uma imagem imaginada do futuro relevante (ainda indeterminado). Todos nós compartilhamos essa habilidade até certo ponto – ou certamente teríamos aprendido há muito tempo a não nos incomodar em fazer escolhas em um mundo tão cheio de surpresas a ponto de frustrar todas as nossas tentativas de controlar nossas vidas. Mas alguns têm graus mais elevados dessa capacidade – alguns em algumas linhas de atuação, outros em outras linhas de atuação. Economistas, psicólogos e outros cientistas sociais ainda não desenvolveram materiais teóricos ou empíricos muito úteis ou extensivos a partir dos quais se possa dizer muito sobre as fontes e determinantes (se houver) de tal capacidade. Mas negar sua existência é negar o mais óbvio dos fatos cotidianos da experiência. Além disso, uma vez que reconhecemos o escopo para a presciência empreendedora, não podemos evitar reconhecer que são as “realidades subjacentes” que inspiram tal presciência e que, portanto, moldam as ações empreendedoras. É verdade, é claro, que o que inspira e molda diretamente as ações empreendedoras é a imaginação (das realidades futuras) e não essas próprias realidades. Mas o que o estado de alerta do empreendedor se esforça para perceber e imaginar corretamente é (o que acabará sendo) realidades futuras, e é o ganho

prospectivo oferecido por essas realidades que “acionam” o alerta empreendedor. Segue-se, portanto, que o que acabará sendo as realidades futuras estão de fato crucialmente envolvidas na formação da presciência empreendedora e, portanto, das ações empreendedoras. É por estas razões que estaremos argumentando que o processo de equilíbrio posto em movimento pela atividade empreendedora orientada para o lucro é inspirado pelas realidades subjacentes, afinal.

O quebra-cabeça da presciência

No entanto, deve ser imediatamente reconhecido que ainda não estamos totalmente envolvidos com o problema-chave levantado pelos subjetivistas radicais. Nós imaginamos empreendedores – e, como é bem sabido do trabalho de Mises e de Shackle, somos todos empreendedores – tentando imaginar o futuro. No entanto, esse futuro imaginado deve depender de suas próprias decisões. O futuro a ser imaginado não é o curso futuro dos eventos que se seguiriam (com toda a criatividade e novidade das ações que comporão esses eventos) na ausência de qualquer ação do empreendedor. O futuro a ser imaginado é um futuro que incluirá as consequências das ações atuais e futuras do empreendedor. O empreendedor não está tentando imaginar corretamente um curso de eventos sobre o qual suas próprias ações irão interferir, mas o curso de eventos que serão, em parte, postos em movimento por suas próprias ações (que agora devem ser decididas). É verdade que isso de modo algum nos impede de reconhecer, como temos insistido, que o empreendedor está empenhado em expressar corretamente sua capacidade de imaginar o futuro. Mas exige que reconheçamos que as futuras “realidades” (isto é, o que pode vir a ser as realidades a serem criadas) que o empreendedor está tentando imaginar corretamente são tais que envolvem alguns nós lógicos e enigmas. O empreendedor não está tanto escolhendo um curso de ação que seja apropriado para as “realidades”, quanto está escolhendo entre realidades imagináveis alternativas que a sua ação prospectiva pode estar iniciando. Deve ser livremente reconhecido que a presciência pedida, dentro desse cenário, deve parecer bastante diferente da simples presciência discutida no contexto de um pensamento futuro a ser substancialmente determinado independentemente de qualquer coisa que a própria pessoa presciente possa decidir fazer. O sentido em que as ações do empreendedor são vistas como “responsivas” às “realidades” é certamente modificado. No entanto, desejamos insistir, o escopo para o alerta empreendedor e escape do erro, e os incentivos necessários para

despertar tal atenção e fuga, podem ser percebidos dentro dessa estrutura mais cuidadosamente entendida de maneira substancialmente inalterada. Ações tomadas para o futuro são tomadas com o esforço mais correto de imaginar (e lucrar com) o futuro.

O que pode parecer, no entanto, ser mais problemático é a questão que vimos ter sido levantada pelo professor Kregel. Em um mundo em que a presciência empreendedora toma a forma que acabamos de explicar, em um mundo no qual o processo de mercado consiste em incontáveis séries de tais decisões empreendedoras interagindo, quão significativo é descrever esse processo de mercado como se aproximando de alguma forma numa trajetória marcada pela ‘realidades subjacentes’ de preferências e disponibilidades de recursos? Uma coisa é reinterpretar, como tentamos fazer no parágrafo anterior, as realidades que o decisor procura corretamente imaginar, de modo a reconhecer sua dependência do próprio curso de ação a ser decidido pelo próprio empreendedor. Outra coisa totalmente diferente é afirmar que a série resultante de decisões empreendedoras e suas consequências no mercado devem ser vistas como restritas, através de alguma “lei econômica” de equilíbrio, à trajetória marcada pela configuração das preferências (atuais e futuras) do consumidor e recursos disponíveis escassos (presentes e futuros). Certamente, Kregel está certo ao negar qualquer possível “tendência ao equilíbrio baseado em uma relação entre as expectativas e os dados objetivos [...]” (1986: 160) Como podemos salvar a noção central da teoria econômica, a do mercado tendendo a coordenar as decisões de mercado de uma maneira que, à luz das necessidades e limitações objetivas, evita desperdício e a ineficiência? Para entender isso, é necessário dar um passo atrás e rever as noções mais simples de coordenação em um contexto imaginado e estilizado, no qual nos abstrairmos das incertezas introduzidas pela dinâmica do processo de mercado.

O significado da coordenação: o contexto simples

Considere um mercado em que há uma demanda forte e insatisfeita por calçados, apesar da presença de recursos necessários disponíveis (agora usados em outras indústrias de menor valor para os consumidores). Claramente, há uma oportunidade de empreendedorismo aqui. Os recursos necessários para produzir sapatos poderiam ser montados a um custo total que

seria mais do que compensado pelas receitas consideráveis obtidas com a venda de calçados para consumidores ansiosos.

Imagine agora que um número de empreendedores julgou mal as necessidades dos consumidores e erroneamente concluiu que os sapatos provavelmente não seriam lucrativos, mas que a produção de bicicletas seria altamente lucrativa. Perseguindo suas avaliações equivocadas, montaram fábricas para produzir bicicletas, retirando recursos de outras linhas de produção (de fato mais urgentemente necessárias, como sapatos). Certamente essas fábricas constituem recursos mal alocados. Suponha agora que, com essas fábricas instaladas, seus proprietários encontrem uma escassez de aço necessária para as bicicletas. Felizmente, um empreendedor é capaz de localizar uma fonte adequada de aço e entregar o aço, com lucro, aos fabricantes de bicicletas. Como devemos avaliar este último passo empreendedor? Devemos dizer que é um erro (já que o aço talvez deveria ter sido usado para ajudar a construir fábricas de calçados, onde uma expansão deveria estar ocorrendo)? Deveríamos dizer que, ao descobrir a oportunidade lucrativa oferecida pela escassez de aço na fabricação de bicicletas, o empreendedor de aço está falhando em responder às realidades objetivas (isto é, a forte demanda insatisfeita por sapatos, no contexto de recursos disponíveis sendo desperdiçados agora em linhas de produção menos urgentes)? Ou não deveríamos preferir reconhecer que, dados os erros empreendedores já comprometidos de construir as fábricas de bicicletas, o passado deve ser visto como não mais do que passado – que as realidades relevantes mudaram agora? Neste momento, é um ato de coordenação reunir os fabricantes ansiosos de bicicletas que buscam aço com os dispostos vendedores de aço. Em outras palavras, um erro que foi cometido (ou seja, um erro que resultou em movimentos empreendedores em desacordo com as verdadeiras realidades subjacentes) pode alterar as realidades relevantes de tal forma a construir novas oportunidades lucrativas válidas para atos de cooperação empresarial em situações que, do ponto de vista do conjunto de realidades originalmente relevantes, devem ser pronunciadas como infelizes. Tudo isso é simples e bem entendido. Poderemos aplicar a lição simples que ensina ao processo de mercado multiperíodico no qual futuras “realidades” do próximo ano serão criadas pelos futuros atos imprevisíveis e criativos deste ano. Foi nesse contexto que fomos forçados a questionar a relevância (como um “ímã” que marca a trajetória a ser tomada pelo processo de equilíbrio do mercado) das

principais realidades objetivas, preferências e restrições de recursos. Vamos fazer uma pausa para notar algumas características do nosso caso simples de sapatos e bicicletas.

O empreendedorismo que vê lucro na transferência de aço para a indústria de bicicletas está, é claro, respondendo às realidades presentes. Não é mais verdade que o lugar mais útil para este aço é na indústria de calçados. Dado o capital investido – com ou sem razão – nas fábricas de bicicletas, dada a incapacidade de construir fábricas de calçados, o lugar mais útil agora para o aço é de fato a indústria de bicicletas. As realidades originais (em termos das quais as fábricas de calçados “deveriam” ter sido construídas em vez das fábricas de bicicletas) não têm relevância agora, e agora, de fato, corretamente falharam em influenciar a alocação de recursos. No entanto, seria incorreto dizer que as realidades originais nunca operaram, neste cenário, para oferecer incentivos empresariais apropriados. A circunstância de que os empresários erraram e não responderam a esses incentivos não deve nos levar a dizer que as únicas realidades que operaram para influenciar a ação empreendedora foram aquelas que resultaram dos erros irrevogáveis cometidos na construção das fábricas de bicicletas. As realidades originais (nas quais a verdadeira força da demanda de sapatos dos consumidores era maior que a das bicicletas) ofereciam incentivos relevantes; os empreendedores simplesmente não responderam a esses incentivos – eles não estavam suficientemente alertas para reconhecer o verdadeiro estado das coisas. Mas sempre e onde quer que existam realidades na economia, elas exercem sua influência em oferecer incentivos apropriados ao lucro. Quando estes incentivos, por razões de falta de atenção empreendedora, não são respondidos, as ações tomadas pelos empreendedores, por mais erradas que sejam, criam uma nova realidade que pode agora exercer seu próprio poder de incentivo para atrair o alerta dos empreendedores para o que agora é chamado em termos de eficiência social. As realidades relevantes sempre exercem uma influência apropriada: como sabemos pela circunstância de possível erro empreendedor, essa influência pode não ser decisiva o suficiente para garantir resultados eficientes. Onde eles não o fazem, os resultados reais (“equivocados”) alcançados agora assumem seu papel legítimo como as relevâncias atualmente relevantes em relação à identificação das configurações socialmente ótimas. O fato de que, em sua trajetória marcada pelas realidades iniciais, o mercado caiu em erro de fato evoca uma nova trajetória relevante. Como um período segue outro, a história

real está longe de ser um cumprimento fiel de qualquer trajetória relevante. Mas é sempre assim, no entanto, que os incentivos empresariais apropriados se oferecem, em qualquer momento, em relação ao caminho relevante para as realidades daquele momento. Podemos agora aplicar esses insights simples ao caso mais sutil e complexo em que o curso de equilíbrio implícito em um conjunto inicial de realidades multiperíodo é complicado pela circunstância de que essas realidades multiperiodicas são elas mesmas reflexões de escolhas criativas e imprevisíveis que inevitavelmente serão feitas durante o curso do processo de mercado – equilibrado ou não. Nós estaremos fazendo uso considerável das lições que aprendemos nesta seção sobre as diferenças entre (assim como as características comuns de) o que chamamos de “realidades originais” e as “novas” realidades que foram criadas por erros empreendedores.

O significado da coordenação: o contexto dinâmico

A compreensão usual do que se entende por coordenação de mercado enfatiza a capacidade do processo de mercado de orientar as decisões empresariais em direção a um padrão de alocação de recursos consistente com as realidades das preferências do consumidor e a escassez de recursos. Os subjetivistas, radicais ou não, apontaram que, como as decisões empresariais são orientadas para o futuro, as preferências e a escassez relevantes devem, pelo menos em parte, ser aquelas percebidas como pertencentes a datas futuras. Assim, as “realidades” que supostamente moldam as decisões empresariais devem fazê-la na forma de preferências esperadas e escassez esperada. Entretanto, como as expectativas atuais de preferências e escassez futuras devem reconhecer que essas preferências e escassez futuras serão moldadas por uma série de decisões prospectivas, criativas e imprevisíveis por parte de muitos empreendedores – isto é difícil, vimos o argumento subjetivista radical executado – para ver como as decisões empresariais de hoje podem ser sistematicamente relacionadas com (e apropriadamente ajustadas) as futuras matrizes de preferências e escassez (como de fato se mostrarão). Parece, com certeza, que é mais preciso descrever as realidades futuras como tendo sido moldadas pelas decisões empresariais de hoje, do que declarar que as últimas são orientadas de forma eficiente para levar em conta as primeiras. Nossa discussão na seção anterior pode ajudar a esclarecer as coisas. Permanece, argumentamos, inteiramente válido perceber o processo de mercado como tendendo a coordenar decisões de uma maneira que considere de forma sistemática as prioridades ditadas pelas preferências do consumidor e escassez

de recursos. O reconhecimento austríaco de meio-termo das propriedades de equilíbrio e coordenação do processo de mercado motivado pelo empreendedor e inspirado pelo empreendedor não é, de forma essencial, perturbado pelo nosso reconhecimento da indeterminação do futuro em cada momento de decisão. Considere um empreendedor A tomando uma decisão de produção na data t_1 que procura antecipar a demanda do mercado (por exemplo, para calçados) em alguma data futura t_{10} . O empreendedor compara o valor presente das receitas antecipadas de calçados em t_{10} com os atuais dispêndios relevantes de t_1 . Ao fazê-lo, ele está se perguntando se as receitas esperadas em t_{10} são suficientes para tornar os dispêndios atuais necessários em t_1 erroneamente baixos (isto é, se o mercado falhou ao avaliar corretamente o verdadeiro valor alto dos recursos relevantes, onde seria direcionado para os consumidores de calçados da maneira considerada por nosso empresário). A realidade que ele está avaliando é aquela que, pelo menos em t_{10} , será objetiva. Em t_1 é uma realidade imaginada. Mas, como enfatizamos anteriormente, é a realidade imaginada de t_{10} que inspira e molda a decisão do empreendedor em t_1 .

Suponha agora que o empreendedor A na data t_1 raciocine da seguinte maneira. A demanda por sapatos que estou vislumbrando não é algo que expresse algum fato futuro da natureza externa. Em parte, essa receita dependerá do que acontece com a população, com os estilos de vida, entre agora e t_{10} . Talvez, no momento t_3 , algum empreendedor introduza uma nova moda (digamos, viagem de bicicleta) que acabará por afetar drasticamente a demanda por sapatos. “Podemos distinguir entre a demanda antecipada por sapatos em t_{10} na ausência de bicicletas, e a demanda para ser antecipado em t_{10} no caso de bicicletas serem introduzidas em t_3 . (Por simplicidade, devemos supor que esses são os únicos cenários alternativos a serem levados em conta.) Somente um desses dois estados de demanda t_{10} será realmente a realidade em t_{10} . Em ambas as bicicletas serão ou não serão introduzidas em t_3 . Mas ambas as possibilidades exercem seu efeito sobre a tomada de decisão atual. Nosso empreendedor A deve planejar suas atividades atuais em alguma percepção do que a demanda em t_{10} será de fato. Ambas as “realidades” concebíveis entrarão em seus cálculos em t_1 . É claro que A também sabe que o início de uma indústria de calçados em t_1 pode gerar mudanças nos padrões de comportamento do consumidor, de modo que a demanda esperada em t_{10} pode não ser a mesma que poderia ser se A não iniciasse a indústria de calçados em t_1 . No entanto, ao

avaliar a rentabilidade de começar agora em t_1 , A está fazendo uma única pergunta: supondo que eu comece a construir uma fábrica de sapatos em t_1 para vender calçados em t_{10} , as receitas de calçados em t_{10} devem mostrar que o valor dos dispêndios em t_1 foram erroneamente baixos?

Assim como no caso simples da seção precedente, todas as realidades relevantes exerceram uma influência de incentivo apropriada sobre o faro empreendedor dos lucros, assim também no contexto mais dinâmico todas as realidades imagináveis relevantes exercem sua influência comparável. Na seção anterior, diferentes realidades eram relevantes em diferentes momentos (quando a fábrica de bicicletas era construída, isso alterava as realidades relevantes); Na presente seção (sobre o problema dinâmico), as diferentes realidades imagináveis podem exercer simultaneamente sua influência sobre o empreendedor em prol do lucro. Mas todos eles entram, apropriadamente, em consideração empreendedora, na medida em que o empreendedor está alerta o suficiente para levá-los em conta.[15]

No caso da seção anterior, as realidades separadas que, em diferentes momentos, operam para criar incentivos empreendedores foram (a) uma realidade “original” e (b) uma realidade subsequente criada por uma decisão empreendedora “equivocada”. Na presente discussão, também, as matrizes de “realidades” alternativas imaginadas que operam sobre a orientação de lucro para o futuro do empreendedor incluem realidades imaginadas que podem ser criadas por decisões “equivocadas” (futuras). Mas não devemos interpretar mal essa circunstância.

É verdade que o empreendedor no momento t_1 , ao avaliar as perspectivas em t_{10} , leva em conta a possibilidade de que esses prospectos t_{10} possam vir a ser os resultados de atos empreendedores errôneos, digamos, no tempo t_4 . Mas isso não significa que as realidades imaginadas que operam com base nos incentivos do empreendedor em t_1 não sejam as realidades “verdadeiras” (isto é, aquelas que seriam relevantes em t_{10} , se não houvesse cometido erros empresariais que pudessem resultar em diferentes conjuntos de realidades t_{10}). Primeiro, o empreendedor em t_1 tem um incentivo para levar em conta a possibilidade de que erros entre t_1 e t_{10} não distorçam a situação em t_{10} . Mais importante, as decisões empreendedoras em t_4 (e em cada tempo) têm todo incentivo para não se basear em erros. Assim, em todos

os momentos, todo e qualquer empreendedor está operando sob os incentivos estabelecidos pelas realidades futuras subjacentes “verdadeiras”, bem como pelas possíveis realidades “induzidas por erros” que podem se tornar relevantes. Todo erro empreendedor cria uma lacuna intertemporal prospectiva que oferece o incentivo para antecipar corretamente a verdade – com essa verdade refletindo ambos, elementos “originais” e elementos introduzidos por erros anteriores (com os últimos elementos sendo totalmente relevantes para as necessidades genuínas de coordenação introduzidas por esses mesmos erros).

O que significa tendência de equilíbrio de mercado

Pode parecer aos críticos que nossa tentativa de lidar com insights subjetivistas radicais tenha nos forçado a reconhecer um processo de equilíbrio muito mais atenuado, muito menos confiável e significativo do que aquele postulado tradicionalmente por economistas austríacos de meio-termo. O que temos aqui reconhecido, pode-se dizer, é que a maneira pela qual “realidades objetivas subjacentes” exercem sua influência sobre as decisões de produção empresarial é muito menos direta e muito menos confiável do que as declarações austríacas tradicionais talvez sugerissem. Afinal de contas, reconhecemos que as antecipações empreendedoras têm que levar em conta as condições futuras, não como elas poderiam ter sido independentemente do processo de mercado em si, mas como elas podem ser o resultado de todas as surpresas e criatividades das quais o processo de mercado consiste. Não só esse processo pode incluir erros em abundância, como esse processo e esses erros podem “alterar” as condições futuras de modo a exigir que os atuais empreendedores antecipem um futuro que pode de fato ser bem diferente do que poderia ter sido na ausência de tal processo.

Devemos certamente ser gratos a nossos colegas subjetivistas radicais por nos obrigarem a explicar como a noção de um processo sistemático de equilíbrio deve ser integrada à nossa compreensão subjetivista da criatividade da escolha e à incerteza radical do futuro. No entanto, ao mesmo tempo, parece justo insistir em vários pontos-chave. O meio-termo que os austríacos desejam afirmar (e é essa afirmação tradicionalmente austríaca que fornece a base comum que Mises viu em 1932 como sendo compartilhada pelos austríacos e por outras escolas de teoria econômica) é que os eventos que ocorrem durante o processo de mercado estão sujeitos a poderosas influências constrangedoras

e modeladoras. Essas influências tendem a refletir as urgências relativas das diferentes preferências dos consumidores e a relativa escassez de diferentes recursos produtivos. Os austríacos, certamente, nunca estiveram sob a ilusão de que a poderosa influência constrangedora e modeladora do mercado é tão completa a ponto de garantir a realização, até mesmo a realização fugaz, do estado de equilíbrio. O que os austríacos enfatizaram é a existência de importantes processos de equilíbrio. É verdade que tais processos exercitam uma dinâmica própria, modificando continuamente as realidades subsequentes, que, por sua vez, devem servir para colocar em movimento ainda mais segmentos de processos de equilíbrio. É verdade que a história da humanidade está longe de ser uma sequência de sobreposição de trajetórias de equilíbrio seguro, cada uma infalivelmente postas em movimento por realidades objetivas relevantes (que podem ser identificadas a partir desses processos). Tudo isso é verdade. Os austríacos de meio-termo não têm o hábito de tratar a configuração de equilíbrio geral das variáveis de mercado como um “ímã” ou “telos” com a capacidade inexoravelmente de atrair fenômenos reais de mercado para eles. Mas, ao mesmo tempo, eles resistiram à tentação de tratar os fenômenos de mercado como apenas acidentalmente consistentes com os fenômenos objetivos subjacentes. A verdade é que a sequência dos eventos de mercado só pode ser entendida se reconhecermos que cada segmento da história do mercado expressa, pelo menos em parte, as propriedades coordenativas sistemáticas do processo empreendedor. O grau de importância a ser anexado a essa compreensão da história do mercado depende, deve ser enfatizado, de circunstâncias empíricas. Depende da volatilidade da mudança nas realidades independentes; depende do grau de erro empreendedor, existente e antecipado. A importância desse entendimento pode, portanto, variar de mercado para mercado, de um período na história para outro. Embora a teoria insista na validade formal do processo de coordenação de mercado sob todas as circunstâncias relevantes, ela não afirma que as tendências que compõem o processo operam com poder uniforme em todos os momentos e em todos os contextos. É fácil imaginar circunstâncias em que o poder do processo de mercado coordenado é completamente inundado pela volatilidade da mudança e pela alta incidência de erros empresariais. Sem dúvida, houve momentos na história capitalista em que isso aconteceu.

Mas a ciência econômica sempre procedeu da importante circunstância empírica da ordem econômica. Como os livros didáticos

elementares nos lembraram pelo menos desde Bastiat, grandes cidades administram, sem grande controle centralizado, as necessidades de provisões diárias de uma maneira razoavelmente ordenada. O mercado obviamente funciona. O fato de o mercado funcionar talvez seja a lição mais significativa da história moderna. Experiências nas últimas décadas pressionaram essa lição na consciência dos homens de ambos os lados da Cortina de Ferro. O problema que sempre preocupou os teóricos é como, sem uma coordenação deliberada, os mercados podem funcionar. A teoria econômica forneceu a explicação em termos de uma teoria de coordenação de mercado. Os austríacos, mantemos, aprofundaram nossa compreensão dessa teoria introduzindo insights explícitos sobre a descoberta empreendedora e a competição dinâmica. Essas percepções refletem o subjetivismo da tradição austríaca. É somente através da apreciação dos insights subjetivistas acerca do conhecimento e da descoberta que podemos compreender as forças dinâmicas do mercado que trazem decisões para uma coordenação cada vez maior. Existe o perigo, entretanto, de que a ênfase indevida nas implicações mais exóticas possíveis do subjetivismo possa, paradoxalmente, tornar quase plausível rejeitar a lição central do raciocínio econômico, a compreensão e a apreciação do processo de coordenação do mercado. Isso seria profundamente lamentável.

É fácil mostrar como o erro pode frustrar a eficiência e a coordenação. É fácil mostrar como, uma vez que introduzimos um futuro multiperíodo durante o qual um processo de mercado continuamente criativo pode estar em ação, deve parecer quase fantástico esperar que os empreendedores corretamente antecipem o futuro. O que não é tão fácil é explicar como, apesar das incontáveis oportunidades de erro e surpresa, o mercado parece organizar regularmente processos de produção coerentes e de longo prazo de maneira lucrativa.

O que a teoria do processo de coordenação de mercado orientada pelo empreendedor fornece é uma estrutura dentro da qual se pode compreender como as decisões de produção atuais podem alcançar o grau extraordinário de coordenação espontânea que a experiência casual nos convence. A teoria identifica as janelas através das quais a descoberta de oportunidades relevantes pode iluminar e informar o trabalho de rede de tomada de decisões de mercado. Ninguém precisa ser informado de que essas janelas podem estar embaçadas e obscurecidas, que os empreendedores podem deixar de perceber o que pode

ser visto através dessas janelas. Mas, uma vez que entendamos que essas janelas existem, podemos, em princípio, compreender como, apesar da incerteza do futuro, apesar da nuvem de ignorância inevitável que obscurece essas janelas, as oportunidades de lucro podem atrair e inspirar ações de mercado para reduzir a ignorância do mercado e a má alocação.

Além disso, uma vez que entendemos como é através de janelas de oportunidade empresarial que a luz da potencial descoberta inspira eficiência de mercado, podemos entender a demonstração de Mises-Hayek da falácia de buscar eficiência social sem o mercado. Podemos entender como, ao amontoar todas essas janelas de oportunidade empresarial, o planejamento central se compromete a operar em um mundo de ignorância pura a respeito de informações vitais, amplas e disponíveis, dispersas pela economia.

Não podemos, como austríacos, seguir a teoria neoclássica dominante e simplesmente afirmar o equilíbrio perene. No entanto, não podemos, novamente como austríacos, seguir céticos subjetivistas em negar propriedades de coordenação ao mercado. Nós nos encontramos, portanto, ocupando o meio-termo Garrisoniano, encontrando profunda compreensão de processos sistemáticos de mercado precisamente naqueles insights subjetivistas que, se implantados sem cuidado suficiente, podem tentar rejeitar completamente a ideia de coordenação de mercado.

Notas

[1] *É claro que o professor Garrison não é responsável pela maneira como sua ideia é apresentada e implementada neste artigo.*

[2] *Veja Mises (1966: 2) para a percepção de que a contribuição da economia clássica era mostrar como as políticas estatais têm consequências sistemáticas, muitas vezes não intencionais (que devem, portanto, ser levadas em conta).*

[3] *Ver Boehm (1985), para algumas dúvidas sobre a extensão desse liberalismo clássico.*

[4] *Veja neste volume, Capítulo 7, para uma descrição desses desenvolvimentos.*

[5] *Veja neste volume, Capítulo 3, pp. 67f; para uma interpretação contemporânea do termo “economia austríaca” como “economia de livre mercado”.*

[6] *For earlier contributions defending the Austrian middle ground with regard to positions taken by radical subjectivists, see O’Driscoll (1978) and Garrison (1987).*

[7] *Podemos acrescentar que uma implicação dessa posição defendida pelos críticos é que os austríacos também rejeitam seu compromisso tradicional com a viabilidade da teoria econômica (em oposição ao historicismo). Embora a economia austríaca tenha começado como uma reação aguda contra a Escola Histórica Alemã, sugere-se agora que algo de reavaliação está ocorrendo (ver Shackle 1972: 37f, 272f.; Lachmann, 1986a, p. 148).*

[8] *Para críticas ao longo de linhas semelhantes, ver Wiseman (1990).*

[9] *Para um exemplo de tal desafio, veja Wiseman (1990: 158).*

[10] *Veja também Garrison (1987) em relação à concordância do professor Lachmann com a posição de Kregel.*

[11] *Para reconhecimento dessa implicação do subjetivismo radical, ver Wiseman (1990: 155).*

[12] *Sobre a ideia de alerta empreendedor, ver mais Kirzner (1973: 2; 1979a: Ch. 10).*

[13] *“O futuro é incognoscível, embora não seja inimaginável” (Lachmann 1976: 59).*

[14] *Esse escritor sempre falou como se o estado de alerta fosse capaz de identificar oportunidades existentes para lucro futuro. Os puristas, tanto no uso linguístico quanto na consistência filosófica, podem certamente ser desculpados por expressar infelicidade*

com tal uso frouxo ou metafórico da linguagem em relação ao futuro inexistente. Mas a economia nessa situação certamente não depende nem um pouco da validade desse uso da linguagem.

[15] Deve ser lembrado que a teoria do alerta empreendedor não opera fazendo o empreendedor refletir sobre os méritos comparativos de uma lista de cenários futuros alternativos. Em vez disso, a teoria postula que, com base no “estado de alerta” do empreendedor, seu senso de futuro, sua atenção tenderá a ser captada pelo cenário futuro lucrativo relevante. Nosso ponto é que todas as realidades alternativas futuras relevantes têm potencial igual para captar a atenção empreendedora. Quanto maior o grau de alerta, maior a probabilidade de que a “realidade futura” que de fato chamará sua atenção será aquela que, de fato, se tornará o caso.

Capítulo 2: O significado do processo de mercado

Há um duplo sentido ligado à palavra “significado” no título deste capítulo.[1] O título indica que, como um objetivo, temos que distinguir dois significados distintos que foram concebidos pela noção de processo de mercado (e, em fazendo isso, para deixar bem claro qual desses significados é preferido pelo escritor). Como segundo objetivo, tentaremos responder à pergunta: “O que o processo de mercado significa para a liberdade humana?”; em outras palavras, tentaremos avaliar o significado da visão do processo de mercado para uma compreensão da sociedade livre.

Essas duas tarefas que nos propusemos não são de forma alguma totalmente separadas. Como veremos, a avaliação das prováveis conquistas econômicas de uma sociedade livre depende bastante do modo como se enxerga o mercado e, em particular, do caráter do processo de mercado que se está preparado para reconhecer. Pode ser útil ajudar o leitor a percorrer as páginas a seguir, para apresentar brevemente a posição do próprio escritor antecipadamente. Essa posição pode ser expressa na forma de uma série de afirmações: (a) sob um sistema no qual os direitos de propriedade privada são respeitados, uma sociedade livre é aquela em que o empreendimento econômico flui predominantemente pelo mercado; (b) o mercado está em um estado contínuo de fluxo e nunca está em ou perto de um estado de equilíbrio; (c) este fluxo contínuo compreende duas camadas distintas de fenômenos mutáveis; (d) uma dessas duas camadas de fenômenos mutáveis é composta de mudanças exógenas, mudanças nas preferências, população, disponibilidades de recursos e possibilidades técnicas; (e) a segunda camada de mudança é endógena – mudanças sistematicamente induzidas à medida que as forças do mercado se movem constantemente para equilibrar as constelações de forças que operam a qualquer momento; (f) a última camada de mudança, consistindo de tendências equilibradas sistemáticas (que nunca conseguem se tornar completamente finalizadas antes de serem rompidas por novas mudanças) é responsável pelo grau de eficiência alocativa e de potencial de crescimento que as economias de mercado exibem; (g) é para a última camada de mudança de

equilíbrio que o termo “processo de mercado” refere-se adequadamente; (h) para que os processos de mercado funcionem, o requisito essencial é a liberdade de entrada empresarial competitiva; (i) assim, a completa liberdade econômica do indivíduo é necessária para que a economia de mercado faça seu trabalho; (j) além disso, o ponto a ser enfatizado não é meramente que uma sociedade de indivíduos livres pode (contraintuitivamente) alcançar uma certa coordenação, mas que – ainda mais contraintuitivamente – apenas uma sociedade de indivíduos livres é capaz de dominar as forças da competição empresarial para fazer e disseminar aquelas descobertas das quais depende eficiência e crescimento alocativo; (k) isso leva diretamente à proposição misesiana de que somente em uma sociedade de mercado é possível resolver o problema do cálculo econômico; Uma sociedade socialista, se fosse isolada do contato com as economias de mercado, tenderia à ineficiência e ao fracasso econômico.

Como indicado, essas afirmações não são universalmente aceitas, mesmo entre o pequeno subconjunto de economistas que professam uma visão de processo de mercado. Mas, para desenvolver a posição que esboçamos aqui e considerar o significado alternativo para a ideia de processo de mercado, devemos primeiro contrastar brevemente a visão de processo de mercado (não importa qual variante deseje adotar) com a abordagem dominante na microeconomia moderna – a teoria do equilíbrio do mercado.

A visão de equilíbrio do mercado

Durante a maior parte da história da microeconomia do século XX, os economistas compreenderam, com raras exceções, fenômenos de mercado em termos de modelos de equilíbrio. Em outras palavras, os economistas viram as explicações a serem fornecidas para os dados de mercado – preços, métodos de produção, tamanhos das indústrias – tão capazes de ser encontrados nos valores dessas variáveis que seriam consistentes com o equilíbrio de mercado. Tomemos o exemplo mais simples (e mais amplamente utilizado) de análise microeconômica, o mercado perfeitamente competitivo para uma única mercadoria. Ao aplicar essa análise ao preço de mercado para qualquer produto, os economistas partem do pressuposto de que esse preço é, na verdade, o preço pelo qual a quantidade fornecida é igual à quantidade demandada. Subjacente a essa abordagem está a aparente convicção de que forças de equilíbrio são tão poderosas que é uma primeira aproximação

aceitável à verdade assumir que os mercados já atingiram, em determinado momento, a vizinhança do equilíbrio. As mudanças observadas nos dados de mercado devem, nesta abordagem, ser explicadas como refletindo mudanças correspondentes nos dados subjacentes. As discrepâncias observadas entre os dados de um mercado e os valores esperados com base em um modelo de equilíbrio adotado são levados a sugerir, não qualquer inadequação na suposição de equilíbrio atingido, mas sim a possível relevância de algum outro modelo de equilíbrio possivelmente mais complicado.[2]

Este não é o lugar para desenvolver uma crítica completa desta abordagem de equilíbrio dominante à microeconomia. No entanto, mencionamos uma das principais objeções levantadas contra ela. Essa objeção fundamental é que, ao se concentrar exclusivamente nos estados de equilíbrio, a teoria não oferece nenhuma explicação do próprio processo de equilíbrio. Como dito anteriormente, a premissa não declarada da abordagem de equilíbrio é que os processos de equilíbrio são poderosos e rápidos – mas isso parece supor a tarefa de explicar a natureza de tais processos. Economistas insatisfeitos com a abordagem dominante tornaram-se cada vez mais conscientes do formidável desafio à ciência econômica que o fenômeno do equilíbrio representa.[3] Como os economistas se tornaram sensíveis a problemas de conhecimento e aprendizado, e de como eles se relacionam com a possibilidade de equilíbrio, esses economistas tornaram-se cada vez mais céticos em relação a abordagens que simplesmente presumem que o equilíbrio ocorre – e ocorre instantaneamente.

Deve-se reconhecer que a abordagem dominante não foi totalmente incapaz de resolver algumas dessas dificuldades. Mas parece justo afirmar que ele abordou essas dificuldades não modificando sua adesão à suposição de equilíbrio completa, mas incorporando novas variáveis em seus modelos de equilíbrio – na verdade, estendendo o escopo declarado para o princípio de equilíbrio. Por exemplo, o aumento da conscientização de alguns dos problemas levantados para a economia de equilíbrio pelo fenômeno da ignorância levou os economistas a incluir o custo da remoção da ignorância (ou seja, o custo da aprendizagem) em seus modelos. Assim, como se constata, a atenção aos problemas de ignorância não apenas não enfraqueceu o controle da suposição de equilíbrio; pelo contrário, ampliou o escopo dessa suposição. Os economistas não precisam mais supor que algum processo necessário de equilíbrio tenha

sido, de algum modo, rapidamente completado antes de começarmos nosso trabalho; eles podem alegar que, a cada instante no tempo, levando em conta todos os custos de transação relevantes (incluindo os custos de aprendizagem), cada situação de mercado deve necessariamente estar sempre em equilíbrio.[4] Assumir o contrário seria assumir que alguns participantes do mercado não conseguiram aproveitar as oportunidades de ganho mútuo através da troca – mesmo quando os custos necessários para superar a ignorância são tão baixos que tornam tal falha ineficiente. Para a abordagem dominante, admitir tais possibilidades é admitir o impensável – comportamento irracional.

Em suma, a posição dominante na economia tendeu a manter os modelos de equilíbrio no centro da teoria de mercado; isso foi feito traduzindo cada aparente discrepância (entre a teoria e a realidade) em uma teoria de equilíbrio mais complicada, baseada nos custos necessários da remoção da ignorância.

Os teóricos do processo de mercado

Os teóricos do processo de mercado de todas as variedades compartilham uma profunda insatisfação com a forma como a economia de equilíbrio olha o mundo. Enquanto, como vimos, os últimos vêem os fenômenos de mercado, a cada momento no tempo, expressando com precisão o equilíbrio de forças relevantes para os dados subjacentes daquele momento, os teóricos do processo de mercado vêem as coisas de maneira bem diferente. As constelações de preços, qualidades de produtos, métodos de produção e rendimentos observados em qualquer instante dado não são de modo algum consideradas os valores de equilíbrio relevantes. (Alguns teóricos do processo questionam a própria significação da noção de “valores de equilíbrio”). Antes, essas variáveis são vistas, em qualquer momento, sujeitas a mudanças que as forças de mercado provavelmente gerarão – mesmo que isolemos, para fins analíticos, do impacto exercido por mudanças exógenas nas variáveis subjacentes.

Tampouco são essas mudanças que as forças de mercado endógenas tendem a gerar vistas como determinadas mecanicamente pelas forças e velocidades relativas dessas forças. Os teóricos do processo de mercado não concebem essas forças como operando de maneira determinista. Eles os veem, antes, compreensíveis apenas em termos sutis, aos quais a análise

microeconômica dominante é singularmente irrelevante. Por exemplo, os teóricos do equilíbrio abordariam um fenômeno de diferença de preço (para o que são de fato amostras diferentes da mesma mercadoria) em diferentes partes do mesmo mercado, concentrando-se nos custos de aprender sobre a disponibilidade de outros preços. Uma vez que esses custos estejam conectados, a suposição é que em todas as diferentes partes do mercado estão em equilíbrio umas com as outras. Se encontrarmos uma tendência para tais diferenciais de preço desaparecerem, a economia padrão explicaria a taxa de desaparecimento como refletindo rigidamente as mudanças subjacentes nos custos de aprendizagem (sobre os diferenciais de preço remanescentes). Os teóricos do processo de mercado, por outro lado, veriam o processo durante o qual os diferenciais de preço gradualmente desaparecem em termos muito menos deterministas. Como elaboraremos mais detalhadamente mais adiante, eles se concentrariam na possibilidade de a aprendizagem ocorrer não através da absorção deliberada dos custos percebidos da aprendizagem, mas através dos fenômenos da surpresa e da descoberta. Esses fenômenos, centrais para a teoria do processo de mercado, simplesmente não são redutíveis aos tipos de problemas com os quais a economia de equilíbrio, baseada sólida e exclusivamente na análise da tomada de decisão racional em um mundo livre de surpresas, está preparada para lidar.

Nesse estágio, talvez estejamos prontos para identificar as versões alternativas da teoria do processo de mercado. Vamos nos dividir em termos de (a) variáveis subjacentes (VSs), identificadas convencionalmente como preferências, disponibilidades de recursos e possibilidades tecnológicas, e (b) as variáveis induzidas (VIs), consistindo de preços, métodos de produção e quantidades e qualidades de produtos que o mercado em determinado momento gera sob o impacto dos VSs. Como vimos, a economia de equilíbrio postula que, a cada instante, os valores reais de mercado dos VIs são aqueles valores de equilíbrio predeterminados pelos valores relevantes dos VSs. Qualquer discrepância aparente é explicada pela postulação de que alguma VS relevante foi de alguma forma negligenciada (como, por exemplo, os custos de superação da ignorância foram negligenciados em modelos anteriores de equilíbrio). Os teóricos do processo de mercado, no entanto, afirmam que os movimentos dos VIs no mercado não são totalmente determinados pelos valores dos VSs. Os primeiros mantêm um grau de liberdade em relação aos

últimos. Podemos agora identificar as variantes alternativas da teoria do processo de mercado a que nos referimos.

Uma variante identifica o processo de mercado como a sequência real de valores dos VIs ao longo do tempo (Lachmann, 1986a). Agora esta sequência, claramente, reflete o efeito conjunto de vários possíveis conjuntos de forças para mudança: (a) as mudanças nos VSs durante este período de tempo podem ser entendidas, mesmo na visão de processo de mercado, como é claro, ter um impacto contínuo na sequência dos valores VI; (b) independentemente das alterações nos VSs, podemos ver como quaisquer processos de ajuste (equilibrados ou não) através dos quais Os valores de UV tendem a tornar-se gradualmente refletidos nos valores de IV podem contribuir para a sequência de mudança dos valores VI durante o período em discussão. Concentrando-se no efeito conjunto desses conjuntos de forças para mudança, essa primeira possibilidade de definir “o processo de mercado” recusa-se, assim, a atribuir qualquer significado analítico real à distinção entre esses dois conjuntos de forças (a) e (b). Na terminologia do professor Lachmann, o primeiro conjunto de forças é descrito como desequilibrando as mudanças, o segundo como mudanças de equilíbrio; mas os dois conjuntos são considerados tão interligados que desafiam o tratamento analítico separado. Isso é reforçado pela circunstância de que, na opinião do professor Lachmann, a inevitável presença de mudanças desequilibradoras enfraquece radicalmente a determinação de quaisquer mudanças equilibradas que possam, na sua ausência, ter sido imaginadas. Isto é assim, em sua opinião, porque a presença das mudanças desequilibradoras torna impossível para os participantes do mercado identificar com clareza os passos que precisam ser tomados para alcançar o equilíbrio.

A segunda variante da teoria do processo de mercado, e a que este escritor acredita que deve ser enfatizada, define o processo de mercado exclusivamente em termos do segundo dos dois conjuntos de forças de mudança identificadas no parágrafo anterior. O conceito de processo de mercado, neste entendimento, é analítico. Distinguimos, entre as forças causadoras de alterações nos VIs, um conjunto distinto de forças desatreladas, a cada momento, pela ausência de equilíbrio. As mudanças induzidas por essas forças constituem o processo de mercado. Essas mudanças continuariam a ocorrer, constituindo o processo de mercado em sua forma analítica mais pura,

mesmo que, a partir de um determinado tempo, todas as alterações nos VSs fossem suspensas. Se quisermos analisar o processo de mercado, é mais útil conduzir experimentos mentais contra o pano de fundo imaginado de VSs imutáveis. Na realidade plena, é claro, o processo de mercado nunca prossegue em forma pura. Em vez disso, o que encontramos ao longo do tempo é uma massa de mudanças nos VIs que refletem, além disso, as contínuas mudanças nos VSs. Assim, essas mudanças nos VIs expressam não apenas o processo de mercado, mas o impacto total de inúmeros processos de mercado separados (e possivelmente colidindo) postos em movimento, em diferentes pontos no tempo, pelas discrepâncias existentes nesses respectivos momentos no tempo, entre VIs reais e os relevantes valores de equilíbrio respectivos para os VIs. Esses processos de mercado separados entram em conflito uns com os outros, colidindo ou reforçando um ao outro, de modo que as sequências reais de valores de IV são vistas como resultados altamente complexos de numerosos conjuntos de forças interagentes. É o princípio central da teoria do processo de mercado, sob esta variante, que apesar das complexidades assim introduzidas pela mudança contínua de VSs, mantém o caráter essencial do processo de mercado como uma questão de experiência histórica praticamente intacto. De fato, será nossa reivindicação, que é esse caráter do processo de mercado a característica dominante das economias de mercado do mundo real; É através da nossa compreensão deste processo de mercado que podemos entender como funcionam as economias de mercado.

Para o restante deste capítulo, usaremos o termo “processo de mercado” para conotar esse significado do termo, a menos que especifiquemos de outra forma. Pode ser útil, antes de continuarmos a desenvolver um esboço da teoria dos processos de mercado (e seu significado para a possibilidade de uma sociedade livre próspera), enfatizar novamente, à luz de nossa identificação adotada da noção de processo de mercado, quão nitidamente diferente a visão de processo de mercado da economia de mercado é aquela que vimos anteriormente como sendo a visão de teoria de equilíbrio dela.

Para os teóricos de processos de mercado, o fio central de mudança que nos permite compreender o mercado é o do processo de mercado. Se quisermos entender os valores VI em um dado momento, podemos fazê-lo referindo-se ao curso do processo de mercado até aquele momento. Se quisermos fundamentar nossa compreensão do mercado na teoria básica, essa

teoria básica deve ser a teoria do que é que molda o curso do processo de mercado. Se quisermos avaliar a importância do mercado para o bem-estar humano, devemos fazê-lo avaliando o impacto sobre esse bem-estar do processo de mercado. Os modelos de equilíbrio resultam, para a visão de processo de mercado, em imagens das quais as características mais importantes do mercado foram excluídas. Tais modelos começam assumindo que não há espaço para os processos de mercado.

O caráter do processo de mercado

A característica central do processo de mercado, para o qual queremos chamar a atenção, diz respeito ao papel desempenhado pela ignorância e pela descoberta. A percepção básica é que o desequilíbrio consiste na ignorância mútua por parte dos participantes potenciais do mercado. Nós tomamos como certo que tal ignorância não pode persistir indefinidamente. Mais cedo ou mais tarde, oportunidades inexploradas de ganho mútuo devem ser descobertas. É por cauda da existência de tais oportunidades inexploradas – devido inteiramente à ignorância mútua – ser provável que acabe sendo descoberto que essa situação inicial é descrita como um estado de desequilíbrio.

O processo de mercado, então, consiste naquelas mudanças que expressam a sequência de descobertas que seguem a ignorância inicial que constituía o estado de desequilíbrio. Descrevemos essa sequência de descobertas como constituindo um processo de equilíbrio, mas devemos circunscrever essa descrição por uma série de qualificações e observações cautelosas. O caráter de equilíbrio do processo decorre naturalmente da circunstância de que ele é composto, presumivelmente, de descobertas corretivas relativas à ignorância anterior. Tais descobertas levam à eliminação de oportunidades inexploradas de ganho mútuo. No final, quando não restarem bolsões de ignorância, ficaremos com um mercado em pleno equilíbrio. Enquanto os VSs permanecerem inalterados, a ausência de ignorância alcançada assegurará que todas as trocas completadas em qualquer período serão repetidas sem mudança em cada período similar sucessivo. Mas o caráter de equilíbrio do processo de mercado, como descrevemos, não deve ser mal interpretado.

Em primeiro lugar, enfatizamos que o fato de o processo de mercado ser equilibrante não implica, evidentemente, que o equilíbrio seja, de fato,

alcançado. Em qualquer mundo real, com mudanças frequentes nos VSs, os processos de equilíbrio são continuamente interrompidos por mudanças de VS que iniciam processos frescos e equilibrantes. Não se espera que algum desses processos seja concluído. Tudo o que afirmamos é que as forças para a descoberta mútua e para a eliminação da ignorância estão constantemente em ação.

Em segundo lugar, não afirmamos que toda e qualquer “descoberta” seja, de fato, corretiva. Muitas “descobertas” acabam se equivocando; a ignorância anterior pode ser aumentada em vez de mitigada. Alguns segmentos do processo de mercado podem, assim, estar desequilibrados. Se, no entanto, mantivermos que o processo de mercado pode ser razoavelmente descrito, em termos gerais, como equilibrantes, isto é devido a uma convicção de que, em face da ignorância inicial, existe uma tendência sistemática para descobertas genuínas, em vez de espúrias, serem feitas.

Em terceiro lugar, a possibilidade do erro aumentando, e não de descoberta corretiva genuína, deve certamente ganhar plausibilidade como resultado da circunstância universal da mudança contínua nos VSs. A descoberta genuína da ignorância anterior não aponta de forma inequívoca para uma melhor tomada de decisão para o futuro – uma vez que o descobridor deve agora especular sobre a probabilidade de novas mudanças.

Enfatizar a centralidade do equilíbrio no processo de mercado não é, evidentemente, admitir a adequação da economia de equilíbrio. Por razões que já foram ditas, os teóricos do processo de mercado argumentam que as principais características do mercado que exigem uma explicação exigem uma análise do processo em vez da teoria do equilíbrio. Uma imagem do mundo como estando todos os momentos em equilíbrio, ou na vizinhança do equilíbrio, prescinde de muitas características importantes da realidade para ser útil para a compreensão econômica. Por outro lado, insistir que o mundo real improvavelmente esteja próximo do equilíbrio não é, de modo algum, admitir que os mercados não sejam poderosamente equilibradores. A visão do processo de mercado vê o mercado como exibindo, em todos os momentos, os efeitos de forças poderosas que encorajam descobertas genuínas e valiosas. Essa visão argumenta que, para entender como os mercados funcionam, é necessário seguir a linha tênue que rejeita tanto a suposição de equilíbrio constante e

instantâneo quanto a suposição oposta de que a sequência de valores do que chamamos de IVs é essencialmente desligada da sequência de VSs.

A natureza da descoberta

Ao descrever o processo de mercado como uma série de etapas que corrigem a ignorância anterior, não queremos que seja entendido que esse processo consiste em uma série de atos deliberados de aprendizado. Pode-se, de fato, descrever uma série sequenciada de atos deliberados de aprendizagem como um processo de adaptação que transforma a ignorância em conhecimento. Mas o processo de mercado não deve ser entendido nesse padrão. Devemos distinguir nitidamente entre aqueles atos de descoberta dos quais o processo de mercado consiste, e os atos de aprendizagem deliberada que, a menos que acidentalmente, não fazem parte do processo de mercado.

Um ato deliberado de aprendizagem ocorre quando se reconhece a falta de conhecimento, se está ciente da maneira pela qual essa falta pode ser retificada e a que custo, e acredita que o valor a ser ganho pela aprendizagem mais do que justifica os custos do aprendizado. O ponto de partida é a consciência da ignorância – na verdade, uma consciência suficientemente detalhada para permitir identificar os itens específicos do conhecimento que faltam. O ponto final do processo de aprendizagem é a posse do conhecimento procurado; mas tal posse não envolve elementos essenciais de surpresa. Quando alguém pesquisa um fato numa enciclopédia, procura o significado e a ortografia de uma palavra estranha em um dicionário ou examina um mapa de ruas de uma cidade estranha, não encontrará nada de surpreendente. Conhecia-se a ignorância; Ninguém se surpreenderá ao descobrir que alguém, sem saber, estava trabalhando sob um equívoco, e que o mundo acaba por ser bastante diferente do que se esperava. O tipo de degraus de descoberta que descrevemos como sendo o processo de mercado, por outro lado, caracteriza-se precisamente pela surpresa envolvida pela descoberta e pelo desconhecimento anterior correspondente da natureza da ignorância. Um exemplo simples ilustrará o ponto.

Considere um mercado em que dois preços prevalecem para a mesma mercadoria em diferentes partes do mesmo mercado. A teoria do equilíbrio, é claro, negaria completamente tal possibilidade e afirmaria que isso pode ser resolvido apenas postulando diferentes qualidades de mercadoria (mais

cuidadosamente definidas) ou a existência de barreiras que separam o mercado em mercados separados. Para a teoria do equilíbrio, tal barreira pode ser a presença de ignorância que é dispendiosa para remover. A teoria dos processos de mercado insiste que a possibilidade da mesma mercadoria vender a preços diferentes dentro do mesmo mercado pode ser inteiramente explicada pelo fenômeno da ignorância desconhecida, facilmente removível. Ignorância desconhecida é a ignorância sobre o que não se sabe. Suponha que alguém compre frutas por \$ 2, quando a mesma fruta estiver abertamente disponível por \$ 1 em uma loja vizinha, a qual acabou de passar, mas passou despercebido. Então fica claro que alguém poderia facilmente saber onde comprar a fruta por \$ 1, e de fato pagou \$ 2 por ela apenas porque não se conhecia a possibilidade de obter sem custo as informações necessárias – em outras palavras, sofria por não ter conhecimento da ignorância sem custo. Quando alguém descobre que a fruta pela qual está pagando \$ 2 está de fato disponível por \$ 1, isso é uma surpresa. A descoberta em si não pode, dadas as circunstâncias, ter sido realizada deliberadamente; afinal, ninguém sabia que existia alguma coisa para ser descoberta.

Quando se teoriza que, de acordo com a lei da indiferença de Jevons, tais diferenças de preço tendem a desaparecer sob o impacto das forças de mercado competitivas, postulamos, uma série de descobertas espontâneas que tendem a eliminar as diferenças de preço. Assumimos que a existência de um diferencial de preço atrairá a atenção. As pessoas que pagaram \$ 2 perceberão que outras pessoas pagaram \$ 1; as pessoas que aceitaram \$ 1 perceberão que outras pessoas receberam \$ 2. Outros podem notar a possibilidade de ganhar lucro puro comprando a \$ 1 e vendendo a \$ 2; O resultado dessas descobertas – nenhuma das quais foi deliberadamente buscada – é o aumento de compras tentadas em \$ 1 e o aumento de vendas tentadas em \$ 2. Isso leva à eliminação de diferenciais de preço. Não é possível em geral, argumentaremos, imaginar a eliminação de tais diferenciais de preço na ausência de descoberta espontânea. Se, por exemplo, imaginarmos etapas dispendiosas deliberadamente tomadas para procurar preços melhores, então enfrentamos o problema de explicar por que tais medidas não foram tomadas antes. (Poder-se-ia, é claro, postular que a sequência de eventos de mercado reduz sistematicamente os custos de tal busca deliberada. Mas isso deixa o domínio da teoria geral para o de suposições ad hoc.) Mais cedo ou mais tarde, é preciso recorrer à descoberta espontânea,

mesmo que seja apenas a descoberta da possibilidade de pesquisa rentável em si.

A ênfase que atribuímos ao caráter de descoberta (em vez de busca deliberada) do processo de mercado é de considerável importância. Processos de busca deliberada são, em um sentido definido, totalmente determinados. Em cada ponto do processo de busca, sabemos exatamente como foi escolhido. A quantidade que se escolheu é completamente determinada pelo valor do que se pode procurar e pelos custos da pesquisa. Em cada ponto do tempo, um indivíduo possui o grau ótimo de conhecimento (e, portanto, também o grau ótimo de ignorância). Se o processo de mercado fosse desse caráter, seria um processo completamente determinado – totalmente explicável em termos de teorização de equilíbrio. Ou seja, não despreveríamos o processo de mercado seguindo um curso de desequilíbrio para o equilíbrio, mas seguindo um curso de equilíbrio com uma grande quantidade de ignorância (ideal) para o equilíbrio com um nível menor (mas, é claro, ainda ótimo) de grau de ignorância.

O que temos sublinhado, por outro lado, é que, na visão de processo de mercado, a passagem que leva de muitos preços predominantes a um único preço não é de todo determinada, mas, mesmo assim, sistemática e expressiva de uma tendência poderosa. Nunca pode haver uma garantia de que alguém notará aquilo de que ele é totalmente ignorante; a racionalidade mais completa da tomada de decisões no mundo não pode garantir a busca daquilo cuja existência é totalmente insuspeita. No entanto, afirmamos que poucos irão sustentar que a ignorância inicial sobre as oportunidades desejáveis disponíveis sem custo pode durar indefinidamente. Reconhecemos, com certeza, que os seres humanos são motivados a perceber aquilo que é para seu benefício notar. Identificamos essa motivação geral com o estado de alerta que todo ser humano possui, em maior ou menor grau. Esse alerta humano onipresente torna inconcebível que os participantes do mercado possam esperar indefinidamente que continuem pagando mais por um item do que realmente precisam; ou que podem esperar indefinidamente que continuem aceitando menos em pagamento por um item do que eles são de fato capazes de obter. Estamos convencidos de que atos de descoberta especificamente imprevisíveis se somarão a uma mitigação sistemática de diferenciais de preço injustificados. Por causa de seu caráter não-determinístico e não-mecânico,

esse processo de descoberta de mercado não se presta ao tipo de modelagem central para a economia de equilíbrio. No entanto, a natureza sistemática do processo requer que não permitamos quaisquer predileções metodológicas em favor de técnicas de modelagem formais para obscurecer características de vital importância da economia de mercado.

Entendendo mercados

Tudo isso nos proporciona, na visão de processo de mercado, uma compreensão sensível dos fenômenos de mercado que vai significativamente além do escopo da economia de equilíbrio. A visão do processo de mercado concentra-se nos incentivos oferecidos pelas condições de mercado de desequilíbrio para aquelas descobertas que se somam a tendências sistemáticas de equilíbrio. Considera que esses incentivos atraem continuamente a atenção de concorrentes potencialmente novos; reconhece que a atenção de tais novos concorrentes deve assumir a forma de percepção empreendedora de oportunidades de lucro exploráveis.

Essa compreensão dos mercados, então, se recusa a ver a constante agitação de mercado iniciada por competidores em disputa e inovações empreendedoras inovadoras como elementos perturbadores a serem filtrados a fim de perceber os elementos estáveis subjacentes correspondentes às posições de equilíbrio de mercado. Ao contrário, a visão do processo de mercado vê nessa constante agitação de mercado os conjuntos essenciais de forças de mercado que nos permitem compreender o que está acontecendo nos mercados. Essa visão vê o aparente caos da agitação do mercado como não-caótico; pelo contrário, é nessa sequência aparentemente caótica de eventos de mercado que a ordem do mercado reside. O significado central dos movimentos que observamos continuamente nos mercados é que descobertas estão sendo feitas a respeito de lacunas de mercado negligenciadas. Cada oportunidade negligenciada constitui, ao mesmo tempo, (a) uma característica de desequilíbrio no mercado, e (b) uma oportunidade explorável de lucro puro. É o incentivo oferecido sob a forma de lucro puro que inspira e motiva aquelas descobertas empreendedoras que tendem a corrigir características anteriores de desequilíbrio.

Certamente, a visão do processo de mercado reconhece enfaticamente que, a qualquer momento, o mercado ainda não eliminou todas as

características de desequilíbrio – se não por outra razão que não a circunstância de mudar continuamente os VSs. Mas essa visão também insiste que reconheçamos o caráter das forças em todos os momentos impingindo-se ao mercado – forças inspiradas pelo alerta empreendedor em relação a oportunidades de lucros puros.

Esta forma de entender o mercado aplica-se, *mutatis mutandis*, tanto a curto como a longo prazo. Oportunidades de lucro puro podem se oferecer em três formas distintas, que compartilham em comum a aplicabilidade dos insights dos parágrafos anteriores. Lucro puro pode ocorrer (a) como resultado de arbitragem pura, comprando e vendendo simultaneamente a preços diferentes; b) como resultado da “arbitragem intertemporal”, comprar um item a um preço baixo e vendê-lo mais tarde a um preço mais alto; e (c) como resultado de um ato criativo de produção, comprando recursos a preços baixos e vendendo um produto criado de forma inovadora a partir deles a um preço alto. Em cada um desses casos, o lucro puro ocorre porque o mercado não estava totalmente ajustado às possibilidades que ele próprio continha (ou oportunidades imediatamente atingíveis ou possibilidades passíveis de serem atingidas). A possibilidade de ganhar lucro puro motiva o alerta dos empreendedores e inspira decisões criteriosas e criativas para superar a ignorância inicial de que essas possibilidades são a contrapartida do mercado. A prontidão empreendedora que percebe possibilidades de arbitragem pura hoje é fundamentalmente similar àquela que prescientemente prevê as possibilidades de lucro a serem obtidos através da arbitragem intertemporal. E é analiticamente paralelo, pelo menos, àquele estado de alerta para as possibilidades que podem ser abertas por meio da inovação que inspira a criatividade e inventividade dos produtores empreendedores. A agitação do mercado que expressa esse tipo de alerta empreendedor é de um único padrão. Os tipos de processos de equilíbrio que esses respectivos tipos de agitação de mercado iniciam alcançam ajustes correspondentes na alocação de recursos e de produtos. A arbitragem pura tende a garantir a exploração de todas as oportunidades disponíveis para troca mutuamente lucrativa; a arbitragem intertemporal tende a evitar a alocação intertemporal “perdulária” (e, portanto, quando justificado, construir a estrutura ótima de capital); o empreendedorismo exercido na produção inovadora tende a gerar progresso tecnológico. Entender as conquistas do processo de mercado dessa forma não deve, mais uma vez, nos cegar para as possibilidades de fracassos empresariais.

Perdas puras, em vez de lucros puros, podem surgir e surgem. O processo de mercado que delineamos oferece uma tendência sistemática, em vez de uma trajetória semelhante a uma máquina infalível. Além disso, a certeza que sentimos em relação à tendência geral do processo de mercado é claramente dependente da taxa em que as mudanças imprevistas nos VSs atingem o mercado. Se essas mudanças fossem tão drásticas em sua volatilidade e taxa de ocorrência que inundassem o potencial de descoberta inerente ao alerta empreendedor, dificilmente poderíamos esperar que o processo de mercado se manifestasse, no mundo real, de uma maneira capaz de gerar ordem nele em face do aparente caos. A agitação do mercado, assim gerada pela mudança caótica nos VSs, poderia, assim, deixar de mostrar as tendências subjacentes à ordem que os processos empreendedores, sob condições menos extremas, colocam em movimento.

Mas a ciência econômica, desde seus primórdios, foi atracada na circunstância empírica de mercados que exibem uma certa ordem. O desafio científico tem sido, não prever uma ordem que ainda não foi observada, mas explicar a circunstância contraintuitiva da ordem de mercado observada, na ausência de controle centralizado. É ao enfrentar esse desafio que a teoria do mercado, desde Adam Smith, lutou para alcançar uma compreensão dos mercados. A abordagem do processo de mercado, totalmente alinhada a essa tradição científica, vê um avanço significativo na compreensão dos mercados como obtida a partir de insights sobre o processo de descoberta competitivo-empreendedora que constitui, nessa abordagem, o núcleo essencial dos fenômenos de mercado ao longo do tempo.

Processo de mercado e liberdade individual

A abordagem do processo de mercado permite, de fato, reconhecer que o caráter contraintuitivo dos teoremas das mãos invisíveis dos economistas sobre os mercados oculta uma descoberta ainda mais surpreendente. Não só é o caso, como a economia tradicional tem demonstrado desde Adam Smith, que a eficiência do mercado pode prevalecer apesar da ausência de direção centralizada. Acontece que a abordagem do processo de mercado mostra que tal ausência de direção centralizada é de fato necessária, se o tipo de coordenação (temos visto ser alcançável através do processo de mercado) é para ser atingido. É essa percepção que Mises e Hayek tentaram enunciar em suas exposições dos problemas de cálculo econômico ao enfrentarem os

planejadores socialistas. Como foi mostrado recentemente (Lavoie 1985a), o fracasso dos economistas do pós-Segunda Guerra Mundial em apreciar a força, e até mesmo o conteúdo da posição de Mises-Hayek, tem muito a ver com o desconhecimento da visão de mercado desses economistas austríacos – talvez inconscientemente – possuíam. De uma abordagem de equilíbrio, o problema do cálculo socialista parece longe de ser insolúvel; uma vez que a visão de processo de mercado é compreendida, o problema de cálculo assume proporções muito mais formidáveis.

O problema do cálculo começa, agora entendemos, da inevitável circunstância da ignorância insuspeita. Essa ignorância, como Hayek explicou há mais de quarenta anos (Hayek, 1949b), assume a forma de informações dispersas. A questão é que, em qualquer momento, existem oportunidades para atividades de intercâmbio e produção socialmente significativas. Os ingredientes para tais oportunidades consistem em informações sobre recursos e produtos que, reunidos em uma única mente, podem apresentar oportunidades claramente identificáveis. O problema é que estes ingredientes não estão, no momento em questão, presentes a uma única mente. A principal função do sistema econômico, argumentou Hayek, não é “alocar recursos eficientemente”, mas, antes de tudo, superar o problema do conhecimento criado pela informação dispersa. A natureza desse problema de conhecimento deve, no entanto, ser claramente entendida. Nossa discussão sobre a natureza da descoberta pode ser útil nesse sentido.

O problema criado pela informação dispersa consiste, devemos manter (ver também os Capítulos 8 e 9), não na circunstância de que aqueles que possuem alguns itens relevantes de informação ignorem os itens complementares de informação, mas ignorem sua ignorância. Os membros de uma economia possuem itens de informação cujo valor potencial é bastante desconhecido para eles, porque eles não têm nenhuma pista sobre a disponibilidade de insumos complementares ou de informações complementares. Essa ignorância significa que, mesmo que os custos da pesquisa (que podem gerar as informações que faltam) sejam muito baixos, nenhuma pesquisa será realizada. Esse tipo de ignorância desconhecida, quando confrontado por planejadores centrais, não pode ser abordada sistematicamente ou deliberadamente. Os planejadores simplesmente não

sabem o que procurar, não sabem onde ou de que tipo são as lacunas de conhecimento.

E é precisamente esse problema de conhecimento que a economia de mercado descentralizada aborda. A existência de ignorância desconhecida manifesta-se em mercados como oportunidades despercebidas para lucros puros. Tais oportunidades atraem a atenção dos empreendedores. É a série de descobertas estimuladas por tal alerta que constitui o processo de mercado. O que o processo de mercado alcança, então, é a coordenação sistemática de partes dispersas de informações disponíveis – mas sumindo sem se imaginar – em toda a economia.

Acontece, então, que a liberdade individual não é apenas um elemento na definição de uma economia de mercado. Acontece que a liberdade individual é aquele ingrediente nessa definição da qual depende o sucesso do processo de mercado. A liberdade individual não é uma circunstância, apesar de quais mercados funcionam; é a circunstância crucial que permite que o processo de mercado funcione. Tudo isso leva a acrescentar várias observações sobre o significado da liberdade individual.

O significado da liberdade individual

O processo de mercado que descrevemos depende, como vimos, do estado de alerta individual. Tal alerta, como vimos, manifesta-se principalmente através do exercício do empreendedorismo, mas de fato está presente, até certo ponto, em toda atividade individual. Nós enfatizamos a importância da entrada do empreendedorismo como força motriz no processo de mercado. Mas, de forma mais geral, esse processo depende da liberdade individual para buscar oportunidades percebidas, dentro dos limites dos direitos de propriedade, sem que obstáculos arbitrários sejam colocados em seu caminho. A ideia central, para uma compreensão da liberdade individual, está na liberdade do indivíduo de identificar por si mesmo quais são as oportunidades que ele pode se esforçar para compreender. Embora isso possa parecer óbvio e até mesmo banal, devemos notar que é apenas dentro do sistema de processo de mercado de pensar nos mercados que esse aspecto da liberdade individual se torna claramente aparente (Kirzner, 1979a: cap. 13).

Dentro de uma visão de equilíbrio da atividade econômica, realmente não há espaço para esse aspecto da liberdade. Para a visão de equilíbrio, nunca há qualquer questão de perceber oportunidades. Para essa visão, cada indivíduo é assumido, desde o início, sendo confrontado por uma série de recursos dados e uma série ordenada de objetivos dados. Sua tarefa de decisão é meramente a de calcular a disposição de seus recursos de modo a maximizar o valor dos objetivos alcançados. (É claro que esta declaração da decisão sobre a visão de equilíbrio reconhece que um desses objetivos pode ser o objetivo intermediário de obtenção de informações necessárias por meio de pesquisa. Mas nós lembramos de que, sob esse ponto de vista, não há espaço para surpresa ou descoberta.) A liberdade, sob essa concepção da decisão individual, não pode significar mais do que a própria função de preferência do tomador de decisão, e de ninguém mais, que determina a classificação relevante de objetivos. Mas a visão do processo de mercado que articulamos aponta para uma característica muito mais fundamental da liberdade, uma característica que os filósofos sempre entenderam, mas que os economistas, sob a cegueira imposta pela teoria do equilíbrio, parecem ter perdido de vista. Esta característica é que o indivíduo livre tem a liberdade de decidir o que é que ele vê. Ele é livre para fazer suas próprias descobertas (e, claro, para cometer seus próprios erros empresariais). O significado dessa característica da liberdade, para uma discussão do significado da liberdade do processo de mercado, não é difícil de discernir. O que um mercado livre faz é oferecer aos seus participantes incentivos para fazer descobertas lucrativas. Esta característica central do livre mercado tem duas implicações para a liberdade individual. Primeiro, como já foi observado, é capaz de aproveitar a liberdade individual para gerar o processo de descoberta sistemática que é a base para as propriedades de coordenação do mercado. Segundo, ao oferecer o incentivo de oportunidades de lucro puro para alertar os participantes do mercado,[5] o mercado está proporcionando uma saída através da qual um elemento essencial da liberdade individual pode ser expresso e exercido. Se a liberdade inclui, em um sentido importante, a liberdade de reconhecer oportunidades até então despercebidas, e se, como argumentado, a capacidade de reconhecer oportunidades depende vitalmente da capacidade de obter benefícios para si de tais oportunidades, então apenas um sistema que permita agarrar as oportunidades de ganho é capaz de fornecer espaço para liberdade (exceto o tipo de liberdade desfrutado por Robinson Crusóé).

Não só é, então, o caso de que o funcionamento dos mercados depende da liberdade humana: acontece que apenas no contexto dos mercados livres existe um espaço genuíno para a liberdade humana na sociedade. Para a elucidação de ambas as conclusões, vimos, uma compreensão dos mercados em termos da visão de processo de mercado tem sido o indispensável degrau intelectual.

Notas

[1] Este capítulo baseia-se livremente em ideias desenvolvidas em trabalhos anteriores do autor. Veja especialmente Kirzner (1973, 1978, 1979a, 1985a). Essas ideias têm suas raízes na escrita de Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek.

[2] Para uma discussão do trabalho de E.H. Chamberlin a este respeito, ver Kirzner (1973: 114).

[3] Para um exemplo inicial dessa preocupação, ver Hayek (1949c). Para um exemplo mais recente, veja Fisher (1983).

[4] Para uma versão extrema deste ponto de vista, ver Stigler (1982).

[5] Deve-se notar que tais oportunidades estão amplamente disponíveis como parte do ambiente econômico relevante não apenas para os empresários puros, mas para todos os participantes do mercado.

**PARTE II — O SURGIMENTO DA
VISÃO AUSTRIACA**

Capítulo 3: A Escola Austríaca de Economia

O nascimento da Escola Austríaca de Economia é geralmente reconhecido como tendo ocorrido com a publicação, em 1871, de *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (Princípios de Economia Política), de Carl Menger. Com base nesse trabalho, Menger (até então funcionário público) tornou-se membro júnior da Universidade de Viena. Vários anos depois, depois de um período como tutor e companheiro de viagem do príncipe herdeiro Rudolph, foi nomeado para uma cadeira professor na Universidade. Dois economistas mais jovens, Eugen von Böhm-Bawerk e Friedrich von Wieser (nenhum dos quais tinha sido aluno de Menger) tornaram-se entusiastas das novas ideias apresentadas no livro de Menger. Durante a década de 1880, um vigoroso fluxo de literatura desses dois seguidores, e de vários estudantes de Menger, e em particular um trabalho metodológico do próprio Menger, trouxe as ideias dele e seus seguidores para a atenção da comunidade internacional de economistas. A Escola Austríaca era agora uma entidade reconhecida. Várias obras de Böhm-Bawerk e Wieser foram traduzidas para o inglês; e em 1890 os editores da revista norte-americana “Anais da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais” estavam pedindo a Böhm-Bawerk um documento explicativo explicando as doutrinas da nova escola. O que se segue procura fornecer uma pesquisa concisa da história da Escola Austríaca com ênfase especial em (a) os principais representantes da escola, (b) as ideias centrais identificadas com a escola, (c) a relação entre a escola, suas ideias e outras grandes escolas de pensamento dentro da economia e, (d) os vários significados e percepções associados hoje com o termo economia austríaca.

Os autores fundadores

O livro de Menger de 1871 é reconhecido na história do pensamento econômico (ao lado da Teoria da Economia Política de Jevons, de 1871, e Elementos da Economia Pura, de Walras, de 1874) como um componente central da “Revolução Marginalista”. Em sua maior parte, os historiadores do pensamento enfatizaram as características do trabalho de Menger que se assemelham às de Jevons e Walras. Mais recentemente, seguindo especialmente o trabalho de W. Jaffé (1976), atenção tem sido dada aos aspectos das ideias de Menger que os diferenciam dos de seus contemporâneos. Uma série de estudos

recentes (Grassl e Smith 1986) relacionaram esses aspectos singulares de Menger e dos primeiros economistas austríacos a correntes mais amplas na cena intelectual e filosófica do final do século XIX na Áustria.

O impulso central do livro de Menger era inconfundível; foi uma tentativa de reconstruir os fundamentos da ciência econômica de um modo que, embora mantendo o caráter abstrato e teórico da economia, oferecesse uma compreensão de valor e preço que se opunha fortemente aos ensinamentos clássicos. Para os economistas clássicos, o valor era visto como governado pelos custos dos recursos passados; Menger considerou o valor como uma forma de julgar a utilidade futura em atender às necessidades do consumidor. O livro de Menger, oferecido à comunidade erudita de língua alemã da Alemanha e da Áustria, era completamente diferente, em abordagem, estilo e substância, do trabalho vindo das universidades alemãs. O último trabalho, embora também criticasse fortemente a economia clássica, estava atacando seu caráter teórico e apelativo para uma abordagem predominantemente histórica. Na época em que o livro de Menger apareceu, a escola histórica alemã “mais antiga” (liderada por Roscher, Knies e Hildebrand) estava começando a ser sucedida pela escola histórica “mais jovem”, cujo líder seria Gustav Schmoller. Menger, o funcionário austríaco de 31 anos, teve o cuidado de não apresentar seu trabalho como antagônico ao da erudição econômica alemã. Na verdade, ele dedicou seu livro – com “estima respeitosa” – a Roscher, e ofereceu-o à comunidade de estudiosos alemães “como uma saudação amigável de um colaborador na Áustria e como um eco fraco das sugestões científicas tão abundantemente aplicadas a nós austríacos pela Alemanha [...]” (Menger 1981: Prefácio). Claramente, Menger esperava que suas inovações teóricas pudessem ser vistas como reforçando as conclusões derivadas de estudos históricos dos estudiosos alemães, contribuindo a uma nova economia para substituir uma desacreditada ortodoxia clássica britânica.

Menger ficaria amargamente desapontado. Os economistas alemães virtualmente ignoraram seu livro; onde foi notado nos jornais de língua alemã foi mal interpretado ou sumariamente esquecido. Na primeira década após a publicação de seu livro, Menger estava praticamente sozinho; certamente não havia “escola” austríaca. E quando o entusiástico trabalho de Böhm-Bawerk e Wieser começou a aparecer na década de 1880, a nova literatura adquiriu a denominação “austríaca” mais como um epíteto pejorativo concedido por

economistas alemães desdenhosos do que como um rótulo honorífico (Mises 1969: 40). Esse racha entre os acadêmicos eruditos austríacos e alemães aprofundou-se consideravelmente após o surgimento do desafio metodológico de Menger à abordagem histórica (Menger, 1985). Menger aparentemente escreveu que o trabalho surgiu pelo desinteresse hostil com o qual seu livro de 1871 fora recebido na Alemanha, de que a economia alemã só podia ser resgatada por um ataque frontal à Escola Histórica. O método amargo que se seguiu é geralmente (mas não invariavelmente, ver Bostaph 1978) visto pelos historiadores da economia como constituindo um trágico desperdício de energia erudita. Certamente este conflito acadêmico venenoso ajudou a trazer a existência de uma Escola Austríaca à atenção da fraternidade econômica internacional – como um grupo de economistas dedicados que oferecem uma enxurrada de ideias teóricas excitantes reforçando a nova literatura marginalista, modificando drasticamente a teoria clássica do valor, até então dominante. Obras de Böhm-Bawerk (1886), Wieser (1884, 1956), Komorzynski (1889) e Zuckerkandl (1889) ofereceram elaborações ou discussões das ideias centrais subjetivistas de Menger sobre valor, custo e preço. Os trabalhos sobre a teoria do lucro puro e sobre aplicações como a teoria das finanças públicas foram contribuídos por escritores como Mataja (1884), Gross (1884), Sax (1887) e Meyer (1887). O livro amplamente utilizado por Philippovich (1893), que foi professor na Universidade de Viena (mas mais compreensivo em relação às contribuições da escola alemã), é creditado como tendo um importante papel na disseminação da teoria da utilidade marginal austríaca entre estudantes de língua alemã.

Nessas primeiras contribuições austríacas à teoria do valor e preço, a ênfase foi colocada (como nas abordagens jevoniana e walrasiana) tanto no marginalismo quanto na utilidade. Mas importantes diferenças distinguem a teoria austríaca de outras teorias marginalistas antigas. Os austríacos não fizeram nenhuma tentativa de apresentar suas ideias em forma matemática e, como consequência, o conceito austríaco da margem difere um pouco do de Jevons e Walras. Para este último e para os subseqüentes teóricos microeconômicos, o valor marginal de uma variável refere-se à taxa instantânea de mudança da variável “total”. Mas os austríacos trabalharam, deliberadamente, com variáveis discretas (ver K. Menger, 1973). Mais importante ainda, o conceito de utilidade marginal, e o sentido em que ela decresce, referiam-se aos austríacos não aos próprios prazeres psicológicos,

mas às avaliações marginais (ordinais) de tais prazeres (McCulloch, 1977). Em todo caso, como foi sugerido por Streissler (1972), o que era importante para os austríacos na utilidade marginal não era tanto o adjetivo quanto o substantivo. Menger viu sua teoria como demonstrando o papel único e exclusivo desempenhado, na determinação do valor econômico, por considerações subjetivas, de “utilidade”. Os valores não são vistos (como na economia marshalliana) como determinados conjuntamente por considerações subjetivas (utilidade) e objetivas (custo físico). Pelo contrário, os valores são vistos como determinados unicamente pelas ações dos consumidores (operando dentro de uma determinada estrutura de mercadorias existentes e/ou possibilidades de produção). Costis via (por Menger, e especialmente por Wieser, cujo nome veio a ser associado de perto a essa percepção) meramente como utilidade prospectiva deliberadamente sacrificada (a fim de obter uma utilidade mais altamente preferida). Enquanto no desenvolvimento das outras teorias marginalistas demorou talvez duas décadas para que se visse que a teoria do valor da utilidade marginal apontasse diretamente para a teoria da distribuição da produtividade marginal, Menger pelo menos vislumbrou essa percepção imediatamente. Sua teoria de bens de “ordem superior” enfatiza como tanto o caráter econômico quanto o valor dos fatores de serviço são derivados exclusivamente das avaliações colocadas pelos consumidores sobre os produtos, para cujo surgimento esses bens de ordem superior acabam contribuindo. Böhm-Bawerk contribuiu não apenas para a exposição e disseminação da teoria básica do valor subjetivo de Menger, mas principalmente para a teoria do capital e dos juros. No início de sua carreira, publicou um volume massivo (Böhm-Bawerk, 1959 [1884]: vol. I) na história da doutrina, oferecendo uma crítica enciclopédica de todas as teorias anteriores sobre juros (ou ‘mais-valia’ ou ‘lucro normal’). Disto se seguiu vários anos depois um volume (Böhm-Bawerk 1889) apresentando sua própria teoria. Pelo menos parte do renome da Escola Austríaca na virada do século derivou da fama dessas contribuições. Como veremos mais adiante, vários escritores posteriores e modernos (como Hicks, 1973; Faber, 1979; e Hausman, 1981) viram essas ideias Böhm-Bawerkianas como constituindo o elemento duradouro da contribuição austríaca. Outros, tomando sua sugestão de uma frequentemente repetida observação crítica atribuída a Menger (Schumpeter 1954: 847, nota 8), viu a teoria de capital e juros de Böhm-Bawerk como separada, ou até mesmo inconsistente, do cerne da tradição austríaca derivada de Menger (Lachmann 1977: 27). Certamente, o próprio Böhm-Bawerk via sua

teoria do capital e dos juros como uma extensão ininterrupta da teoria básica do valor subjetivista. Uma vez que a dimensão do tempo tenha sido introduzida na análise das decisões do consumidor e do produtor, Böhm-Bawerk achou possível explicar o fenômeno dos juros. Como a produção leva tempo, e porque os homens econômicos escolhem sistematicamente o recebimento antes do que (recebimento fisicamente similar) posterior, os processos de produção que usam capital não podem deixar de render (mesmo depois que as forças erosivas da competição são levadas em conta) uma porção da produção atual àqueles que, em períodos anteriores, investiram em processos de produção demorados e rotineiros.

Böhm-Bawerk tornou-se, de fato, tão proeminente representante da Escola Austríaca antes da Primeira Guerra Mundial que, em grande parte devido a seu trabalho, os marxistas passaram a ver os austríacos como o inimigo intelectual burguês por excelência da economia marxista (Bukharin, 1972). Böhm-Bawerk não apenas ofereceu sua própria teoria explicando o fenômeno do “excedente” de maneira a eliminar essa renda capitalista de qualquer caráter explorador, mas refutou de forma enfática e implacável as teorias marxistas desse excedente. Em seu trabalho de 1884, Böhm-Bawerk empregou sistematicamente a teoria subjetiva austríaca do valor para criticar a teoria do valor trabalho marxista subjacente à teoria da exploração. Uma década depois (Böhm-Bawerk 1949 [1896]) ele ofereceu uma paciente, mas implacável e intransigente elaboração dessa crítica (ao dissecar a alegação de que o volume III do *Capital*, publicado após a morte de Marx, poderia conciliar-se com a simples teoria do valor trabalho que formava a base do Volume I). Essa tensão entre os marxistas e os austríacos foi encontrar ecos posteriores no debate que Mises e Hayek (austríacos de terceira e quarta geração) conduziram, durante o período entre 1920 e 40, entreguerras, com economistas socialistas sobre a possibilidade do cálculo econômico em uma economia centralmente planejada.

Menger se aposentou de sua cátedra na Universidade de Viena em 1903. Sua cadeira foi assumida por Wieser. Wieser foi justamente descrito como:

a figura central da Escola Austríaca: central no tempo, central nas ideias que propunha, centrais em suas habilidades intelectuais, isto é, nem o

mais genial, nem um daqueles que não é mencionado. [...] Ele tinha o maior recorde de ensino [...]. (Streissler 1986)

Wieser foi um antigo e prolífico expositor da teoria do valor de Menger. Seu tratado geral sobre economia, resumindo as contribuições de sua vida (Wieser, 1967), foi considerado por alguns (mas certamente não todos) como uma grande conquista. (Hayek (1968) vê o trabalho como uma realização pessoal e não como representante da Escola Austríaca.) Na década anterior à Primeira Guerra Mundial, foi o seminário de Böhm-Bawerk (iniciado quando Böhm-Bawerk voltou à vida acadêmica após vários anos como Ministro das Finanças da Áustria) que se tornou famoso como o centro intelectual da Escola Austríaca. Entre os subseqüentes economistas famosos que participaram do seminário estavam Josef A. Schumpeter e Ludwig von Mises, os quais publicaram livros antes da guerra (Schumpeter 1908, 1934 [1912]; Mises 1980 [1912]).

Depois da Primeira Guerra Mundial

A cena na economia austríaca depois da guerra foi bastante diferente do que tinha sido antes. Böhm-Bawerk morreu em 1914, Menger, que mesmo em sua longa reclusão após a aposentadoria costumava receber visitas dos jovens economistas da universidade, morreu em 1921. Embora Wieser continuasse a lecionar até sua morte em 1926, o foco mudou para os mais jovens estudiosos. Estes incluíam particularmente Mises, o estudante de Böhm-Bawerk, e Hans Mayer, que sucedeu seu professor Wieser em sua cadeira. Mises, embora um membro do corpo docente “extraordinário” (não-assalariado) na universidade, nunca obteve uma cadeira de professor. Grande parte de sua influência intelectual foi exercida fora da estrutura da universidade (Mises, 1978: Ch. IX). Outros estudiosos notáveis (treinados antes da guerra) durante a década de 1920 incluíram Richard Strigl, Ewald Schams e Leo Schonfeld (mais tarde Illy). Diante dessas mudanças, a tradição austríaca prosperou. Novos livros foram publicados e uma nova safra de estudantes mais jovens veio à tona, muitos dos quais se tornariam economistas internacionalmente famosos nas últimas décadas. Estes incluíam particularmente Friedrich A. Hayek, Gottfried Haberler, Fritz Machlup, Oskar Morgenstern e Paul N. Rosenstein-Rodan. A discussão econômica entre os austríacos foi vigorosamente continuada, durante os anos 1920 e início dos anos 1930, dentro de dois grupos parcialmente sobrepostos. Um, na

universidade, foi liderado por Hans Mayer. O outro, centrado em torno de Mises, cujo famoso privatseminar reunia-se em seu gabinete na Câmara de Comércio e atraiu não só os jovens economistas talentosos, mas também filósofos, sociólogos e cientistas políticos, como Felix Kaufmann, Alfred Schutz e Erik Voegelin. Foi durante esse período que o economista britânico Lionel Robbins chegou imerso sob a influência do fermento intelectual que estava ocorrendo em Viena. Um resultado distintamente importante desse contato foi o livro altamente influente de Robbin (Robbins, 1932). Foi em grande parte através deste trabalho que uma série de ideias-chave austríacas passou a ser absorvida pela literatura dominante da economia anglo-americana do século XX. Em 1931, Robbins convidou Hayek para dar uma palestra na London School of Economics, o que levou à nomeação de Hayek para a cátedra Tooke naquela instituição.

A chegada de Hayek à cena britânica contribuiu especialmente para o desenvolvimento e disseminação da consciência da teoria “austríaca” do ciclo econômico. Mises esboçou tal teoria em 1912 (Mises 1980 [1912]: 396-404). Essa teoria atribuía a fase de expansão do ciclo à má alocação intertemporal estimulada por taxas de juros “muito baixas”. Essa desalocação intertemporal consistia em produtores iniciando processos de produção que previam implicitamente uma disposição por parte do público em adiar o consumo em um grau de fato inconsistente com o verdadeiro padrão de preferências temporais. O subsequente abandono de projetos insustentáveis constituía a fase descendente do ciclo. Mises enfatizou as raízes dessa teoria em Wicksell e em insights anteriores da escola monetária britânica. Na verdade, Mises foi tentado a desafiar a adequação do rótulo “austríaco” amplamente ligado à teoria (Mises, 1943). Mas, como reconheceu, o rótulo austríaco havia se tornado firmemente ligado à doutrina. A exposição vigorosa de Hayek e o desenvolvimento extensivo da teoria (Hayek 1931, 1933, 1939) e sua introdução (através da teoria) dos insights teóricos de capital de Böhm-Bawerkian para o público britânico, deixaram inequivocamente a marca de Hayek na teoria totalmente desenvolvida, e ensinou a profissão para vê-lo como um contribuidor central da Escola Austríaca. Dados todos esses desenvolvimentos, é evidente que devemos considerar o início dos anos 1930 como constituindo, de muitas maneiras, o período de maior influência da Escola Austríaca sobre a profissão econômica em geral. No entanto, esse triunfo seria de fato de curta duração.

Com o benefício da retrospectiva, talvez seja possível entender por que e como esse mesmo período do início da década de 1930 constituiu, de fato, um ponto de virada decisivo, quase fatal, na sorte da escola. Em poucos anos, a ideia de uma Escola Austríaca distinta – exceto como um episódio importante, mas passado, na história da economia – praticamente desapareceu da profissão de economista. Enquanto Hans Mayer continuava a ocupar sua cadeira em Viena até depois da Segunda Guerra Mundial, o grupo de proeminentes economistas jovens que cercaram Mises logo se dispersou (por razões políticas ou outras), muitos deles para várias universidades nos Estados Unidos. Com Mises migrando em 1934 para Genebra e depois para Nova York e com Hayek em Londres, Viena deixou de ser um centro para a vigorosa continuação da tradição austríaca. Além disso, muitos do grupo estavam convencidos de que as ideias importantes da Escola Austríaca haviam sido absorvidas com sucesso na economia tradicional. A emergente ascendência da economia teórica e, portanto, o eclipse das abordagens historicistas e anti-teóricas da economia, permitiram sem dúvida aos austríacos acreditar que haviam finalmente prevalecido, que não havia mais nenhuma necessidade particular de cultivar uma versão austríaca separada da teoria econômica. Uma declaração de 1932 de Mises captura esse espírito. Referindo-se à habitual separação de teóricos econômicos em três escolas de pensamento, “as escolas austríaca e anglo-americana e a Escola de Lausanne”, Mises (citando Morgernstern) enfatizou que esses grupos “diferem apenas em seu modo de expressar os mesmos princípios fundamentais e que eles são divididos mais por sua terminologia e por peculiaridades de apresentação do que pela substância de seus ensinamentos” (Mises 1960 [1933]: 214). No entanto, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma tradição austríaca durante e após a Segunda Guerra Mundial, em grande parte através do trabalho do próprio Mises e de Hayek, merecem e requerem atenção.

Fritz Machlup, em várias ocasiões (Machlup 1981, 1982), listou seis ideias como centrais para a Escola Austríaca antes da Segunda Guerra Mundial. Há todas as razões para concordar que foram essas seis ideias que expressaram a abordagem austríaca como entendida, digamos, em 1932. As ideias eram as seguintes: (a) individualismo metodológico (não confundir com individualismo político ou ideológico, mas referindo-se a a alegação de que fenômenos econômicos devem ser explicados voltando às ações dos indivíduos); (b)

subjetivismo metodológico (reconhecendo que as ações dos indivíduos devem ser entendidas apenas por referência aos conhecimentos, crenças, percepções e expectativas desses indivíduos); (c) marginalismo (ênfase na significância de mudanças prospectivas em magnitudes relevantes confrontando o tomador de decisão); (d) a influência da utilidade (e a utilidade marginal decrescente) na demanda e, portanto, nos preços de mercado; (e) custos de oportunidade (reconhecendo que os custos que afetam as decisões são aqueles que expressam a mais importante das oportunidades alternativas sendo sacrificados ao empregar serviços produtivos para um propósito em vez de para as alternativas sacrificadas); (f) a estrutura temporal do consumo e da produção (expressando as preferências de tempo e a produtividade indireta [roundaboutness]).

Parece apropriado, no entanto, comentar mais sobre esta lista. (1) Com vários graus de ênfase, a maioria da microeconomia moderna incorpora todas essas ideias, de modo que (2) essa lista apoia a citada declaração de Morgenstern-Mises, enfatizando o terreno comum compartilhado por todas as escolas da teoria econômica. No entanto, (3) desenvolvimentos posteriores no trabalho de Mises e Hayek sugerem que a lista de seis ideias austríacas não estava realmente completa. Enquanto poucos austríacos da época (do início dos anos 1930) talvez pudessem identificar ideias austríacas adicionais, tais insights adicionais estavam de fato implícitos na tradição austríaca e deveriam ser articulados explicitamente em trabalhos posteriores. Desta perspectiva, então, (4) diferenças importantes separam a teoria econômica austríaca dos desenvolvimentos principais da microeconomia, particularmente porque os últimos desenvolvimentos ocorreram a partir da década de 1930. Ficou para Mises e Hayek articular essas diferenças e, assim, preservar uma “presença” única na profissão.

Desenvolvimentos posteriores da economia austríaca

Uma das primeiras expressões de tais diferenças entre a compreensão austríaca da teoria econômica e a de outras escolas foi o artigo de Hans Mayer criticando as “teorias funcionais de preços” e exigindo o método “genético-causal” (Mayer 1932). Aqui Mayer estava criticando as teorias de equilíbrio de preços que negligenciavam a explicação da sequência de ações que levavam aos preços de mercado. Para entender essa sequência, é preciso entender a gênese causal das ações componentes na sequência. À luz dos escritos posteriores de

Mises e Hayek, parece razoável reconhecer Mayer como tendo colocado o dedo em um elemento importante e distinto embutido no entendimento austríaco. No entanto, os próprios austríacos durante a década de 1920 (e tais estudantes de suas obras como Lionel Robbins) pareciam ter perdido essa percepção. O que parece ter ajudado Hayek e Mises a articular esse elemento até então negligenciado foi o conhecido debate entreguerras sobre a possibilidade do cálculo econômico sob planejamento central. Uma leitura cuidadosa das contribuições para esse debate sugere que foi em reação aos argumentos de equilíbrio ‘mainstream’ de seus oponentes que Mises e Hayek explicitaram a ênfase no processo, aprendizagem e descoberta a ser encontrada na compreensão austríaca dos mercados (Lavoie 1985a).

Mises argumentou que o cálculo econômico exige a orientação fornecida pelos preços; Como a economia centralmente planejada não tem mercado para fatores produtivos, ela não pode usar os preços dos fatores como guias. Oskar Lange e outros contra-argumentaram que os preços não precisam ser preços de mercado; essa orientação poderia ser fornecida por preços não-mercantis, anunciados pelas autoridades centrais, e tratados pelos gerentes socialistas “parametricamente” (assim como os preços são tratados pelos produtores na teoria da firma em mercados de produto e fator perfeitamente competitivos). Foi em resposta a esse argumento que Hayek desenvolveu sua interpretação de processos de mercado competitivos como processos de descoberta durante os quais a informação dispersa chega a ser mobilizada (Hayek 1949a: Caps. 2, 4, 5, 7, 8, 9). Uma caracterização essencialmente similar do processo de mercado (sem a ênfase hayekiana no papel do conhecimento, mas com ênfase na atividade empreendedora em um mundo de incerteza aberta e radical) foi apresentada por Mises durante o mesmo período (Mises, 1940, 1966)). À luz desses desenvolvimentos de Mises-Hayek na teoria do processo de mercado (e reconhecendo que esses desenvolvimentos constituíram a articulação de insights tidos como certos na tradição primitiva austríaca: Kirzner, 1985b; Jaffé, 1976), parece razoável acrescentar o seguinte a lista de ideias centrais para a tradição austríaca de Machlup; (g) mercados (e concorrência) como processos de aprendizagem e descoberta; (h) a decisão individual como um ato de escolha em um contexto essencialmente incerto (onde a identificação das alternativas relevantes é parte da decisão em si). Estas são as últimas ideias que se desenvolveram e tornaram-se centrais para a

atenção renovada à tradição austríaca que, decorrente do trabalho de Mises e Hayek, surgiu nos Estados Unidos durante as últimas décadas.

A economia austríaca hoje

Como resultado destes desenvolvimentos um tanto variados na história da Escola Austríaca desde 1930, o termo economia austríaca veio para evocar uma série de diferentes conotações na discussão profissional contemporânea. Algumas dessas conotações estão, pelo menos parcialmente, sobrepostas; outras são, pelo menos em parte, mutuamente inconsistentes. Parece útil, ao desvendar essas várias percepções, identificar um número de significados diferentes que vieram a ser anexados ao termo “economia austríaca” nos anos 80. O status atual da Escola Austríaca de Economia é, para melhor ou pior, encapsulado nessas percepções atuais.

Para muitos economistas, o termo “economia austríaca” é um termo estritamente histórico. Nessa percepção, a existência da Escola Austríaca não se estendeu para além do início da década de 1930: a economia austríaca foi parcialmente absorvida pela microeconomia dominante e parcialmente substituída pela emergente macroeconomia keynesiana. Em grande parte, essa visão parece ser a dos economistas na Áustria de hoje. Economistas (e outros intelectuais) na Áustria hoje são completamente cientes – e orgulhosos – da Escola Austríaca anterior, como evidenciada por várias conferências comemorativas realizadas na Áustria nos últimos anos, e por várias obras relacionadas (Hicks e Weber, 1973; Leser, 1986), mas se veem hoje simplesmente como uma parte da comunidade geral de economistas profissionais. Erich Streissler, atual titular da cadeira ocupada por Menger, Wieser e Mayer, escreveu extensivamente, e com os insights e estudos de uma profunda influência pela tradição austríaca, sobre numerosos aspectos da Escola Austríaca e seus principais representantes (Streissler 1969, 1972, 1973, 1986).

Para um número de economistas, o adjetivo “austríaco” veio para marcar um renascimento do interesse na teoria de capital e juros de Böhm-Bawerkian. Esse reavivamento enfatizou particularmente a dimensão do tempo na produção e a produtividade indireta. Entre os colaboradores dessa literatura, destacam-se Hicks (1973), Bernholz (1971), Bernholz e Faber (1973), Faber (1979) e Orosel (1981). Nessa literatura, portanto, o termo

“austríaco” tem muito pouco a ver com a tradição subjetivista geral mengeriana (que, como observado anteriormente, tinha certas reservas em relação à teoria de Böhm-Bawerkian).

Para outros economistas (e não-economistas) o termo “economia austríaca” passou a ser associado menos com uma metodologia única, ou com doutrinas econômicas específicas, e mais como com a ideologia libertária na discussão política e social. Para esses observadores, ser um economista austríaco nos anos 80 era simplesmente ser a favor do livre mercado. Machlup (1982) observou (e endossou parcialmente) essa percepção do termo “austríaco”. Ele atribuiu, particularmente, ao impacto do trabalho de Mises. A causa de Mises “campeão do mercado” era tão proeminente, e sua identificação como um austríaco era ao mesmo tempo tão inconfundível, que talvez seja natural que seus fortes pronunciamentos políticos em apoio a mercados desimpedidos tenham sido percebidos como o núcleo do austrianismo dos tempos modernos. Isso foi reforçado pelo trabalho de um dos principais seguidores americanos de Mises, Murray N. Rothbard, que também foi proeminente em estudos e defesa de direitos libertários. Outros observadores, no entanto, questionariam essa identificação. Embora, como observado anteriormente, muitas das primeiras contribuições da Escola Austríaca fossem vistas como fortemente antagônicas ao pensamento marxista, a escola em geral mantinha uma postura apolítica (Myrdal 1954: 128). Entre os fundadores da escola, Wieser foi de fato explícito ao endossar as conclusões intervencionistas da Escola Histórica Alemã (Wieser 1967: 490ff.). Enquanto Mises e Hayek desafiavam provocativamente a possibilidade de eficiência sob o socialismo, eles também enfatizavam o caráter livre de valor (*wertfrei*) de sua economia. Ambos os escritores viam sua posição de livre mercado no nível da política como relacionada, mas não central, ao austrianismo.

Para muitos na profissão, o termo “economia austríaca” veio, desde cerca de 1970, referir-se a um renascimento de interesse nas ideias de Carl Menger e da Escola Austríaca anterior, particularmente porque essas ideias foram desenvolvidas através do trabalho de Mises e Hayek. Esse renascimento ocorreu particularmente nos Estados Unidos, onde uma literatura considerável surgiu de vários economistas. Esta literatura inclui, em particular, obras de Murray N. Rothbard (1962), de Israel Kirzner (1973), de Gerald P. O’Driscoll (1977), de O’Driscoll e Mario J. Rizzo (1985) e de Roger W. Garrison (1977).

1978, 1982, 1985). O objetivo dessa literatura tem sido enfatizar as diferenças entre a compreensão austríaca dos mercados como processos e a dos teóricos do equilíbrio cujo trabalho dominou grande parte da teoria econômica moderna. Como resultado desta ênfase, este sentido do termo “economia austríaca” tem sido frequentemente (e somente parcialmente com precisão: veja White 1984: 9) vindo a ser entendido como uma recusa em adotar modernas técnicas matemáticas e econométricas – que a economia padrão adotou amplamente como resultado de sua orientação de equilíbrio. Os economistas desse grupo de austríacos modernos (às vezes chamados de neo-austríacos) se veem como continuadores de uma tradição anterior, compartilhando com a economia neoclássica dominante uma apreciação dos resultados sistemáticos dos mercados, mas diferindo dela na compreensão de como esses resultados são de fato alcançados. Em grande parte como resultado da atividade desse grupo, muitas obras clássicas dos primeiros austríacos foram recentemente republicadas na forma original ou traduzidas, e atraíram uma quantidade considerável de leitores dentro e fora da profissão.

No entanto, outro significado atual, vagamente relacionado ao sentido anterior, veio a ser associado ao termo “economia austríaca”. Este significado refere-se a uma ênfase na incerteza radical que envolve a tomada de decisão econômica, a ponto de implicar a rejeição virtual de grande parte da microeconomia. Ludwig Lachmann (1976) identificou o trabalho de G.L.S. Shackle como constituindo, nesse sentido, a extensão mais consistente do subjetivismo austríaco (e especialmente do misesiano). O próprio trabalho de Lachmann (1973, 1977, 1986b) enfatizou, na mesma linha, a indeterminação das escolhas individuais e dos resultados do mercado.

Essa linha de pensamento chegou a implicar sérias reservas quanto à possibilidade de conclusões teóricas sistemáticas que determinassem graus significativos de generalidade. Essa conotação do termo “economia austríaca” associa-o, assim, a uma postura simpática, até certo ponto, em relação a abordagens históricas e institucionais. Dada a oposição proeminente de austríacos anteriores a essas abordagens, essa associação, como seria de se esperar, tem sido vista como irônica ou até paradoxal por muitos observadores (incluindo, especialmente, expoentes modernos da tradição mais ampla da Escola Austríaca de Economia).

Nota

Um artigo anterior sobre a Escola Austríaca de Economia foi iniciado e substancialmente redigido pelo professor Friedrich A. Hayek – ele próprio um ganhador do Prêmio Nobel de Economia, cujas contribuições célebres estão profundamente enraizadas na tradição austríaca. O autor reconhece com gratidão sua dívida (na redação deste capítulo) com o conhecimento característico e o tesouro de fatos contidos no artigo inacabado do professor Hayek, bem como com os outros numerosos estudos do professor relacionados à história da Escola Austríaca.

Capítulo 4: Carl Menger e a tradição subjetivista na economia

A republicação da edição fac-símile do tratado clássico de Menger apresenta uma oportunidade apropriada para reexaminar a natureza da contribuição revolucionária de Menger para a compreensão econômica e para reavaliá-la criticamente à luz dos insights maduros descobertos ao longo de um século de desenvolvimento da tradição austríaca que Menger iniciou. No presente capítulo, nos concentraremos na “visão” central de Menger, a nova maneira pela qual persuadiu os economistas a “verem” o sistema econômico como um todo. O próprio Menger, no prefácio do *Grundsätze* (Princípios de Economia Política) (1981 [1871]: X), apontou para o fato de ele ter colocado “todos os fenômenos de preço (os juros sobre o capital, os salários, o juro básico) como um ponto de preço uniforme resumido à teoria de preços”. Nós manteremos que este “ponto de vista” reflete a visão subjetivista de Menger do sistema como um todo, uma visão que forma o cerne de sua contribuição.

Em uma passagem agora clássica, Hayek, provavelmente o mais famoso representante da tradição austríaca do século XX, iniciado por Menger, chamou a atenção para o papel do subjetivismo no desenvolvimento do pensamento econômico. Escrevendo em meados do século, Hayek (1955, p. 31) sugeriu que “todo avanço importante na teoria econômica durante os últimos cem anos era mais um passo na aplicação consistente do subjetivismo”. Argumentaremos nestas páginas que, medido em relação a este critério, a visão de Menger representou um grande passo à frente na história da economia – mas uma que, podemos agora reconhecer em retrospectiva, não explorou todo o seu potencial. O mesmo prefácio em que Menger se referiu ao seu ponto de vista unificado – o ponto de vista expressando, como veremos, a compreensão subjetivista de Menger das forças do mercado – revela a convicção de Menger de que ele havia descoberto “a regularidade dos fenômenos totalmente independentes da vontade humana, que condicionam o sucesso da atividade econômica dos homens” (Menger 1981 [1871]: IX, grifo nosso). Nossa interpretação dessa convicção de Menger ilustrará o sentido em que sua própria compreensão do sistema econômico fracassou em apreciar as etapas

posteriores tomadas no desenvolvimento da economia subjetivista – um desenvolvimento que foi inquestionavelmente iniciado inteiramente e exclusivamente pelo próprio Menger. Vamos primeiro definir o que acreditamos ser a visão central de Menger.

A visão mengeriana

Em sua introdução altamente crítica à tradução de 1950 do *Grundsätze* para o inglês, Frank Knight chamou a atenção para o que acreditava ser o “mais sério defeito no sistema econômico de Menger” (Knight 1950: 25). Este, Knight afirmou, é a “visão da produção de Menger como um processo de converter bens de ordem superior em bens de ordem inferior”. Agora, nós não concordamos de maneira alguma que Knight tenha encontrado aqui qualquer defeito em Menger; mas acreditamos que identificou, nessa visão de produção, a percepção básica que alimentou a compreensão de Menger do processo econômico.

Para Menger, todo o sistema econômico é visto como um complexo de atividades direta ou indiretamente inspiradas pelo objetivo de satisfazer as necessidades do consumidor. Cada item ou serviço adquirido e vendido no mercado é avaliado apenas na medida em que, a juízo do comprador, possa contribuir de forma valiosa, direta ou indiretamente, para a satisfação das necessidades do consumidor. Um ato de produção, na visão mengeriana, é um ato que traz esses itens ou serviços valorizados para mais perto do cumprimento desse objetivo final de satisfazer as necessidades do consumidor – é um ato de “converter bens de ordem superior em bens de menor ordem”. Nenhum ato de produção, por definição, pode deixar de resultar em mercadorias de “ordem inferior” do que as utilizadas nesse ato de produção.

Com essa perspectiva teleológica, Menger, de maneira revolucionária, estava liberando a economia da visão estritamente física da produção que dominara a economia clássica. Nessa perspectiva, a produção poderia ser facilmente discutida como se sua produção tivesse um significado econômico próprio, independentemente de sua função projetada na promoção final da satisfação do consumidor. Knight opusera-se à visão de Menger de que “no processo de produção técnica, a relação típica é o uso de ferro e carvão para produzir ferro e carvão” (Knight 1950: 25). Exatamente. Para o ponto de vista não-mengeriano, o processo típico de produção não se revela, de forma óbvia,

como algo que nos aproxima da satisfação das necessidades finais do consumidor. Menger reconheceu que devemos refinar nossa visão de cada ato de produção para ver como ela se encaixa em um processo global e unificado de implantação de recursos dotados de natureza, de maneira sistemática, para a satisfação das necessidades do consumidor. Todos os fenômenos do mercado, segundo Menger, podem ser entendidos dessa perspectiva. Todos os “fenômenos de preços (que se referem aos juros de capital, salários e juros básico [...])” se encaixam, a partir dessa perspectiva, como expressão dos atos de avaliação gerados por e concorrendo com as oportunidades e os atos de produção. É esse ponto de vista unificado que ilumina todos esses fenômenos, explicando-os como a reflexão sistemática, direta e indireta, das necessidades do consumidor, à medida que se chocam com o dado complexo de recursos da sociedade.

Para Menger, portanto, a produção não é simplesmente um processo físico no qual a combinação de insumos resulta nos resultados desejados; em vez disso, é um processo no qual a importância dos necessários resultados prospectivos valiosos – resultados finais necessários para o próprio benefício deles – se impõem e impõe a implantação apropriada dos recursos disponíveis disponíveis, não importando quão remotos esses recursos possam ser do destino final desejado. A rede de transações de mercado não é tanto aquela que, em termos walrasianos, permite que um complexo de interdependentes e interdependentes atos de troca e de produção sejam coerentemente consumados. Em vez disso, essa teia de transações é vista como a rede de forças através da qual as várias forças relativas de diferentes necessidades de consumo exercem seu poder sobre a descoberta e desdobramento de bens relevantes da mais alta ordem e sua conversão sistemática em padrões que conduzem finalmente à provisão dos bens de menor ordem.

Certamente, encontramos ferro e carvão usados em processos de produção que produzem ferro e carvão. Menger não veria nada de estranho nisso. Mas apontaria a superficialidade da visão que falha em reconhecer a diferença entre os dois conjuntos de ferro e carvão – entre meios e fins (incluindo fins intermediários!). Pelo menos uma parte do ferro e do carvão produzidos deve ser projetada para uso em outras etapas da produção (além da geração de ferro e carvão). E quanto àquela porção de ferro e carvão produzida destinada a uso em outros processos de ferro e carvão, pelo menos parte de sua

produção de ferro e carvão deve ser projetada para ser usada em etapas adicionais de produção (além da geração de ferro e carvão). O que inspira a produção de ferro e carvão não pode ser apenas o objetivo de obter insumos para a produção adicional de ferro e carvão ad infinitum. O que inspira a produção de ferro e carvão, o que confere significado econômico – valor econômico mengeriano – a qualquer unidade de insumo de ferro ou carvão, é o grau de importância associado às necessidades finais do consumidor direta ou indiretamente dependentes dessa unidade. Para Menger, um ato de produção não pode ser entendido, exceto em termos teleológicos – como um ato de desdobramento de meios para fins últimos, ou pelo menos intermediários.

O subjetivismo da visão de Menger

Não há dúvida de que a visão de Menger constituiu um desses passos na aplicação do subjetivismo de que Hayek escreveu. Todo livro-texto da história do pensamento econômico reconhece Menger como o fundador do subjetivismo austríaco. Mas queremos chamar a atenção para um elemento subjetivista na contribuição de Menger, que nem sempre é apreciado.

Os relatos padrão dos primeiros anos da economia austríaca concentram-se na descoberta do princípio da utilidade marginal decrescente e na teoria do valor da marginalidade austríaca.[1] Embora importantes esses aspectos do trabalho de Menger certamente fossem, no entanto, parece-nos que eles não vão ao coração da perspectiva subjetivista de Menger. Para nós, o subjetivismo de Menger se revela em sua visão de todo o sistema econômico – cada ato de produção e toda transação de troca – como inspirado nas tentativas deliberadas de indivíduos econômicos para promover, à luz de seu próprio conhecimento e compreensão, a satisfação das necessidades finais dos consumidores. Essa perspectiva transmuta todos os fenômenos da economia de serem simplesmente transformações físicas, relações ou proporções em expressões diretas ou indiretas de valorações, preferências, expectativas e sonhos humanos. Essa perspectiva subjetivista de Menger se estende muito além de uma compreensão da significância do marginalismo decrescente e suas implicações, e muito além dos estreitos limites da teoria do valor baseada na utilidade. Essa perspectiva difunde a compreensão austríaca de todas as facetas da economia.

É amplamente reconhecido que a visão de Menger incluiu – já em 1871 – as ideias essenciais para uma compreensão marginal da produtividade dos preços dos fatores e da teoria da distribuição de renda funcional. Enquanto os outros pioneiros da revolução da utilidade marginal limitavam seus primeiros insights à teoria do preço do produto (com duas décadas para decorrer antes da extensão da teoria do preço do fator), Menger apresentou seu entendimento dos princípios da precificação de fatores no mesmo ano de 1871, no trabalho em que ofereceu sua teoria do preço do produto. Para Menger, a teoria da produtividade marginal do valor do fator não é uma extensão da teoria da utilidade marginal do preço do produto, mas parte do mesmo todo. A mesma visão que via o preço do produto como a expressão das avaliações marginais dos consumidores via os preços dos fatores como a expressão indireta dessas mesmas avaliações. Embora Knight em um ponto deprecie a teoria da distribuição de Menger (“Encontramos em Menger apenas o germe de uma teoria [...] de distribuição [...]” (Knight 1950: 23)), reconhece que “a doutrina da ‘utilidade marginal’, com sua aplicação a bens indiretos e complementares, ‘logicamente’ abrange tudo o que há a dizer sobre a teoria da distribuição” (p. 15). A verdade certamente é que o insight central de Menger é justamente isso, que a teoria da distribuição deve ser vista como simplesmente uma implicação da teoria da utilidade marginal dos preços dos bens de consumo. A teoria marginal do valor da utilidade não é o ápice da realização subjetivista de Menger, mas sua fundação.

A incompletude do subjetivismo de Menger — a vantagem da retrospectiva

Por mais revolucionária que seja, sem dúvida, a visão subjetivista de Menger sobre o sistema econômico, podemos agora ver suas limitações com muita clareza. O desenvolvimento consistente da economia austríaca desde 1871 nos permite identificar as principais fraquezas do Grundsätze. Paradoxalmente, essas fraquezas acabam sendo inadequações no subjetivismo de Menger. A perspectiva subjetivista que os discípulos de Menger aprenderam com seu mestre permitiu que seguissem uma linha de discussão e compreendessem insights que escapavam ao próprio mestre.

Como foi o caso em nossa discussão das características positivas da contribuição do subjetivismo de Menger, nossa avaliação das limitações desse subjetivismo diferirá da sabedoria convencional concernente a Menger. Os relatos padrão do desenvolvimento de insights subjetivistas após Menger

focam principalmente as inadequações da teoria das necessidades de Menger. Apesar de não discordar do caráter desafortunado (e não subjetivo) da teoria das necessidades de Menger, devemos enfatizar um conjunto diferente de limitações em torno do subjetivismo de sua visão. Como é sabido, a teoria da utilidade de Menger tomou como ponto de partida a existência de um conjunto de necessidades individuais, para cada consumidor, que parecem perturbadoramente objetivas e concretas. É como se a constituição fisiológica e psicológica do indivíduo gerasse requisitos definidos com graus definidos de urgência – independentemente de quaisquer escolhas feitas livremente por esse indivíduo. O que é enfatizado em Menger não são as preferências livremente exercidas, os objetivos buscados de forma espontânea e independente, mas o ajuste inevitável do comportamento econômico para atender às exigências impostas por esses conjuntos de necessidades individuais.[2] Começa-se a entender a referência de Menger a “lei de ‘fenômenos totalmente independentes da vontade humana’ [...]” É como se esses conjuntos de necessidades individuais exercessem sua própria força sobre o sistema, restringindo a alocação de recursos e determinando valores econômicos, inteiramente sem a intermediação da vontade humana. Comentaristas justificadamente viram essa visão como um tanto primitiva, pelo menos como julgada na perspectiva do subjetivismo mais desenvolvido e sofisticado dos últimos austríacos. Desejamos chamar a atenção para um sentido diferente no qual devemos apontar a inadequação do subjetivismo de Menger. Acontece que essa inadequação deve ser encontrada precisamente naquela visão geral do sistema econômico que observamos para a natureza revolucionária subjetivista de sua compreensão do sistema. Será útil recordar, a título de introdução, um pequeno episódio fascinante envolvendo as duras críticas de Hayek à posição tomada por Joseph Schumpeter.

No final de seu célebre artigo de 1945, “O uso do conhecimento na sociedade”, Hayek referiu-se a uma passagem de “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1950), na qual Schumpeter menosprezou o problema do cálculo econômico sob um sistema centralmente planejado. Mises argumentou que, na ausência de mercados para fatores de produção, os planejadores socialistas não teriam índices da importância social relativa dos vários recursos e, portanto, seriam incapazes de planejar racionalmente. Schumpeter sustentou que a racionalidade econômica pode, no entanto, ser alcançada em uma sociedade planejada. Para o teórico, argumentou Schumpeter, “isso decorre da proposição

elementar de que os consumidores, ao avaliarem (exigindo) os bens de consumo, ipso facto, também avaliam os meios de produção que entram no mercado desses bens” (Schumpeter 1950: 175). Hayek achou esse pronunciamento “surpreendente”. Somente para uma única mente a qual seria simultaneamente conhecida não apenas “a avaliação dos bens de consumo, mas também [...] as condições de fornecimento dos vários fatores de produção” (Hayek 1949b: 90) seria válido para afirmar que as avaliações dos consumidores implicam logicamente avaliações correspondentes dos serviços produtivos. Schumpeter, acusou Hayek, foi vítima de uma abordagem que “habitualmente desconsidera [...] a inevitável imperfeição do conhecimento do homem e a conseqüente necessidade de um processo pelo qual o conhecimento é constantemente comunicado e adquirido” (p. 91).

Claramente, o que Hayek achou que faltava em Schumpeter era uma apreciação do processo de mercado através do qual a informação dispersa, relativa à disponibilidade de recursos e às avaliações do consumidor, é mobilizada e aplicada às decisões que governam a produção e a alocação de recursos. O que precisa ser introduzido na visão de Schumpeter do sistema econômico é o reconhecimento do papel do alerta empreendedor e da imaginação, para inspirar e impulsionar esse processo de mobilização de conhecimento do mercado – em face das incertezas absolutas de um futuro desconhecido. Foi o pioneirismo de Schumpeter – embora ele estivesse compreendendo o papel empreendedor – compreender a dimensão subjetiva desse processo de mercado que o levou a acreditar que as avaliações dos consumidores traduzem-se automaticamente em avaliações de fatores produtivos (Kirzner, 1979a, cap. 4, especialmente pp. 68f.).

Esse lapso no subjetivismo de Schumpeter, gostaríamos de endereçar, é exatamente um lapso correspondente no subjetivismo de Menger. A visão schumpeteriana das avaliações do consumidor gerando automaticamente valorações de fatores produtivos é idêntica, veremos, com a visão de Menger em que as necessidades dos consumidores geram resultados que são “completamente independentes da vontade humana [...]”. Precisamente aquela visão em que Menger viu como o sistema econômico transmite juízos de consumo de importância econômica para as matrizes de bens de ordem superior é, desejamos sugerir, da perspectiva do subjetivismo moderno, falha em não reconhecer os passos empreendedores – tomados imaginativamente,

ousadamente e espontaneamente, em face da névoa impenetrável do futuro incerto – através do qual esses julgamentos devem necessariamente ser transmitidos. Essas etapas empreendedoras representam a imaginação e a visão dos empreendedores que investigam o desconhecido. Qualquer alegação de que as preferências dos consumidores ditam a alocação de recursos pode ter validade apenas na medida em que essas preferências sejam percebidas e transmitidas pelos empreendedores do mercado. O reconhecimento de Menger da maneira pela qual os fenômenos de mercado refletem a marca ativa das avaliações do consumidor (em vez das restrições passivas do ambiente físico) foi de fato um passo pioneiro no desenvolvimento da economia subjetivista. Esse reconhecimento acabaria por apontar o caminho para a compreensão de que essa impressão (na medida em que se relaciona com os mercados de bens de ordem superior e as decisões pelas quais eles são alocados) é alcançada através de ações humanas expressando o alerta e as expectativas dos empreendedores. Mas essa completa compreensão subjetivista, argumentamos, escapou de Menger. Para ele, nós referimos, foi como se as regularidades econômicas que ligam as preferências do consumidor a mudanças relevantes na alocação de recursos operem automática e mecanicamente. Nesse aspecto fundamental, o subjetivismo de Menger deve, a partir da perspectiva proporcionada pela retrospectiva de um século, ser julgado incompleto. Vamos olhar mais de perto a visão geral de Menger.

Menger e a suposição do conhecimento perfeito

Nós citamos várias vezes a referência de Menger em seu prefácio às leis econômicas como sendo independente da vontade humana. Este tema é levantado novamente por Menger no corpo de seu livro, especialmente no contexto de sua teoria do preço. Ao explicar a formação de preço em um mercado monopolizado, por exemplo, Menger conclui: “Se resumirmos o que foi dito nesta seção, segue-se disso, conseqüentemente, que os fenômenos econômicos que aparecem aqui não têm absolutamente nenhum caráter acidental, mas um caráter estritamente legítimo [...] Assim, os fenômenos do comércio monopolista em todos os aspectos nos oferecem o quadro de regularidade estrita e, em seguida, adiciona as seguintes palavras-chave: “Erros e conhecimento inadequado também podem trazer desvios à luz, no entanto, são fenômenos patológicos da economia nacional.” (Menger 1981 [1871]: 200). Claramente, Menger confinou o escopo da lei econômica à gama de atividades humanas não afetadas por erros e conhecimento imperfeito. Um exame

cuidadoso de todo o seu capítulo 5, sobre a teoria do preço, confirma que para Menger as leis inevitáveis que, dadas as avaliações do consumidor, determinam os preços são deduzidas estritamente com base no pressuposto de que cada indivíduo econômico está de fato plenamente ciente das circunstâncias relevantes de suas decisões.

Temos aqui, então, uma declaração clara de uma característica importante da economia de Menger. Para Menger, o que a teoria econômica explica é a determinação dos “preços econômicos”, os preços que emergiriam sob condições livres da influência “patológica” do erro e do conhecimento imperfeito. Em sua obra de 1883, *Untersuchungen* (Investigações), Menger elaborou sobre este tema: “Que os preços reais diferem mais ou menos do econômico (correspondente à situação econômica) via de regra, dificilmente precisa-se comentar”(Menger 1985 [1883]: 56). Menger atribuiu essa discrepância a várias considerações, especialmente à imprecisão e erro por parte dos participantes do mercado em relação ao que eles querem e como atingir seus objetivos, e ao conhecimento incompleto sobre a situação econômica.

Está claro, então, que as leis econômicas operam independentemente da vontade humana, que Menger via como governando todos os fenômenos do mercado, estritamente falando, apenas para um mundo de indivíduos econômicos oniscientes. A visão mengeriana, que vê os valores dos serviços da terra, do trabalho e do capital como sendo “a consequência necessária de seu caráter econômico” (Menger, 1981 [1871]: 143) presume que o sistema econômico realmente permite que os preços reais se aproximem dos verdadeiros preços econômicos. “Os preços das mercadorias (aluguel de terra e juros de capital) são, portanto, o produto necessário da situação econômica sob a qual eles surgem, e quanto mais eles são pagos, mais educado é o status legal de um povo e mais purificada sua moralidade pública’ (pp 143–4).

O que Menger claramente acredita (embora ele não pareça apresentar um argumento para apoiar essa crença, nem mesmo para explicitar isso claramente) é que as suposições exigidas para o surgimento dos preços econômicos são suficientemente razoáveis para nos permitir concluir que a compreensão das leis da economia fornecem uma compreensão do mundo real. Embora Menger, talvez mais do que qualquer outro economista de sua época,

se refira repetidamente aos efeitos do erro e da incerteza, no entanto, não parece preparado para assumi-los no seu entendimento geral do sistema econômico (Kirzner, 1979a: cap. 4).

Tudo isso não é uma falha séria, talvez, na teoria dos preços de Menger, entendida como um sistema abstrato. Embora certamente pareça altamente desejável ter uma compreensão do processo dinâmico de mercado através do qual os preços emergem, há certamente também espaço para a teoria (separada) dos fatores que governam a posição em direção à qual esses preços podem estar gravitando. Há espaço para uma teoria do processo de equilíbrio e para a teoria do equilíbrio em si. Existe um lugar legítimo para indagar sobre as implicações do conhecimento perfeito.

Mas quando a suposição de conhecimento perfeito é transferida (como a visão geral de Menger do sistema econômico aparentemente exige que seja transferida) à proposição de que as avaliações do consumidor são de fato substancialmente transmitidas aos mercados pelos serviços de terra, trabalho e capital, temos motivo para ficarmos preocupados. Pois agora, mais de um século depois, entendemos que, se tal transmissão realmente ocorre, ela só pode ser resultado das pressões competitivas exercidas por empreendedores alertas. Em nenhum lugar Menger demonstra consciência da necessidade de introduzir o funcionamento dessas pressões competitivas e empreendedoras. Em nenhum lugar ele demonstra apreço pela circunstância de que tais pressões não podem ser entendidas como mecânicas ou automáticas, mas devem ser entendidas como constituídas pelas descobertas espontâneas de seres humanos alertas. Em nenhum lugar, em resumo, Menger mostra uma sensibilidade a essa dimensão do subjetivismo da qual dependem as forças do mercado.

A situação é, em certo sentido, ainda pior do que apenas a falta de consciência por Menger do escopo para o subjetivismo na compreensão do processo de compra através do qual as preferências relativas do consumidor são transmitidas por todo o sistema. Quando Menger se refere ao erro e ao conhecimento imperfeito como fenômenos “patológicos”, retrata um entendimento muito infeliz (se amplamente compartilhado) da operação dos mercados. A verdade, no entanto, é certamente que é apenas através de incentivos empreendedores (para ganhar lucro puro) criados pelo erro que

podemos esperar qualquer aproximação a esse estado de onisciência que Menger trata como normal para um corpo saudável e econômico. A apreciação da possibilidade de que erros baseados subjetivamente possam criar uma sobre entre os preços reais e os preços econômicos não começa a ser igual a um reconhecimento de que tais erros subjetivamente baseados são, de fato, vistos como degraus para qualquer relevância do mundo real para esses preços – e para a visão geral mengeriana que eles tornam possível. Tendo reconhecido essa incompletude no subjetivismo de Menger, voltemos agora a apreciar certas características, muitas vezes negligenciadas, daqueles passos importantes em direção ao subjetivismo que a visão de Menger tão ousadamente representava.

Uma digressão metodológica — o essencialismo de Menger

O professor Hutchison chamou a atenção para uma característica metodológica muito negligenciada da contribuição de Menger. Menger, explica ele, “insistiu que o que o economista procura não é apenas as relações entre quantidades (Größenverhältnisse), mas a essência (das Wesen) dos fenômenos econômicos: ‘Como podemos alcançar?’, pergunta ele a Walras [em uma carta de 1884], ‘o conhecimento dessa essência, por exemplo, a essência do valor, a essência da renda da terra, a essência do bi-metalismo e pela matemática?’ ” (Hutchison 1953: 148).

Emil Kauder também apreciava o essencialismo metodológico de Menger. “Menger afirmou que os assuntos da ciência não são as construções de nossa mente, mas são sim as essências sociais. Essência significa a realidade subjacente a um fenômeno” (Kauder 1965: 97). Kauder tomou nota do caráter aristotélico da abordagem de Menger: “A teoria de Menger trata das essências aristotélicas, com tipos exatos e relações típicas [...]. Como seu mestre grego, Menger procurou por uma realidade escondida atrás da superfície observável das coisas. Essa técnica de investigação em raio X está muito distante da maneira como Walras, Jevons e seus seguidores trabalhavam” (pp. 97-8). Mais recentemente, Uskali Mäki explorou intensamente o caráter epistemológico do essencialismo de Menger (ver especialmente Mäki, 1990). Nosso propósito atual é modesto, apenas nos lembrarmos desse aspecto do trabalho de Menger e de mostrar sua relação com a tradição subjetivista que foi pioneiro na economia austríaca. Mais uma vez, um comentário crítico de Frank Knight nos alerta para o que está acontecendo.

Knight refere-se depreciativamente ao tratamento de Menger tanto da teoria da demanda quanto da teoria do custo e da oferta. Em particular, deplora o que acredita ser a negligência (especialmente por Menger, mas também, em certa medida, pelos outros principais teóricos econômicos de seu tempo) das inter-relações entre demanda e oferta. Knight descreve algumas observações de Menger sobre o impacto da utilidade marginal no custo de produção como falho e “muito distante do reconhecimento das verdadeiras relações de mútua determinação entre essas variáveis” (Knight 1950: 23). Para Knight, os “papéis comparativos da utilidade (relativa) e do custo (relativo) na determinação do preço dependem das elasticidades comparativas da demanda e da oferta” (nota: veja também Knight 1931). Menger não apresenta tal teoria e, portanto, é visto por Knight como tendo apenas uma compreensão grosseira da teoria da determinação de preços. Eu acredito que é justo dizer que essa crítica knightiana expressa uma diferença desarticulada, talvez impercebida – mas não menos importante – entre o entendimento de Knight sobre o que uma teoria do preço deve explicar e o entendimento de Menger sobre a mesma tarefa. Será útil referir-se a um desacordo um tanto similar entre Böhm-Bawerk e Irving Fisher sobre a tarefa de fornecer uma teoria de juros.

Irving Fisher cita Böhm-Bawerk como tendo postulado “duas questões envolvidas na teoria da taxa de juros, como segue: (1) porque existe alguma taxa de juros e (2) como a taxa de juros é determinada” (Fisher 1930: 13f; ver também p. 474). Fisher argumentou que há apenas uma questão “já que explicar como a taxa de juros é determinada envolve a questão de saber se a taxa pode ou não ser zero”. Fisher não vê nenhum ponto em qualquer explicação separada para a existência do fenômeno dos juros. Böhm-Bawerk, por outro lado, foi mais vigoroso ao manter a distinção que Fisher queria negar. Böhm-Bawerk distinguiu, especificamente, entre “forças originárias” e “forças determinantes”. Uma explicação para a origem do juros pode ser buscada separadamente de uma explicação para a taxa de juros. Böhm-Bawerk empregou uma analogia esclarecedora para dirigir seu ponto de vista. “Quando investigamos as causas de uma inundação, certamente não podemos citar as represas e reservatórios construídos para impedir ou pelo menos mitigar as inundações. Mas são um fator determinante para a verdadeira marca de água da enchente” (Böhm-Bawerk 1959: vol. III, 192). Da mesma forma, devemos entender que uma enumeração de todas as forças determinantes da taxa de juros seria enganosa como uma explicação para o fenômeno dos juros. Parece muito claro que a

diferença entre a compreensão de Fisher da tarefa de uma teoria de juros e a de Böhm-Bawerk se assemelha mais fielmente à diferença que estamos discutindo entre uma teoria de preço de Menger e uma de Knight.

Se identificamos todos os fatores que determinam conjuntamente a taxa de juros, temos, para Fisher, fornecido uma teoria de juros. Sabemos, em princípio, o que é responsável pelas taxas de juros específicas que observamos. Nenhuma outra tarefa (como explicar por que o fenômeno dos juros é encontrado) exige nossa atenção (já que nossa teoria terá explicado por que a taxa de juros é o que é).

Muito parecido para Knight, o que está sendo buscado na teoria do preço é uma identificação completa daqueles fatores que de fato determinam o preço. Se conhecermos a curva de demanda e a curva de oferta, identificamos as forças que, por meio da determinação mútua das variáveis relevantes, estabelecem o preço de equilíbrio. E, a menos que tenhamos identificado completamente essas variáveis e a maneira como elas se determinam mutuamente (para que o equilíbrio prevaleça), não cumprimos nossas responsabilidades como teóricos dos preços. Para Knight, uma teoria do preço não é uma teoria para explicar o fenômeno do valor de mercado, mas uma teoria para explicar, em princípio, por que qualquer preço em particular é o que é. É claro que o entendimento de Knight sobre a tarefa da teoria dos preços é, em grande parte, a visão que permeia a economia neoclássica. A visão de Fisher sobre a tarefa de uma teoria de juros era apenas parte dessa visão neoclássica geral sobre a função da teoria dos preços. No entanto, uma vez que compreendemos a perspectiva essencialista de Menger, parece claro que a visão de Menger era bem diferente.

Para Menger, parece, a principal responsabilidade de um teórico que explica os preços não é identificar as forças, e as forças relativas dessas forças, que são conjuntamente responsáveis pelo nível dos preços. Em vez disso, o teórico, em sua busca pela essência do preço, está procurando as causas que são responsáveis pelo fenômeno do preço. Menger, presumivelmente, não negaria a verdade da crítica frequentemente repetida por Knight (em críticas à teoria austríaca do valor) de que a longo prazo os preços relativos do castor e do cervo não podem diferir sistematicamente da proporção de insumos físicos, respectivamente necessários para adquiri-los. Mas ele ainda teria sustentado

que os preços não surgem por causa dos insumos necessários, mas porque as necessidades dos consumidores por esses bens os impulsionam a oferecer outros bens em troca. O número de libras de carne de cervo pagas como preço do castor não expressa, essencialmente, a dificuldade relativa de sua captura (mesmo que esse preço não possa diferir indefinidamente daquela razão). Em vez disso, a realidade essencial subjacente a esse fenômeno de preço é que ele expressa a intensidade da necessidade sentida por castor (em relação à intensidade da necessidade sentida por cervos). A essência de um preço é que ele expressa a intensidade das necessidades do consumidor. Todos os tipos de circunstâncias, incluindo especialmente as circunstâncias físicas que cercam as possibilidades de fornecimento, ajudará a determinar o volume específico de bens que um consumidor se sentirá obrigado a oferecer como preço do bem que deseja comprar. Mas se o foco do nosso interesse teórico é (como o essencialista manteria) para explicar o fenômeno do preço (ao invés de seu nível), então uma vez que identificamos a causa raiz desse fenômeno (e explicamos como essa causa raiz afeta o ambiente em que a produção e a troca ocorrem), teremos cumprido nossa tarefa.[3] Nessa perspectiva, as explicações dadas no Capítulo 5 de Menger sobre a teoria do preço, em que ele explica os limites dentro dos quais o nível real de preços é determinado não deve ser mal interpretado. O que Menger está mostrando neste capítulo não é tanto o que determina o nível de preços, mas como o nível de preços expressa de fato a causa raiz (ou seja, a intensidade da necessidade do consumidor) dos preços. O que da perspectiva de Knight deve, de fato, ter parecido como não muito melhor do que um valente mas pioneiro esforço rumo a uma explicação completa para a determinação dos preços, parece de maneira bem diferente quando visto da perspectiva de uma agenda essencialista bastante diferente.

Que Böhm-Bawerk, como vimos, parece ter compartilhado da compreensão de Menger da tarefa do teórico é certamente significativo. Uma tarefa distinta, inteiramente válida, de uma teoria de juros é identificar sua essência, a realidade subjacente que faz com que o fenômeno venha a existir. Essa tarefa deve ser distinguida da de contabilizar o nível das taxas de juros. A causa subjacente de uma inundação não deve ser procurada na existência de diques, embora os diques possam certamente determinar o nível da água. O fato de Böhm-Bawerk (de modo bastante inconsciente) ter compartilhado a perspectiva de Menger a esse respeito parece sugerir que essa perspectiva tem

algo a ver com a perspectiva subjetivista compartilhada por esses fundadores da tradição austríaca.

Argumentamos anteriormente, neste capítulo, que a contribuição chave de Menger, e o cerne de seu subjetivismo, não está em sua teoria da utilidade marginal, mas em sua visão revolucionária da economia. Nessa visão, Menger viu todo o sistema como um complexo de atividades, direta ou indiretamente inspiradas pelo objetivo de satisfazer as necessidades do consumidor. É claro que esse complexo de atividades ocorre no contexto das restrições de recursos relevantes e das possibilidades tecnológicas, mas esse histórico permanece – em segundo plano. Para ter certeza, as atividades concretas refletirão o caráter específico desse histórico, mas a natureza essencial dessas atividades continua sendo a de servir aos desejos do consumidor. Em um ambiente físico a necessidade do consumidor por pão pode gerar um modo de trabalho intensivo em agricultura; em outro ambiente, essa mesma necessidade pode ser responsável por um modo terra intensiva em agricultura. Para Menger, a essência de ambos os regimes agrícolas é que eles são inspirados por (e explicados por) necessidades de consumo do pão. O preço específico do pão em qualquer conjunto de restrições de produção certamente dependerá, em um sentido funcional, das especificidades dessas restrições. Mas a “realidade subjacente” responsável pelo fenômeno dos preços do pão é, na visão mengeriana, vista nas expressões das necessidades do consumidor.

Que tal compreensão essencialista da tarefa da teoria econômica é tão estranha aos ouvidos modernos é uma medida, certamente, da distância que a economia moderna se afastou do subjetivismo de Menger. Foi o subjetivismo da visão da economia de Menger que moldou sua compreensão do objetivo da teoria dos preços. Foi esse subjetivismo, certamente, que moldou a compreensão de Böhm-Bawerk do objetivo de uma teoria de juros. Deste ponto de vista, a redescoberta contemporânea do essencialismo de Menger parece oferecer espaço para uma apreciação renovada do subjetivismo da visão de Menger.

Menger — o pioneiro subjetivista

Vimos (a) que a principal contribuição de Menger foi o subjetivismo de sua visão da economia e (b) que esse subjetivismo está ligado à agenda essencialista para a teoria econômica. Nós também tomamos nota da

incompletude do subjetivismo de Menger. Concluimos apontando brevemente como a contribuição de Menger foi o passo pioneiro em uma tradição austríaca que completou substancialmente a perspectiva subjetivista que Menger iniciou.

O Grundsätze de Menger serviu, é claro, como a fundação para a Escola Austríaca que é reconhecida na história do pensamento econômico. Quando Hayek escreveu sua introdução, em 1934, a obra *Collected Works*, de Menger, diria, depois de se referir aos brilhantes seguidores de Menger, Eugen von Böhm-Bawerk e Friedrich von Wieser, que “não é indevido diminuir o mérito desses escritores ao dizer que as ideias fundamentais [da Escola Austríaca] pertencem integralmente e totalmente a Carl Menger” (Hayek 1981: 12). Na época em que Hayek escreveu essas palavras, o estado da economia austríaca estava um tanto estagnado e auto-satisfeito. Seus principais protagonistas acreditavam (com muita validade) que não muito além do estilo de exposição separou a substância da economia austríaca da de outras escolas de teoria econômica; que os insights da teoria austríaca haviam sido absorvidos com sucesso na economia em geral. No entanto, certas características do subjetivismo de Menger, expostas em seu Grundsätze, estavam apontando a tradição austríaca em uma direção que divergia acentuadamente do neoclassicismo dominante.

Sem dúvida, foram os ensinamentos de Menger que inspiraram Ludwig von Mises e Friedrich Hayek em sua longa e árdua jornada de articular sistematicamente a visão austríaca em termos de não-equilíbrio – em termos que enfatizam o subjetivismo da ignorância e da descoberta, do empreendedorismo e da competição dinâmica. Esta longa jornada começou com a crítica de Mises, em 1920, das possibilidades de cálculo econômico racional em uma economia centralizada (Mises, 1920). Prosseguiu através dos brilhantes trabalhos das décadas de 1930 e 1940, publicados no decorrer do debate subsequente, nos quais Hayek desvendou os papéis sutis do conhecimento disperso e da competição dinâmica.[4] E essa jornada levou à formulação mais completa da visão austríaca subjetivista de Mises, em sua obra “Ação Humana” de 1949 (Mises, 1966). No final desta jornada, os austríacos haviam viajado longe do mainstream contemporâneo. Um apreço pela visão profunda que as formulações de Mises-Hayek apresentaram certamente deve passar pela apreciação do subjetivismo e do essencialismo que brilha através

do Grundsätze der Volkswirtschaftslehre (Princípios de Economia Política) de Carl Menger.

Notas

[1] *Uma correção útil da visão popular que trata a contribuição de Menger como simplesmente paralela à de Jevons e Walras é Jaffé (1976).*

[2] *Para uma crítica deste aspecto de Menger, ver Lachmann (1978).*

[3] *Claro, um crítico pode se perguntar por que Menger não poderia, com igual validade, ter visto a causa básica do fenômeno do preço nas restrições físicas que cercam a produção. Se um quilo de castor não pode de fato ser produzido sem renunciar à produção de cervos, ou de outras coisas, não se pode sustentar que é essa realidade subjacente que explica “essencialmente” o fenômeno do castor obter um preço (em termos de outras coisas pagas por isso)? Afinal, os homens não vão caçar castores a menos que um preço seja pago para valer a pena. Aqui, é claro, a visão subjetivista de Menger da vida econômica é o elemento dominante – um elemento filosófico, e não analítico. Para Menger, a verdadeira razão para o fenômeno do preço está nos propósitos dos consumidores na busca de seus objetivos, incluindo castores e “outras coisas”. A dificuldade relativa de produzir o castor e essas outras coisas meramente marca os canais ao longo dos quais os propósitos do consumidor podem ser perseguidos; é visto como um fenômeno de fundo, de fato, criticamente importante para a determinação dos preços específicos pagos, mas não em si, em última análise, responsável pelo fenômeno do preço.*

[4] *Esses artigos formam o núcleo de Hayek (1949a).*

Capítulo 5: Menger, Liberalismo Clássico e a Escola Austríaca de Economia

Uma série de valiosos artigos recentes refletiu o crescente interesse atual na postura política e ideológica dos economistas fundadores da Escola Austríaca. O que é particularmente intrigante sobre essa literatura é que ela oferece o que parece, pelo menos superficialmente, ser um conjunto de leituras e avaliações muito diferentes dessa postura político-ideológica. Especialmente em relação a Carl Menger, oferecemos avaliações aparentemente contraditórias. Ele era um campeão do *laissez-faire*; favoreceu a intervenção econômica estatal substancialmente; não tinha uma posição política claramente definida e articulada – cada uma dessas visões de Menger e dos primeiros austríacos se encontra expressa em algum lugar na literatura. Cada um desses pontos de vista é apoiado por citações dos primeiros austríacos. O objetivo do presente capítulo é conciliar as aparentes inconsistências apresentadas nesses artigos anteriores.

Nossas conclusões serão (a) que os primeiros austríacos, especialmente Menger, ocuparam uma posição que reconheceu tanto a eficácia dos mercados quanto o alcance da intervenção econômica governamental útil; (b) que esta posição meio cheia, meio vazia, não foi articulada de forma deliberada e integrada, de modo que podem ser citadas observações individuais que sugerem posições mais extremas do que a de fato ocupava; (c) que esta posição meio cheia, meio vazia, no entanto, expressava uma compreensão de mercados que, por si só, sugeriam fortemente uma apreciação mais radical dos mercados livres do que os primeiros austríacos de fato demonstravam. É a última circunstância, supomos, que explica como, quando mais tarde os austríacos chegaram a posições ainda mais consistentemente *laissez-faire*, foram vistos pelos historiadores do pensamento como de alguma forma simplesmente perseguindo uma tradição austríaca que pode ser rastreada até os fundadores.

Como deve ser evidente, o desenvolvimento desta tese, embora à primeira vista conflita com as várias contribuições para a literatura atual sobre

este tópico, na verdade, difere deles apenas em questões de ênfase. De fato, o presente capítulo contém muito pouca novidade: extrai a maioria de suas ideias da literatura existente, meramente tecendo essas ideias no que compõe, desejamos manter, uma história mais aceitável e integrada. Escritores assinalaram que o copo não estava cheio; escritores apontaram que o copo não estava vazio; escritores até apontaram que o copo estava meio cheio e meio vazio. Não vamos apenas confirmar a leitura meio cheia, meio vazia, mas ajudar a explicar, talvez, por que o copo pode parecer bastante cheio para alguns observadores enquanto parece vazio para outros.

Menger, austríacos e laissez-faire: alguns paradoxos

Stephan Boehm chamou nossa atenção para uma vertente da sabedoria convencional em relação à Escola Austríaca a partir da época de Menger, ou seja, a identificação dos austríacos como “defensores rigorosos do laissez-faire e apologistas francos do sistema capitalista” (Boehm 1985: 249). Contra essa visão tradicional dos austríacos, Boehm demonstra poderosas evidências nos próprios escritos de Menger: “Menger apresenta uma lista de cinco tarefas legítimas atribuídas ao Estado, respectivamente, melhoria da situação da classe trabalhadora, distribuição de renda, encorajamento da capacidade individual, frugalidade e iniciativa empreendedora” (p. 250, citando Menger 1891). Se esta (ambiciosa!) lista de responsabilidades governamentais não foi suficientemente impressionante, Boehm cita tanto Menger como Böhm-Bawerk de forma enfática, até veemente, rejeitando acusações de que eles seguiram uma abordagem laissez-faire, “manchesteriana” à política social. Menger, Boehm cita, afirmou explicitamente que “nada poderia ser mais oposto à sua escola do que reivindicar o sistema capitalista. Na verdade, a única coisa que ele apreciava em Schmoller era sua preocupação apaixonada pelos pobres e fracos.”[1]

No entanto, a visão de que os economistas austríacos eram de fato intransigentes defensores do laissez-faire – e certamente a visão de que eram percebidos como tais – não pode ser sumariamente desconsiderado. Erich Streissler, particularmente em seu trabalho recente, chamou nossa atenção para o novo material disponível que apoia esta visão de Menger. Como é sabido, Menger passou vários anos como tutor do príncipe herdeiro Rudolph, da Áustria. Rudolph foi obrigado a preparar ensaios sobre as palestras que ouvira de Menger. Estas notas de aula, com correções de Menger, foram recentemente

redescobertas por Brigitte Hamann, que forneceu cópias datilografadas para Streissler. Destes ensaios, Streissler concluiu que Menger ensinou a Rudolph “um liberalismo possivelmente ainda mais rigoroso do que o de Adam Smith. Em casos “normais”, a ação econômica do Estado é sempre prejudicial: sendo só permitida em casos “anormais”. [2]

Talvez ainda mais persuasiva, no que diz respeito à percepção da Escola Austríaca como defensora do não-intervencionismo, sejam as reminiscências pessoais de Ludwig von Mises. Mises estudou na Universidade de Viena nos primeiros anos deste século e tornou-se um dos discípulos mais conhecidos de Böhm-Bawerk. Seu nome é invariavelmente citado como um participante proeminente no famoso seminário de Böhm-Bawerk na Universidade. Pode haver pouca dúvida de que Mises estava completamente familiarizado com a posição política dos membros da Escola Austríaca. Embora ele não tenha estudado com Menger, não podia deixar de ter consciência da forma como era entendida as visões políticas de Menger. Para Mises parece não ter havido a menor sombra de dúvida de que os austríacos se viram (e eram vistos por seus contemporâneos) como reivindicando não apenas uma ciência abstrata da economia (contra os desafios historicistas), mas também ao mesmo tempo a eficácia da economia de mercado (contra seus detratores socialistas e estatistas).

Em um capítulo intitulado “Os aspectos políticos da metodologia”, Mises descreve a aliança entre Schmoller e sua Escola Histórica e as políticas bismarckianas na Prússia que “começaram a inaugurar sua Sozialpolitik (política social), o sistema de medidas intervencionistas como a legislação trabalhista, a seguridade social, atitudes pró-sindicato, tributação progressiva, tarifas protecionistas, cartéis e dumping” (Mises 1969: 30). É verdade que Mises reconheceu que quando Menger, Böhm-Bawerk e Wieser iniciaram suas carreiras científicas, não estavam preocupados com os problemas das políticas econômicas e com a rejeição do intervencionismo pela economia clássica. Eles consideraram como sua vocação colocar a teoria econômica em uma base sólida e estavam prontos para se dedicarem inteiramente a esta causa” (p. 18). Mas essa passagem é seguida pela afirmação declarada de que “Menger desaprovou de todo o coração as políticas intervencionistas do governo austríaco [...] tinha adotado”. Um cético poderia ficar tentado a pensar se Mises (escrevendo em 1969) talvez não estivesse lendo independentemente as atitudes de seus

professores, a postura de *laissez-faire* que ele próprio adotou em sua própria carreira. Mas um leitor imparcial das muitas referências de Mises às implicações políticas da *Methodenstreit* (disputa de métodos) terá dificuldade em evitar concluir que Mises está simplesmente expressando a percepção generalizada dos austríacos como sendo fortemente oposta à intervenção estatista adotada pela Escola Histórica.

E ainda, como citado por Boehm (1985: 248), encontramos Gunnar Myrdal descrevendo os austríacos como sendo os raros economistas do século XIX que não injetaram motivos políticos em sua economia: “Na Áustria, a economia nunca teve objetivos políticos diretos” (Myrdal 1954: 128). Aparentemente, a leitura que Myrdal fez da economia austríaca não a considerou nem tendenciosamente intervencionista nem procurou promover o *laissez-faire*.

Para completar nosso esboço de percepções da posição política da Escola Austríaca (ou a falta dela), devemos nos referir a uma declaração mais explícita de Nikolai Bukharin, o eminente teórico marxista e erudito econômico, que passou algum tempo como participante do seminário de Böhm-Bawerk e escreveu uma crítica marxista à teoria austríaca econômica. Em seu prefácio à edição russa deste livro, Bukharin refere-se ao fato de ele ter escolhido atacar a Escola Austríaca (em vez de outras escolas de economia moderna): “Nossa escolha de um oponente por nossa crítica provavelmente não requer discussão, pois é sabido que o oponente mais poderoso do marxismo é a escola austríaca” (1972: 9). É claro que ser um poderoso opositor do marxismo ainda não é um defensor do *laissez-faire*. No entanto, parece claro que os austríacos foram vistos como propiciando uma forte defesa intelectual do capitalismo.[3] Nada nos seus escritos, ao que parece, poderia sugerir quaisquer razões de princípio para duvidar da eficácia das instituições capitalistas na promoção do bem-estar econômico humano.

Esta é, então, a situação em que nos encontramos. Provas aparentemente existem para apoiar a visão de que os austríacos eram defensores do *laissez-faire*, a visão de que eram simpáticos ao intervencionismo, e a visão de que não estavam preocupados com as implicações políticas de suas doutrinas. Vamos considerar, independentemente de qualquer das evidências citadas, o que se poderia esperar concluir, em

termos de implicações políticas, da teoria econômica da Escola Austríaca, especialmente em sua encarnação inicial de Menger.

Menger e a revolução da utilidade marginal

Uma certa ambiguidade chegou a cercar a questão do grau em que o Grundsätze (Princípios de Economia Política) de Menger representou uma contribuição revolucionária e pioneira à economia de seu tempo. A visão tradicional entre os historiadores do pensamento viu o trabalho de Menger como uma das três contribuições básicas para a “revolução da utilidade marginal” (além de ser um manifesto que sustenta o método teórico em economia, em oposição ao método histórico que se entrincheirou a economia alemã). A partir dessa leitura tradicional de Menger, seu livro foi um ataque frontal, revolucionário e pioneiro à ortodoxia clássica. No entanto, ao mesmo tempo, o livro de Menger, e especialmente seu prefácio, reconhecia livremente um profundo endividamento para os escritores anteriores, particularmente para a “fundação de trabalhos anteriores que foi produzida quase inteiramente pela indústria de estudiosos alemães” (Menger 1981: 49). Na verdade, Streissler, em trabalhos recentes (1990), chamou a atenção para uma tradição alemã “protoneoclássica” de meados do século XIX, na qual o trabalho de Menger deveria ser reconhecido como uma contribuição que oferecesse continuidade de desenvolvimento, em vez de proporcionar um afastamento revolucionário. Embora Menger enfatizasse temas centrais à revolução da utilidade marginal, argumenta Streissler, Menger se via como um reformador em vez de um revolucionário.

No entanto, essa ambiguidade relativa às possíveis ligações entre o Grundsätze de Menger e essa tradição “protoneoclássica” alemã certamente deve estar estritamente relacionada a características específicas do sistema de Menger, especialmente sua teoria subjetiva do valor. Parece haver pouca dúvida sobre a consciência de Menger de que estava oferecendo, em seu Grundsätze, uma perspectiva sobre o sistema econômico que era inteiramente novo. A ênfase de Menger, em seu prefácio, sobre a necessidade de equilibrar “cuidadosa atenção ao trabalho passado em todos os campos de nossa ciência até agora explorados” contra a crítica, “com total independência de julgamento, das opiniões de nossos predecessores e até mesmo [de] doutrinas até agora consideradas realizações definitivas de nossa ciência”, (1981: 46) sugere seu senso muito claro de romper abruptamente com o passado. Hayek nos disse que

se comenta que Menger “observou que escreveu o Grundsätze em um estado de excitação mórbida” (Hayek 1981: 16). Parece razoável atribuir esse entusiasmo à convicção de Menger de que estava escrevendo um livro inovador.

O reconhecimento da dívida de Menger aos eruditos alemães e a dedicação do seu livro a Wilhelm Roscher, o famoso líder da (mais antiga) Escola Histórica Alemã, não devem ser mal interpretados. Estas referências certamente devem ser entendidas, não como reflexo de qualquer falha em perceber a novidade de seu próprio trabalho, mas como expressando seu senso meticuloso de justiça para estudiosos anteriores cujas contribuições ele valorizou (além de ser uma política estratégica prudente em buscar aliar-se a si mesmo com os estudiosos mais influentes de seu tempo, em seu esforço para desalojar a ortodoxia clássica). Essa interpretação é inteiramente consistente com a crítica calculada que Menger atribuiu ao trabalho do próprio Roscher doze anos depois do Grundsätze (Menger 1985: 185-9). A diferença de tom (em relação a Roscher e aos outros economistas alemães pré-Schmoller) que separa as Untersuchungen (Investigações) de Menger do Grundsätze não precisa ser atribuída a uma mudança de paixão, ou de opinião, sobre estes assuntos (a ser explicado talvez pela frieza com que o Grundsätze foi recebido na Alemanha). Menger ainda reconheceu calorosamente (em 1883, como em 1871) as “virtudes da personalidade científica do erudito estudioso de Leipzig; seus méritos excepcionais e seu avanço na compreensão histórica de uma série de importantes fenômenos econômicos; o estímulo incomparável que seus estudos na literatura de nossa ciência deram a todos os colegas mais jovens” (1985: 189). As críticas de Roscher em 1883 podem antes ser entendidas como expressando a recente compreensão de Menger de que seu próprio sucesso em moldar sua nova compreensão do sistema econômico dependia crucialmente de sua própria orientação teórica, com a qual a abordagem alemã agora dominante deveria ser nitidamente contrastada. (Além disso, a recepção fria concedida ao Grundsätze na Alemanha pode ter convencido Menger de que nenhuma aliança estratégica com os economistas alemães poderia agora ser realisticamente antecipada.)

Portanto, o trabalho de Menger em 1871 certamente deve ser lido como uma oferta deliberadamente nova sobre o sistema econômico como um todo. É verdade que elementos importantes (referentes ao subjetivismo, utilidade e assim por diante) foram extraídos de escritores alemães anteriores,

como Streissler (e Hayek 1981: 13-14, 17) apontaram. No entanto, a visão geral da economia como um sistema impulsionado inteiramente e independentemente pelas escolhas e avaliações dos consumidores – com essas avaliações transmitidas “para cima” através do sistema para “bens de ordem superior”, determinando como esses bens escassos de ordem superior são alocados entre as indústrias e como são valorizados e remunerados como parte de um único processo impulsionado pelo consumidor – era algo que Menger seguramente (e corretamente) sentia como sendo totalmente novo.

E se isso, apesar de qualquer inovação técnica na teoria da utilidade marginal, deve ser visto como a contribuição original auto-reconhecida de Menger, então parece razoável entender Menger como percebendo uma implicação correspondentemente original de sua visão para a economia normativa. Essa afirmação exige uma breve elaboração.

Menger e a eficiência da economia de mercado

A visão de Menger do sistema econômico como totalmente controlado pelas preferências, valorações e escolhas do consumidor tem implicações significativas para o bem-estar. Contra um dado pano de fundo de recursos escassos (bens potenciais de ordem superior), as preferências e escolhas do consumidor colocam em movimento uma série cada vez mais ampla de atividades produtivas empreendedoras que resultam em avaliações de mercado de serviços de fatores e alocações correspondentes entre setores. Desta visão surge um claro senso de soberania do consumidor – um conceito com implicações normativas obviamente importantes.

Essa visão da soberania do consumidor oferece um critério normativo que difere acentuadamente da base clássica do *laissez-faire*. Os economistas clássicos viam a economia de livre mercado produzindo (sob os incentivos proporcionados pela mão invisível) o maior volume possível de riqueza material. A visão de mercado de Menger apontava, não tanto para uma maximização da produção agregada, quanto para um padrão de governança econômica exercido pelas preferências do consumidor. Esse aspecto da visão de Menger sugere uma apreciação dos resultados dos mercados livres que diferem sutilmente dos teoremas de bem-estar neoclássicos mais padronizados sobre a otimização social do *laissez-faire*. Para Marshall e Pigou, o sentido em que se pode argumentar que os mercados livres (na ausência de

externalidades) é economicamente ideal é aquele que se concentra na maximização do bem-estar agregado. Para Walras e outros economistas do bem-estar neoclássico continental, os mercados alcançam ideais de bem-estar alcançando uma alocação ótima de recursos (equivalente, em um mundo de comparações de utilidade interpessoal, à maximização do bem-estar agregado). É verdade que tal otimalidade é baseada na primazia do bem-estar, de acordo com a necessidade de respeitar as preferências do consumidor; mas essa perspectiva ainda padronizada da economia do bem-estar social não se concentra no controle efetivo exercido pelas escolhas do consumidor. Para a teoria do bem-estar mainstream, o importante é o padrão de alocação alcançado pelo mercado (medido em relação ao padrão da estrutura das preferências do consumidor). Mas, a partir da visão de Menger sobre a economia, aparece a percepção de que, na verdade, é apenas a série de escolhas tomadas pelos consumidores que criam os valores de mercado e determinam as avaliações empreendedoras que controlam a real alocação de recursos.

É difícil evitar a conjectura de que a apreciação de Menger pelas conquistas da economia de livre mercado (como expresso, digamos, nos ensaios de Rudolph) deve ser atribuída em grande medida a essa nova visão mengeriana sobre a soberania do consumidor. Parece plausível ao extremo que foi nesse insight, completamente absorvido pela economia dos colegas e seguidores mais jovens de Menger, Böhm-Bawerk e Wieser, que os marxistas viram seu principal conflito com a economia austríaca. Para Bukharin, imerso na percepção marxista da economia capitalista como um sistema de exploração, a alegação de que a economia capitalista pura é aquela em que as preferências do consumidor ditam tudo, na qual a atribuição capitalista das quotas de renda é aquele padrão “obrigatório” e imposto pelos consumidores, deve ter parecido perigoso, de fato. Não é de admirar que ele tenha visto a economia austríaca como o oponente mais poderoso do marxismo. E não pode haver dúvida de que foi esse princípio da soberania do consumidor, tão central na economia austríaca, que posteriormente inspirou a crítica de Mises ao socialismo. Como Mises enfatizaria ao longo de sua carreira, a chave para a alfabetização econômica é o entendimento de que a tomada de decisões empresariais se baseia inteiramente no incentivo para antecipar as preferências do consumidor: “Por si próprios, os produtores são incapazes de ordenar a direção da produção. Isso é verdade tanto para o empreendedor quanto para o trabalhador; ambos devem se curvar aos desejos dos consumidores. E não

poderia ser de outra forma. As pessoas produzem, não por uma questão de produção, mas pelos bens que podem ser consumidos.” (Mises 1936: 443). Foi esse insight completamente mengeriano que alimentou a polêmica de Mises contra os mal-entendidos socialistas e intervencionistas da economia de mercado.

No entanto, como veremos, essa percepção de Menger, sua percepção pioneira do papel da soberania do consumidor, não foi por si só suficiente para exigí-lo inequivocamente a assinar uma política de *laissez-faire* puro. Certamente, a valorização da soberania do consumidor traz implicações normativas. Mas para uma mente tão cuidadosa, tão sensível a distinções sutis e tão completa quanto a de Menger, sua compreensão da supremacia das avaliações do consumidor na estrutura de um sistema econômico dificilmente pode ter garantido endosso irrestrito do *laissez-faire* puro. A própria teoria econômica de Menger deixou uma série de aberturas para argumentos concebíveis, econômicos ou sociais, em favor de intervenções específicas. Vamos ver como deve ter sido o caso.

Menger, soberania do consumidor e âmbito de intervenção estatal

Desejamos identificar três circunstâncias que tornaram a visão de Menger da economia de mercado orientada para o consumidor uma base insuficiente para o manchesterismo, para uma política que insiste no *laissez-faire* sem mácula. Há todas as razões para supor que Menger estava ciente para essas circunstâncias (e para nós explicarmos as várias vertentes conflitantes de evidências a respeito de sua posição por referência a essas circunstâncias e até que ponto ele articulou as implicações sociais delas). Streissler enfatizou as externalidades como base para as concessões de Menger ao intervencionismo (1988: 201). Queremos sugerir três outras circunstâncias que provavelmente estão na base da lista de Menger (citada acima da discussão de Stephan Boehm) de tarefas legítimas para o Estado.

Primeiro, temos todos os motivos para acreditar que Menger reconheceu que sua visão assumia uma determinada estrutura de direitos de propriedade e lei de propriedade. Quando Menger discutiu as razões da escassez para a instituição da propriedade privada, se referiu à arbitrariedade de tal instituição. Uma “nova ordem social”, explicou, “poderia de fato assegurar que as quantidades disponíveis de bens econômicos fossem usadas para

satisfazer as necessidades de pessoas diferentes das atuais”. Mas tal redistribuição nunca eliminaria a escassez; isso não evitaria a necessidade da instituição da propriedade em si. Qualquer “plano de reforma social pode ser razoavelmente direcionado apenas para uma distribuição apropriada de bens econômicos, mas nunca para a abolição da própria instituição da propriedade” (1981: 97-8). Nada na teoria de Menger sugere que o status quo, no que diz respeito à distribuição de propriedade de recursos, seja socialmente ótimo. Parece altamente plausível entender muito da simpatia de Menger pela “preocupação apaixonada de Schmoller pelos pobres e fracos”[4] como reflexo dessa insatisfação extra-econômica com o status quo. A visão de Menger da soberania do consumidor, logicamente falando, era inteiramente consistente com uma consciência social que preferia um conjunto diferente de consumidores efetivos para estar no controle.

Em segundo lugar, embora Menger tenha enfatizado o papel das preferências do consumidor, ele era certamente da opinião de que os consumidores podem estar “equivocados” quanto ao que, de fato, é do seu próprio interesse. Menger insistiu explicitamente na possibilidade dos consumidores erroneamente atribuírem valor a medicamentos primitivos, poções de amor e afins (1981: 53). Ele notou a fraqueza que as pessoas demonstram por “superestimar a importância de satisfações que dão intenso prazer momentâneo, mas contribuem apenas de maneira fugaz para seu bem-estar” (p. 148) e assim por diante. Essa atitude paternalista de sua parte pode facilmente sugerir políticas estatais para corrigir os erros do consumidor na avaliação. É plausível ler a referência de Menger à necessidade de ação estatal para encorajar a economia (Boehm 1985: 250), expressando seu anseio paternalista de neutralizar a circunstância de que “os homens estimam mais a aprovação, intensos prazeres mais do que seu bem-estar permanente e às vezes até mais do que suas vidas” (Menger 1981: 148).

Terceiro, devemos enfatizar que Menger distinguiu nitidamente entre os “preços econômicos” explicados por sua teoria de troca (baseada, por sua vez, em fundamentos de utilidade marginal para avaliação e demanda do consumidor) e os preços do mundo real. Os primeiros são os preços que prevaleceriam na ausência de erro, se os indivíduos econômicos agissem em seus próprios interesses mútuos sem o impedimento de informações incompletas (ver Kirzner, 1979b). No mundo real, erro humano na tomada de

decisão, considerações de boa vontade em relação a outros afetam o caráter econômico das transações, e outras causas complicam os resultados: “Uma situação econômica definida traz à luz precisamente os preços econômicos dos bens apenas nos casos mais raros. Os preços reais são mais ou menos diferentes dos econômicos” (Menger 1985: 69). O sentido da visão geral de Menger do sistema econômico governado inteiramente pelas avaliações do consumidor está confinada ao modelo em que os efeitos do erro e de complicações similares são ignorados. Apenas se os preços econômicos – os preços que “corretamente” refletem as realidades subjacentes das avaliações “corretas” do consumidor – prevalecessem, seria verdade que a alocação de recursos expressa de fato, fiel e eficientemente, os desejos dos consumidores soberanos. Eu expressei em outro lugar (Kirzner, 1979b) perplexidade com a ausência, em Menger, de qualquer análise de um processo de mercado através do qual, possivelmente, erros por parte dos participantes do mercado pudessem ser sistematicamente eliminados. Aposto que se pode afirmar com segurança que, embora Menger, de fato, tenha aparentemente assumido que os mercados tenderão, mais cedo ou mais tarde, a uma série de preços econômicos, ele certamente não afirmou que, em todos os momentos, essa matriz pode ser considerada no lugar. É plausível ler sua referência à necessidade de ação estatal para incentivar a iniciativa empreendedora (Boehm 1985: 250), expressando o temor de que circunstâncias possam surgir onde o erro empresarial ou a falta de iniciativa resultem em preços patologicamente antieconômicos (e alocações de recursos), a menos que a ação do Estado para estimular iniciativas empreendedoras corretivas seja introduzida.

A revolução mengeriana e a defesa do laissez-faire: avaliação sumária

Estamos em condições de resumir as discussões até agora. Menger introduziu uma visão revolucionária do funcionamento de um sistema de mercado, no qual via as avaliações do consumidor governando toda a estrutura de produção e determinando rigorosamente a alocação de recursos e as correspondentes remunerações de mercado de escassos serviços de recursos. Essa percepção da soberania do consumidor certamente traz importantes implicações para a avaliação social da eficiência do sistema capitalista.

Pode haver pouca dúvida de que (como vimos ser o caso de Mises) a aceitação da visão mengeriana traz consigo uma defesa poderosa dos resultados capitalistas. Estes resultados podem ser vistos como rigorosamente

necessários e desejáveis, se desejamos realmente respeitar os desejos dos consumidores como eles próprios os expressam, e se desejamos tratar a propriedade existente e outros direitos e dotes como dados e não sujeitos a contestação. O que vimos, no entanto, é que, para o próprio Menger, não era necessariamente o caso de os desejos expressos dos consumidores serem vistos como exigindo respeito; nem era o caso que qualquer padrão inicial de propriedade fosse definido com o título de aprovação moral. Mais precisamente, vimos que o insight de Menger sobre a natureza da soberania do consumidor estava circunscrito por sua consciência de que os erros empresariais e outras aberrações podem facilmente servir como uma separação entre a economia do mundo real e o modelo “econômico” governado pelo consumidor de Menger desta realidade.

O que desejamos agora apresentar é que essas considerações sirvam adequadamente para explicar as linhas de evidências conflitantes (sobre a atitude de Menger em relação à intervenção estatal na economia de mercado) citadas no início deste capítulo. Não devemos nos surpreender ao descobrir passagens em Menger coerentes com o *laissez-faire* puro; não devemos nos surpreender ao encontrar passagens em Menger consistentes com o intervencionismo completo; não deveríamos nos surpreender ao encontrar passagens em Menger consistentes (como Gunnar Myrdal as leu) com um distanciamento completo das questões políticas. E certamente não deveríamos nos surpreender ao descobrir que os escritores marxistas, como Bukharin, perceberam na economia mengeriana um poderoso inimigo de qualquer teoria de exploração do capitalismo.

Reconciliando a evidência conflitante

Certamente não pode haver mistério quanto à percepção difundida (citada por Boehm) dos primeiros austríacos como fortes defensores do sistema de livre mercado. Como vimos, a visão básica de Menger sobre a economia de mercado, uma visão nunca totalmente perdida de vista na subsequente tradição austríaca, certamente tem um forte característica liberal clássica. Mostra como, com o erro e a aberração ausentes, os mercados podem expressar fielmente a soberania do consumidor, em vez do controle empresarial. Os mercados não são vistos apenas como caoticamente descoordenados, são vistos como servidores eficientes e sistemáticos do público consumidor. É fácil ver como a centralidade dessa visão poderia levar

os historiadores posteriores do pensamento (assim como os próprios austríacos subsequentes) a concluir – sem referência às letras miúdas[5] – que a economia austríaca reivindica o livre mercado como uma exigência para a realização da soberania do consumidor.

Mas, como vimos, as letras miúdas de Menger estão realmente lá para serem lidas e consideradas. Quando nos movemos do reino da teoria econômica para o da política social, a mensagem aparentemente clara que surge da visão mengeriana torna-se nebulosa, complexa e ambígua. Não apenas pode-se duvidar da aplicabilidade da teoria ao mundo real (já que no mundo real a matriz de preços “econômicos” provavelmente estará ausente – em vez disso uma matriz ineficiente e errônea de “preços não-econômicos” estará no lugar); além disso, o formulador de políticas sociais pode legitimamente questionar a aceitabilidade moral do padrão de propriedade de recursos que a teoria econômica simplesmente toma como garantida. Além disso, uma vez que se passe da mesa livre de valores do teórico econômico para o pódio paternalista do formulador de políticas, torna-se necessário considerar até que ponto as escolhas feitas livremente pelo consumidor podem parecer equivocadas e erradas, não consistentes com o “verdadeiro” bem-estar dos consumidores. Todas essas considerações são amplamente suficientes para explicar as declarações feitas por Boehm e outros, atestando a disposição de Menger de atribuir importantes responsabilidades intervencionistas ao Estado.

E, mais uma vez, um observador como Gunnar Myrdal poderia legitimamente citar os austríacos como não tendo nenhum eixo político ou ideológico para trabalhar. A exposição de Menger de sua visão central do mercado não tentou articular quaisquer implicações de política de *laissez-faire* – e, como vimos, de fato não impediu a adoção de um programa moderadamente intervencionista. Assim, enquanto Bukharin leu corretamente a teoria austríaca como uma ameaça poderosa à visão marxista da economia capitalista, Myrdal poderia igualmente elogiar os austríacos por perseguirem um programa de pesquisa científica não contaminado por nenhuma agenda política. Uma série de outras observações precisam ser feitas para completar nossa história, reconciliando as evidências aparentemente conflitantes de Menger e dos primeiros austríacos.

Nossa reconciliação das vertentes de evidências conflitantes dependeu de nossa capacidade de distinguir nitidamente entre a visão central do sistema econômico de Menger, por um lado, e as considerações complicadas sobre o erro e os direitos de propriedade do outro. É porque o contexto em que Menger articulou sua visão central foi aquele no qual as últimas considerações complicadas não precisaram ser explicitamente introduzidas, de modo que conclusões aparentemente conflitantes sobre as visões de Menger sobre a política econômica pudessem ser extraídas. Certas circunstâncias adicionais combinou para criar esta situação um tanto confusa.

Streissler assinalou que a tradição nas universidades alemãs e austríacas era de haver “duas cátedras de economia em cada universidade: uma cadeira de teoria econômica e uma cadeira de política econômica” (1988: 200). Menger e os primeiros economistas austríacos ocupavam cadeiras de teoria; não eram responsáveis pelo ensino da política econômica. Suas pesquisas e seus livros tratavam quase exclusivamente de teoria positiva. Essa circunstância deve ter encorajado os seguidores dos primeiros austríacos, bem como os historiadores do pensamento, a tirar suas próprias conclusões a respeito da direção da política para a qual a teoria austríaca estava apontando. Essa tendência só pode ter sido fortalecida pelo fato de que a centralidade da nova visão do sistema econômico de Menger recebia ênfase em seu trabalho teórico, enquanto a “boa impressão” reconhecendo a legitimidade da intervenção estatal encontrava seu caminho nas contribuições periféricas, mesmo jornalísticas, dos fundadores. É plausível que o próprio Menger possa ter visto sua “boa impressão” como tendo um impacto claramente menor em considerações políticas práticas. Isso explicaria sua capacidade de dar uma palestra a Rudolph de acordo com linhas que, a uma primeira aproximação, por assim dizer, lhe permitiram evitar a ênfase em sua própria “boa impressão”.

Como Boehm nos lembrou (1985: 256-7), a principal fronteira do conflito ideológico e político na Áustria do final do século XIX não foi aquela que separou os proponentes do laissez-faire puro daqueles da intervenção estatal agressiva. Pelo contrário, foi entre os defensores dos privilégios mais antigos e entrincheirados do clero, da aristocracia, do exército e da burocracia e dos expoentes do “josephismo, a versão austríaca do absolutismo esclarecido”. Os economistas austríacos endossaram um “liberalismo [...] profundamente enraizado nas tradições josephênicas, cujo principal propósito era acabar com

os privilégios e guildas feudais” (1985: 256-7). O trabalho científico de Menger não precisava abordar essas preocupações. Sua abertura para o intervencionismo estatal poderia ser facilmente relegada às letras miúdas. Quando, no curso das décadas, a fronteira mudou, de modo que as principais questões políticas entre os economistas giravam em torno do grau desejável de intervenção estatal, tornou-se fácil concentrar-se quase exclusivamente na visão central da soberania do consumidor do sistema econômico de Menger e desenhar as próprias conclusões.

Além disso, à medida que a economia austríaca entrava em sua segunda e terceira gerações, o foco da investigação de políticas públicas mudou para a viabilidade do socialismo. Aqui Mises, como notado acima, foi capaz de basear-se tanto nas raízes de Böhm-Bawerk e Menger da economia austríaca para reafirmar o argumento do mercado livre com uma nova nitidez de foco. Não é de surpreender, portanto, que à luz da preocupação dos austríacos no século XX sua tradição tenha chegado, na visão dos historiadores de pensamento, a ser identificada com um apoio consistente à economia de livre mercado.

Nossas conclusões são, portanto, que cada uma das posições citadas no início deste capítulo pode ser defendida, mas que uma compreensão das complexidades que cercam as posições políticas dos primeiros austríacos permite-nos ver como isso não envolve inconsistências necessárias, seja em relação ao que os próprios austríacos mantêm ou com relação ao que foram percebidos como tendo mantidos.

Notas

[1] Boehm (1985: 251), citando Menger (1884). Boehm também poderia ter enfatizado o sabor intervencionista do trabalho tardio de Friedrich von Wieser: ver especialmente Wieser (1967: 408-16). Veja também a observação do professor Streissler de que “Wieser foi por instinto, pelo menos, um intervencionista paternalista descarado, se não para dizer melhor um fascista” (1988, p. 200). Recentemente, Carl G. Uhr se referiu a Menger como um “liberal moderado de mentalidade social” que não era “nenhum defensor não-crítico do laissez-faire” (em uma resenha do livro, HOPE 21 (1) (Primavera 1989): 152).

[2] Streissler (1988: 201). Ele também tem mais detalhes sobre os ensaios de Menger-Rudolph.

[3] Essa percepção marxista dos austríacos como protagonistas da campanha intelectual contra-revolucionária burguesa persistiu, às vezes de maneira bizarra, em nosso próprio tempo. Assim, Maurice Dobb interpretou mal a referência de Schumpeter a Böhm-Bawerk como “o Marx burguês” (1954: 846) afirmando que Schumpeter via Böhm-Bawerk primeiramente como líder dos “apologistas conscientes do sistema existente” (Dobb 1973: 193). Schumpeter, é claro, não tinha essa intenção ao descrever Böhm-Bawerk. Em vez disso, queria chamar a atenção para a abrangente perspectiva teórica de Bawerk sobre o capitalismo – uma que combinava com a própria visão de Marx em grandeza de escopo. No entanto, a observação de Dobb confirma o argumento feito aqui no texto.

[4] Veja a nota 1.

[5] Como argumentaremos, essa conclusão foi, em grau significativo, justificada. Era legítimo aceitar a mensagem central de Menger, enquanto rejeitava ou ignorava as letras miúdas. Até o próprio Menger, ao discursar para Rudolph, achava que a importância da mensagem central exigia que as letras miúdas fossem quase inteiramente postas de lado, pelo menos para propósitos introdutórios.

Capítulo 6: O debate sobre o cálculo econômico: lições para os austríacos

A tese deste capítulo é que o célebre debate sobre o cálculo econômico sob o socialismo que durou durante o período entreguerras foi importante para a história do pensamento econômico em um sentido geralmente não apreciado. Não só o debate foi um episódio importante por si só, mas seria importante como catalisador do desenvolvimento e da articulação da moderna visão austríaca do mercado como um processo de descoberta competitiva e empreendedora. A professora Karen Vaughn escreveu sobre sua convicção de que “os resultados mais interessantes da controvérsia [...] foram os desenvolvimentos posteriores da teoria econômica a que ela deu origem” (1976: 107). Será minha opinião aqui que a cristalização da moderna compreensão austríaca do mercado deve ser incluída entre os mais significativos desses “desenvolvimentos posteriores da teoria econômica”. Argumentarei que foi através do dar e receber deste debate que os austríacos gradualmente refinaram sua compreensão de sua própria posição; a posição de Mises-Hayek no final da década de 1940 foi articulada em termos muito diferentes daqueles apresentados nas declarações misesianas do início da década de 1920. Além disso, essa posição mais avançada de Mises-Hayek apontou para além de si mesma (e ajudou decisivamente a gerar) as declarações austríacas mais explícitas dos anos 70 e 80.

Agora, à primeira vista, pode parecer que minha tese contradiz a visão do mais eminente historiador do debate sobre o cálculo. Don Lavoie (1985a), em seu relato definitivo do debate, explorou exaustivamente o debate como aquilo a que nos referimos como “um episódio importante por si só”. Sua posição em relação ao debate enfatiza dois pontos relacionados. Em primeiro lugar, Lavoie nega enfaticamente que, como resultado da pressão e desvio do debate, o lado austríaco considerou necessário “recuar” ou, de outra forma, modificar sua tese originalmente declarada que desafiava a viabilidade do cálculo econômico sob o socialismo. Para Lavoie, as declarações posteriores de Mises e Hayek não fazem mais do que reafirmar – de uma maneira melhor e mais clara – os argumentos originalmente apresentados. Em segundo lugar,

Lavoie demonstrou com admirável clareza e profundidade que os argumentos de Mises-Hayek, desde o início, refletiram a compreensão austríaca do mercado como um processo de descoberta competitiva. (Ele também mostrou que foi o fracasso dos economistas socialistas reconhecer isso, que levou à confusão durante o debate em si, ao passo que, mais tarde, historiadores do debate reconheceram isso, o que levou a interpretações errôneas do debate por parte dos escritores pós Segunda Guerra Mundial.) Assim, pode parecer que minha alegação de que o debate foi o próprio responsável pela destilação desse entendimento austríaco siga fortemente contra esses dois elementos na tese de Lavoie. Talvez seja útil explicar brevemente por que, a meu ver, não há contradição aqui.[1] De fato, essa breve explicação permite-me apresentar mais proveitosamente as ideias centrais a serem oferecidas neste capítulo.

A articulação da visão do processo de descoberta

O professor Lavoie está inteiramente certo, na minha opinião, em interpretar o argumento original de Mises, de 1920, refletindo a compreensão caracteristicamente austríaca do mercado como um processo empreendedor.[2] E, como mostra Lavoie, uma vez reconhecido, não há razão para interpretar as últimas declarações de Mises e Hayek como “recuando” do argumento original. Minha posição, no entanto, é que nem Mises nem (em seus trabalhos anteriores sobre o tema) Hayek estavam cientes de quão nitidamente suas visões austríaca do mercado diferia daquela implícita nas visões de outras escolas de pensamento contemporâneas. Consequentemente, as declarações anteriores da posição austríaca não articularam de forma suficientemente clara a perspectiva do “processo” que Lavoie (corretamente) percebe como subjacente a essas declarações.

A verdade é que, entre a maioria dos economistas (austríacos, marshallianos ou walrasianos) no início do século XX, havia uma compreensão superficial e compartilhada de mercados que submergiam distinções importantes que só se tornariam aparentes muito mais tarde. Nesse entendimento compartilhado, coexistiam elementos de apreciação de processos dinâmicos de mercado e elementos de apreciação do grau de harmonia – o grau de equilíbrio – mantido pelos mercados. Certamente, o pano de fundo mengeriano da versão austríaca desse entendimento comum apontou inquestionavelmente para a predominância da visão do processo, enquanto a versão walrasiana desse entendimento comum apontava consistentemente

para uma visão estritamente de equilíbrio, mas estes sinais de conflito simplesmente não eram vistos na época. As afirmações anteriores de Mises, embora de fato prenunciassem os elementos de processo centrais à tradição austríaca, não enfatizavam esses elementos (e, como sugere Lavoie, pode-se argumentar que, para seus propósitos imediatos em 1920, não era necessário para Mises enfatizar esses elementos), de modo que, quando economistas como Lange passaram a considerar o desafio misesiano a partir de sua própria perspectiva de equilíbrio, não conseguiram reconhecer quão seriamente estavam entendendo mal esse desafio.

O que ocorreu como resultado do vigoroso debate entreguerras foi que os austríacos foram inspirados, não a se retirar, mas a identificar mais cuidadosamente os aspectos de sua compreensão dos processos de mercado que seus críticos não conseguiram reconhecer. Esse processo de articulação cada vez mais precisa não foi meramente resultado de uma melhor comunicação; foi um processo de melhor compreensão de si mesmo. É sobre esse processo de melhor autocompreensão que desejo focar neste capítulo. Embora minha principal preocupação aqui seja com a gradual articulação em desenvolvimento da moderna posição austríaca, devemos reconhecer, ao mesmo tempo, que o debate foi contemporâneo de um processo paralelo de desenvolvimento de uma posição neoclássica walrasiana mais consistentemente articulada. Embora seja provavelmente um exagero ver o debate sobre o cálculo como significativamente responsável pelo desenvolvimento de uma perspectiva neoclássica mais explícita, parece bastante plausível ver a posição de Lange-Lerner no debate do cálculo como um episódio pelo menos significativo nesse desenvolvimento.

O que ocorreu, então, no quarto de século seguinte ao artigo original de Mises sobre o cálculo socialista, é que uma única imagem imprecisa do mercado, comum à maioria dos economistas, passou a ser resolvida em seus dois componentes separados, distintos e bem focalizados. O primeiro componente passou a ser percebido como o modelo de mercado de equilíbrio geral completamente estático; o segundo componente passou a ser percebido como o processo dinâmico de descoberta empreendedora. Foi no decorrer do debate que gradualmente se tornou aparente para os austríacos – mas não para seus adversários no debate – que sua posição representava uma crítica ao socialismo apenas porque e na medida em que os mercados sob o capitalismo

realmente constituem um processo dinâmico de descoberta empreendedora. Lavoie colocou o assunto da seguinte maneira: “Concluí que os economistas austríacos aprenderam muito “vivendo” o debate sobre o cálculo. Porque tiveram que lidar com críticas em debates anteriores, agora têm maneiras muito melhores e mais claras de colocar seus argumentos” (1985a: 26f). Minha alegação é que os austríacos aprenderam mais do que uma técnica de exposição; aprenderam a apreciar com mais sensibilidade como sua própria tradição entendia o processo de mercado.

Podemos distinguir várias linhas de desenvolvimentos distintas (mas, claro, relacionadas) que ocorreram durante essa articulação gradualmente aprimorada da posição austríaca. Primeiro, houve desenvolvimento no entendimento positivo do processo de mercado. Em segundo lugar, houve um desenvolvimento na compreensão dos aspectos de “bem-estar” do processo de mercado (em particular, na compreensão da função social dos sistemas econômicos ou da natureza do “problema econômico” enfrentado pela sociedade). Em terceiro lugar, houve um desenvolvimento na compreensão do papel dos preços na luta contra esse “problema econômico” agora melhor entendido pela sociedade. Discutirei cada uma dessas linhas de desenvolvimento neste capítulo. (Houve, é claro, desenvolvimentos paralelos na economia neoclássica no que diz respeito à compreensão positiva dos mercados em equilíbrio, no que diz respeito à apreciação das propriedades de bem-estar do equilíbrio geral e no que diz respeito ao papel dos preços de equilíbrio na promoção de um encaixe completo das decisões descentralizadas.)

Níveis simultâneos de entendimento econômico

Minha história da articulação em desenvolvimento da moderna perspectiva austríaca é complicada, especialmente no que diz respeito ao debate sobre o cálculo, pela circunstância de que, a partir dessa perspectiva, parece haver três níveis distintos de entendimento econômico em relação ao sistema de preços. Pode ser útil para mim soletrar isso neste momento. São, respectivamente, (1) o reconhecimento da escassez, (2) o reconhecimento do papel da informação e (3) o reconhecimento do papel da descoberta.

O fundamento do entendimento econômico consiste, obviamente, no reconhecimento da escassez e de suas implicações. No nível individual, o

reconhecimento da escassez informa a atividade individual de alocação e economia. Na sociedade, o fenômeno da escassez implica os benefícios sociais que surgem de um sistema de preços que traduz a relativa escassez de recursos ou produtos específicos em uma estrutura de preços que incentiva a utilização “econômica” correspondente desses recursos escassos por usuários em potencial, sejam eles produtores ou consumidores.

Uma apreciação mais profunda da utilidade social de um sistema de preços de mercado decorre da percepção de que os preços podem ser meios eficientes de comunicar informações de uma parte da economia para outra. Quando os preços refletem, de fato, as ordens e ofertas feitas pelos participantes do mercado em todo o mercado, esses preços oferecem um sistema altamente eficaz de sinais que evitam a necessidade de transmissão de informações detalhadas e factuais aos tomadores de decisão. Se a fonte de suprimento de uma importante matéria-prima tiver sido subitamente destruída, o salto em seu preço de mercado efetivamente transmitirá o impacto desse desastre a possíveis usuários, com grande rapidez. Aqueles que aprenderam sobre o desastre não precisam informar aos usuários em potencial que isso ocorreu, o aumento de preço é suficiente.

Finalmente, e com base nesses dois níveis anteriores de entendimento econômico, a moderna perspectiva austríaca chama a atenção decisivamente para a maneira pela qual o sistema de preços promove o alerta e a descoberta de informações ainda desconhecidas (tanto em relação a oportunidades existentes de ganhos potenciais do comércio com as técnicas existentes e em relação às possibilidades de processos inovadores de produção).

As complicações introduzidas pelo reconhecimento austríaco da relevância simultânea de todos esses níveis de compreensão econômica devem ser bastante óbvias. Do ponto de vista da posição austríaca moderna explícita de hoje, fica claro que a plena apreciação dos benefícios sociais proporcionados pelo sistema de preços envolve todos esses três níveis de entendimento. Ou seja, embora a compreensão das consequências sociais da escassez não envolva a compreensão das sutilezas da informação e da descoberta, o reconhecimento austríaco do modo como o sistema de preços de mercado efetivamente lida com a escassez enfrentada pela sociedade depende muito do reconhecimento da função que os preços desempenham na comunicação da informação existente, e a função que os preços desempenham em alertar os participantes do mercado para oportunidades até então inacreditáveis. Por outro lado, a economia neoclássica, que certamente reconhece o papel do sistema de preços em lidar

com a escassez, provavelmente se referirá a esse papel sem qualquer reconhecimento do processo de descoberta do mercado (e, até recentemente, sem o reconhecimento do papel do mercado na comunicação de informações). Porque as primeiras declarações austríacas no debate sobre o cálculo não faziam distinção entre os vários níveis de entendimento econômico, e não enfatizavam o processo de descoberta sobre o qual sua própria compreensão de como o mercado dependia, era muito fácil (tanto para os austríacos quanto para os espectadores) acreditar que a crítica austríaca ao cálculo socialista realmente procedia de uma compreensão de como os mercados funcionam, compartilhada por seus oponentes neoclássicos. Este foi particularmente o caso porque Mises encontrou-se, nos estágios iniciais do debate, lutando com defensores do socialismo que pareciam não ter entendido os problemas sociais levantados pelo fenômeno da escassez, no nível mais fundamental.

Foi somente depois que economistas mais competentes – que compreenderam o problema econômico criado pela escassez – chegaram a argumentar que o raciocínio de Mises não estabelecera seu argumento de que os austríacos eram obrigados a articular mais cuidadosamente a base de sua compreensão do processo de mercado (e portanto, sua alegação de que a economia socializada é incapaz de fornecer qualquer contrapartida a esse processo). Assim, Mises refere-se especificamente a H.D. Dickinson e Oskar Lange como dois escritores socialistas sobre o problema do cálculo que apreciaram os problemas econômicos envolvidos (1966: 702n).

É contra o pano de fundo dessas complicações que agora passo a considerar, em maior detalhe e de maneira mais sistemática, a autoconsciência em desenvolvimento por parte dos austríacos que veio a ser induzida pelas várias etapas do debate sobre o cálculo econômico. Como sugeri, prestarei atenção separada aos desenvolvimentos (a) no entendimento positivo de como os mercados funcionam, (b) na compreensão dos aspectos sociais e normativos do problema econômico enfrentado pela sociedade e (c) na compreensão do papel dos preços em ajudar a lidar com esse problema econômico.

O mercado como um processo de descoberta

Com o benefício da retrospectiva, agora entendemos que, na visão austríaca do mercado, sua característica mais importante é (e era) o processo dinâmico de descoberta competitiva do empreendedorismo. Sabemos agora

que, para Mises, a ideia de um preço que não reflete e expressa o julgamento e o palpite empreendedor é praticamente uma contradição em termos. (É por essa razão que Mises rejeitou a alegação de Lange de que os gerentes socialistas poderiam ser capazes de se orientar – e calcular com base em – preços não-mercantis centralmente promulgados.) Sabemos agora que, para Mises, a descrição dos estados de equilíbrio de mercado é secundária (1966: 251) – a descrição de algo que nunca ocorrerá de fato e que nos fornece pouca relevância direta para as condições do mundo real (condições que sempre exibem as características dos mercados em desequilíbrio). Sabemos agora que, para Mises, a competição é um processo empreendedor, não um estado de coisas (1966: 278f). Sabemos desses assuntos porque eles formaram um tema central na economia misesiana desde a publicação da obra *Nationalökonomie* em 1940. E temos todos os motivos para concordar com Lavoie e outros que esses insights eram, pelo menos implicitamente, um elemento integral na herança austríaca de antes da Primeira Guerra Mundial. (Certamente é por essa razão que os pontos de vista de Schumpeter sobre a concorrência são tão semelhantes aos de Mises e Hayek.)

Mas, apesar de tudo isso, deve-se reconhecer, depois de um cuidadoso estudo do artigo de Mises, em 1920, que uma primeira leitura desse artigo poderia facilmente levar a uma conclusão bem diferente. Pode facilmente concluir-se de uma leitura daquele artigo (e das passagens correspondentes na edição alemã original da obra “Socialismo” de Mises, de 1922) que a característica central na apreciação de Mises pelos mercados era a sua capacidade contínua de gerar preços que, numa medida razoável, aproximam seus valores de equilíbrio. Em sua discussão sobre como os valores de mercado das mercadorias entram no cálculo econômico, não parece importante para Mises apontar que tais valores de mercado podem ser seriamente enganosos (1920: 97ff). Ele enfatiza em vários pontos que “o cálculo monetário tem seus limites”, seus “inconvenientes e defeitos sérios” (pp. 98, 109), mas as fraquezas que Mises identifica parecem consistir quase exclusivamente na incapacidade dos preços monetários de capturar importância dos custos e benefícios não pecuniários e nos problemas de mensuração decorrentes das flutuações no valor da moeda. Ele não chama a atenção para a possibilidade de que os preços da moeda desequilibrados possam inspirar os participantes do mercado a adotarem apostas que são mutuamente inconsistentes (por exemplo, um preço acima do equilíbrio pode inspirar os produtores a oferecer produtos que os

compradores não comprarão a esse preço) ou ignorar oportunidades de comércio mutuamente vantajoso (por exemplo, quando uma mercadoria está sendo vendida a preços diferentes em partes diferentes do mesmo mercado). Pode parecer fácil ao leitor superficial que Mises estava convencido de que os preços de mercado são (sujeitos às limitações a que ele se refere) expressões razoavelmente precisas de relativa importância social; e é isso que constitui a conquista de mercados que não poderiam ser duplicados no socialismo. Sob o “sistema econômico de propriedade privada dos meios de produção”, afirma Mises, “todos os bens de ordem superior recebem uma posição na escala das avaliações de acordo com o estado imediato das condições sociais de produção e das necessidades sociais” (1920: 107).

É verdade que Mises já em seu artigo de 1920 chamou a atenção para os problemas gerados por mudanças nos dados básicos, com relação aos quais o cálculo econômico é requerido. Assim, pode-se argumentar que, para Mises em 1920, uma conquista central do mercado é sua capacidade de inspirar o alerta empreendedor a tais mudanças, de modo que, talvez, sua apreciação pelo mercado o reconhecesse como “procedimento de descoberta”. Mas parece difícil fazer essa afirmação. Certamente, podemos nos sentir confiantes de que Mises, em 1920, teria aceitado a percepção de que os mercados inspiram a descoberta empreendedora; mas ele não se referiu, em seu artigo de 1920, aos problemas levantados pela mudança de dados de uma forma que apresentava os mercados como sendo essencialmente processos de descoberta em andamento. Suas referências à mudança eram meramente para apontar que, embora uma economia recém-socializada pudesse muito bem se orientar pelos padrões de produção que caracterizaram a economia de mercado anteriormente predominante, mudanças nas condições e objetivos subjacentes rapidamente tornariam esses padrões obsoletos e ineficientes (1920: 109). Essas breves referências de Mises não impediriam que um leitor concluísse que Mises acreditava que os mercados estão continuamente próximos do equilíbrio, mesmo diante das mudanças de dados. Esse fracasso em chamar a atenção para o mercado como um processo de descoberta parece existir em todos os escritos de Mises publicados antes do *Nationalökonomie*.

Mas em seu *Nationalökonomie* de 1940 (depois de ser traduzido e revisado para se tornar a obra “Ação Humana”), Mises enfatizou a importância de ver o mercado como um processo empreendedor com clareza insuperável.

Naquele ano, Hayek também chamou a atenção explícita para os problemas de equilíbrio que, de alguma forma, até certo ponto, aparentemente foram superados com sucesso no curso dos processos de mercado (1949c). Além disso, em 1940, Hayek, como Mises, apontava que alguns dos que estavam discutindo nos anos 1930 pela possibilidade do socialismo baseado em preços não-mercantis centralmente promulgados eram culpados de “excessiva preocupação com problemas da teoria pura do equilíbrio estacionário” e fracassou em entender como os mercados do mundo real provavelmente terão a vantagem em relação à rapidez do “ajuste às condições diárias de mudança em diferentes lugares e diferentes indústrias” (1949d: 188).

Parece haver pouca dúvida de que o que levou Mises e Hayek a enfatizar esses aspectos dinâmicos dos mercados no final da década de 1930 foi a posição assumida por seus oponentes como Lange, Lerner e Dickinson no debate sobre o cálculo. Onde as declarações originais de Mises foram dirigidas àqueles que eram completamente inocentes até mesmo do nível mais fundamental de compreensão econômica (envolvendo pelo menos uma apreciação das implicações da escassez), seu desafio agora já havia sido escolhido por economistas competentes – mas por economistas cuja compreensão do mercado era limitada pela “preocupação com a teoria do equilíbrio”. Foi reafirmando o argumento deles em face dos argumentos desses economistas de que os austríacos foram levados a explicitar alguns dos elementos do “processo” em sua compreensão de mercados que até então não haviam sido forçados a enfatizar.

Esse processo em desenvolvimento de maior autoconsciência entre os austríacos continuou durante os anos 1940. A contribuição de Mises nesse período consistiu em sua revisão e tradução do *Nationalökonomie* para o *Human Action* (Ação Humana). Foi a última afirmação de sua visão do processo de mercado que teria a influência mais abrangente sobre o desenvolvimento futuro da visão austríaca. Foi este trabalho magistral que apresentou uma interpretação dinâmica do processo de mercado de uma maneira tão enfática e clara a ponto de tornar impossível, a partir de então, ignorar as profundas diferenças entre as perspectivas austríacas e a neoclássica dominante.

Mas foi Hayek quem, em dois artigos célebres durante a década de 1940, articulou certos elementos-chave na visão austríaca de uma forma

excepcionalmente lúcida e seminal. No primeiro desses artigos, “O uso do conhecimento na sociedade” (1945), Hayek chamou a atenção para o papel do mercado na comunicação de informações. Ao fazê-lo, vinculou explicitamente sua discussão ao debate sobre o cálculo socialista. (Voltarei mais tarde a uma análise mais aprofundada do papel que este artigo desempenhou na cristalização da moderna posição austríaca.) No segundo desses dois artigos, “O significado da competição” (1946), Hayek pode enunciar com grande clareza a compreensão austríaca do que concorrência realmente significa e como os desenvolvimentos dominantes contemporâneos no tratamento da concorrência em termos do estado de concorrência perfeitamente competitivo devem ser rejeitados como uma compreensão obscura de como os mercados funcionam.

Tratar a competição exclusivamente como o estado de coisas perfeitamente competitivo, observou Hayek, é limitar a atenção exclusivamente a estados de ajuste completo, a estados de equilíbrio. Mas fazer isso já é supor que “existe uma situação em que uma explicação verdadeira deve considerar o efeito do processo competitivo” (1949e: 94). Em outras palavras, nesse segundo artigo, Hayek atribuiu à competição dinâmica o papel central de fornecer uma explicação verdadeira de como os mercados geram tendências para o ajuste mútuo de decisões descentralizadas.

Não parece haver dúvida de que Hayek foi levado a essas percepções sobre as limitações severas em torno da utilidade da noção de competição perfeita por sua experiência com as propostas dos proponentes do “socialismo competitivo” durante os anos 1930. Ficou muito claro que a ilusão de transplantar a competição para o ambiente da economia socializada poderia ter surgido apenas como resultado da crença equivocada de que o papel da concorrência nos mercados é melhor retratado pelo modelo de equilíbrio perfeitamente competitivo. De fato, há sinais bastante claros de que os insights de Hayek sobre os processos competitivos foram desenvolvidos como resultado do debate sobre o cálculo. Assim, em seu ensaio de 1940, “Cálculo socialista III: a ‘solução’ competitiva”, Hayek apontou que a preocupação com a análise de equilíbrio levou os economistas socialistas a entender mal o papel da concorrência. Aparentemente, Hayek escreveu “o conceito de competição perfeita [...] os fez ignorar um campo muito importante para o qual seu método parece ser simplesmente inaplicável”. Este campo importante inclui “muitas

máquinas, a maioria das construções e navios, e muitas partes de outros produtos que raramente são produzidos para um mercado, mas apenas em um contrato especial. Isso não significa que não possa haver intensa competição no mercado pelos produtos dessas indústrias, embora possa não ser “concorrência perfeita” no sentido de teoria pura” (1949d: 188f.). Essa passagem não é tão explícita em sua compreensão dos problemas do modelo perfeitamente competitivo como o artigo de Hayek de 1946, mas está claramente apontando para o último artigo – e foi claramente motivada pelo esforço para dissipar os mal-entendidos dos proponentes do “socialismo competitivo”. E do “Significado da competição” (1946) à “Competição como um procedimento de descoberta” (1968) foi apenas um pequeno passo para Hayek (1978a: cap. 12). Assim, a ligação entre o desdobramento do debate sobre o cálculo e a declaração mais avançada de Hayek sobre o mercado como um processo de descoberta parece não apenas eminentemente plausível, mas bastante inconfundível.

O desaparecimento da visão da descoberta

O que parece ter sido o caso é algo como o seguinte. Os primeiros austríacos simplesmente não estavam cientes de sua própria aceitação implícita de uma visão processual, em vez de uma visão de equilíbrio, dos mercados. Não se está sempre ciente de que se está falando em prosa ou, talvez mais especificamente, nem sempre se sabe que se está respirando. Se Jaffé achou necessário “deshomogenizar” a economia das escolas walrasiana, jevonsiana e austríaca (Jaffé, 1976), isso não era meramente porque os observadores externos falharam em reconhecer as distinções importantes que separavam seus respectivos pontos de vista, mas também porque os principais protagonistas dessas escolas também não o fizeram. Considere a seguinte declaração – alguém é tentado a descrevê-la como uma afirmação surpreendente – feita por Mises em 1932:

Dentro da moderna economia subjetivista, tornou-se costume distinguir várias escolas. Costumamos falar das escolas austríaca e anglo-americana e da Escola de Lausanne. [...] O fato é que essas três escolas de pensamento diferem apenas em seu modo de expressar a mesma ideia fundamental e que são divididas mais por sua terminologia e por peculiaridades de apresentação do que pela substância de seus ensinamentos. (Mises 1960: 214)

Claramente, os principais opositores da teoria econômica austríaca, em 1932, foram percebidos por Mises não como seguidores de Walras ou de Marshall, mas como sendo os escritores históricos e institucionalistas (assim como um punhado de teóricos econômicos) que rejeitavam a teoria da utilidade marginal. Mises lista esses oponentes incluindo Cassel, Conrad, Diehl, Dietzel, Gottl, Liefmann, Oppenheimer, Spann e Veblen (Mises 1960: 215). Contra as opiniões desses escritores, Mises viu as três principais escolas de economia unidas em seu apoio à teoria subjetivista do valor, que para Mises era sinônimo de “a teoria do mercado” (p. 207). As diferenças entre uma ênfase no processo, contra uma ênfase no equilíbrio, simplesmente não eram vistas.

Entre 1932 e 1940, no entanto, os olhos de Mises e Hayek foram, pelo menos parcialmente, abertos. O trabalho dos economistas socialistas, particularmente Durbin, Dickinson, Lange e Lerner, foi baseado no entendimento de como funciona o sistema de mercado, que revelou e expressou a primazia percebida do equilíbrio no funcionamento desse sistema. Ao confrontar os argumentos desses escritores, com base nesse entendimento de que um sistema paralelo de preços não-mercadológicos pode ser idealizado para a economia socialista, Mises e Hayek se sentiram chamados a chamar a atenção para a primazia do processo de competitividade empresarial que eles mesmos associaram com o sistema de mercado.

Certamente, a matematização da microeconomia mainstream que estava ocorrendo (as ideias walrasianas se fundiram a tradição marshalliana) durante esse período ajudou a cristalizar a ênfase no equilíbrio que veio a caracterizar a teoria mainstream. O que ajudou a cristalizar a ênfase do processo dos austríacos foi o uso dramático feito pelos economistas socialistas da teoria dos preços mainstream, para refutar o desafio misesiano – um desafio que Mises acreditava ser baseado solidamente nessa teoria do preço dominante. Foi esse confronto, como vemos agora, que forneceu grande parte do ímpeto dos repetidos ataques de Mises, nos últimos anos, contra o mau uso da matemática na economia, o mau uso da análise de equilíbrio e os mal-entendidos incorporados nos principais tratamentos da concorrência e do monopólio.

Seria um erro supor que a cristalização da visão do processo austríaco foi concluída no início da década de 1940. Nos escritos de Mises e Hayek, as

diferenças entre sua própria abordagem e a do mainstream neoclássico eram claramente definidas. Eu posso atestar as dificuldades que o estudante de pós-graduação estudando com Mises em meados da década de 1950 tinha em alcançar uma compreensão clara do que separava as duas abordagens. Era extremamente tentador naquela época estabelecer a abordagem de Mises-Hayek simplesmente como antiquada, imprecisa e não rigorosa. Ao ajudar o aluno a apreciar os fundamentos da abordagem austríaca, os artigos de Hayek citados na seção anterior foram especialmente úteis. Mas o esclarecimento gradual da abordagem do processo austríaco – um esclarecimento ainda não concluído – pode ser rastreado sem falhas até as primeiras reações de Mises e Hayek às alegações dos brilhantes escritores socialistas da década de 1930.

O desenvolvimento da economia do bem-estar austríaco

Com o benefício da retrospectiva, é possível reconhecer que, para os austríacos, uma avaliação normativa das conquistas do mercado (ou de sistemas econômicos alternativos) deve aplicar critérios de julgamento que diferem substancialmente daqueles encontrados na economia do bem-estar social. Agora, é claro, foi durante o debate entreguerras sobre o cálculo econômico socialista que a economia mainstream moderna desenvolveu as principais características que a definiram desde a Segunda Guerra Mundial. E é difícil evitar a conclusão de que os desenvolvimentos no mainstream da economia do bem-estar devem muito aos esclarecimentos alcançados durante o curso do debate. Este foi provavelmente o caso mais especial com A.P. Lerner, mas parece ser verdade sobre a economia do bem-estar em geral (ver também Hutchison 1953: Cap. 18; Little 1957: Cap. 14). O que desejo argumentar na presente seção deste capítulo é que, no caso da abordagem austríaca à economia normativa, também, foi o debate sobre o cálculo socialista que desencadeou o processo de esclarecimento e articulação.

Do ponto de vista dos anos 80, é claro que, para os austríacos, nenhuma das várias noções que os economistas dos últimos dois séculos tiveram em mente ao avaliar a “bondade” econômica das políticas ou dos arranjos institucionais pode ser aceita. Ideias clássicas que giravam em torno do conceito de riqueza agregada máxima (objetiva) são claramente inaceitáveis da perspectiva subjetivista. Tentativas neoclássicas (por Marshall e Pigou) de substituir o critério de riqueza agregada pelo de utilidade agregada acabaram em preocupação, para os austríacos, à luz dos problemas das comparações de

utilidade interpessoal. Conceitos modernos de eficiência social na alocação de recursos que buscam evitar comparações interpessoais de utilidade, baseadas em noções de otimalidade social paretiana, são vistos como não sendo muito úteis, afinal de contas. O conceito de alocação de recursos sociais não apenas implica uma noção de escolha social que é incompatível, para dizer o mínimo, com o individualismo metodológico austríaco[3], como o conceito oferece um critério apropriado quase exclusivamente à avaliação de situações (em vez de processos). Seguindo os artigos pioneiros de Hayek (e agora geralmente celebrados) sobre o papel dos mercados na mobilização de conhecimento disperso, os austríacos modernos convergiram para a noção de coordenação como a chave para a discussão normativa (Kirzner 1973: Cap. 6; O' Driscoll 1977). Como veremos, essa noção se encaixa naturalmente na compreensão austríaca do processo de mercado. Vejamos como essa ideia austríaca moderna se desenvolveu, em larga medida, como consequência do debate sobre o cálculo econômico.

Na declaração de Mises de 1920 (p. 97f.) e sua repetição quase literal em seu livro de 1922 (Mises, 1936: 115), Mises foi muito breve em sua avaliação da função econômica dos preços de mercado. O cálculo econômico realizado em termos de preços de mercado expressos em moeda, afirmou ele, envolve três vantagens. Em primeiro lugar, “somos capazes de tomar como base de cálculo a avaliação de todos os indivíduos que participam no comércio”. Isso permite comparações entre indivíduos, nas quais as comparações diretas de utilidade interpessoal estão fora de questão. Em segundo lugar, tais cálculos “permitem que aqueles que desejam calcular o custo de processos complicados de produção vejam imediatamente se estão trabalhando tão economicamente quanto os outros”. A incapacidade de produzir com lucro prova que os outros são capazes de usar melhor os insumos relevantes. Terceiro, o uso de preços monetários permite que os valores sejam reduzidos a uma unidade comum. A declaração dessas vantagens refere-se ao cálculo econômico como tal, e não à questão mais ampla das vantagens sociais do sistema de preços. Não obstante, eles parecem expressar uma visão de “economia” social que não difere de uma perspectiva de alocação social de recursos escassos. E o mesmo parece ter sido o caso com Hayek pelo menos em 1935. Ele definiu “o problema econômico” como sendo a “distribuição de recursos disponíveis entre diferentes usos” e apontou que isso é “mais um problema do indivíduo do que da sociedade” (1949f: 121). Aqui, temos uma ideia clara da extensão do livro didático do

famoso critério de Robbins da atividade econômica do nível do indivíduo para o da sociedade como um todo. O que é importante para meus propósitos é que tanto Mises quanto Hayek estavam julgando a utilidade do sistema de preços em termos que tratam a sociedade como se ela fosse compelida a escolher entre padrões alternativos de uso para determinados recursos escassos.

No entanto, já em 1937, Hayek começava a chamar a atenção para o problema econômico levantado pelo conhecimento disperso. Afirmou que a “questão central de todas as ciências sociais [é]: Como pode a combinação de fragmentos de conhecimento existentes em diferentes mentes produzir resultados que, se fossem propositadamente executados, exigiriam um conhecimento por parte direta da mente que nenhuma pessoa pode possuir?” (1949c: 54). Em 1940, Hayek aplicou esse insight para criticar os economistas socialistas no debate sobre o cálculo. O “principal mérito da concorrência real [é] que através dela o uso é feito de conhecimento dividido entre pessoas que, se fosse para ser usado em uma economia centralmente dirigida, teriam que entrar num plano único” (1949d: 202). Mas foi em 1945 que Hayek negou enfaticamente o que ele mesmo aparentemente havia aceitado anteriormente – que o problema econômico enfrentado pela sociedade era o de conseguir a solução para um problema ótimo, o de alcançar o melhor uso dos meios disponíveis da sociedade:

O problema econômico da sociedade não é, portanto, apenas um problema de como alocar recursos “dados” – se “dado” é tomado como significando a uma única mente que deliberadamente resolve o problema estabelecido por esses “dados”. É, antes, um problema de como assegurar o melhor uso dos recursos conhecidos por qualquer um dos membros da sociedade, para fins cuja importância relativa apenas esses indivíduos conhecem. Ou, para resumir, é um problema de utilização do conhecimento que não é dado a ninguém em sua totalidade. (Hayek 1949b: 77f.)

Além disso, Hayek era explícito ao ligar o debate do cálculo econômico com essa rejeição da ideia de que o problema econômico enfrentado pela sociedade era o simples problema de otimização. Um ano depois, Hayek voltou a se referir ao seu novo critério normativo no curso de sua crítica à teoria da concorrência perfeita. Referindo-se à suposição, central para essa teoria, do conhecimento completo de todas as informações relevantes de todos os

participantes do mercado, Hayek comenta que “nada é resolvido quando assumimos que todos sabem tudo e [...]. o verdadeiro problema é, antes, como se pode conseguir que tanto do conhecimento disponível quanto possível seja usado”(1949e: 95).

Aqui, então, temos a forte afirmação de que as abordagens padrão para a análise do bem-estar estão assumindo o problema normativo essencial. Pode haver pouca dúvida de que essa afirmação tem um potencial revolucionário para a análise do bem-estar. Embora essas implicações para a análise do bem-estar tenham sido ignoradas pela profissão de economista (apesar de um bom grau de compreensão da interpretação do sistema de preços de Hayek como uma rede de comunicação de informação), a verdade é que Hayek abriu a porta para uma nova perspectiva da “bondade” das políticas econômicas e dos arranjos institucionais. Em vez de julgar políticas ou arranjos institucionais em termos do padrão de alocação de recursos que elas devem produzir (em comparação com o padrão de alocação hipoteticamente ideal), podemos agora entender a possibilidade de julgá-las em termos de sua capacidade de promover descobertas. Essa visão inovadora, cuja importância parece difícil de exagerar, foi claramente um subproduto direto do debate sobre o cálculo.

Como descobrimos em relação ao reconhecimento positivo do mercado como constituindo um processo de descoberta, o progresso em relação aos aspectos normativos da descoberta não cessou desde meados da década de 1940. Tem sido apontado que a ênfase no conhecimento fragmentado não é suficiente para desalojar os conceitos gerais de bem-estar social. A “coordenação” (no sentido de um estado de coordenação), embora possa referir-se à coordenação de decisões descentralizadas feitas à luz de conhecimentos dispersos, ainda acaba por envolver normas paretianas comuns. É apenas “coordenação” no sentido do processo de coordenação de uma atividade até então descoordenada que chama a atenção para a norma de descoberta identificada através dos insights de Hayek (ver Capítulos 8 e 9). O próprio Hayek aprofundou nossa compreensão do problema do conhecimento disperso, indo muito além de “utilizar informações sobre fatos concretos específicos que os indivíduos já possuem”. Ele agora enfatiza o problema de usar as habilidades que os indivíduos possuem para descobrir informações concretas relevantes. Porque uma pessoa “descobrirá o que sabe ou só poderá descobrir quando confrontada com um problema em que isso ajude”, ela pode

nunca ser capaz de “transmitir todo o conhecimento que ela obtém” (1979: 190). Tudo isso concentra a atenção no critério normativo mais geral de encorajar a eliminação do erro verdadeiro nas decisões descentralizadas individuais que interferem nos usos feitos dos recursos da sociedade. Claramente, este critério é preeminentemente relevante para a apreciação do caráter dos processos de mercado (em que o empreendedorismo e a concorrência estimulam descobertas contínuas). Mais uma vez, portanto, vemos como o debate sobre o cálculo socialista foi responsável por uma linha de desenvolvimento muito produtiva que se relaciona com a moderna economia austríaca.

A função dos preços

Como demonstra a história de Don Lavoie sobre o debate, a moderna economia austríaca é capaz de compreender as várias etapas do debate com uma clareza até então não alcançada. Do ponto de vista da nossa compreensão atual da natureza da competição dinâmica, do papel do empreendedorismo e do significado social da descoberta do erro, podemos ver o que Mises e Hayek “realmente diziam”

– melhor ainda, talvez, do que eles foram capazes de fazer no momento em que escreveram. Podemos ver como a incapacidade dos economistas socialistas de compreender o que Mises e Hayek realmente diziam provinha do paradigma neoclássico dominante dentro do qual os economistas socialistas estavam trabalhando. E podemos ver como tudo isso levou a confusão e incompreensão. O que é importante para a abordagem deste capítulo é que foi o próprio debate do cálculo que gerou os principais passos de desenvolvimento na moderna economia austríaca que foram responsáveis, em última instância, pela nossa compreensão austríaca aprimorada contemporânea de “tudo o que era”. Passamos agora a analisar brevemente o desenvolvimento com maior clareza dentro da tradição austríaca em relação à função dos preços de mercado.

Notamos a breve referência de Mises, em 1920, ao papel que os preços de mercado desempenham ao permitir o cálculo econômico na economia de mercado competitiva. Seria fácil para um leitor superficial do artigo de 1920 (e do livro de 1922) concluir que os preços de mercado desempenham seu papel na obtenção da eficiência social confrontando cada participante do mercado com avaliações sociais que refletem as atividades de todos os outros

participantes do mercado e que, novamente, impor relevantes restrições de eficiência às decisões de cada participante do mercado que esses preços enfrentam agora. Claramente, tal entendimento do papel dos preços de mercado não seria muito diferente daquele compreendido por Lange em sua agora notória referência à “função paramétrica dos preços, isto é, no fato de que, embora os preços sejam resultantes do comportamento de todos os indivíduos no mercado, cada indivíduo considera separadamente o preço real de mercado como dados fornecidos aos quais ele deve se ajustar” (1964: 70).

Como Lavoie documentou extensivamente, o verdadeiro papel do preço na compreensão austríaca da economia de mercado é bastante diferente daquele compreendido por Lange. Para os austríacos, os preços emergem em um contexto aberto no qual os empreendedores devem lidar com a verdadeira incerteza knightiana. Esse contexto gera “precisamente o tipo de escolha que estimula o processo de descoberta competitiva” (Lavoie 1985a: 137). Nesse contexto, o empreendedor “não trata os preços como parâmetros fora de seu controle, mas, ao contrário, representa a própria força causal que move os preços em direções coordenadas” (1985a: 129).

Mises pinta o quadro do mercado impulsionado pelo empreendedorismo e do papel que os preços desempenham dentro dele como segue:

Não há nada automático ou mecânico na operação do mercado. Os empresários, ansiosos por obter lucros, aparecem como licitantes num leilão, por assim dizer. [...] As suas ofertas são limitadas, por um lado, pela antecipação dos preços futuros dos produtos e, por outro, pela necessidade de retirar os fatores de produção das mãos de outros empresários que concorrem com eles. [...] O empresário é a agência que impede a persistência de um estado de produção inadequado para atender as necessidades mais urgentes dos consumidores da maneira mais barata. [...] Eles são os primeiros a entender que há uma discrepância entre o que é feito e o que poderia ser feito. [...] Na elaboração de seus planos, os empreendedores olham primeiro para os preços do passado imediato, que são erroneamente chamados de preços atuais. Naturalmente, os empreendedores nunca fazem esses preços entrarem em seus cálculos sem considerar as mudanças antecipadas. Os preços do passado imediato são para eles apenas o ponto de partida das deliberações que levam a

previsões de preços futuros. [...] O fato essencial é que é a competição de empreendedores em busca de lucro que não tolera a preservação de falsos preços dos fatores de produção. (Mises 1966: 332-5)

Essa declaração de 1949 (presumivelmente baseada em uma passagem semelhante em *Nationalökonomie*, 1940) parece atribuir um papel aos preços que difere acentuadamente daquele que o leitor superficial poderia ter obtido das declarações de Mises, de 1920 ou 1922. O contraste é entre o papel dos preços que se supõe já expressar com razoável precisão todas as informações relevantes e o papel dos preços vistos como estimulantes antecipações empreendedoras para o futuro. É difícil escapar à conclusão de que o que levou Mises à sua articulação mais profunda do papel que os preços desempenham no processo empreendedor foi sua consternação com os mal-entendidos de Lange-Lerner sobre a “função paramétrica dos preços”. Suas declarações passadas relativas aos preços de mercado não tinham sido feitas principalmente para explicar o funcionamento do sistema de mercado; foram feitas para ilustrar o tipo de cálculo econômico que os preços de mercado tornam possível. Essas declarações foram dirigidas principalmente àqueles que não reconhecem como os preços de mercado, de forma precisa ou grosseira, reforçam as restrições implicadas pela escassez. A experiência durante o debate sobre o cálculo não só sensibilizou Mises à existência de proponentes mais sofisticados do socialismo, como também o sensibilizou para os insights mais sutis incorporados em sua própria avaliação austríaca da maneira como os mercados funcionam.

No que diz respeito à função dos preços de mercado (como descobrimos no que diz respeito à apreciação do processo de descoberta do mercado e à emergência do critério de “coordenação” das avaliações normativas), o desenvolvimento da moderna posição austríaca não foi concluído na década de 1940. O seminal trabalho de Hayek de 1945, “O uso do conhecimento na sociedade”, que chamou a atenção explícita para o papel dos preços na comunicação de informações, não conseguiu distinguir entre duas funções de comunicação bastante diferentes. Uma coisa é reconhecer o papel dos preços de equilíbrio como sinais econômicos que permitem a coordenação instantânea de decisões descentralizadas, baseadas em corpos de conhecimento dispersos. Outra coisa é reconhecer o papel dos preços de desequilíbrio no estímulo às descobertas empreendedoras sobre a

disponibilidade de informações dispersas (cuja existência até então escapara à atenção relevante). As declarações de Mises e Hayek durante a década de 1940, estimuladas pelo debate sobre o cálculo, revelam sinais de apreço pelo último papel. Mas, precisamente por causa do insight pioneiro e cuidadosamente apresentado por Hayek sobre o primeiro papel (relativo à função sinalizadora dos preços de equilíbrio), é duvidoso que ele tenha reconhecido a distinção nítida que os austríacos de hoje certamente distinguem entre os dois papéis (veja o Capítulo 8).

Seja como for, o moderno reconhecimento austríaco dos preços como estímulo à descoberta deve ser visto como um desenvolvimento ulterior de uma série de avanços que devem certamente ser julgados como tendo sido postos em movimento, em grau significativo, pelo debate do cálculo.

A continuação do debate

Seria um erro acreditar que o debate sobre o cálculo terminou. Lavoie declarou que o objetivo principal de seu trabalho era “reavivar os fogos do debate sobre o cálculo” (1985a: 179). Há sinais de que uma nova rodada no debate é realmente necessária. Do ponto de vista do presente capítulo, esses sinais devem ser lidos como um apelo à reformulação da posição austríaca com uma clareza e sensibilidade ainda maiores. O surgimento de um importante artigo de Richard R. Nelson exemplifica essa necessidade (Nelson, 1981). A crítica de Nelson ao mercado e sua defesa implícita (moderada) do planejamento central foram escritas com uma familiaridade bastante ampla e compreensiva da literatura austríaca no debate sobre o cálculo. Não obstante, é a opinião deste escritor que o artigo de Nelson revela uma compreensão insuficiente da posição austríaca. Vimos que a posição austríaca exigiu etapas sucessivas de esclarecimento. A alegação de Nelson ilustra muito bem como os esclarecimentos mais recentes – e mais contribuições são necessárias – são vitais neste debate contínuo.

Notas

[1] Nenhuma alegação está sendo feita aqui de que o Professor Lavoie aceitará esta explicação ou, de fato, que aceitará minha opinião de que nenhuma contradição está envolvida.

[2] Ver Lavoie (1985a: 26), onde ele mantém isso, apesar de reconhecer que “é sempre, naturalmente, um perigo potencial que eu tenha lido ilegitimamente as modernas noções austríacas de acordo com as contribuições austríacas passadas”.

[3] Para uma crítica deste conceito (e da forma como a literatura utilizou o conceito de alocação individual de recursos de Lord Robbins), ver J. M. Buchanan (1964).

Capítulo 7: Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek: A moderna extensão do subjetivismo austríaco

Muito tem sido escrito sobre Ludwig von Mises[1]. E muito tem sido escrito sobre Friedrich von Hayek[2]. No entanto, parece não ter sido escrito muito sobre Mises e Hayek como um par interligado no desenvolvimento da economia moderna. Em particular, seu papel decisivo na continuação da tradição austríaca no pós-Segunda Guerra Mundial não recebeu o devido reconhecimento acadêmico. É verdade que, em seus relatos do desenvolvimento da Escola Austríaca de Economia, historiadores do pensamento econômico rotineiramente citaram Mises e Hayek como representantes modernos da Escola Austríaca. Mas tais citações geralmente tendem a considerá-los mais como representando os últimos suspiros de uma tradição agonizante (ou, na verdade, as contrações pós-expiração de uma pessoa já morta) do que como contribuidores autênticos para uma série ainda desdobrada de novos desenvolvimentos intelectuais. Além disso, essas breves discussões não exploraram o grau em que o trabalho de Hayek representa, de fato, uma continuação e extensão do trabalho de Mises, em face das importantes divergências que separam os dois. O objetivo do presente capítulo é preencher, até certo ponto, essas lacunas na literatura sobre o papel de Mises e Hayek na história da economia austríaca no século XX.

O paradoxo de Mises e Hayek

A verdade é que algo como um paradoxo envolve o emparelhamento convencional desses dois economistas. Não pode haver dúvida de que, em elementos-chave do sistema misesiano, Hayek não é nada misesiano. Para Mises, a possibilidade de compreensão econômica repousa inteiramente em insights obtidos a priori; sua visão praxeológica da ciência econômica expressa esse apriorismo de maneira consistente e não qualificada. No entanto, em um estágio relativamente precoce e crucial em sua carreira como economista, Hayek deixou claro que não podia seguir seu mentor nesse sentido.[3] Para Hayek, a possibilidade de regularidades econômicas capazes de serem

compreendidas pela ciência depende diretamente de uma base empírica. A lógica humana sem ajuda, para Hayek, não é capaz de gerar verdades sistemáticas sobre os processos econômicos. Se os historiadores do pensamento associaram Mises e Hayek em seus relatos da economia do século XX, parece que isso se baseia (além dos laços puramente pessoais e acadêmicos que ligam os dois no período entreguerras em Viena) inteiramente em certas semelhanças importantes em seus pontos de vista sobre algumas questões teóricas bastante específicas, como (a) as possibilidades de cálculo econômico sob planejamento central (ver Hayek 1935, 1949: caps 7, 8, 9) e b) a teoria do mau investimento do ciclo de negócios (ver, por exemplo, Mises 1980: 357- 66; Hayek 1931, 1933). Talvez os pontos em comum importantes nas implicações políticas/ideológicas vistos como fluindo de suas visões compartilhadas sobre esses tópicos teóricos específicos tenham sido responsáveis por seus nomes estarem ligados à literatura. Mas, para os historiadores da Escola Austríaca de Economia, essas posições comuns não parecem suficientes para justificar o tratamento da economia de Hayek como um desenvolvimento contínuo da economia misesiana. Para justificar tal tratamento, seria necessário ir além do acordo sobre algumas questões específicas e demonstrar uma compreensão global única e compartilhada do sistema econômico. Pode tal compreensão unicamente compartilhada ser postulada por Mises e Hayek em face das diferenças metodológicas e epistemológicas fundamentais que as separam?

É nossa opinião neste capítulo que a resposta correta para essa questão é afirmativa. O aparente paradoxo de Mises e Hayek pode, nós afirmamos, ser resolvido de uma maneira que ilumine a contribuição de cada um para o avanço da tradição austríaca na economia. Uma vez que a elaboração desta afirmação é o tema deste capítulo, se entenderá que não é feita nenhuma tentativa de examinar a totalidade da produção acadêmica enormemente prolífica desses dois eminentes economistas durante três quartos de século. Nossas preocupações aqui são estritamente limitadas a uma discussão tanto de (a) a continuidade importante que liga as contribuições de Mises e Hayek, como (b) essa continuidade representou um desenvolvimento consistente da Escola Austríaca (e, de fato, alimentou significativamente um renascimento do interesse na Escola). Pode ser útil neste momento fornecer uma visão preliminar concisa de nossa discussão proposta.

Argumentaremos que o desenvolvimento da tradição austríaca deve ser avaliado em termos do subjetivismo que tradicionalmente instruiu a abordagem austríaca à compreensão econômica. O subjetivismo na economia não chegou à conclusão completa de uma existência totalmente articulada com o Grundsätze (Princípios da Economia Política) de Menger. O que é comum, devemos afirmar, a Mises e Hayek é a prontidão em estender a economia subjetivista para além da fase relativamente pouco sofisticada representada na obra dos austríacos (e outros) durante a década de 1920. Como veremos, os avanços para o subjetivismo contidos no trabalho de Mises são bastante diferentes daqueles presentes nas contribuições de Hayek. No entanto, é através de ambos os conjuntos complementares de contribuições para um subjetivismo mais sofisticado que o renascimento austríaco contemporâneo foi capaz de levar adiante os aperfeiçoamentos contínuos na compreensão econômica subjetivista que, sem dúvida, constituiu a história da economia austríaca desde Carl Menger.

Nosso argumento, portanto, irá (a) ter que estabelecer as inadequações no subjetivismo dos escritores anteriores, (b) terá que identificar os avanços separados a este respeito contidos no trabalho, respectivamente, de Mises e Hayek e (c) mostrará como esses avanços separados podem ser integrados de maneira a nos permitir falar sensatamente sobre uma contribuição conjunta de Mises-Hayek para o desenvolvimento da tradição subjetivista austríaca na economia.

Em uma passagem muito citada, Hayek ressaltou há muitos anos o significado que atribui ao aprofundamento progressivo da influência subjetivista na análise econômica. “Provavelmente não é exagero dizer”, escreveu em 1952, “que todo avanço importante na teoria econômica durante os últimos cem anos foi mais um passo na aplicação consistente do subjetivismo” (1955: 31). E em uma nota de rodapé prestou homenagem a Mises a esse respeito: “Este é um desenvolvimento que provavelmente foi levado a cabo consistentemente por Mises e acredito que a maioria das peculiaridades de suas visões, que a princípio parecem a muitos leitores como estranhas e inaceitáveis se devem ao fato de que, no desenvolvimento consistente da abordagem subjetivista, ele se moveu por muito tempo à frente de seus contemporâneos” (p. 210, n. 24).

Neste capítulo, propomos que é de fato essa dedicação compartilhada ao subjetivismo por parte de Mises e Hayek, que representa o fio da continuidade que une o trabalho deles. Além disso, como veremos, a soma total dos insights que surgiram como resultado dessa dedicação compartilhada ao subjetivismo constituíram um episódio histórico significativo no desenvolvimento moderno daquela tradição intelectual em economia, para a qual o subjetivismo sempre foi a ideia central – a Escola Austríaca de Economia.

Subjetivismo e subjetivismo

Desde o início, é claro, a Escola Austríaca foi identificada como “subjetivista”. Enquanto a teoria clássica do valor buscava explicações em termos das condições objetivas em torno da produção física, os austríacos enfatizavam os processos de mercado iniciados pelas ações de valorização, escolha e consumidores. Mas as explorações do subjetivismo nos últimos anos chamaram nossa atenção para vários níveis bastante diferentes nos quais a escolha individual pode ser discutida. Em particular, dois níveis foram identificados: uma terminologia identifica-os como (a) “subjetivismo estático” e (b) “subjetivismo dinâmico” (Buchanan 1982; O’Driscoll e Rizzo 1985: Chs 2, 3; Ebeling não publicado). Depois da pesquisa do falecido Professor Machlup sobre os numerosos usos diferentes feitos na terminologia econômica da distinção estático-dinâmico, é claro que é absolutamente desnecessário definir qual desses dois níveis deve ser considerado o mais profundo (Machlup 1963). Existem algumas diferenças entre diferentes formulações dessa distinção, mas um critério útil para tal classificação é fornecido pelas bem conhecidas contribuições de G. L. S. Shackle à análise da tomada de decisão humana. No decorrer do trabalho de duas décadas,[4] Shackle tem se preocupado em enfatizar a criatividade radical e a indeterminação da decisão humana. Cada decisão é um novo começo espontâneo, não o resultado inexorável de uma configuração previamente dada de preferências e obstáculos. A história social é um tecido do surgimento contínuo de novos inícios que se interagem mutuamente e que são tomados diante da necessidade de especular o curso de eventos futuros, quando o futuro está envolto em incerteza inerradicável. Além disso, a imprevisibilidade essencial do futuro é, em parte, consequência da nossa completa certeza de que o futuro será moldado, em grande parte, por decisões humanas futuras intrinsecamente imprevisíveis. Desta perspectiva shackleana, uma visão “subjetivamente” subjetivista da história social a vê como sendo governada por forças que devem ser rastreadas até as escolhas

sendo feitas, a cada momento, por participantes individuais do mercado cujas decisões não podem de forma alguma ser tratados como fluindo inexoravelmente para fora das circunstâncias objetivas prevaletentes no instante anterior a essas respectivas decisões.

Essa visão do caráter subjetivo da escolha humana é contrastada nitidamente com aquele outro nível (“estático”) de análise subjetivista, no qual a criatividade e a indeterminação inerente à tomada de decisões são, ao menos tacitamente, suprimidas. A visão “estaticamente subjetivista” retrata a decisão como realmente expressando as preferências subjetivas do tomador de decisão, mas faz parecer como se essas preferências estivessem de algum modo separadas (e mesmo, em algumas versões, cronologicamente anteriores) à decisão em si, como se essas preferências então “determinassem” a decisão específica tomada. O curso da história social é então visto como o fluxo “inexorável” de eventos que emergem dessas decisões que interagem (entendendo-se que essa “inexorabilidade” é estritamente relativa, é claro, às preferências independentes, “subjetivas”, dos potenciais tomadores de decisão).

Como Shackle e outros apontaram, a decisão humana prevista em tal visão subjetivista “estática” dificilmente constitui uma escolha genuína (Shackle 1972: passim; Kirzner 1979a: Ch. 13). A própria circunstância de que o curso de ação “escolhido” é visto como inexoravelmente implícito na configuração dada de preferências e restrições, de fins e meios, torna a escolha “mecânica” ou “automática” – e, portanto, não é uma escolha verdadeira. A verdadeira escolha certamente requer a possibilidade realista de mais de uma alternativa; mas para a visão subjetivista estática, a alternativa rejeitada já é, antes (ou pelo menos separada) do momento da decisão, uma opção declarada como uma alternativa sub-ótima (e, portanto, bastante inimaginável). A circunstância de que, nessa visão subjetivista estática, as escalas de preferência individual, ou os mapas indiferentes relevantes, sejam declaradas como a expressão de gostos e desgostos subjetivos independentes não é suficiente para investir esse modelo “mecânico” de tomada de decisão com as características de escolha genuína. Uma máquina pode calcular uma opção ótima necessária; não gostaríamos de dizer que a máquina pode escolher.

Agora, uma visão plausível da história doutrinal pode ver o mainstream neoclássico contemporâneo como representando o legado do “subjetivismo estático” decorrente das abordagens de Jevons, Walras e especialmente Pareto. (A notória observação de Pareto no sentido de que o “indivíduo pode desaparecer, desde que ele nos deixe uma fotografia de seus gostos”[5] concisa e precisamente capta sua preocupação extremamente limitada com o subjetivismo da escolha individual.) Por outro lado, essa visão sugeriria, que a Escola Austríaca de Menger até Mises esteve muito mais próxima do “subjetivismo dinâmico”. Da ênfase de Menger em avaliação independente do consumidor sobre o significado das mercadorias (e, indiretamente, dos serviços de fatores) para a preocupação de Mises com a ação humana intencional em um mundo aberto e incerto, a tradição austríaca recusou, ao que parece, tratar a escolha como se fossem inexoravelmente determinadas por preferências “dadas”. Embora não inteiramente errada, essa visão da Escola Austríaca é, como veremos, simplista demais. A verdade é que, apesar dos elementos significativos do “subjetivismo dinâmico” em Menger (e talvez em vários de seus seguidores), os primeiros desenvolvimentos pós-Primeira Guerra Mundial na economia austríaca eram geralmente direcionados a ser “estáticos” em vez de “dinâmicos” em seu subjetivismo. Esse pode ser o caso, talvez de maneira mais eficaz, considerando brevemente a proveniência austríaca desse trabalho extremamente influente, do ensaio de 1932 de Lionel Robbins sobre a natureza e o significado da ciência econômica.

Lionel Robbins, austríacos e economia neoclássica

Se a microeconomia neoclássica moderna se considera baseada na análise da escolha, isso se deve em grande parte à influência do livro de Robbins. Quando um livro moderno dedica um capítulo inteiro (reconhecidamente breve) para dar crédito a Robbins no avanço que levou à visão contemporânea de que “o núcleo da ciência econômica pura é a teoria geral da escolha” (Walsh 1970: 17), significa um exagero. O que é hoje um lugar comum era, em 1932, uma ideia revolucionária; desde então, essa ideia governou decisivamente a direção do pensamento econômico dominante. O que é importante para os nossos propósitos neste capítulo é reconhecer (a) a influência austríaca em Robbins a esse respeito e (b) a circunstância de que essa influência passou a ser transmitida ao mainstream neoclássico (via Robbins) “estaticamente”, ao invés de “dinamicamente”, em termos subjetivistas. A última circunstância sugerirá fortemente que a literatura austríaca que

influenciou Robbins tão poderosamente se aproximou talvez mais do paretismo, em vez do tipo de subjetivismo mengeriano.

Em um artigo recente, Mark Addleson (1984) nos lembrou da influência austríaca difusa que o livro de Robbins reflete (e que foi amplamente reconhecida na época de sua aparição). Ele cita a crítica no livro de R. W. Souter em 1933, no decurso da qual Souter descreveu-o como um “relato acadêmico e sucinto dos principais dogmas da ‘Escola Austríaca’” (Souter 1933, citado em Addleson 1984: 509). Como Addleson aponta, o “Ensaio está mergulhado na tradição austríaca. Isso se reflete no reconhecimento do autor de ‘sua dívida especial às obras do professor Ludwig von Mises’ [...] Os nomes de economistas como Schönfeld, Hans Mayer, Strigl, Carl Menger, Fetter, Hayek, Böhm-Bawerk, Morgenstern e Machlup são evocados várias vezes.”[6]

Assim, se o ‘subjetivismo estático’ que é tão característico da moderna teoria da escolha neoclássica é significativamente atribuível à influência robbinsiana, não devemos nos surpreender ao descobrir evidências de tal subjetivismo limitado não apenas no próprio Robbins, mas também em pelo menos parte da literatura austríaca que ele citou.

Para Robbins, é claro, o papel da escolha era de fato central para o lado econômico da vida humana. “Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos” (Robbins 1935: 16). “Quando o tempo e os meios para alcançar fins são limitados e capazes de aplicação alternativa, e os fins são capazes de serem distinguidos em ordem de importância, então o comportamento necessariamente assume a forma de escolha. [...] Tem um aspecto econômico” (p. 14). Mas a escolha robbinsiana oferece pouco espaço para o que chamamos de subjetivismo “dinâmico”.

O resultado de um ato de escolha robbinsiano, parece, está inevitavelmente implícito no padrão dado de fins e de meios, cuja relação é o pré-requisito para a escolha robbinsiana. Esse resultado emerge, parece afirmar-se, de uma maneira quase fora do controle do tomador de decisão – é, em vez disso, “resultante de atritos psicológicos conflitantes que agem dentro de um ambiente de dadas possibilidades materiais e técnicas” (Robbins 1935: 35). Para ter certeza, os fins em si, enquanto dados, não são fixos para todos os

tempos. Os fins podem e mudam: “os sibaritas se tornam ascetas” (p. 26). Mas a substituição de um conjunto de determinados fins por um segundo conjunto ocorre antes (ou pelo menos fora) da própria escolha robbinsiana. Seja qual for o processo pelo qual o homem robbinsiano venha a ser dotado do sistema de fins com o qual ele deve alocar seu conjunto finito de meios dados, esse processo não apenas está totalmente fora do escopo da ciência econômica, está fora do âmbito da economia da escolha em si. A escolha econômica, para Robbins, é circunscrita inteiramente pela estrutura de determinados fins e dados meios que tornam necessário o comportamento alocativo sistemático. Como Talcott Parsons apontou na época (1934: 512), esse infeliz quadro mecânico de escolha é uma consequência da maneira pela qual Robbins trata os fins como dados suprimidos, suprimindo o futuro da própria noção de propósito humano.

Mas um ponto de vista “dinamicamente” subjetivista deve certamente reconhecer que, ao expressar seus propósitos, o homem deve escolher entre cenários futuros imaginários alternativos. Sua imaginação desses futuros alternativos é um elemento intrínseco da escolha. No momento da escolha, os fins não são todos “dados”; eles são definidos apenas pelo ato de escolha em si. Seja o que for que leve em consideração os fins particulares que são escolhidos para serem visados, não pode ser a solução de um problema na maximização restrita para a qual esses fins são dados.[7] Um tratamento de escolha totalmente subjetivista não poderia, como Robbins faz, evitar discussões sobre esses assuntos. Um tratamento da escolha totalmente subjetivista deve lidar com a maneira como o tomador de decisão, com toda a sua criatividade espontânea diante de um mundo radicalmente incerto, escolhe qual das infinitas imagens possíveis do futuro ele adotaria como base para os cenários alternativos entre os quais ele assume o caminho que deve seguir. Apesar de todas as suas virtudes, todas as suas credenciais austríacas, a escolha robbinsiana é retratada em abstração da (senão na completa negação) das percepções do subjetivismo dinâmico.

Mas, como Richard Ebeling mostrou recentemente em um artigo não publicado, os escritos dos principais economistas austríacos durante a década de 1920, incluindo especialmente Hans Mayer, Richard Strigl (a quem Robbins citou proeminentemente) assim como Rosenstein-Rodan, expressaram uma concepção de escolha que é precisamente tão limitado em seu subjetivismo

(como “estático”) quanto em Robbins. Se é razoável julgar a obra de Robbins como apontando para uma síntese das várias escolas marginalistas pós-1870 do pensamento econômico, então deve-se afirmar que o subjetivismo que Robbins trouxe à síntese de Viena foi severamente limitado ao “estático” aspecto do subjetivismo.

Aqui, então, encontramos a base para nossa afirmação anterior de que, no início da década de 1930, o desenvolvimento da tradição austríaca havia produzido uma variedade seriamente limitada de subjetivismo. Vamos agora argumentar que o trabalho de Mises e Hayek pode ser visto de forma esclarecedora como a introdução de elementos (separados) do subjetivismo dinâmico. No entanto, será útil, neste sentido, primeiro reexaminar o modelo teórico de uma economia de mercado povoada inteiramente por homens econômicos.

*O mundo dos homens econômicos robbinsianos:
uma recapitulação das preocupações*

Consideraremos conveniente identificar dois aspectos distintos deste mundo que devem parecer muito problemáticos para qualquer tentativa realista de entender os mercados. Não resultará, de forma alguma acidental, que a contribuição misesiana “dinamicamente subjetivista” implique uma alteração deste mundo no que diz respeito a um desses dois aspectos ofensivos; a contribuição subjetivista hayekiana transformaria este mundo no segundo desses dois aspectos. Tomados em conjunto, veremos, as duas contribuições substituem com sucesso uma visão estaticamente subjetivista do mercado por uma visão dinamicamente subjetivista. É essa circunstância, nossa tese neste capítulo, que (a) justifica o emparelhamento tradicional de Mises e Hayek e (b) reconhece sua importante contribuição conjunta para ampliar a visão da Escola Austríaca de Economia.

O mundo povoado inteiramente por economistas robbinsianos é, de fato, o mundo da microeconomia neoclássica contemporânea. Assim, a demonstração de como as contribuições subjetivistas de Mises-Hayek juntas transformam drasticamente esse mundo oferece, ao mesmo tempo, um vislumbre de como a visão teórica austríaca contemporânea, instruída por essas contribuições, difere acentuadamente da visão neoclássica dominante.

O homem econômico, vimos, “escolhe” dentro de um quadro rigidamente circunscrito pelo padrão das extremidades ranqueadas e dos meios disponíveis assumidos como percebidos (para o momento da escolha econômica). Sua escolha estritamente alocativa não abrange a percepção ou a identificação dos elementos que compõem essa estrutura rígida. Agora, na economia de mercado, nem o ranking de fins nem a disponibilidade de meios podem ser considerados como dados a qualquer agente além das decisões de outros indivíduos (similarmente “econômicos”). Nenhum produtor, por exemplo, pode tratar a produção de seu produto como equivalente à obtenção de fins de importância determinada sem expectativas específicas sobre os preços de mercado a serem oferecidos para essa produção, e assim por diante. Nenhum produtor pode tratar os insumos como meios disponíveis sem expectativas específicas sobre os preços de mercado a serem solicitados pelos vendedores desses insumos. Mas, certamente, o reconhecimento dessa circunstância, de que um mundo de indivíduos econômicos pressupõe antecipações definitivas sobre as escolhas que outros indivíduos (de modo similar econômicos) estão em processo de produzir, de fato, nos apresenta um dilema muito sério.

Ou as escolhas econômicas que estão realmente sendo feitas são “corretas”, no sentido de que sustentam as estruturas antecipadas de fins classificados e os meios disponíveis identificados, respectivamente, pelos participantes do mercado; ou essas escolhas falham em confirmar essas estruturas de fins e meios. Na primeira dessas duas alternativas, todas as decisões de alocação que estão sendo feitas podem, de fato, ser bem-sucedidas, e sem gerar arrependimento, realizadas conforme o planejado – uma vez que os cursos selecionados de ação considerados ótimos de fato se revelaram tanto viáveis quanto os mais preferidos. A viabilidade e a otimalidade de qualquer curso escolhido de ação alocativa não foi frustrada pelo fato de que alguma das escolhas antecipadas pelos outros não ocorresse conforme o esperado. Na segunda dessas alternativas, por outro lado, as coisas são bem diferentes. Os tomadores de decisão encontram-se incapazes de completar seus cursos de ação escolhidos (porque esses cursos de ação pressupõem decisões de outros que acabam não tendo sido feitas); ou então descobrem que seus cursos de ação escolhidos resultam – por razões simétricas – de modo algum nos programas alocativos realmente ótimos à luz da hierarquia real de fins classificados e

meios disponíveis que o padrão de decisões de mercado gera de fato. Cada uma dessas possibilidades alternativas parece levantar sérias dificuldades.

Se quisermos supor que todas as decisões econômicas são de fato “corretas”, necessariamente nos limitamos ao mundo totalmente coordenado e equilibrado – algo imaginável apenas com base na onisciência universal mútua sobre o que os participantes do mercado podem e irão escolher fazer. Confiar a nós mesmos e nossa análise econômica ao contexto de plena onisciência mútua não é meramente aceitar uma suposição amplamente irrealista; é confessar que nosso modelo do mundo econômico é incapaz de lançar luz sobre qualquer processo de ajuste através do qual, talvez, uma abordagem em direção ao estado de coisas totalmente coordenado (ou, de fato, de qualquer situação específica) possa ocorrer no mundo real do conhecimento imperfeito. Mas a segunda alternativa não é menos problemática nesse aspecto.

Podemos, de fato, facilmente imaginar um mundo em que uma grande proporção de tentativas de decisões econômicas acabe desapontada na execução (porque as decisões antecipadas necessárias por parte de outros não foram de fato feitas) ou lamentadas (porque em retrospectiva revela que os verdadeiros padrões relevantes de fins e meios teriam sugerido cursos ainda mais desejáveis de ação alocativa). Mas não está claro como, em um mundo de homens econômicos exclusivos, essas decepções podem ser mantidas para gerar modificações sistemáticas nas decisões de alocação a serem tomadas pelos participantes do mercado em períodos subsequentes. Devemos lembrar que nossos homens econômicos não são dotados de quaisquer propensões que possam sistematicamente modificar as expectativas relativas às decisões tomadas por outros. Os homens econômicos são, por assim dizer, dotados de estruturas de meios e fins determinados.

Não há nada dentro do escopo da análise da atividade econômica que nos permita postular uma série sistemática de modificações nas estruturas de fins e meios consideradas relevantes pelos participantes do mercado. A menos que transcendamos a suposição de homens econômicos puramente robbinsianos, nossa segunda alternativa resulta, de fato, em frustradas tentativas de economia – mas esse caos de desequilíbrio não pode ser considerado como resultado de modificações sistemáticas de escolhas, muito menos de sequências de equilíbrio de tais modificações (ver Kirzner 1973: 36).

Para usar um modelo composto de indivíduos econômicos para chegar a uma explicação de ajustes sistemáticos do mercado (que podem ser gerados pelo desequilíbrio inicial) é claramente necessário supor que os participantes do mercado realmente saibam onde os eventos de mercado mostraram suas presumidas estruturas de fins e meios para exigir revisão. Mas fazer isso é comprometer a integridade do modelo importando para ele uma característica modificadora totalmente arbitrária, isto é, dotando a população de homens econômicos com a propensão de substituir estruturas de meios e fins assumidas desacreditadas por novas estruturas reveladas como importantes pela experiência de mercado. Postular tal dote não é apenas agudamente modificar o cenário dos homens econômicos puros (que, afinal de contas, deveriam ter dotações “dadas” de estruturas de fins e meios). É deixar inexplicado como a experiência de mercado comunica a esses indivíduos econômicos a consciência súbita de oportunidades exploráveis que já existiam, mas que antes eram negligenciadas pelos mesmos indivíduos econômicos.

Aqui, então, temos diante de nós os dois aspectos separados deste mundo puramente econômico que certamente devem gerar graves dúvidas. Primeiro, o modelo de tal mundo é seriamente deficiente, pois fracassa em prestar atenção ao papel desempenhado pelo conhecimento e aprendizado na dotação inicial de estruturas de meios e fins assumidos, e na subsequente modificação dessas dotações como resultado da experiência de mercado. Em segundo lugar, a composição do modelo, em termos de uma população constituída apenas por homens econômicos puros, é de fato inconsistente com os tipos de sequências de aprendizado que se deve postular para dar conta dos processos sistemáticos de mercado. Veremos que, embora o subjetivismo “dinâmico” expresso nos escritos de Mises tenha aberto a possibilidade de lidar com a segunda dessas dificuldades, não foi até as contribuições de Hayek para o aprofundamento do subjetivismo que a primeira dessas inadequações foi eliminada. O subjetivismo misesiano substituiu a atividade mecânica e alocativa do espantalho homem econômico pela dinâmica da ação humana. O trabalho de Hayek compeliu a profissão de economia a abordar explicitamente o papel do conhecimento e aprendizado no processo econômico. Juntas, as contribuições de Mises-Hayek oferecem uma compreensão subjetivista verdadeiramente “dinâmica” dos processos de mercado.

Ludwig von Mises e a ciência da ação humana

Para Mises, a economia é uma ciência da ação humana. Toda conclusão da teoria econômica é, para Mises, o resultado da circunstância de que a vida econômica consiste em interagir com agentes humanos. É a ação humana que é a unidade básica de análise. Embora Mises nunca tenha, segundo o conhecimento desse escritor, estabelecido uma distinção entre sua própria noção de ação humana e o conceito robbinsiano de “homem econômico”, não pode haver dúvida de que a diferença é fundamental. A ação humana é um conceito muito mais amplo do que o do homem econômico; enquanto a alocação de meios escassos entre múltiplos fins concorrentes pode ser um exemplo de ação humana, a ação humana não precisa ser de forma alguma alocativa. “A ação humana é um comportamento intencional” (Mises 1966: 11). O que o homem atuante procura fazer é “substituir um estado de coisas menos satisfatório por um mais satisfatório” (p. 13). Nada nestas formulações confina a ação humana à alocação calculista de meios escassos com respeito a objetivos concorrentes.

Podemos distinguir dois elementos subjetivistas contidos no conceito misesiano que estão ausentes da noção mais estreita de escolha econômica robbinsiana. Primeiro, a ação humana é essencialmente intencional; seu objetivo não é a maximização (de, digamos, utilidade ou lucro) sujeita a restrições laterais, mas a remoção do desconforto sentido, a obtenção de um futuro estado de coisas melhor. Ninguém poderia acusar Mises (como alguns acusaram Robbins) de reprimir o senso de propósito que abarca a atividade humana; ninguém poderia acusá-lo de suprimir a subjetivamente da sensação de futuridade que os seres humanos atribuem aos objetivos que buscam alcançar através de suas ações. Não só o conceito de ação humana enfatiza sua finalidade; a noção de propósito realmente exaure sua essência. Para Mises, a ação humana pode consistir em permanecer deliberadamente ociosa (Mises, 1966); inação pode ser um exemplo de ação. O elemento essencial em ação é a busca do objetivo, não a maximização, não a eficiência alocativa ou qualquer outra coisa. Não há possibilidade de se abstrair do elemento subjetivo da ação humana sem erodir completamente o próprio conceito.[8] Segundo, o conceito de ação humana (diferentemente do homem econômico robbinsiano) contém em si um elemento empreendedor essencial. “Em qualquer economia real e viva, todo ator é sempre um empreendedor” (Mises, 1966: 252). O agente humano “é dotado não só da propensão a perseguir objetivos de maneira eficiente, uma vez que os fins e meios são claramente identificados, mas

também com o impulso e vigilância para identificar quais fins são ambicionados e quais meios estão disponíveis” (Kirzner 1973: 34). Assim, o subjetivismo na análise da tomada de decisão significa mais do que meramente o reconhecimento de que a estrutura de meios de fins relevantes para um determinado tomador de decisões é aquela com a qual ele foi peculiarmente dotado. Significa mais, até, do que o reconhecimento de que o tomador de decisões está conscientemente buscando seus propósitos, que sua atividade é permeada pelo senso de direção para alcançar seus objetivos. O subjetivismo na análise da ação humana misesiana inclui a percepção de que qualquer estrutura de fins e meios relevantes para uma ação humana é ativamente escolhida no decorrer dessa mesma ação – e que essa escolha expressa e reflete os sonhos, aspirações e imaginação do agente, suas expectativas e seu conhecimento, seus palpites e seus preconceitos.

Uma vez que nossa imagem do agente econômico tenha sido ampliada, a partir de Mises, de um maximizador restrito (no contexto de uma estrutura de meios e fins dotados) para a do ser humano seguindo ativamente seus próprios palpites, sua própria visão (quanto ao que vale a pena buscar e qual é o melhor curso relevante disponível de ação), o caminho está aberto para incorporar a aprendizagem através da descoberta de nossa compreensão dos processos de mercado. Não estamos mais presos a um modo de teorizar em que a unidade de análise nos impede de mudanças inesperadas no conhecimento relevante. Não estamos mais confinados a um mundo em que tudo que é considerado válido vale a pena ou já é conhecido dos agentes ou agora está confiantemente planejado para ser aprendido, mais cedo ou mais tarde, no decorrer de procedimentos sistemáticos de busca já previstos. Podemos agora encontrar escopo, dentro do processo de mercado, para a descoberta espontânea de oportunidades até então despercebidas, ou para a percepção de que antecipações anteriores provaram ter sido excessivamente otimistas. Podemos agora procurar uma série de descobertas possíveis sistematicamente desdobradas, tornada possível pela mudança do conjunto de oportunidades geradas por essas sequências de descobertas.

Para colocar isso de maneira um pouco diferente, podemos agora explicar um padrão de mudança de decisões ao longo do tempo como o resultado sistemático da mudança de padrões de conhecimento, com as últimas sendo elas mesmas o resultado de descobertas estimuladas, por sua vez, pelos

conjuntos de mudanças constantes das oportunidades interpessoais criadas através do tempo por esses mesmos conjuntos de decisões em mudança. Em outras palavras, essa implicação da contribuição misesiana contrasta fortemente com uma das duas características inquietantes do mundo robbinsiano observadas na seção anterior deste capítulo, a saber, que um mundo de homens econômicos é inconsistente com os tipos de sequências de aprendizado necessárias para explicar os processos sistemáticos de mercado.

Afirmar essas implicações sistemáticas da contribuição subjetivista misesiana não é, contudo, afirmar que o próprio Mises enunciava explicitamente o caráter dos processos de mercado nesses termos. Na verdade, o próprio Mises não enfatizou o papel das matrizes em mudança de conhecimento como constituindo o processo de mercado em desdobramento. Foi a contribuição de Hayek para um subjetivismo aprofundado que trouxe esse papel para um foco inequivocamente claro. Para essa contribuição, agora nos voltamos.

Friedrich von Hayek e o papel do conhecimento

As contribuições de Hayek para a economia moderna (além de seu prolífico trabalho em outras disciplinas) se estendem por uma gama formidável de áreas dentro do assunto. Sua bibliografia em economia inclui sozinha obras clássicas em teoria monetária, teoria dos ciclos econômicos, teoria do capital, história doutrinal, teoria do planejamento socialista, metodologia econômica e outras áreas importantes. No entanto, parece correto afirmar que a parte do trabalho de Hayek mais frequentemente citada (apesar de nem sempre adequadamente entendida) na discussão econômica contemporânea é aquela que diz respeito ao papel do conhecimento. Nesta seção, nos referimos brevemente a essa célebre contribuição hayekiana e a citamos como constituindo, a nosso ver, uma extensão explícita e decisiva do subjetivismo na economia moderna.

A introdução definitiva do conhecimento em economia de Hayek envolveu duas séries separadas (mas certamente relacionadas) de insights. O primeiro (representado mais claramente por seu famoso artigo de 1937, “Economia e Conhecimento“[9]) demonstrou (a) a natureza do equilíbrio de mercado deixa de fora as implicações do completo conhecimento mútuo por parte dos participantes do mercado e (b) a natureza dos hipotéticos processos de equilíbrio do mercado como consistindo em padrões específicos de

aprendizagem mútua. O segundo conjunto de insights a respeito do conhecimento (apresentado no artigo de 1937 e explicitado definitivamente no igualmente famoso artigo de Hayek de 1945, “O uso do conhecimento na sociedade” (Hayek 1949b)) chamou a atenção para as implicações positivas e normativas da circunstância de que a soma total de conhecimento disponível em uma economia “nunca existe na forma concentrada ou integrada, mas apenas como os fragmentos dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório que todos os indivíduos separados possuem” (p. 77).

Reconhecer os processos de mercado como consistindo na mudança sistemática de padrões de conhecimento individual uns sobre os outros, reconhecer o significado normativo das instituições sociais que tornam possível a mais completa utilização pelos membros da sociedade de “conhecimento que não é dado a ninguém em sua totalidade” (Hayek 1949b: 78), é ameaçar a revolução tanto na teoria microeconômica quanto na teoria da economia do bem-estar. As modernas teorias neoclássicas da microeconomia e economia do bem-estar, como sugerido anteriormente, permaneceram no nível mais baixo (ou “estático”) do subjetivismo. As ideias de Hayek sobre o conhecimento apontavam para uma abrangente revolução compreensiva (ou “dinamicamente”) subjetivista da compreensão nessas áreas. O fato de essas revoluções ameaçadas, de alguma forma, nunca terem conseguido desalojar o domínio neoclássico, é uma evidência muda da extensão muito limitada à qual a profissão moderna tem sido hospitaleira para extensões de subjetivismo.

O próprio Hayek chamou a atenção explícita para o caráter subjetivista de seu trabalho sobre o papel do conhecimento. Em sua discussão mais detalhada sobre a importância do subjetivismo para as ciências sociais, Hayek escreveu sobre “os fenômenos mais complexos com os quais a teoria econômica está envolvida e onde, nos últimos anos, o progresso tem sido particularmente estreitamente ligado ao avanço do subjetivismo”. Ele citou em particular “os novos problemas que esses desenvolvimentos fazem parecer cada vez mais centrais, como o problema da compatibilidade de intenções e expectativas de pessoas diferentes, da divisão de conhecimento entre eles, e o processo pelo qual o conhecimento relevante é adquirida e expectativas formadas” (1955: 33). Para os propósitos deste artigo, é importante notar que essas contribuições subjetivistas de Hayek contrastam nitidamente com aquela outra característica

inquietante do modelo do mundo robbinsiano, observado anteriormente neste capítulo, a saber, seu fracasso em focar o papel do conhecimento e da aprendizagem (tanto na especificação inicial do modelo quanto na maneira pela qual o modelo pode ser avaliado em termos de processos de mercado).

Mises, Hayek e o entendimento econômico subjetivista

Tomamos nota das contribuições separadas para a extensão do subjetivismo feitas por Mises e Hayek. Para Mises, a economia tornou-se uma ciência da ação humana (radicalmente subjetivista); Hayek delineou a tradução de teoremas econômicos em novas formas de compreensão em relação ao conhecimento dos seres humanos. Queremos argumentar aqui que essas contribuições separadas quando juntas não apenas constituem um passo decisivo do subjetivismo estático ao subjetivismo dinâmico, mas também, ao mesmo tempo, ajudam a articular uma compreensão subjetivista dos processos de mercado que constitui uma extensão autêntica do trabalho dos economistas da Escola Austríaca, em uma tradição que remonta a Menger. Se nosso argumento a esse respeito for aceito, terá justificado as referências na literatura a uma forte ligação entre Mises e Hayek, em face das diferenças muito importantes que os separam. Além disso, acrescentará significado às referências na literatura a este par de economistas como representantes de última hora da Escola Austríaca clássica.

Carl Menger mudou decisivamente a orientação do entendimento econômico. Seu insight subjetivista demonstrou como os fenômenos econômicos podem ser percebidos com mais sucesso como a reflexão e a expressão da valorização de indivíduos econômicos. O subjetivismo de Menger parece, em vários relatos, ter sido “dinâmico”. Os sucessores de Menger levaram muitos desses insights e os colocaram em contato com o trabalho de economistas marginalistas de outras escolas. Mas, no decorrer do processo de refinação da análise marginal austríaca, uma certa qualidade “estática” parece ter penetrado no subjetivismo que esse trabalho expressou no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial. (Afirmar isso não é criticar os escritores envolvidos. Há inquestionavelmente certos aspectos da economia austríaca para os quais a articulação de insights dinamicamente subjetivistas simplesmente não é necessária.) Como consequência, tornou-se possível a um brilhante sintetizador como Robbins injetar insights chave austríacos sobre a teoria econômica neoclássica dominante (para a qual o

subjetivismo “dinâmico” era virtualmente um completo estranho) sem transcender o nível de subjetivismo estático. Assim, os avanços subsequentes na microeconomia neoclássica, enriquecidos por injeções robbinsianas-austríacas, continuaram ao longo de uma linha que é, de fato, totalmente incompatível com uma perspectiva subjetivista dinâmica. Não é surpresa, portanto, encontrar alguns expoentes modernos do subjetivismo dinâmico, como os professores Shackle e Lachmann, obrigados a rejeitar o paradigma neoclássico virtualmente em sua totalidade. Mises e Hayek seguiram um caminho diferente.

A importância da contribuição de Mises e Hayek consiste, de fato, não apenas em chamar a atenção para os elementos subjetivistas ausentes das primeiras formulações de Robbins e dos austríacos. A introdução destes novos elementos permitiu alargar a abordagem tradicional austríaca, sugerindo um aprofundamento da compreensão do processo de mercado. Embora, de fato, diferisse acentuadamente do mainstream neoclássico em muitos pontos substantivos e metodológicos cruciais, essa compreensão aprofundada ainda preservou aquelas importantes áreas de sobreposição que, do tempo de Menger em diante, eram compartilhadas em comum pelos austríacos e outras escolas marginalistas. O que Mises e Hayek preservaram foi uma visão do mercado que reconhece firmemente seu caráter sistemático (em vez de caótico ou aleatório), sem nunca perder de vista a “ausência de fim” do ambiente de tomada de decisões – uma um processo sem fim gerado pela iminente passagem do tempo, pela imperfeita capacidade de conhecimento do futuro e pela consequente onipresença da incerteza radical. Eles realizaram essa façanha apontando o caminho para uma compreensão dos processos de mercado como sistemáticos “procedimentos de descoberta”[10] – ou seja, procedimentos espontâneos de aprendizado mútuo – sendo continuamente acionados por agentes humanos empreendedores. O impulso, o estado de alerta e os incentivos que estimulam a ação humana tendem a guiar essas descobertas empresariais inomináveis na direção de um conhecimento mútuo aprimorado, de uma coordenação interpessoal melhorada. A despeito da contínua oscilação por mudanças exógenas imprevisíveis nos dados básicos, ainda é possível, nessa visão austríaca moderna, perceber as poderosas forças coordenadas de alerta empreendedor, à medida que se manifestam na incessante agitação do mercado. Com certeza, o efeito disruptivo desses golpes contínuos se manifesta mais seriamente em alguns mercados do que em outros. Assim, enquanto isso

aprofundou a compreensão moderna austríaca fornecendo insights relevantes para todos os mercados, a sua implantação para chegar a previsões concretas ou julgamentos em mercados específicos pede a atenção para os detalhes empíricos e institucionais relevantes.

Tudo isso certamente justifica a ligação generalizada associada aos nomes de Mises e Hayek. Há todas as razões para acreditar que suas visões do mercado são de fato basicamente uma só, e que a sutileza e o poder dessa visão deriva do caráter sofisticado de suas contribuições para o subjetivismo. Dessa perspectiva, a crítica compartilhada da possibilidade de cálculo econômico centralizado (enunciada por Mises e Hayek durante os anos entreguerras) não é um acidente. Essa crítica compartilhada, podemos agora perceber claramente, deriva a partir dessa compreensão compartilhada de processos de mercado como processos de descoberta empreendedora espontânea (ver Lavoie 1985a). Para este entendimento compartilhado, argumentamos neste capítulo, suas contribuições separadas para um subjetivismo aprofundado podem ser vistas como provendo crucialmente ingredientes importantes. Por todas essas razões, portanto, as contribuições interligadas de Mises e Hayek podem ser vistas, na ampla varredura da história econômico-intelectual do século XX, como representando um surto vigoroso de um novo progresso em uma tradição ainda muito viva do subjetivismo austríaco.

Notas

[1] Embora uma análise completa da economia de Ludwig von Mises ainda não tenha sido impressa, os seguintes trabalhos são relevantes: Moss (1976), Sennholz (1978), Greaves (1978), Rothbard (1973), Andrews (1981), Ebeling (não publicado). Para uma bibliografia abrangente dos escritos de Mises, consulte Bien (1969).

[2] Vários trabalhos recentes discutem o impacto mais amplo do trabalho de Hayek na ciência e filosofia social e política. Para pesquisas detalhadas dos escritos econômicos de Hayek, consulte Machlup (1976) e O'Driscoll (1977).

[3] Ver Hayek (1949c). Ver também Hayek (1979: 205, n.51) para uma referência a um desacordo filosófico básico que Hayek percebe para separar os dois.

[4] Entre os mais importantes estão Shackle (1970, 1972).

[5] Ver Pareto (1927: 170). (Sou grato ao Professor L. M. Lachmann por essa referência.)

[6] Ver Addleson (1984: 509). (O escritor reconhece com gratidão sua dívida com o artigo de Addleson – apesar das diferenças significativas que o separam das opiniões deste escritor em vários pontos bastante importantes.)

[7] Sobre a relação entre a escolha robbinsiana e a maximização da utilidade, ver Robbins (1935: 15n).

[8] Sobre esse aspecto da ação humana misesiana e seu avanço sobre a noção de economia, veja Kirzner (1960: 161s.).

[9] Ver a nota 3.

[10] A frase é, obviamente, de Hayek. Ver Hayek (1978b).

**PARTE III — ALGUMAS NOVAS
EXPLORAÇÕES DA ABORDAGEM AUSTRIACA**

Capítulo 8: Preços, a comunicação do conhecimento e o processo de descoberta

Entre as contribuições fundamentais que o professor Hayek fez à ciência econômica, certamente uma das mais significativas e de maior alcance deve ser considerada sua articulação pioneira da natureza do “problema econômico que a sociedade enfrenta” (Hayek 1949b: 77). Foi nesse contexto que Hayek atraiu decisivamente a atenção da profissão econômica para os problemas singulares que surgem da dispersão do conhecimento.

O problema econômico da sociedade é [...] não apenas um problema de como alocar recursos “dados” – se “dado” é considerado como significando uma única mente que resolve deliberadamente o problema definido por esses “dados”. Trata-se, antes, de um problema de como assegurar o melhor uso dos recursos conhecidos por qualquer um dos membros da sociedade, para fins cuja importância relativa apenas esses indivíduos conhecem. Ou, para resumir, é um problema de utilização do conhecimento que não é dado a ninguém em sua totalidade. (Hayek 1949b: 77-8)

A percepção de Hayek representou um avanço, é claro, na história moderna da economia do bem-estar social, além de fornecer uma maneira nova e brilhante de apresentar os argumentos cruciais que compõem o lado “austríaco” do debate do cálculo econômico socialista (ver particularmente Lavoie 1985a). Além disso, no entanto, a ênfase de Hayek no papel do conhecimento constituiu um passo importante em nossa compreensão da maneira como os mercados funcionam e de como o sistema de preços tende, de fato, a resolver o problema econômico que a sociedade enfrenta. De fato, parece ser esse aspecto da contribuição de Hayek que tem atraído mais atenção na profissão de economista. Embora os relatos de desenvolvimentos modernos em economia do bem-estar social raramente se refiram à rejeição de Hayek do critério de eficiência alocativa (em favor da perspectiva da coordenação), e enquanto os relatos do debate sobre o cálculo econômico socialista tenham, notoriamente, meticulosamente e imperdoavelmente confundido (Lavoie 1985a), os insights de Hayek sobre o papel dos preços na solução do problema

da dispersão do conhecimento tenham sido amplamente citados, muitas vezes pelos mais ortodoxos dos economistas neoclássicos. Argumentarei neste capítulo que, apesar da citação do trabalho de Hayek a esse respeito, a literatura econômica lamentavelmente não conseguiu fazer justiça ao significado completo desse trabalho. Como resultado, a preocupação profissional com os problemas de dispersão do conhecimento tendeu a permanecer, infelizmente, em um nível bastante superficial. Ao demonstrar a validade desta afirmação, será necessário distinguir nitidamente entre dois desafios de “comunicações” bem diferentes que surgem da dispersão do conhecimento e (consequentemente) duas funções bem diferentes que os mercados podem possivelmente cumprir no contexto do “problema econômico que a sociedade enfrenta”. Talvez seja útil começar com uma analogia traçada a partir de um contexto bastante diferente, a do tráfego de automóveis por meio de um movimentado cruzamento de ruas urbanas.

Automóveis e o problema do conhecimento disperso

Considere carros que se aproximam da interseção de duas ruas urbanas, a norte-sul e a leste-oeste. O motorista de um carro que se aproxima do (digamos) norte deve decidir se deve ou não parar antes de prosseguir para o sul através da rua leste-oeste. A decisão do motorista dependerá de seu conhecimento ou expectativas em relação às decisões que os pilotos de outros carros (que podem estar dirigindo em direção à interseção das outras direções) farão quando alcançarem o cruzamento. Para que o tráfego se mova suavemente e com segurança pela interseção, é claramente necessário que essas várias decisões sejam de algum modo coordenadas. A ausência de coordenação pode, obviamente, resultar em atrasos lamentáveis, custosos (talvez desnecessários) na interseção antes de prosseguir, ou em colisões ainda mais lamentáveis e dispendiosas. É fácil ver que tais eventos ruins devem ser atribuídos, pelo menos em parte, à dispersão do conhecimento: o motorista de um carro sabe, no momento em que toma sua decisão, o que ele decidiu fazer, mas os motoristas dos outros carros não sabem o que o primeiro motorista decidiu (ou até mesmo que há este primeiro motorista). Suas decisões, então, provavelmente deixarão de ser coordenadas, assim como é possível com o primeiro piloto, e assim por diante. Com uma mente única e onisciente tomando as decisões para todos os motoristas, poderia organizar as ações dos motoristas de maneira suave e segura. Na ausência de tal mente onisciente central, um sistema de sinais de trânsito bem projetado (e totalmente reforçado) pode

conseguir a coordenação fornecendo a cada motorista de um veículo uma garantia confiante quanto ao que o outro motorista decidirá fazer. A luz verde acenando para um motorista na direção do sul está de fato assegurando-lhe que os carros procedentes da rua leste-oeste não cruzarão a interseção no minuto ou minutos imediatos à frente. Uma luz vermelha o direciona a parar, enquanto ao mesmo tempo fornece convicção (em um sistema bem projetado) de que a espera não é desperdiçada (já que implica que os carros estão sendo autorizados a seguir para o leste e oeste). Através do tempo as luzes mudam apropriadamente e condições de tráfego suavemente coordenadas podem ser alcançadas. Vamos analisar o que queremos dizer quando dizemos que um sistema de sinais “alcança a coordenação”. Será conveniente concentrar-se na maneira como o sistema elimina atrasos desnecessários. (Considerações semelhantes são aplicadas à eliminação de colisões evitáveis do sistema.)

Um sistema de sinalização de tráfego bem-sucedido não só terá êxito em evitar colisões, como também evitará que os carros esperem desnecessariamente (por exemplo, quando o tráfego na outra direção é extremamente leve). A coordenação superior permitiria que o tempo das mudanças de luz refletisse as intensidades relativas do tráfego ao longo das duas ruas que se cruzam. “Alcançar a coordenação” é, portanto, uma frase que, no contexto do exemplo do automóvel, pode ter dois significados bem distintos.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que um sistema de sinalização de tráfego está atingindo a coordenação quando seu tempo, desde a própria instalação do sistema, é de fato controlar o fluxo de tráfego de uma maneira otimizada. Nenhuma colisão indesejada, nenhuma espera injustificada, resulta da obediência unânime dos sinais de trânsito. Esta realização bem-sucedida de coordenação envolveu claramente a comunicação eficiente de informações corretas. As informações fornecidas aos motoristas de carros têm sido: (a) informar corretamente cada um deles sobre as consequências das decisões de outros motoristas, levando-os, por sua vez, (b) a tomar as decisões que permitem essa propriedade “a” acima seja garantida, com o conjunto resultante de decisões dos condutores sendo tais como (c) resultando em nenhuma espera desnecessária. Este é certamente um sentido válido da frase “alcançar a coordenação”. Mas um segundo significado possível pode ser intencionado pelo uso dessa frase.

Para este segundo significado, considere um sistema de sinal de trânsito que, quando instalado, é temporizado de maneira não ideal. Os motoristas do norte-sul encontram-se esperando no sinal vermelho, digamos às 3:00 da tarde, por vários minutos durante os quais nenhum tráfego flui nas direções leste-oeste. Claramente esta espera é desnecessária; significa que os motoristas norte-sul são compelidos a agir de uma forma que não é coordenada com as decisões dos condutores leste-oeste (já que estes decidiram não atravessar o cruzamento neste momento, mas os primeiros foram impedidos de aproveitar dessas decisões leste-oeste). Mas imagine agora que o sistema de sinais é programado de uma maneira que, no início de cada dia, altera o tempo do sistema para refletir o perfil de tempo real da experiência de tráfego de ontem (registrando não apenas a falta de tráfego na direção leste-oeste às 3:00 da tarde, mas também o grande volume de tráfego na direção norte-sul). Então, a própria experiência que resulta hoje do sistema coordenado de maneira imperfeita desempenha o seu papel em trazer uma revisão no tempo do sistema, de uma forma que substitui um sistema coordenado melhor no lugar do menos coordenado. Este tipo de sistema de sinais (incluindo a sua propriedade de melhorar a si mesmo por “aprender” a partir dos resultados infelizes de suas imperfeições anteriores) pode também ser descrito como aquele que “alcança a coordenação”. No entanto, aqui a frase se refere à propriedade do sistema que permite identificar e começar a corrigir suas fraquezas anteriores. O sistema inicia sua tarefa de coordenação no exato momento em que seus sinais promovem atividades descoordenadas por parte dos motoristas – uma vez que é essa atividade muito descoordenada que fornece as informações necessárias para um melhor sincronismo. A capacidade do sistema de alcançar a coordenação, nesse sentido, certamente não significa que, no início, tenha alcançado os conjuntos de resultados (a), (b) e (c) descritos acima. Motoristas procedentes do norte-sul que foram orientados a esperar desnecessariamente no sinal vermelho foram, com efeito, informados incorretamente sobre a taxa de fluxo de tráfego na direção leste-oeste. No entanto, como vimos, o sistema, desde o início, possuía a propriedade de “alcançar a coordenação” no sentido de incorporar um mecanismo de feedback que desdobra os resultados de suas próprias inadequações em direção à sua eliminação sistemática. Aqui também a propriedade coordenadora do sistema surge da maneira como ele fornece informações – mas, em certo sentido, bem diferente daquela relevante para o sistema que já está perfeitamente sincronizado. Neste segundo sistema, inicialmente defeituoso, as propriedades

de coordenação surgem de sua capacidade de comunicar informações relativas às suas próprias propriedades de comunicação de informações defeituosas.

Voltemos ao papel do sistema de preços no enfrentamento dos problemas decorrentes do conhecimento disperso – o “problema econômico que a sociedade enfrenta”. Descobriremos (a) que os preços tendem a “alcançar a coordenação” em ambos os sentidos que observamos no exemplo do sinal de trânsito, enquanto (b) a literatura reconheceu de fato (e citou Hayek em relação a) apenas um desses dois sentidos.

Preços de equilíbrio e coordenação do mercado

Os economistas falam frequentemente, hoje em dia, do sistema de preços de equilíbrio competitivo como um meio eficaz no qual as decisões individuais de muitos participantes do mercado podem ser coordenadas. Os preços são, de fato, comparados com os sinais. Sem conhecer os detalhes sobre as preferências de outros participantes do mercado ou sobre as condições que cercam os processos de produção, os tomadores de decisão são conduzidos – economistas explicam – através do direcionamento desses sinais de preços – àquele padrão de tentativas de atividades que permite que todos sejam conduzidos sem desapontamento e sem arrependimento.

No mercado marshalliano de uma única mercadoria, por exemplo, o preço de mercado de equilíbrio para essa mercadoria inspira o padrão de compensação de mercado das ofertas de compra e venda. O preço é tal que motiva os potenciais compradores a pedir exatamente a quantidade agregada da mercadoria que os potenciais fornecedores foram motivados – pelo mesmo preço – a produzir. Nenhum comprador foi induzido em erro pelo baixo preço para procurar comprar mais do que é, de fato, oferecido para venda. (E nenhum comprador é desencorajado de obter o que de fato está disponível para ele a um preço que está preparado para pagar.) Nenhum fornecedor foi induzido em erro pelo alto preço para procurar produzir mais do que de fato está sendo procurado para comprar. (Nem qualquer fornecedor é desencorajado a oferecer aquilo pelo qual um preço aceitável para ele possa ser obtido.) Nenhum comprador precisa de fato saber coisa alguma sobre as condições de suprimento, as disponibilidades ou os custos de insumos, e assim por diante. Nem precisa que o vendedor saiba nada sobre as preferências dos consumidores, a disponibilidade para eles de produtos substitutos e coisas do

gênero. Tudo o que os participantes do mercado precisam saber, para o mercado marshalliano coordenar perfeitamente as condições de compra e venda, é o preço de equilíbrio prevalente da mercadoria. Oferecendo-se para comprar tudo o que desejam comprar a esse preço, os compradores acham que suas ofertas se harmonizam com as ofertas dos vendedores para vender (com o último oferecendo apenas vender tudo o que desejam vender com esse mesmo preço de equilíbrio). O preço de equilíbrio coordena. Tudo isso é obviamente bem compreendido e faz parte do equipamento básico comum a todos os economistas.

A ênfase de Hayek no conhecimento é frequentemente citada no contexto dessa compreensão do que os preços de equilíbrio podem alcançar. Preços de equilíbrio são explicados como uma comunicação entre potenciais compradores e vendedores, de uma forma altamente econômica, a informação necessária para que surjam decisões coordenadas. É porque as informações detalhadas sobre as preferências de potenciais compradores individuais, e sobre as capacidades produtivas peculiares de fontes individuais de suprimento potencial estão tão difusas e dispersas que a capacidade coordenativa do sistema de preços de equilíbrio é tão valiosa e impressionante.

Esse tipo de capacidade de coordenação reconhecida como possuída pelos preços de equilíbrio é claramente análoga à capacidade de um sistema de sinalização de tráfego ideal e com tempo suficiente para coordenar o tráfego.[1] Os preços de equilíbrio, como mudanças de sinal otimizadas no tempo, comunicam corretamente as informações que (em virtude da própria noção de “correção” neste contexto) motiva e permite que os tomadores de decisão individuais gerem um conjunto de decisões suavemente encaixáveis; um conjunto que não implicará desapontamento nem arrependimento. Devemos agora mostrar que, além desse possível sentido em que se pode dizer que os preços alcançam uma coordenação (ou seja, quando os preços já são preços de equilíbrio – análogos ao sistema de sinal já programado de forma otimizada), há também outro sentido muito mais importante possível em que se pode dizer que os preços alcançam a coordenação. Este sentido refere-se à possibilidade de os preços de desequilíbrio gerarem mudanças sistemáticas nas decisões de mercado sobre ofertas de compra e venda, de modo que, respondendo aos resultados ruins de conjuntos de decisões inicialmente descoordenados, tendem a substituí-los por conjuntos menos descoordenados. (Aqui, é claro, a

analogia é com o sistema de sinalização de tráfego não otimizado que contém um mecanismo de feedback através do qual os resultados ruins do mau tempo inicial geram uma tendência para um melhor tempo).[2]

Preços de desequilíbrio e coordenação do mercado

Considere o mercado para uma única mercadoria (digamos, um dado tipo de chá) que não tenha atingido o equilíbrio. Imagine, por exemplo, que em diferentes partes desse mercado ocorreram as vendas de chá no dia anterior a preços muito diferentes. Imagine, além disso, que no final do dia a quantidade total de chá que mudou de mãos é muito menor do que a realidade das condições das ofertas de compra e venda justificam, de modo que os fornecedores potenciais continuam mantendo estoques de chá que poderiam, na verdade, serem reduzidos caso vendessem a compradores ansiosos a preços que considerariam atraentes. Estas condições de mercado expressam as falhas de coordenação que ocorreram: os preços não conseguiram coordenar o mercado. Os sinais oferecidos pelas ofertas de compra e venda falharam em gerar conjuntos de decisões completamente ajustáveis; participantes do mercado, devido a informações inadequadas sobre as atitudes, preferências e capacidades de cada um, não aproveitaram as oportunidades existentes para troca mutuamente lucrativa. É de esperar que estas infelizes condições de mercado resultem, mais cedo ou mais tarde, em decepção e arrependimento. Desapontamento e arrependimento podem ocorrer mais cedo ou mais tarde, os compradores perceberão que, se tivessem oferecido preços mais altos, poderiam ter obtido mais chá (e teriam ficado felizes em fazê-lo, mesmo com o preço mais alto, em vez de ficar sem chá porque acreditavam tolaemente que obteriam a preços mais baixos). Ou os vendedores podem perceber que, se tivessem oferecido apenas a preços mais baixos, tivessem vendido mais chá (e que prefeririam fazê-lo em vez de se recusar a vender por causa de uma crença equivocada de que preços mais altos estavam disponíveis). Nestes casos, as decepções surgem quando os compradores (vendedores) descobrem que suas esperanças de comprar (vender) a preços baixos (altos) eram irrealistas. Lamenta-se o fato de não terem percebido que teriam sido melhor aconselhados caso oferecessem para comprar (vender) a preços mais altos (mais baixos). Além disso, é claro, uma vez que o chá foi vendido em diversos preços durante o mesmo dia, muitos dos que venderam (compraram) a preços baixos (altos) se arrependerão de não tê-lo feito pelos preços mais altos (mais baixos) nos quais de fato o chá foi trocado em outro lugar no mesmo mercado.

Essas decepções e arrependimentos podem gerar mudanças bruscas nas decisões tomadas por potenciais compradores e vendedores (mesmo na ausência de mudanças nos conjuntos de determinantes “reais” de suas preferências e capacidades produtivas). Os compradores que pagaram os altos preços e os vendedores que aceitaram os preços baixos podem rever suas atitudes no mercado, de modo que uma tendência a um preço uniforme possa ocorrer. Compradores (ou vendedores) que superestimaram a disposição de potenciais fornecedores (ou compradores) de vender (ou comprar) perceberão seus erros anteriores e ajustarão suas ofertas às realidades. De fato, é precisamente porque todos esses ajustes podem fazer com que os conjuntos iniciais de preços deem lugar a um conjunto diferente (um conjunto talvez menos divergente, e talvez menos provável de gerar desapontamentos e arrependimentos) que o mercado inicial deve ser descrito como sendo um estado de desequilíbrio. Sem quaisquer forças externas (como mudanças nas preferências ou nas condições de fornecimento), os conjuntos iniciais de ofertas de compra e venda provavelmente darão lugar a conjuntos diferentes. Onde as mudanças geradas desta maneira irão sistematicamente na direção de conjuntos de decisões melhor coordenados (do que no período inicial), podemos certamente descrever o mercado (mesmo em seu estado inicial, grosseiramente descoordenado) como possuindo, em algum grau, uma capacidade de conseguir coordenação. As próprias decepções e arrependimentos resultantes de falhas iniciais de coordenação trazem sistematicamente melhores conjuntos de decisões de mercado. Aqui, a analogia apropriada, certamente, é o sistema de sinal de tráfego inicialmente defeituoso.[3] Deve-se notar que aqui também as “propriedades coordenadas” do mercado (de desequilíbrio) derivam da capacidade de os preços comunicarem informações, mas em um sentido diferente do qual os preços de equilíbrio podem ser coordenados através da comunicação precisa de informações. Os preços de equilíbrio são coordenados porque já estão tão ajustados (“pré-reconciliados”) que as decisões que levam esses preços em consideração acabam se reforçando mutuamente. Os preços de desequilíbrio podem, se for o caso, ser descritos como “coordenados” apenas no sentido que revelam, para alertar os participantes do mercado, de que forma decisões alteradas de sua parte (daquelas que contribuíram para o surgimento desses preços de desequilíbrio) podem ser mais sábias para o futuro. Assim, os preços de desequilíbrio que são “muito baixos” (e que, portanto, geraram excesso de

demanda) sugerem a alguns compradores decepcionados que eles deveriam oferecer preços mais altos. Ou, novamente, na medida em que o desequilíbrio se manifestou no surgimento de muitos preços no mesmo mercado para o chá, esse mesmo diferencial entre preços altos e baixos sugere a alguns empreendedores alertas que a arbitragem de lucros pode ser obtida através da oferta de compra em níveis um pouco mais altos (do que o mais baixo) dos preços e, simultaneamente, oferecendo para vender em outro lugar a um preço pouco menor (do que o mais alto). A informação que inspira essas mudanças “coordenadoras” é, de fato, informação fornecida pela estrutura inicial de preços, mas fornecida apenas através da percepção alerta das falhas desses preços iniciais para alcançar o tipo de coordenação que encontramos no caso dos preços de equilíbrio.

Conhecimento disperso, o sistema de preços e a literatura econômica

Vimos, assim, que os insights hayekianos sobre a natureza do problema econômico que a sociedade enfrenta nos permitem reconhecer o papel coordenador dos preços em um sentido muito mais importante do que aquele desempenhado pelos preços de equilíbrio. A circunstância de que a informação é dispersa oferece à sociedade um desafio de “comunicação” não somente porque mesmo o conjunto mais coordenado de decisões descentralizadas deve pressupor e conter um sistema de sinalização eficaz. A circunstância de que a informação é dispersa oferece à sociedade um desafio de “comunicações” muito mais importante – o de gerar fluxos de informação ou de sinais que possam de alguma forma estimular a revisão de decisões inicialmente não-coordenadas na direção de uma maior coordenação mútua.

Enquanto os economistas considerassem que o problema econômico era alcançar uma alocação eficiente de recursos sociais (da mesma forma que o indivíduo econômico enfrenta o problema da alocação de recursos privados), poderia haver, é claro, que dificilmente haverá apreciação pelas contribuições “coordenadas” para o bem-estar social que um sistema de preços pode oferecer para ajudar a superar o problema do conhecimento disperso. Como já é amplamente compreendido, como consequência do que aprendemos com Hayek, falar do problema de alocar eficientemente os recursos da sociedade é negligenciar o problema do conhecimento disperso.

O que é decepcionante, na maneira como a profissão absorveu a lição hayekiana, é que a literatura parece ter fracassado em compreender a maneira pela qual o sistema de preços atende ao desafio das “comunicações”, oferecida pela circunstância de conhecimento disperso, que nós descrevemos como sendo de longe o mais importante. Em vez disso, parece ter-se centrado inteiramente no sentido mais superficial em que se pode dizer que um sistema de preços comunica informações, nomeadamente sobre o papel de sinalização preenchido pelos preços de equilíbrio.

Agora, para fins de livros didáticos, essa exploração limitada dos insights hayekianos é discutivelmente compreensível e defensável. Assim, vários livros didáticos contemporâneos[4] citam o conhecido exemplo do mercado de estanho de Hayek.

Suponha que em algum lugar do mundo exista uma nova oportunidade para o uso de [...] estanho, ou que uma das fontes de fornecimento de estanho tenha sido eliminada. Não importa para o nosso propósito – e é significativo que não importe – qual dessas duas causas tornou o estanho mais escasso. Tudo o que os usuários de estanho precisam saber é isso [...] eles devem economizar o estanho. Não há necessidade de a grande maioria deles saber [...] em favor de que outras necessidades deveriam ceder o suprimento.

[...] O mero fato de que há um preço para qualquer mercadoria. traz a solução que [...] poderia ter sido alcançada por uma única mente que possui toda a informação que é de fato dispersa entre todas as pessoas envolvidas no processo. (Hayek 1949b: 85f.)

É certamente verdade que este exemplo particular de Hayek se preocupa apenas com a função de comunicação de informação preenchida pelos preços de equilíbrio. (Isso fica bem claro, por exemplo, nas sentenças finais referentes ao preço único e à co-incidência entre os resultados de haver um preço único para o estanho em todo o mercado, e a solução que poderia ser obtida por uma única mente onisciente.) Este exemplo não se concentra no problema de comunicação que confronta um sistema de preços no qual, por enquanto, as confusas matrizes de preços de mercado refletem apenas decisões altamente descoordenadas sobre as partes de potenciais compradores e vendedores. No entanto, não há necessidade de criticar os livros didáticos por

não ir além da função de comunicação mais simples dos preços. Não pode haver dúvida de que uma compreensão dessa lição hayekiana mais simples no início de seu estudo sobre economia pode ser profundamente benéfica.

O que é mais intrigante é que as implicações mais profundas da lição hayekiana de alguma forma falharam em ser notadas, não apenas nos livros didáticos, mas também na literatura mais avançada que se referiu à contribuição de Hayek. Assim, uma considerável literatura matemática emergiu explorando a medida em que os preços de mercado transmitem informação em face de condições de oferta e/ou demanda estocásticas (ver, por exemplo, Grossman 1976; Grossman e Stiglitz 1976, 1980; Frydman 1982). As perguntas feitas nesta literatura dizem respeito a se os participantes desinformados do mercado podem ou não obter informações corretas dos preços de mercado. Em nenhum lugar existe indagação se o alerta empreendedor e a motivação talvez possam ser “ativados” pela configuração dos preços de mercado, para conjecturar (e experimentar!) palpites que podem de fato estar mais próximos da verdade (do que a informação na qual os preços se refletem). Da mesma forma, no que certamente deve ser considerado como o mais extenso e amplo desenvolvimento das implicações dos insights hayekianos, o monumental *Knowledge and Decisions* de Thomas Sowell, procura-se em vão qualquer discussão sobre como os preços e as diferenças de preços podem estimular uma implantação de informações existentes que podem ser superiores àquelas que esses preços expressam.

Enfatizar, como faz Sowell em toda a sua obra, que os preços resumem o conhecimento econômico (ver especialmente Sowell 1980: 38) é de valor inquestionável. Mas essa percepção da relação entre preços e conhecimento ignora a verdade muito mais importante de que são as próprias inadequações que obscurecem a maneira pela qual esses preços resumidos expressam o conhecimento existente que criam os incentivos de mercado para sua modificação. As oportunidades de lucro embutidas nos preços existentes são, assim, comunicadores de conhecimento extraordinariamente eficazes (em um sentido bastante diferente daquele em que os preços resumem o conhecimento). Assim, os obstáculos impostos pelo governo à flexibilidade de preços não só (como Sowell tão bem, e em detalhes tão ricos, explica) impedem que os preços digam a verdade – eles sufocam o surgimento daqueles incentivos

gerados pelo preço de desequilíbrio dos quais o sistema depende para descobrir e anunciar a verdade.

Hayek e o processo de descoberta de mercado

Hayek (especialmente no trabalho anterior em que desenvolveu suas percepções seminais sobre o significado social da circunstância do conhecimento) não foi tão explícito quanto se poderia desejar sobre o papel dos preços no processo de descoberta do mercado. Um leitor erroneamente acreditando que o único sentido em que se pode dizer que os preços carregam informação é aquele em que os preços de equilíbrio refletem corretamente (“resumem”) as verdadeiras condições de oferta e demanda poderiam ser desculpadas por se afastarem de uma leitura dos artigos de Hayek, de 1937 e de 1945, sobre o conhecimento, sem sentir nenhum desafio a essa crença. Embora uma série de trechos desses trabalhos anteriores de Hayek tenham criticado a visão-padrão entre economistas do bem-estar social e outros (isto é, a visão que via o problema econômico como assegurando uma alocação eficiente pela sociedade de seus recursos escassos) como refletindo ênfase indevida no estado de equilíbrio (ver, por exemplo, Hayek 1949a: 93, nota 2; 188), esses artigos não mostraram explicitamente como os preços de desequilíbrio desempenham seu papel na solução dos problemas de dispersão do conhecimento de Hayek. No entanto, como vimos, não pode haver dúvida, uma vez que se tenha entendido os problemas de coordenação implicados pelo conhecimento disperso, sobre o papel dos preços de desequilíbrio a esse respeito. De fato, Hayek pretendia que sua formulação do problema do conhecimento incluísse também o papel dos preços ao fornecer os incentivos para sua própria modificação. Isso parece claro em suas discussões sobre concorrência como um processo e particularmente em seu trabalho posterior sobre concorrência como um procedimento de descoberta. (Hayek 1949e, 1978b).

Na palestra de Hayek em 1946, intitulada “O significado da competição”, ele distinguiu brilhantemente o estado de concorrência perfeita do processo competitivo dinâmico. Uma das condições exigidas para o primeiro é o conhecimento perfeito; a conquista central deste último é que “é somente através do processo de competição que os fatos serão descobertos”. Quando Hayek neste artigo fala de “espalhar informação” (1949e: 96, 106), não está se referindo à transmissão instantânea, através de sinais de preços de equilíbrio,

de informações já conhecidas. Está se referindo, em vez disso, ao “processo de formação da opinião” (p. 106). Este processo de formação da opinião é construído a partir de uma série de etapas empreendedoras, possibilitadas pela liberdade competitiva de entrada empresarial, e exemplificado pela entrada de um “que possui o conhecimento exclusivo [...] para reduzir o custo de produção de uma mercadoria em 50 por cento” e, portanto, “reduzir o seu preço em [...] 25 por cento” (p. 101). Essas percepções foram aprofundadas e tornadas ainda mais explícitas no artigo “Competição como um procedimento de descoberta”, de Hayek. Neste artigo, o que é enfatizado não é que os preços agem como sinais transmitindo informações existentes – mas sim que é o processo competitivo que extrai o que de fato é descoberto. O processo competitivo baseia-se em dados de mercado em qualquer momento específico, apenas no sentido de que “resultados provisórios do processo de mercado em cada etapa [...] diga aos indivíduos o que procurar” (1978b: 181). O “alto grau de coincidência de expectativas” que o mercado alcança “é causado pela decepção sistemática de algum tipo de expectativa” (p. 185). Os “efeitos geralmente benéficos da competição devem incluir desapontamento ou derrotar algumas expectativas ou intenções particulares” (p. 180). De fato, “a competição é valiosa apenas porque, e na medida em que, seus resultados são imprevisíveis e em geral diferentes daqueles que qualquer um tem, ou poderia ter deliberadamente visado”.

O que emerge desses insights hayekianos sobre as propriedades de descoberta inerentes ao processo competitivo é o reconhecimento, certamente, de que os incentivos oferecidos pelos preços de mercado durante esse processo competitivo são os elementos-chave para motivar a entrada e a descoberta competitiva-empresarial. Nesse sentido, os preços desempenham um papel na “disseminação de informações” bem diferente de seu papel de sinais que comunicam informações já descobertas sob condições de equilíbrio.

Comunicação e descoberta

Os preços de equilíbrio permitem que os participantes do mercado “leiam” as informações relevantes necessárias para que suas atividades sejam ajustadas mutuamente de maneira coordenada. Os preços de desequilíbrio são muito menos úteis a este respeito; na verdade, boa parte da “informação” de que os participantes do mercado “aprendem” com os preços de desequilíbrio é bastante incorreta e podem ser responsáveis pelo desperdício e pela frustração.

Como comunicadores, como sinais, os preços de desequilíbrio são relativamente ruins (quando comparados, é claro, com o padrão questionavelmente relevante estabelecido a esse respeito pelos preços de equilíbrio). De fato, os mercados e o sistema de mercado têm sido frequentemente criticados pelas falhas de coordenação que os preços de desequilíbrio expressam e ajudam a gerar. O que os insights “austríacos” de Hayek nos permitem ver é que a função social servida pelos preços de mercado é capturada de forma muito mais significativa pelo conceito de descoberta do que pelo de comunicação.

Em relação à descoberta, os preços de mercado (especialmente os preços de desequilíbrio) devem ser vistos não tanto como sinais conhecidos a serem deliberadamente consultados a fim de descobrir a coisa certa a fazer, mas como luzes vermelhas piscando espontaneamente e alertando os participantes do mercado até então inconscientes à possibilidade de puro lucro empresarial ou o perigo de perda. Estas descobertas, seguramente, constituem os passos cruciais através dos quais os mercados tendem a alcançar a coordenação, substituindo gradualmente estados anteriores de ignorância mútua generalizada por sucessivos estados coordenados da sociedade.

Sem dúvida, a profissão de economista tem muito a aprender sobre a maneira sutil em que esse procedimento de descoberta de mercado funciona. Certamente, o futuro historiador do pensamento econômico trará de volta o desenvolvimento futuro neste ramo da compreensão social àqueles artigos seminais e inovadores nos quais Hayek nos ensinou a importância crucial do conhecimento disperso na criação do problema econômico que a sociedade enfrenta.

Notas

O autor reconhece com gratidão as idéias contidas em um artigo apresentado no Colóquio Austríaco de Economia da Universidade de Nova York por S. Ikeda: "An essay on equilibrium prices, disequilibrium prices, and information".

[1] Uma limitação importante nessa analogia é que, para que um sistema de sinal de trânsito seja eficaz, ele deve depender de circunstâncias estranhas (por exemplo, compulsão ou costume) para garantir que os sinais serão de fato obedecidos por todos os motoristas. Nenhuma circunstância estranha é necessária no caso do sistema de preços de equilíbrio. O próprio significado de tal sistema é que o conjunto de preços é espontâneo para motivar diretamente um conjunto de atividades completamente coordenado.

[2] Aqui também a analogia é incompleta. Como será visto na próxima seção do capítulo, os erros expressos nos preços de desequilíbrio geram decepções e arrependimentos que podem motivar os responsáveis pelos próprios erros a revisar, por períodos subsequentes, suas ofertas de compra e venda. Para o sistema de sinal de trânsito, tivemos que assumir que alguém no controle (ou algum robô) responde às consequências do tempo imperfeito; os sinais que mudaram no momento "errado" não melhoram o tempo deles como resultado de sua própria determinação de "aprender" com os "erros" do passado e se "arrepender"; o tempo deles é alterado por alguém, ou alguma máquina, de "fora".

[3] Para uma descrição mais detalhada desse processo de coordenação, consulte Kirzner (1963: cap. 7).

[4] Ver, por exemplo, Kohler (1982: 28f.), Dolan (1983: 62), Gwartney e Stroup (1982: cap. 3, especialmente pp. 56f.). (Na p. 57f. o livro de Gwartney e Stroup vai além do papel de comunicação dos preços em equilíbrio para chamar a atenção às propriedades de coordenação da atividade empreendedora no processo dinâmico do mercado.)

Capítulo 9: Planejamento econômico e o problema do conhecimento

Introdução

Já faz cerca de quarenta anos que o professor Hayek identificou decisivamente a crença errônea que pairava sob a economia do bem-estar social. Essa crença, argumentou Hayek, era responsável pelo insucesso em compreender a crítica à possibilidade de cálculo racional sob o planejamento central – uma crítica levantada mais clara e energicamente por Mises, e desenvolvida em diante pelo próprio Hayek. Como foi demonstrado pelo Professor Lavoie (1985a), a verdadeira importância e significado da lição hayekiana simplesmente não foi absorvida pelos subsequentes economistas do bem-estar social que escreveram sob o debate do cálculo socialista, mesmo apesar do trabalho de Hayek ter sido amplamente citado.

Nesse capítulo tentaremos tanto reafirmar quanto estender o insight de Hayek quanto ao “problema do conhecimento” e suas implicações para o planejamento econômico central, seja ele compreensivo no escopo ou em outra situação. Nos parágrafos seguintes citaremos a formulação do próprio Hayek de seu insight, e faremos certas observações referentes a isso. Nas seções subsequentes desse capítulo partiremos de um ponto de vista um tanto quanto diferente, e dessa maneira chegaremos eventualmente a nossa reafirmação e extensão da posição hayekiana – clarificando algumas implicações um tanto radicais de nossa reafirmação.

De acordo com Hayek (1949 b: 77-8):

O caráter peculiar do problema de uma ordem econômica racional é determinado precisamente pelo fato de que o conhecimento das circunstâncias das quais precisamos nos utilizar nunca existe de forma concentrada ou integrada, mas apenas como bits dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório os quais todos os indivíduos possuem. O problema econômico da sociedade então não é meramente um problema de como alocar

recursos “dados” – se “dados” forem entendidos como entregues a uma única mente que deliberadamente resolve o problema criado por essas “informações”. É ao invés um problema de garantir o melhor uso dos recursos conhecidos por cada um dos membros da sociedade, com fins cuja importância relativa apenas esses indivíduos sabem. Ou, para resumir, é um problema da utilização do conhecimento que não é dado a ninguém em sua totalidade.

Chamaremos esse problema do conhecimento de “problema do conhecimento de Hayek”. Notamos, nesse estágio inicial de nossa discussão, que pode ser tomada uma posição na qual o problema do conhecimento de Hayek não, ao menos em seu primeiro exame, torna imediatamente irrelevante a superioridade da norma da eficiência social. É verdade, como mostrou Hayek, que o caráter disperso do conhecimento significa que o problema econômico não é um de alocar recursos “dados”, aonde “recursos dados” significam recursos dados e conhecidos por uma única mente. Mas com certeza o próprio conhecimento é um recurso escasso. Logo a tarefa do planejador central pode ser vista, sob a luz do problema do conhecimento de Hayek, como uma de fazer o uso mais eficiente do conhecimento disperso disponível existente na sociedade num dado instante – com a realização de tal uso restringida pelos custos de busca e comunicação tornados necessários pelo caráter disperso da informação disponível.

Pode parecer, dessa forma, que não há nada no problema do conhecimento de Hayek que o coloque fora do escopo do planejamento econômico. O problema do conhecimento, pode ser dito, complica a tarefa planejadora: introduz um recurso novo reconhecido, sutil e complexo (conhecimento); chama atenção para uma classe especial de custos (aqueles requeridos para a busca e comunicação). Mas o problema do conhecimento de Hayek pode ainda parecer, estar incluído no problema econômico geral, tradicionalmente concebido em termos de alocação de recursos. O tema central desse capítulo será negar essa compreensão das implicações do problema do conhecimento de Hayek.[1]

Nesse capítulo mostrarei como esse problema de assegurar o melhor uso do conhecimento disperso, de fato, não pode ser traduzido num caso especial do problema mais geral de garantir uma alocação eficiente para os

recursos da sociedade. Disso seguirá que o planejamento da sociedade, por seu próprio caráter, é incapaz de lidar com o problema de Hayek – tal planejamento poderá apenas frustrar e impedir aquelas forças espontâneas do mercado que são capazes de combater esse problema do conhecimento. Para desenvolver esses argumentos será necessário introduzir um “problema do conhecimento” que a primeira vista parece um tanto diferente do de Hayek.

O plano individual e o problema do conhecimento

No curso da vida cotidiana o homem planeja continuamente. Os economistas chegaram a formular o plano individual como a procura por um máximo: o planejador tem intenção de chegar numa posição de otimização sob restrição. Esse é o conceito da decisão economizadora articulada com força e precisão especial por Lionel Robbins em 1932 (Robbins 1935), e amplamente adotada desde então como o bloco básico de construção da teoria microeconômica. Queremos mostrar que existe um inescapável “problema do conhecimento” potencial ao redor desse conceito de plano individual.

A noção de plano pressupõe uma entidade deliberadamente visada – digamos, utilidade ou lucro – que deve ser conhecidamente maximizada. Ela adiante pressupõe restrições de recurso conhecidas. Na terminologia de Robbins, ambos meios e fins são presumidamente dados. É o conhecimento presumido dessas circunstâncias de planejamento por parte do planejador que permite ao economista perceber o plano como solucionador de um problema de maximização sob restrição. A validade do plano em si, deve ser notado, depende completamente da validade da assunção de que o planejador de fato conhece corretamente as circunstâncias que permeiam suas decisões futuras. Se o planejador não conhece aquilo o que está tentando atingir, ou não conhece quais recursos estão sob seu comando, ou qual é a eficácia de tais recursos com relação à suas metas procuradas, então seu plano – não importa o quão cuidadosamente formulado – de maneira alguma resultará no melhor resultado possível.

Podemos agora identificar o problema do conhecimento potencialmente relevante para cada plano individual. Graças a inadequações no conhecimento do planejador de suas verdadeiras circunstâncias, seu plano pode falhar em render um ótimo passível de ser obtido. Deixe nos chamar esse problema do conhecimento de “problema básico do conhecimento”. Isso o

distinguirá daquilo que chamamos antes de “problema do conhecimento de Hayek”. Indicará também nossa intenção de demonstrar que o problema do conhecimento de Hayek pode ser considerado um caso especial do que chamamos de “problema básico do conhecimento”. Sem dúvida, o que chamamos de “problema básico do conhecimento” parece, a primeira vista, ter pouca semelhança com o de Hayek. O problema do conhecimento de Hayek consiste no caráter disperso da informação disponível; nosso problema básico do conhecimento consiste na simples ignorância por parte de um indivíduo das circunstâncias relevantes para a sua situação. Uma reflexão mais profunda tanto do problema do conhecimento de Hayek e do nosso problema básico do conhecimento, entretanto, irá revelar o importante sentido no qual o problema de Hayek é na realidade um básico. Deixem-nos primeiramente clarificar um possível mal entendido relacionado ao problema básico do conhecimento.

O problema básico do conhecimento e a economia da busca

Pode ser dito que o problema básico do conhecimento que ronda todo plano individual pode ser evitado através da adição de novos estágios de planejamento. Apesar de tudo, se um plano parece destinado a falhar graças a indisponibilidade de um recurso necessário, essa falha potencial não precisa ser final; pode ser possivelmente evitada através de planejamento preliminar adequado para obter tal recurso. Ao invés de simplesmente formular um plano direcionado a realização imediata do objetivo final, é necessário introduzir objetivos intermediários a serem perseguidos no curso dos planos preliminares adicionais.

A partir dessa perspectiva o problema básico do conhecimento pareceria meramente representar uma inadequação na oferta disponível de um recurso importante, chamado conhecimento. Essa inadequação seria vista então como um chamado para uma busca planejada com vistas a adquirir a informação necessária. Em princípio, pode se pensar que o problema básico do conhecimento pode ser evitado, pelo menos da mesma maneira que qualquer outro problema advindo de uma escassez de recursos também pode. Na medida em que seja válido, um plano preliminar de busca para superar a escassez de informação necessária pode eliminar totalmente o problema básico do conhecimento. Na medida em que tal busca custosa não parece recompensadora, o problema básico do conhecimento pareceria meramente expressar as inescapáveis restrições de escassez inerentes à situação do

planejador. Para o economista tal inescapável problema de escassez significa que não há nenhum problema de fato, no sentido relevante da coisa.

Ao passo que o problema do conhecimento é escapável, ele pode (e presumivelmente irá) ser escapado; na medida em que não seja compensador ser escapado, pareceria não existir problema básico do conhecimento algum – uma vez que definimos o problema básico do conhecimento em termos de falha em realizar um ótimo passível de ser conseguido. Se a falta de conhecimento torna um ótimo hipotético irrealizável, ela não pode gerar problema básico do conhecimento. E se o custo de adquirir o conhecimento é proibitivo, então o “ótimo hipotético”, enquanto “passível de ser obtido”, de fato não é um ótimo.

Mas essa linha de argumentação não pode ser sustentada. O problema básico do conhecimento potencialmente rondando cada indivíduo é por sua natureza inescapável. Certamente uma deficiência no conhecimento pode ser capaz de ser retificada através de busca, e o planejador individual sem dúvida irá considerar, em seu planejamento preliminar, se tal busca será tomada ou não. Mas o problema básico do conhecimento – envolvendo possível falha em atingir um ótimo passível de ser obtido – permanece. Na verdade a possibilidade de planejamento preliminar para adquirir conhecimento apenas expande o escopo do problema básico do conhecimento.

Consideremos um indivíduo elaborando um plano para atingir um objetivo de certo valor. Chamaremos o plano de Plano A. Ao formular os passos específicos que devem ser seguidos no Plano A, o indivíduo se dá conta de que necessita de pedaços de informação. Ele dessa forma então se dedica a um plano para atingir esses objetivos preliminares, precisamente esses pedaços de informação que faltam. Chamaremos essa busca de Plano B. Podemos enxergar o Plano A como tendo sido expandido (um resultado da ignorância percebida) com intento de incluir a realização planejada de objetivos preliminares, de tal forma que o Plano B esteja “aninhado” no Plano A expandido. E podemos identificar os passos posteriores a serem tomados no curso do Plano A expandido – aqueles passos subsequentes à obtenção da informação assegurada no Plano B – como Plano A'. (O Plano A' consiste nos passos que seriam na verdade o Plano A original caso o planejador não sofresse de falta de informação necessária). Podemos ver facilmente que o problema básico do

conhecimento é uma ameaça potencial para o Plano B e A'. O plano A que inclui o plano B e A', é também, claro, sujeito às vulnerabilidades de ambos os últimos.

Mesmo se o Plano B for completamente bem sucedido ao obter precisamente a quantidade ótima de informação capaz de ser buscada (e julgado ser válido os custos de sua busca), o Plano A é, apesar de tudo, ainda sujeito aos perigos do problema básico do conhecimento. Isso já que, apesar de nosso agente, ao originalmente procurar formular o Plano A, perceber que lhe faltavam certos itens específicos de informação (e dessa forma realizou o preliminar Plano B), ele pode de fato ter precisado de muito mais informação do que percebeu. (O mais importante, tal informação não percebida pode ter tomado a forma de uma crença, firme, porém completamente errônea, na validade da informação que é completamente falsa). Além disso, ele pode estar enganado quanto a sua crença de que os itens de informação dos quais necessita são necessários para a implementação do Plano A. Pode também estar errado quanto a sua crença de que realmente lhe faltam esses itens de informação (no sentido relevante de faltar). A verdade pode ser que esses itens já estejam ao seu alcance.

Por exemplo, ele pode acreditar que o Plano A, no curso do qual ele deve se comunicar com o indivíduo Z, requer informação relativa ao telefone de Z, informação esta que o agente acredita lhe faltar, de maneira que ele se engaja no Plano B para procurar o número de telefone de Z. Mas a verdade pode ser bem diferente. A verdade pode ser tal que Z é a pessoa errada para se conversar, ou então a verdade pode ser tal que Z está na mesma sala que nosso planejador, de forma que o número de telefone de Z não é realmente necessário para o Plano A. Ou, ainda, nosso planejador não “precisa” do telefone de Z; ele pode na verdade ter esse número claramente escrito e identificado na lista de números que fica ao lado do seu próprio telefone. Dadas essas possibilidades de erro incondicional que permeiam o Plano A' e/ou o Plano B, possibilidades as quais o planejador não está ciente de sua ignorância, o Plano A (porque ele inclui o A' e o B) pode ser longe de ótimo mesmo se o Plano B for completamente bem sucedido em termos de seus objetivos. Além disso, pode ser que o Plano B deixe passar formas mais eficientes disponíveis de atingir seus próprios objetivos (por exemplo, podem haver métodos de busca mais baratos dos quais o agente não têm conhecimento).

Complementando, a possibilidade de busca planejada por informação que foi reconhecida como em falta não elimina o problema do conhecimento. Primeiramente, a busca planejada pode ela mesma ser realizada sem se estar ciente de que técnicas que são mais eficientes e de fácil acesso. Segundo, a informação desejada pode de fato não justificar os custos de busca porque a verdade (a qual o planejador não conhece) é que a informação não é de significância para a obtenção dos objetivos finais do planejador. Terceiro, além da informação que o planejador percebe que lhe falta e tentará obter, ele pode precisar de outras informações que não percebe que lhe faltam e pelas quais não pensa em tomar nenhuma medida de busca planejada.

Planejamento central e o problema do conhecimento

Estamos agora em posição de considerar o insight de Hayek sobre o problema do conhecimento disperso como revelador da tarefa do planejamento central ter uma ligação profunda e inextricável ao problema básico do conhecimento. Coloquemo-nos na posição dos planejadores centrais, avidamente e sozinhos procurando pelo padrão mais eficiente possível de alocação de recursos. Nossa tarefa como planejadores centrais é formular um plano para a sociedade de forma análoga aquele pelo qual um planejador individual planeja seu próprio curso de ação.

Formularemos nosso plano social de acordo com objetivos sociais e sob a luz de um conhecido arranjo de recursos sociais disponíveis.[2] Essa base de sustentação para o planejamento central é relevante (em princípio e com as mudanças necessárias tendo sido feitas) para um planejamento social compreensivo e para um planejamento central designado meramente para suplementar ou modificar, ao invés de substituir completamente a atividade econômica descentralizada. A analogia entre o plano social e o plano individual nos compele, é claro, a reconhecer a relevância do problema básico do conhecimento para o plano social, exatamente da mesma forma que o vimos ser uma dificuldade inevitável e inescapável para o plano individual. A contribuição de Hayek nos permite reconhecer que o plano central pode estar sujeito a dificuldades (advindas do problema básico do conhecimento) que podem ser anuladas pelo planejamento descentralizado.

O fato de o plano centralizado estar inescapavelmente sujeito aos danos do problema básico do conhecimento segue quase trivialmente da própria noção do problema básico do conhecimento. Uma vez que o planejador individual pode não estar ciente de suas verdadeiras circunstâncias e pode estar completamente não ciente de sua ignorância, seus melhores planos formulados podem falhar em render um ótimo passível de ser obtido. Os planejadores centrais, da mesma forma, podem estar completamente não cientes da ignorância no que tange as verdadeiras circunstâncias relevantes para o plano social. Nosso entendimento das implicações do conhecimento disperso aprofunda nossa apreciação da gravidade do problema básico do conhecimento, e nos revela como as dificuldades criadas pelo problema podem ser completamente evitadas na ausência de planejamento centralizado.

O reconhecimento do fato do conhecimento disperso – especialmente em relação ao “conhecimento das circunstâncias de tempo e espaço” (Hayek 1949b: 80) – ilumina imediatamente nossa compreensão do problema básico do conhecimento que ameaça os planejadores centrais. Para um planejador individual, o problema básico do conhecimento surge da possibilidade de o que ele pensa que sabe sobre suas circunstâncias pode diferir do que ele poderia saber (sem gasto adicional de recursos) se tivesse sido mais alerta com relação ao verdadeiro meio que o circunda.

A mesma possibilidade, é claro, é totalmente relevante para um planejador central, mas é intensificada pela sua condição peculiar. O que o planejador central pensa que sabe sobre as circunstâncias relevantes deve necessariamente tomar a forma do que ele pensa que sabe sobre a disponibilidade de bits dispersos de conhecimento que podem de alguma forma, a algum custo, serem mobilizados ao formular e implementar o plano social. Existe pouca chance de que o planejador central saiba sempre aonde achar, ou como buscar por todos os itens de informação dispersa conhecidos em algum lugar do sistema econômico. Além disso, parece haver pouca chance de que o planejador central possa sempre estar completamente ciente da natureza ou extensão dos vazios em seu próprio conhecimento com relação a tanto. Ele pode perceber, de uma maneira geral, que há informação a qual sua localização ele é ignorante, mas isso não lhe dá dica alguma de onde olhar. O resultado final é que o planejador não será capaz de explorar toda a informação

a sua disposição. Claramente a dispersão de informação é responsável por uma nova dimensão de aplicação do problema básico do conhecimento.

Anteriormente nós levantamos a possibilidade de que o problema do conhecimento de Hayek – apesar de sua inovação – pudesse ser incluído dentro do problema econômico geral, tradicionalmente concebido em termos de atingir uma alocação eficiente de recursos dados (com informação disponível incluída como um importante recurso dado). Podemos ver agora como é inapropriado considerarmos os planejadores centrais capazes de lidar com o problema do conhecimento de Hayek em termos de planejamento convencional para atingir um padrão de alocação de recursos ótimo restringido. A ignorância desconhecida que é o coração do problema do conhecimento criada pela dispersão de informação desafia a possibilidade de ser capaz de ser espremida na cama procustiana do plano de alocação. Assim como o planejador individual é incapaz de lidar com o problema básico do conhecimento que rodeia suas decisões, também é o planejador central incapaz de elaborar técnicas de planejamento para lidar deliberadamente com o problema do conhecimento de Hayek.

O que torna o problema hayekiano do conhecimento uma crítica tão devastadora do planejamento central é a circunstância de que em um sistema de mercado, com tomadas de decisão descentralizadas, o insolúvel problema do conhecimento confrontado pelos planejadores centrais tende a se dissolver no processo de descoberta competitiva empreendedora.

O processo de descoberta competitiva empreendedora

O argumento hayekiano em favor da tomada de decisões descentralizada vem sendo frequentemente mal compreendido. Muito comumente esse argumento é apresentado como querendo mostrar que apenas a economia descentralizada de mercado escapa do problema do conhecimento disperso porque os preços garantem precisa e economicamente informação necessária para tomadores relevantes de decisão (substituindo qualquer necessidade dos últimos conhecerem toda a informação detalhada que está dispersa pelo sistema). Deve ser enfatizado que enquanto essa linha de raciocínio está certamente presente no trabalho de Hayek, ela falha em fazer justiça a todas as implicações de tal trabalho.

Dizer que os preços de mercado comunicam informação, e dessa forma superam diretamente o problema do conhecimento disperso é defender que os mercados dependem de uma pressuposição dúbia: eles estão sempre em equilíbrio ou próximos disso. Apenas no equilíbrio pode ser dito que um participante guiado pelos preços é automaticamente levado às ações que se coordenam plenamente com as ações dos demais participantes do mercado (similarmente guiados). Além disso, pressupor que os mercados estão próximos do equilíbrio é essencialmente (sem levar em conta nossas outras razões para nos sentirmos incomodados com essa pressuposição) contornar (ao invés de superar) o problema hayekiano do conhecimento disperso. Isso porque, da mesma forma que o fenômeno do conhecimento disperso oferece um desafio formidável aos planejadores centrais, esse fenômeno oferece aos mercados um desafio completamente análogo, aquele de atingir, de fato, o arranjo de preços de mercado que o equilibrará.

Não se resolve o problema do conhecimento disperso postulando preços que irão com o tempo gerar decisões que se ajustam. O conhecimento disperso é precisamente a razão para a bem realística possibilidade de que os mercados num dado momento são incapazes de se equilibrarem e assegurarem a ausência de recursos desperdiçados. A verdade é que o mercado possui armas para combater (se não derrotar completamente) o problema do conhecimento disperso. Essas armas estão incorporadas no funcionamento do sistema de preços, mas não no funcionamento de um sistema hipotético de preços de equilíbrio. A importância dos preços ao lidar com o problema hayekiano do conhecimento não está na precisão da informação a qual os preços de equilíbrio providenciam no que toca as ações dos demais similarmente informados. Ao invés disso, sua importância reside na habilidade dos preços de desequilíbrio oferecerem oportunidades de lucro puro que podem chamar a atenção de empreendedores alertas, que estão em busca de lucros.

Sabemos muito pouco sobre a maneira precisa através da qual oportunidades de lucro puro atraem a atenção empreendedora. Mas há poucas dúvidas sobre o poderoso magnetismo que tais oportunidades exercem. Dizer que oportunidades de lucro puro atraem a atenção de forma alguma é dizer que o conhecimento de tais oportunidades é assegurado por busca custosa, deliberada, por parte dos empreendedores. Pelo contrário, é reconhecer que a isca do lucro puro é o que permite que uma decisão individual transcenda os

limites de uma estrutura de planejamento dada, e evite, até certo ponto, o problema básico do conhecimento que rodeia toda a tomada de decisão individual. O faro empreendedor humano opera sempre para colocar suas limitadas atividades de planejamento dentro da estrutura mais ampla da ação humana.[3] Ao mesmo tempo em que o homem está rotineiramente calculando a alocação ótima de recursos dados com relação a fins conflitantes, ele mantém uma escuta empreendedora atenta a qualquer coisa que possa sugerir que os recursos disponíveis são diferentes do que se pensava ser, ou que talvez um diferente conjunto de fins valha a pena.

Esse elemento empreendedor da ação humana é o que responde aos sinais de lucro puro que são gerados pelos erros advindos do conhecimento disperso disponível na sociedade. É esse levedo que fermenta o processo competitivo de descoberta empreendedora, tendendo a revelar aos participantes do mercado mais e mais da informação relevante espalhada pelo sistema. É esse processo competitivo empreendedor que doma o problema básico do conhecimento que vimos ser inescapável para as autoridades centrais planejadoras. Ao passo que o planejamento central suprime o processo de descoberta empreendedora, seja na escala de planejamento compreensivo da sociedade como um todo ou na mais modesta pequenas intervenções em um até então livre mercado, os planejadores estão ao mesmo tempo sufocando a habilidade do mercado de transcender o problema básico do conhecimento e se sujeitando sem defesa ao mesmo problema. A fonte do problema é o conhecimento disperso de Hayek: o planejamento central não possui ferramentas para lidar com o problema, e sua própria centralização significa que o processo de descoberta do mercado foi impedido, se não paralisado completamente.

Mercados, firmas e planejamento central

Pelo menos até o artigo de 1937 de Coase sobre a teoria da firma, era reconhecido que cada firma numa economia de mercado é uma ilha de “planejamento central” local num mar de espontâneas forças competitivas de mercado em ebulição. Dentro da firma, as atividades são coordenadas através de direção central, não via competição e mecanismo de preços. Nossa discussão nesse capítulo ilumina, talvez, as forças que regem a localização das fronteiras que separam o domínio do “planejamento central” livremente adotado daquele do sistema de preços competitivo.

Vimos que a substituição da descoberta de mercado (que se dá através do estado de alerta empreendedor a oportunidades de lucro) pelo planejamento central gera um novo escopo de potência para o problema básico do conhecimento advindo da dispersão de conhecimento. Logo, num livre mercado, qualquer vantagem que possa ser derivada de “planejamento central” (por exemplo, a tentativa de se evitar duplicação “dispendiosa” aparentemente presente frequentemente em situações de rivalidade de mercado) são compradas pelo preço de um problema do conhecimento avançado. Podemos esperar que as firmas tendam espontaneamente a se expandir até o ponto onde as vantagens adicionais do “planejamento central” são ofuscadas pelas dificuldades incrementais que aparecem com a informação dispersa. Em pequena escala tais dificuldades seriam insignificantes o suficiente para serem absorvidas com vistas a se aproveitar de uma organização explicitamente coordenada. Conhecimento disperso numa pequena área geográfica organizacional significa um problema hayekiano do conhecimento que, diferentemente daquele relevante para entidades grandes, complexas, é solucionável através de busca deliberada. A partir de certo ponto, entretanto, as dificuldades de conhecimento tenderão a reduzir a lucratividade das firmas que são muito grandes. A competição entre as firmas de diversos tamanhos e escopo tenderão, logo, a revelar a extensão ótima de tal “planejamento central”.

Por outro lado, se o planejamento central for imposto em um até então livre mercado, seja ou não em termos compreensivos, tal planejamento quase sempre envolverá o problema do conhecimento, e numa extensão que não será justificada pelas vantagens que a centralização possa de outra forma obter. Planejamento central imposto pelo governo destrói as espontâneas e delicadas armas do mercado para lidar com o problema do conhecimento. Tal planejamento centralizado é por sua própria natureza, e pela natureza do problema do conhecimento, incapaz de oferecer qualquer arma própria substituta.

Conclusão

Devemos lembrar que a natureza do problema do conhecimento é tal que sua extensão e gravidade não pode ser conhecida de antemão. Parte da tragédia das propostas para uma política industrial e planejamento econômico é que seus bem intencionados defensores estão completamente ignorantes com

relação ao problema do conhecimento – o problema que surge de não se estar ciente da própria ignorância.

Notas

[1] Hayek (1979: 190) aprofundou mais recentemente nosso entendimento do problema do conhecimento disperso a ponto de ir além de “utilizar informação sob fatos concretos particulares os quais os indivíduos já possuem”. Ele agora enfatiza o problema de usar as habilidades individuais para descobrir informação concreta relevante. Isso leva Hayek afirmar que, devido ao fato de que uma pessoa “descobrirá o que conhece ou o que pode descobrir apenas quando confrontada com um problema onde tal informação ajude”, ela pode nunca estar apta para “transmitir todo o conhecimento que possui [...]”. Num trabalho não publicado recente professor Lavoie, desenvolvendo insights contidos no trabalho de Michael Polanyi, também enfatizou a relevância do “conhecimento tácito” para o problema social de utilizar conhecimento disperso. O capítulo presente chega a conclusões similares, porém partindo de um ponto um tanto quanto distinto.

[2] Evitamos aqui levantar qualquer uma das tão conhecidas dificuldades que rodeiam (a) a noção de uma hierarquia de bens sociais análoga a um ranqueamento de objetivos individuais e (b) as noções relacionadas de eficiência social e escolha social.

[3] Sobre isso comparar com Mises (1966: 253-4)

Capítulo 10: Problemas do conhecimento e suas soluções: algumas distinções relevantes

Introdução

Um papel central no pensamento de Hayek foi desempenhado por suas ideias sobre os problemas colocados pelo fenômeno do conhecimento disperso. Essas ideias surgiram como resultado da participação de Hayek no debate entreguerras sobre a possibilidade de cálculo econômico socialista e foram cristalizadas em seu artigo clássico de 1945, “O uso do conhecimento na sociedade” (1949b). Embora essas ideias tenham nascido originalmente da economia de Hayek, nas últimas três décadas elas nutriram profundas contribuições para outros ramos da filosofia social que passaram a dominar o trabalho recente de Hayek.

A passagem clássica de 1945, na qual Hayek articulou definitivamente seu insight econômico original, é a seguinte:

O caráter peculiar do problema de uma ordem econômica racional é determinado [...] pelo fato de que o conhecimento das circunstâncias das quais devemos fazer uso nunca existe de forma concentrada ou integrada, mas apenas como fragmentos dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório que todos os indivíduos separados possuem. O problema econômico da sociedade, portanto, não é apenas um problema de como alocar recursos “dados” – se “dado” é entendido como dado a uma única mente que deliberadamente resolve o problema estabelecido por esses “dados”. É um problema de como garantir o melhor uso dos recursos conhecidos por qualquer membro da sociedade, para fins cuja importância relativa apenas esses indivíduos conhecem. Ou, resumindo, trata-se de um problema de utilização do conhecimento que não é dado a ninguém em sua totalidade. (Hayek 1949b: 77–8)

Cerca de trinta anos depois, ao apresentar seus três volumes de *Law, Legislation and Liberty*, Hayek reconheceu o papel seminal desempenhado por essas ideias em suas discussões mais gerais dos anos posteriores.

A percepção do significado de nossa ignorância institucional na esfera econômica [...] foi de fato o ponto de partida para as ideias que em *Law, Legislation and Liberty* são sistematicamente aplicadas a um campo muito mais amplo. (Hayek 1973: 13)[1]

De fato, já em 1960, em *The Constitution of Liberty*, Hayek estava aplicando suas ideias econômicas de 1945 em um campo muito mais amplo. Hayek ressalta que “a soma do conhecimento de todos os indivíduos não existe em parte alguma como um todo integrado. O grande problema é como todos nós podemos lucrar com esse conhecimento, que só existe disperso como crenças separadas, parciais e às vezes conflitantes de todos os homens.” Ele passa imediatamente a observar: “Em outras palavras, é em grande parte porque a civilização nos permite constantemente lucrar com o conhecimento que individualmente não possuímos e porque o uso de cada conhecimento particular de cada indivíduo pode servir para ajudar outros desconhecidos a alcançar seus objetivos, que os homens como membros da sociedade civilizada podem perseguir seus fins individuais com muito mais êxito do que se estivessem sozinhos” Isso tudo leva Hayek a se referir à “identificação do crescimento da civilização com o crescimento do conhecimento” (1960: 25), apontando que, quanto mais civilizados nos tornamos, mais relativamente ignorantes devem ser os indivíduos sobre os fatos dos quais depende o trabalho de sua civilização. A própria divisão do conhecimento aumenta a necessária ignorância do indivíduo da maior parte de seu conhecimento” (p. 26). Nossa discussão neste capítulo explora o significado do problema do conhecimento disperso, sondando a legitimidade da extensão de Hayek de sua visão original e estritamente econômica para aplicar à civilização em geral e a suas várias instituições em particular.

A extensão do problema do conhecimento de Hayek

Em seu trabalho recente, Hayek de fato se concentrou na importância do “problema do conhecimento” (como seguiremos Lavoie (1985b: cap. 3), como chamaremos agora), estendendo-se muito além da capacidade dos processos de mercado de coordenar expectativas mútuas que os participantes

do mercado mantêm em relação um ao outro. Hayek enfatizou a importância do problema do conhecimento para a evolução das normas e instituições culturais. Hayek argumenta que as intrincadas redes de expectativas mutuamente sustentáveis necessárias para o surgimento de nossas instituições sociais mais valiosas nunca poderiam ter sido deliberadamente simuladas por qualquer organização centralizada. Hayek sustenta que o que alimentou o surgimento espontâneo de tais normas e instituições culturais benignas é a circunstância em que os processos sociais de coordenação espontânea puderam evoluir. É somente dessa maneira que um tecido social que consiste em inúmeras linhas de expectativas mútuas – um tecido cuja totalidade mostra uma complexidade que transcende a capacidade de qualquer mente única poder vir a ser o tecido.

Agora, é sem dúvida incorreto e injusto atribuir a Hayek a afirmação categórica de que quaisquer instituições que evoluam espontaneamente têm maior probabilidade de serem socialmente benignas do que qualquer instituição deliberadamente construída. No entanto, vários escritores notaram seu desconforto ao sentir quão próximo Hayek às vezes parece estar dessa opinião. Embora Hayek ressalte que “evitou cuidadosamente dizer que a evolução é idêntica ao progresso”, ele deixa claro que “foi a evolução de uma tradição que tornou possível a civilização” e afirma categoricamente “que a evolução espontânea é necessária, se não uma condição suficiente do progresso” (Hayek 1979: 168). Buchanan, em particular, colocou o dedo no tema que se tornou cada vez mais importante nos escritos recentes de Hayek:

Esse tema envolve a extensão do princípio da ordem espontânea, em suas implicações normativas, ao surgimento da própria estrutura institucional. [...] Não há espaço para o economista político, ou para qualquer pessoa que procure reformar estruturas sociais para mudar leis e regras, com o objetivo de garantir maior eficiência em geral. Qualquer tentativa de projetar, construir e mudar instituições deve, dentro desse cenário lógico estritamente interpretado, introduzir ineficiência. Quaisquer interferências “construtivamente racionais” nos processos “naturais” da história devem, portanto, ser cuidadosamente evitadas. A mensagem parece clara: relaxe antes da lenta limpeza da história. (Buchanan 1986: 75–6)[2]

Buchanan luta para exonerar Hayek da acusação de realmente apoiar toda a posição extrema descrita no parágrafo anterior e resolver aparentes

contradições entre as declarações anti-construtivistas mais consistentes de Hayek e suas próprias tentativas (como sua proposta para a desestatização da moeda, e suas propostas para a reconstrução constitucional política) na reforma institucional.[3]

No entanto, a forte impressão que se obtém de Hayek é que ele tem profunda fé na possibilidade, em geral, de evolução institucional benigna.

No presente capítulo, juntarei-me aos críticos de Hayek ao questionar o paralelismo afirmado (entre as realizações dos mercados livres em um determinado cenário institucional e a evolução espontânea das próprias instituições) que formou a base do trabalho de Hayek nas últimas décadas. Vou prosseguir dissecando cuidadosamente o problema original do conhecimento hayekiano em dois problemas componentes distintos, os quais têm suas contrapartes no contexto do surgimento de normas e instituições sociais. Tornará-se então aparente que apenas um desses dois problemas componentes permite solução, no contexto do desenvolvimento institucional, de maneira paralela àquela em que seu problema de contrapartida é resolvido nos mercados. O componente remanescente do problema do conhecimento acaba não sendo solucionável pelo processo espontâneo pelo qual o problema de contrapartida nos mercados é resolvido. O propósito de nossa crítica, deve-se enfatizar, não é tanto desafiar as analogias que Hayek faz entre o mercado e a sociedade, mas explorar algumas sutilezas no problema de conhecimento que Hayek nos ensinou a apreciar. O fato de Hayek nem sempre parecer sensível a essas sutilezas torna essa tarefa, é claro, apenas ainda mais importante.

O problema do conhecimento no contexto de mercado

Considere um mercado de uma única mercadoria em equilíbrio competitivo. Um preço de equilíbrio do mercado prevalece. Nenhum participante do mercado precisa saber mais do que o preço de mercado para poder executar seus planos sem decepção ou arrependimento. Cada vendedor se vê capaz de vender o que deseja vender pelo preço de mercado. Cada comprador se vê capaz de comprar o que deseja comprar pelo preço de mercado. A quantidade de conhecimento de cada participante do mercado não precisa ser mais que minúscula. Ninguém precisa conhecer a forma ou a posição da curva de demanda ou de oferta. No entanto, o preço de mercado estimula uma série de decisões independentes que permitem a realização de todos os

negócios mutuamente lucrativos possíveis entre qualquer par de participantes do mercado. Suponha agora que alguma catástrofe atinja a indústria que produz nossa mercadoria, deslocando drasticamente sua curva de oferta para a esquerda. O preço de mercado aumentará e os compradores da mercadoria se sentirão constrangidos a economizar mais do que anteriormente no uso deste produto – e serão guiados pelo preço mais alto do mercado para isso, sem nunca aprender sobre a catástrofe, sabendo apenas que no mercado agora o preço está mais alto do que antes. Muitas apresentações em livros didáticos da visão de Hayek de como os mercados resolvem o problema do conhecimento veem essa conquista do mercado em equilíbrio como uma ilustração paradigmática do problema do conhecimento e de sua solução de mercado.

O que a solução do mercado alcançou, mostram essas exposições, é que o mercado é capaz de mobilizar conhecimento disperso como se todas as informações estivessem concentradas em uma única mente. Embora o conhecimento seja de fato disperso, tornando inconcebível que tudo esteja disponível para uma única mente, o mercado produz espontaneamente e com sucesso um resultado social que explora todos os conhecimentos relevantes.

Uma consideração cuidadosa dessa conquista do mercado em equilíbrio revela, desejamos destacar, duas realizações bastante diferentes. Argumentamos que cada uma dessas conquistas corresponde a um componente distinto do problema do conhecimento de Hayek. Vamos ver como é isso.

O preço de equilíbrio do mercado pode prevalecer apenas porque nenhum participante do mercado faz qualquer oferta de compra ou venda que não seja aceita. Cada participante do mercado antecipa corretamente as respostas que os outros darão a qualquer oferta de compra e venda que ele propor. Nenhuma tentativa de decisão foi baseada em otimismo indevido; nenhuma tentativa de decisão ficou desapontada. É claro que podemos facilmente imaginar situações em que esse feliz estado de coisas não ocorre. Os participantes do mercado podem acreditar erroneamente que outros comprarão mesmo a preços muito altos ou que outros estarão preparados para vender mesmo a preços muito baixos. Esses erros super otimistas são muito naturais: eles surgem porque os participantes do mercado podem não saber o que os outros participantes sabem sobre si mesmos, a saber, que não estão

preparados para comprar a preços altos (ou vender a preços baixos). Como resultado desse conhecimento disperso (pessoas que conhecem apenas suas próprias atitudes, e não as de outras pessoas), os mercados podem facilmente deixar de equilibrar (uma vez que os vendedores super otimistas podem ter resistido a preços muito altos etc.). Reconhecemos essa possível falha, devido ao excesso de otimismo (resultante da dispersão do conhecimento), como o primeiro dos dois problemas de conhecimento que desejamos identificar. Vamos nos referir a esse tipo como Problema do Conhecimento A.

Um pouco de reflexão nos convencerá, contudo, de que o Problema do Conhecimento A não é o único problema do conhecimento resolvido com sucesso no caso do preço de equilíbrio do mercado. O excesso de otimismo não é a única razão pela qual o preço de equilíbrio do mercado pode não ser alcançado em todo o mercado. Imagine uma situação – cujas condições estilizadas são postuladas apenas para ilustrar um ponto relevante para problemas muito mais realistas e típicos – em que um obstáculo ou um oceano separa metade do mercado do outro (mas essa separação não implica custos de transporte para a viagem de um setor de mercado para outro). Pode acontecer facilmente, em tal situação, que essa separação gere dois mercados separados, em cada um dos quais um preço de equilíbrio de mercado (diferente) prevaleça. Deve ficar claro que também aqui (como no caso do preço de equilíbrio do mercado único discutido anteriormente), que o Problema de Conhecimento A foi resolvido com sucesso. Nenhum participante do mercado (nos dois “mercados” separados) fez uma proposta de compra/venda, esperando que fosse totalmente aceita, o que acabou por ser rejeitada. Ninguém ficou otimista demais em relação às respostas de outras pessoas às ofertas disponibilizadas a eles.

Mas também deve ficar claro que, neste caso dos dois ‘mercados’, mesmo que em cada um deles o preço local equilibre o mercado, erros foram cometidos. A existência de dois preços separados (nesses dois mercados) para uma mercadoria idêntica indica que aqueles que pagam o preço mais alto erroneamente ignoraram a possibilidade de comprar mais barato no outro mercado; aqueles que vendiam pelo preço mais baixo ignoravam erroneamente a possibilidade de vender a um preço mais alto no outro mercado. Alguns participantes do mercado de preço alto se abstêm de comprar (por causa do alto preço) e permanecem sem a mercadoria, mesmo enquanto essa mercadoria

esteja disponível no outro mercado. Isso é acompanhado pela circunstância de que alguns participantes do mercado de preços baixos se abstêm de vender (a preços baixos), enquanto compradores em potencial que desejam pagar preços mais altos poderiam ter sido encontrados no mercado de preços altos. Os participantes do mercado não conseguiram aproveitar as oportunidades que poderiam ter sido aproveitadas – caso tivessem um conhecimento mais preciso sobre o que os outros poderiam estar preparados a fazer. Claramente, esses erros (embora não constituam um problema idêntico ao Problema de Conhecimento A, que surgiu porque os participantes do mercado eram otimistas demais) constituem um problema do conhecimento: os participantes do mercado (excessivamente pessimistas) desconhecem o que os outros podem estar dispostos a pagar (ou disposto a vender por). Vamos chamar esse segundo problema, o problema do pessimismo indevido decorrente do conhecimento disperso, de Problema do Conhecimento B.

Os dois problemas do conhecimento

Um pouco de reflexão nos convencerá de que os problemas do conhecimento A e B são realmente problemas distintos.[4] Ambos surgem da circunstância de informação dispersa, mas consistem em tipos de erro diferentes. Minhas informações incompletas sobre o que os outros gostariam de fazer podem me levar a um otimismo excessivo na expectativa de vender a preços muito altos. Aqui, minhas informações incompletas me levaram a esperar comportamento de outras pessoas que de fato não ocorrerá. Os erros que constituem o Problema do Conhecimento A tendem a ser reveladores – uma vez que estimulam propostas que certamente serão decepcionadas. O problema do conhecimento A, no contexto do mercado, gera um processo de equilíbrio que parece quase inevitável. Como o próprio Hayek colocou, aparentemente ao se referir a esse tipo de processo de equilíbrio, o conhecimento relevante que um participante do mercado “deve possuir para que o equilíbrio prevaleça é o conhecimento que ele é obrigado a adquirir em vista da posição em que originalmente está, e os planos que ele então faz”. [5]

Minhas informações incompletas sobre o que os outros gostariam de fazer podem, por outro lado, indevidamente pessimista, levar-me a acreditar que é impossível vender a preços bastante baixos (pelos quais os outros realmente ficariam felizes em comprar), obrigando-me a desistir da ideia de vender completamente. Aqui, informações incompletas levaram os

participantes do mercado (entre os quais existe a possibilidade de troca mutuamente lucrativa) a ignorar essa possibilidade, para seu infortúnio mútuo (mas nunca percebido). O Problema do Conhecimento B é aqui responsável pela falha em fazer uma mudança necessária para a otimização de Pareto. Esse Problema de Conhecimento B não resulta em planos desapontados; resulta na falha em obter ganhos potenciais (porque permanecem despercebidos). Como o infortúnio causado pelo Problema do Conhecimento B não foi percebido, não há (ao contrário do caso do Problema do Conhecimento A) nenhuma inevitabilidade de que o problema jamais será revelado e corrigido. O que os participantes do mercado deixam de saber um sobre o outro hoje, podem facilmente continuar deixando de saber amanhã.

Na busca de equilíbrio de mercado, é claro, ambos os problemas de conhecimento foram resolvidos (em relação ao mercado em consideração). Não é apenas o caso, da busca no equilíbrio de mercado, que cada tentativa de comprar ou vender é capaz de ser realizada com sucesso. Também é o caso de que nenhuma troca mutuamente lucrativa entre um potencial comprador e vendedor (ambos participantes deste mercado) deixa de ser consumada. Podemos entender facilmente como ocorreu, nesse equilíbrio, que ninguém foi levado de maneira otimista a pedir um preço muito alto (ou a oferecer um preço muito baixo). Entendemos que quaisquer erros super otimistas foram corrigidos: as decepções ensinaram os participantes do mercado a não esperar respostas irrealizáveis. Entendemos, isto é, como o Problema do Conhecimento A foi resolvido.

Mas não somos tão imediatamente capazes de entender como, na busca de equilíbrio do mercado, o Problema do Conhecimento B também passou a ser resolvido. Não é tão óbvio como as muitas possibilidades negligenciadas de comércio mutuamente lucrativo – possibilidades que, dado o conhecimento inicial disperso, dificilmente poderiam ter deixadas de ser negligenciadas – de alguma forma acabaram sendo reveladas. O que levou os participantes do mercado a saber (sobre as possíveis atitudes uns dos outros) o que não sabiam ontem?

Obviamente, a teoria econômica explica como o Problema do Conhecimento B passou a ser resolvido no equilíbrio do mercado. Acontece que essa solução é de fato bem diferente daquela que resolveu o Problema do

Conhecimento A. Enquanto o Problema do Conhecimento A era auto-corrigível, o Problema do Conhecimento B criou um incentivo para sua solução, descoberto durante a atividade dos empreendedores alertas ao lucro. Onde o pessimismo indevido fazia com que possíveis movimentos ótimos de Pareto deixassem de ser realizados, foi assim criada a oportunidade para a possível captação de puro lucro empresarial. O potencial vendedor X, por ser pessimista e ignorante da disposição do potencial comprador Y de pagar até \$10 por um item, não o ofereceu para venda, mesmo que ele próprio estivesse muito satisfeito em vendê-lo por apenas \$3. Essa oportunidade negligenciada de um comércio mutuamente lucrativo entre X e Y constitui uma oportunidade convidativa para a conquista de puro lucro empresarial. Qualquer um, digamos o empresário Z, alerta para essa oportunidade, pode oferecer, sem nenhum recurso de capital, comprar de X a, digamos, um preço de \$4 (para o qual X, de acordo com nossas suposições, tem o prazer de aceitar), pagando esse preço com a receita bruta disponível por sua oferta de vender a Y a um preço de \$9 (que, novamente, em nossa suposição, Y aceitará com prazer). Onde quer que a ignorância mútua, devido ao conhecimento disperso, faça com que os movimentos indicados por Pareto não sejam satisfeitos, temos diante de nós uma situação que convida o empresário alerta a obter puro lucro.

A teoria econômica nos ensina que, dessa maneira, existe uma forte tendência de mercado para que todas as oportunidades de puro lucro sejam percebidas e aproveitadas. O Problema do Conhecimento B passa a ser resolvido através da descoberta empresarial de oportunidades até então negligenciadas.

Assim, nosso entendimento de que na busca de equilíbrio de mercado foram resolvidos os dois Problemas do Conhecimento – garantindo que erros mútuos excessivamente otimistas e indevidamente pessimistas (que podem surgir de informações dispersas) não sejam cometidos – repousa em dois processos distintos e completos de aprendizado de mercado. O processo pelo qual o Problema do Conhecimento A é resolvido é um processo que, sem depender do alerta empreendedor e motivado pelo lucro, surge de um aprendizado quase inevitável do irrealismo de expectativas excessivamente otimistas. O processo pelo qual o Problema do Conhecimento B é resolvido, é um processo que deve se basear inteiramente na descoberta, pelos

empreendedores, de oportunidades disponíveis, das quais ninguém até então sabia.

Os dois problemas do conhecimento em um ambiente mais amplo

Como Hayek enfatizou, o problema do conhecimento não é apenas um problema no contexto do mercado. É um problema crucialmente relevante para o surgimento de instituições sociais também. Instituições como a lei, a linguagem, o uso da moeda, o respeito à propriedade privada exigem uma concordância de conhecimentos e expectativas mútuos completamente análogos ao conhecimento mútuo necessário para o equilíbrio do mercado. O que queremos agora salientar é que o problema que o fenômeno do conhecimento disperso cria para o surgimento de instituições sociais benignas é constituído (exatamente como era o correspondente problema do conhecimento no contexto do mercado) de dois problemas distintos. Vamos considerar o uso na sociedade de uma unidade comum para a medida da distância. Obviamente, o uso comum de uma única escala de medida é um elemento importante nas relações sociais. Seria mais complicado e mais obstrutivo para o surgimento de dimensões padronizadas relevantes para inúmeras situações possíveis, se vários sistemas de medição diferentes fossem usados na mesma sociedade. Para o surgimento de um sistema comum de medição, exigimos que os membros da sociedade esperem corretamente que outros estejam empregando esse sistema de medição. Um sistema que usa pés e polegadas pode prevalecer apenas quando e porque cada um espera corretamente que outros usem esse sistema. Mais precisamente, só pode prevalecer quando e porque cada um espera corretamente que os outros esperem que esse sistema seja universalmente usado. E assim por diante.

Claramente, essas expectativas que se sustentam mutuamente podem estar ausentes – resultando e expressando a ausência de um sistema comum de medição. O que Hayek enfatizou é que o surgimento espontâneo de tais instituições ocorreu ao longo da história. Os membros da sociedade aprenderam, sem direção central, a participar de sistemas sociais de linguagem, mensuração, troca monetária – todos os quais exigindo padrões de expectativas mutuamente sustentáveis. Como Hayek nos ensinou, grande parte de nossa civilização consiste em sistemas espontaneamente desenvolvidos de antecipações que se reforçam mutuamente.

O que deve ser enfatizado, para nosso objetivo atual, é que essas instituições não exigem necessariamente que todas as oportunidades concebíveis para instituições sociais Pareto superior sejam aproveitadas e exploradas. O uso comum do sistema de pés e polegadas para medir o comprimento não significa de que seja o resultado final alcançado ao aproveitar todas as oportunidades possíveis para uma medição mais eficiente. Pode ser que um sistema superior de medição possa ter surgido. O fato disso não acontecer não nega a utilidade do sistema de pés e polegadas. Esse sistema é baseado na concordância de expectativas de milhões de membros da sociedade. Ninguém está desapontado com suas expectativas de que outros empreguem esse sistema. A utilidade do sistema depende total e unicamente da solução bem-sucedida do Problema do Conhecimento A (garantindo que as expectativas não sejam decepcionadas). Não depende intrinsecamente da solução do Problema do Conhecimento B. Mesmo que algum sistema superior de medição possa ser de algum modo concebido e posto em operação (convencendo os membros da sociedade de seus méritos e sua iminência), deixar de fazê-lo de maneira alguma afeta a viabilidade do sistema de medição que de fato foi adotado.

É o mesmo com todas as instituições que citam habitualmente. O uso de uma linguagem comum não depende do surgimento da forma mais simples e clara de comunicação interpessoal. Depende apenas dos membros da sociedade terem aprendido a esperar um único vocabulário e gramática.

A ordem espontânea, no sentido do surgimento espontâneo de um conjunto de regras, como regras de linguagem, comportamento ou lei, exige apenas que algum conjunto de regras seja universalmente esperado. Para a existência de nenhuma dessas instituições é inerentemente necessário irmos além da solução do Problema A, para evitar decepções com relação ao comportamento de outras pessoas.

O surgimento espontâneo das instituições

Entendemos, portanto, as convicções de Hayek sobre a possibilidade de instituições sociais benignas emergirem espontaneamente. Tais instituições podem emergir, é claro, da mesma solução do Problema do Conhecimento A, que contribui para o surgimento espontâneo de tendências de equilíbrio do

mercado. As pessoas tendem a aprender corretamente a esperar o que outras pessoas farão, e o surgimento de tais expectativas que se sustentam mutuamente pode constituir o estabelecimento de instituições sociais estáveis.

Mas é igualmente claro que a solução do Problema do Conhecimento B, envolvendo a descoberta de oportunidades atraentes até então não examinadas para ganho mútuo por meio da interação, não é necessária para o surgimento de nenhuma instituição. O que queremos destacar nas páginas a seguir é que, exceto no contexto do mercado, não temos, de fato, nenhuma tendência operacional para que o Problema do Conhecimento B seja resolvido sistematicamente.

Se essa nossa afirmação for aceita, certamente teremos estabelecido motivos para contestar qualquer afirmação de que processos espontâneos são, em geral, capazes de gerar não apenas instituições estáveis que expressem expectativas que se sustentam mutuamente, mas também tendências, paralelas às que operam em mercados para solucionar o Problema do Conhecimento B, em direção à substituição de instituições socialmente inferiores por superiores. Pode haver tendências de sobrevivência do mais apto a longo prazo (ou, nesse caso, outros tipos de tendências) para que as sociedades gerem normas e instituições sociais mais e não menos “úteis”. É nossa afirmação aqui que essas tendências são completamente distintas da tendência, dentro dos mercados, de oportunidades sociais úteis serem descobertas e exploradas por meio da solução do Problema do Conhecimento B.

Instituições, sejam mais úteis para a sociedade, menos úteis para a sociedade ou até totalmente prejudiciais para a sociedade, exigem apenas a solução para o Problema do Conhecimento A. Essa solução, no contexto de uma interação social mais ampla, pode realmente ser considerada no futuro da mesma forma que surge no contexto do mercado. Por esse motivo, as instituições podem e de fato surgem espontaneamente, constituindo exemplos clássicos de coordenação espontânea.

Mas a substituição de uma instituição inferior (digamos, um sistema de medição baseado em pés e polegadas) por uma instituição superior (digamos, o sistema métrico) requer mais do que a solução do Problema do Conhecimento A: requer também a solução do Problema do Conhecimento B.

Nosso argumento é que nenhuma solução do Problema do Conhecimento B, paralela à sua solução nos mercados, pode ser considerada fora do próprio contexto de mercado. Assim, uma crença no desenvolvimento espontâneo de instituições sociais cada vez melhores não pode se basear na analogia ou extrapolação acrítica de nossas ideias sobre os processos pelos quais o Problema do Conhecimento B é resolvido na obtenção de resultados ótimos de Pareto no equilíbrio do mercado. Nossa afirmação requer alguma elaboração adicional.

A solução do problema do conhecimento B: o problema da externalidade

Como será lembrado, o processo de mercado inclui uma tendência para a solução do Problema do Conhecimento B resultante dos incentivos proporcionados por oportunidades de puro lucro. Os empreendedores alertas são atraídos para perceber suboptimalidades (expressões constituídas do Problema do Conhecimento B) porque respondem a essência de puro lucro que acompanha essas suboptimalidades. Ao captar o lucro que acompanha essas suboptimalidades, o empreendedor beneficia o mercado como um todo (uma vez que aproxima preços e custos da igualdade, eliminando até agora oportunidades despercebidas e inexploradas de troca mutuamente lucrativa entre participantes inalterados do mercado). Mas não havia externalidade. O estímulo necessário para atrair o empresário para beneficiar a sociedade foi fornecido pela perspectiva de puro lucro para si. Toda possibilidade de ganho social através da superação do Problema B implica a atração de ganho privado para o empresário alerta que pode perceber a oportunidade. Desejamos ressaltar que não ocorre coincidência tão feliz de lucro privado e social no contexto do surgimento de normas e instituições sociais.

Imaginemos uma sociedade empregando um sistema de medição baseado em pés e polegadas. Vamos postular que o uso do sistema métrico reduziria substancialmente os custos de transação e outros em todo o sistema. Não parece haver maneira óbvia de atrair qualquer empresário privado para perceber a superioridade do sistema métrico – e muito menos a possibilidade de ele estar ao seu alcance para efetivar sua adoção. A externalidade do benefício relevante para a sociedade decorrente de uma alteração no sistema métrico parece bloquear a tradução dessa oportunidade não explorada, disponível em conjunto para os membros da sociedade, em oportunidades

concretas e atraentes em particular, capazes de descoberta empreendedora alerta.

O sistema métrico permanece não adotado como resultado de um caso especial do Problema do Conhecimento B. Os indivíduos não sabem que o uso do sistema métrico seria uma melhoria. Além disso, mesmo que alguns (ou todos) se tornassem tão conscientes, eles (corretamente) acreditam que outros (mesmo estando conscientes) não usem o sistema métrico (porque acreditam que ninguém está usando o sistema). A possibilidade de todos os membros da sociedade simultaneamente se conscientizarem da preferência social de um sistema métrico (ou, de qualquer forma, de todos os membros da sociedade, de alguma forma virem corretamente à expectativa de que outros esperem o uso universal do sistema métrico) é uma possibilidade de entrar em conflito frontal com o obstáculo concreto do Problema do Conhecimento B. Como é possível gerar entre uma população que está feliz empregando o sistema de medição comum de pés e polegadas a realização da iminente superioridade do sistema métrico ou, pelo menos, a expectativa de que outros daqui em diante usem apenas o sistema métrico?

Solução para o problema do conhecimento B sempre exige imaginação empreendedora. O recurso de externalidade endêmico ao Problema do Conhecimento B fora do contexto do mercado nos desencoraja a confiar em qualquer procedimento de descoberta espontânea padronizado após o processo de descoberta empresarial que conduz o processo de mercado.

Hayek, Menger e o surgimento da moeda

Hayek cita frequentemente o insight de Carl Menger sobre o surgimento espontâneo de instituições socialmente úteis (Hayek 1967a: 94; 1969b: 100-1; 1955: 83; 1973: 22; 1978c: 265n). Será instrutivo observar como o exemplo mengeriano mais famoso do surgimento espontâneo de uma instituição socialmente benigna, ou seja, o surgimento espontâneo de um meio de troca comumente aceito (possibilitando a transição de uma economia de troca para uma economia monetária muito mais eficiente), de fato ocorre na exposição de Menger (Menger 1981: 257-62; 1985: 151-5). Descobriremos que o processo social espontâneo pelo qual ocorre a evolução de uma moeda amplamente utilizada não é aquele em que o Problema do Conhecimento B é resolvido de forma análoga à sua solução nos processos de equilíbrio do

mercado. Para entender como o Problema do Conhecimento B é superado no processo mengeriano pelo qual a moeda surge, pode ser útil considerar um processo social espontâneo semelhante que não envolve nenhum problema do conhecimento.

Considere a maneira pela qual um caminho bem trilhado pela neve pode ser alcançado espontaneamente, sem nenhum plano deliberado e centralizado para criá-lo. A princípio, uma alma destemida que tem uma necessidade urgente de chegar a um destino faz a difícil travessia pela neve alta. É uma viagem cara (em termos de se molhar), mas aparentemente vale a pena. A rota precisa percorrida na neve pode ser bastante aleatória ou pode ser ditada pelo destino do pioneiro, visto do ponto de partida do pioneiro. O importante é que a primeira caminhada pela neve reduz os custos de atravessar a neve para outros posteriormente. A neve é um pouco menos intimidadora onde a primeira travessia foi feita. Outros (que de outra forma talvez não tivessem atravessado a neve, ou que poderiam ter escolhido uma rota diferente pela neve) agora acham que vale a pena atravessar exatamente onde o pioneiro fez a primeira travessia. Observe (a) que o custo reduzido para travessias de neve subsequentes é uma consequência não intencional da primeira travessia e (b) que travessias subsequentes obviamente tenderão a seguir o caminho percorrido pelo pioneiro. Aqueles que de fato cruzam a neve nos passos do pioneiro fazem suas próprias contribuições não intencionais para o surgimento espontâneo de um caminho claro através da neve. Cada travessia molda a neve um pouco mais, reduzindo ainda mais os custos de caminhar pela neve. Dessa maneira, o fenômeno familiar e socialmente benigno de um novo caminho é a consequência não intencional do comportamento autorreferente.

Agora, a sequência de ações que levaram à criação espontânea do caminho não tem nada a ver com a solução de qualquer problema do conhecimento. É simplesmente a implicação afortunada dos diferentes graus de urgência com que as pessoas precisam atravessar a neve (e também, possivelmente, dos diferentes momentos em que pessoas diferentes precisam atravessar a neve). Não foi necessário nenhum salto criativo, imaginativo e empreendedor – e nada ocorreu – para que o caminho seja criado espontaneamente. O surgimento do caminho ocorreu sem um planejamento central para sua criação – não porque os empreendedores se inspirassem

independentemente para produzi-lo, mas porque cada passo na neve inevitavelmente induziu novos passos a serem dados.

Devemos lembrar, incidentalmente, que, assim como processos podem ocorrer nos quais (como no caso da trilha na neve) cada etapa reduz os custos de maneira a promover resultados benignos e alcançados espontaneamente, podemos facilmente visualizar tipos exatamente opostos de processo. Podemos facilmente imaginar, isto é, processos em que cada etapa, de maneira não intencional, mas perversa, altera os custos para outras pessoas (de outras etapas). Se a concentração urbana aumentar as chances de sobrevivência econômica na cidade em comparação com as vilas vizinhas (ou, de qualquer forma, se os moradores acharem esse o caso), então a cidade poderá espontaneamente afundar em congestionamentos que se tornam progressivamente cada vez mais horríveis e intoleráveis. Tribos ou nações em conflito podem achar prudente se armar contra um possível ataque; mas cada um desses passos pode aumentar o perigo para os outros, levando a uma sequência espiralada de construção de armamento, aumentando as suspeitas de todos os lados e aumentando a probabilidade de guerra. Tais processos trágicos são bem conhecidos e bem compreendidos (se não facilmente controláveis). Nosso argumento é que, benignos ou não, esses processos espontâneos procedem da mesma maneira porque cada passo dado sistematicamente o torna mais racional para que outros passos semelhantes sejam dados por outros. Isso resulta no familiar efeito bola de neve. O processo de Menger do surgimento espontâneo da moeda prossegue exatamente dessa maneira.

O que impulsiona o processo mengeriano dinâmico através do qual a moeda evolui é a liquidez gradualmente crescente de alguma mercadoria específica que passou a ser usada, ainda não como moeda, mas como um meio de troca indireta entre participantes de mercado com recursos e trocas. Partindo de uma economia de troca, os participantes alertas do mercado descobrem que podem melhorar suas chances de negociar o que possuem inicialmente pelo que prefeririam se trocassem o primeiro por algo que eles mesmos não desejam adquirir para consumo final, mas que acreditam que provavelmente serão procurados por aqueles que possuem os itens que esses participantes alertas do mercado desejam adquirir. À medida que isso ocorre, a 'liquidez' desse item (que adquirem mesmo que não desejem consumi-lo)

aumenta. Ou seja, a própria circunstância em que esses participantes alertas do mercado estão comprando esse item aumenta agora a chance de que outros participantes do mercado descobrirão que a aquisição inicial desse item aumenta suas chances de finalmente obter os itens que desejam finalmente consumir. A dinâmica desse processo de aumentar a liquidez, apegando-se a determinados itens, pode levar ao surgimento de um grau de liquidez tão completo que, na verdade, torna um item não mais uma mercadoria comum, mas um meio de troca geralmente aceito. Vamos considerar cuidadosamente o sentido em que o processo de Menger (ao contrário do nosso exemplo do caminho na neve) envolve a solução de um problema do conhecimento. Apreciaremos mais cuidadosamente como o processo de Menger, embora certamente resolva o Problema do Conhecimento B, o faça de uma maneira bem diferente da solução de processo de mercado do Problema do Conhecimento B.

Em uma sociedade de troca inicial, os inconvenientes atribuíveis à ausência de um meio de troca geralmente aceito podem ser vistos como causados pelo Problema do Conhecimento B. (Problema do Conhecimento A, no qual os participantes da sociedade recebem falsas expectativas sobre o que os outros farão não é um problema aqui. Todos esperam corretamente que outros se envolvam apenas em transações de escambo. Ninguém espera, por engano, receber “moeda” em troca de mercadorias oferecidas.) O que está impedindo o uso de um meio monetário é a falha dos participantes do mercado em saber, não o que de fato os outros estão fazendo, mas o que os outros podem estar muito dispostos a fazer (se eles, por sua vez, soubessem que outros agiriam da mesma forma). Como a transição de uma economia de troca para uma economia monetária envolve agarrar uma nova oportunidade universalmente lucrativa que ainda não foi percebida, a troca continua sendo o modo predominante. Mesmo que eu entenda a eficiência superior de mudar para, digamos, um padrão monetário de prata, não tentarei vender nada por prata porque a prata não é agora uma moeda (ou seja, não espero que outros aceitem prata). Onde, na verdade, outros, como eu, compreendem as vantagens de passar da troca para um padrão monetário de prata, estou certo em meu julgamento de que prata não é uma moeda apenas porque cada um de nós (que entende as virtudes da moeda de prata) falha em saber o que pode ser aceitável para os outros. Certamente, se soubesse que outros sabiam que eu apreciava as virtudes da moeda de prata, et cetera ad infinitum, a prata seria agora aceita por todos como

moeda. Assim, o problema do conhecimento que obstrui a transição para o uso disseminado de uma moeda de prata é o Problema do Conhecimento B.

A transição de uma sociedade de troca para uma economia monetária, delineada no processo mengeriano, certamente envolveu a superação espontânea do Problema do Conhecimento B. Após a transição, os participantes do mercado aprenderam a se comportar de novas maneiras que beneficiam a todos. Mas essas lições foram aprendidas de uma maneira que não se assemelha aos processos empresariais que tendem a superar o Problema do Conhecimento B no contexto do mercado. No contexto do mercado O Problema do Conhecimento B se manifesta em erros de mercado que se revelam oportunidades para obter lucro empresarial. No contexto mengeriano, esse não é o caso. (A atenção que os participantes do mercado exibem no curso do processo mengeriano em relação à liquidez cada vez maior da mercadoria em questão nunca está atenta às perspectivas de aumentar ainda mais essa liquidez; o que está envolvido é estritamente alerta às eficiências pessoais a serem alcançadas ao se tomar vantagem da liquidez já aumentada dessa mercadoria.) Nenhum empreendedor poderia, sozinho, descobrir oportunidades de puro lucro, tentando levar a sociedade de troca para o uso da moeda. Não obstante, um processo espontâneo que moveu a sociedade nessa direção ocorreu na história de Menger. O que queremos dizer é que ocorreu da mesma maneira não empreendedora que molda a criação de caminhos na neve.

Conclusão

O que estimula soluções para o Problema do Conhecimento B nos mercados é a circunstância de que, no contexto do mercado, esse problema consiste em oportunidades não exploradas de troca mutuamente lucrativa. Tais oportunidades oferecem oportunidades de ganho empresarial privado aos seus descobridores. Isso desencadeia o processo empresarial familiar, que tende a colocar mercados separados em pleno contato, eliminando discrepâncias de preços (e oportunidades para lucros adicionais).

Mas, no contexto social mais amplo, a maneira como o Problema do Conhecimento B se coloca no caminho do surgimento de instituições sociais viáveis e econômicas não oferece oportunidades de ganho privado aos seus descobridores. Portanto, não há procedimento sistemático de descoberta no

qual possamos confiar no surgimento espontâneo de normas institucionais superiores.

Esta circunstância não impede que processos genuinamente espontâneos de desenvolvimento institucional ocorram. Caminhos na neve acontecem. Mas significa que não podemos usar, como exemplo de didático para tais processos espontâneos, a maneira pela qual os mercados tendem sistematicamente a resolver o Problema do Conhecimento B. Para ter certeza, o surgimento espontâneo de qualquer instituição depende dos mesmos processos pelos quais o Problema do Conhecimento A é resolvido nos mercados. Hayek está firme em ver suas ideias sobre o mercado como um procedimento de descoberta como base para seu próprio trabalho posterior sobre o surgimento espontâneo de normas e instituições culturais e sua ligação com o fenômeno da divisão do conhecimento.

Por outro lado, no entanto, nosso objetivo foi apontar neste capítulo que essas ideias econômicas anteriores sobre as propriedades espontaneamente coordenadoras dos mercados não fornecem, por si só, garantias sobre a qualidade da tendência benigna do desenvolvimento institucional de longo prazo. Tais tendências benignas podem muito bem ser poderosas e importantes em alguns ou muitos casos; mas a coordenação espontânea que ocorre nos mercados não fornece nenhuma base para qualquer extensão dos teoremas de bem-estar social relacionados aos mercados para o campo mais amplo da teoria da evolução institucional. A explicação para essas tendências benignas, se elas existem, deve ser procurada em outro lugar.

Notas

[1] Em uma nota de rodapé desta passagem (p. 148, nota 10) Hayek cita seu artigo de 1945 a esse respeito.

[2] Ver também Gray (1982).

[3] Buchanan (1986). Ver também Buchanan (1977) e Kirzner (1987).

[4] Ver Kirzner (1963: Ch. 7) para uma extensa discussão sobre as diferenças entre esses dois problemas e o caráter dos distintos processos de equilíbrio de mercado que colocaram em movimento, respectivamente.

[5] Ver Hayek (1949c: 53). Sou grato a Mario Rizzo por chamar minha atenção para a importância dessa passagem.

Capítulo 11: Economia do bem-estar social: uma perspectiva austríaca moderna

Entre as mais notáveis das muitas contribuições de Murray Rothbard para a literatura da economia austríaca moderna está certamente o principal artigo sobre teoria da utilidade e do bem-estar social que escreveu para o *Mises Festschrift* de 1956 (Rothbard 1956). Esse escritor pode atestar pessoalmente a excitação gerada pela maneira lúcida pela qual este artigo empregou insights austríacos para iluminar questões teóricas fundamentais (a respeito das quais a economia contemporânea estava debatendo) e pela erudição característica que Rothbard derramou naquele único ensaio. Independentemente de alguém ter aceitado totalmente as conclusões de Rothbard, era impossível não vislumbrar o poder do pensamento misesiano consistente que esse artigo exemplifica tão excelentemente. O presente capítulo, escrito trinta anos depois, procura reexaminar uma pequena parte do terreno coberto pelo ensaio de Rothbard. Ao oferecer uma perspectiva austríaca moderna sobre economia do bem-estar social, enfatizaremos alguns dos mesmos princípios básicos austríacos nos quais Rothbard tão corretamente insistia trinta anos atrás. Embora nossa perspectiva possa não coincidir inteiramente com algumas das conclusões de Rothbard, arriscamo-nos a esperar que nossas observações sobre a economia do bem-estar social sejam consideradas na mesma tradição subjetivista e metodologicamente individualista que o trabalho de Rothbard tem levado tão valiosamente por tantos anos.

Algumas observações relativas à economia do bem-estar social

A economia do bem-estar social, em suas inúmeras encarnações, procurou oferecer critérios pelos quais fosse possível avaliar cientificamente os méritos econômicos de instituições, partes da legislação ou eventos específicos. Essa avaliação transcenderia as estreitas preocupações econômicas de indivíduos específicos cujos interesses possam estar envolvidos e expressar, de alguma forma, uma perspectiva que flui dos interesses econômicos de todos os indivíduos da sociedade. Como veremos, os economistas austríacos têm sido particularmente sensíveis às dificuldades que envolvem esse compromisso. De fato, muitas das dificuldades foram reconhecidas repetidamente pela profissão

econômica em geral, e é por essas razões, é claro, que a economia do bem-estar social passou por tantas tentativas de reconstrução “desde o início”.

Examinaremos brevemente o mais importante dessas tentativas de uma perspectiva que busca aplicar consistentemente as seguintes preocupações austríacas (relacionadas):

Individualismo metodológico: nos recusaremos a reconhecer o significado nas declarações relativas ao ‘bem-estar da sociedade’ que não possam, em princípio, ser inequivocamente traduzidas em declarações relativas aos indivíduos na sociedade (de uma maneira que não cause violência à sua individualidade).

Subjetivismo: não devemos nos contentar com afirmações que consideram o bem-estar econômico da sociedade expressado em termos (como produção física) que não estão relacionados às avaliações e escolhas feitas pelos indivíduos.

Ênfase no processo: estaremos interessados no bem-estar econômico da sociedade, não apenas em termos de seu nível de bem-estar econômico (embora definido), mas também em relação à capacidade dessas instituições de estimular e apoiar esses processos econômicos dos quais depende a obtenção do bem-estar econômico.

Economia do bem-estar social — alguns destaques do passado

1

Durante o período da economia clássica, naturalmente, foi dado como certo que uma sociedade era economicamente bem-sucedida estritamente na medida em que conseguia obter maior riqueza. A investigação de Adam Smith sobre a natureza e as causas da riqueza das nações expressou essa abordagem da economia do bem-estar social de maneira simples e típica. Foi dado como certo que um determinado aumento percentual na riqueza física de uma nação (com a riqueza muitas vezes vista como consistindo de alqueires de “milho”) significou um aumento percentual semelhante no bem-estar social da nação. Nesta perspectiva, uma medida física da riqueza de uma nação fornece um índice do sucesso econômico dessa nação, independentemente de sua

distribuição. Um alqueire de trigo é um alqueire de trigo. Claramente, essa noção de bem-estar social ofende os princípios do individualismo metodológico e do subjetivismo; e foi varrida pela revolução marginalista (subjetivista) do final do século XIX.

2

Marshall e Pigou procuraram preservar certos elementos centrais da abordagem clássica, evitando a armadilha que vê o bem-estar social identificado com (ou diretamente proporcional à) riqueza física em si. Eles concentraram a atenção não nos próprios bens, mas na utilidade desses bens. Em princípio, a riqueza física de uma nação, dado seu padrão de distribuição, correspondia a um determinado nível de utilidade agregada. Além disso, acreditavam que esse agregado fosse mensurável, em princípio, pela “haste de medição da moeda”. Eles não sentiram nenhum problema ao conceber a “utilidade agregada”; pensavam na utilidade como algo que poderia ser comparado e agregado entre indivíduos. Certamente não viam a utilidade como associada exclusivamente a um ato de escolha individual; viam como uma espécie de sombra psicológica que acompanhava de perto a riqueza física. (Sua vantagem central sobre a riqueza, como um índice de bem-estar social, era a incorporação do refinamento da utilidade marginal decrescente. Não era mais aceitável considerar que um alqueire de trigo era idêntico, em termos de bem-estar social, a cada alqueire de trigo: a margem de consumo do indivíduo deve ser considerada, Mas ainda era considerado válido tratar o valor de um dólar em utilidade como equivalente ao valor de um segundo dólar em utilidade.)

Essa abordagem da economia do bem-estar social é claramente inaceitável para os economistas que absorveram as lições misesianas (e rothbardianas) sobre o verdadeiro significado da utilidade na análise econômica. A utilidade, para os austríacos, não é uma quantidade de experiência psicológica; é apenas um índice de preferência, expresso em atos de escolha. Tentar agregar utilidade não é apenas violar os princípios do individualismo e subjetivismo metodológico (tratando as sensações de diferentes indivíduos como capazes de serem somadas), é envolver-se em um exercício totalmente sem sentido: a análise econômica não tem nada a dizer sobre sensações; trata estritamente de escolhas e suas implicações interpessoais.

3

A abordagem da economia do bem-estar social que, naturalmente, tem sido central na economia no último meio século é a que gira em torno da noção da otimização de Pareto. Uma mudança é vista como uma melhoria do bem-estar econômico da sociedade, se melhorar alguns de seus membros (na sua opinião) sem piorar outros. Essa abordagem certamente evita os problemas das comparações interpessoais de utilidade e, portanto, parece ser consistente tanto com o individualismo metodológico quanto com o subjetivismo que os austríacos insistem. Vários pontos, no entanto, precisam ser notados.

Embora a noção de otimalidade de Pareto esteja realmente preocupada com os membros individuais da sociedade, ela reflete uma concepção supraindividual da sociedade e de seu bem-estar social. Afinal, um movimento ótimo de Pareto é considerado promovendo o bem-estar da sociedade – como um todo. Caso contrário, não está claro o que é adicionado (à observação insignificante de que a mudança é preferida por alguns e contestada por ninguém) pelo julgamento de que a mudança é “boa para a sociedade”. De fato, o critério de Pareto acabou se tornando um elemento integral no desenvolvimento da ideia de que a sociedade enfrenta um “problema econômico” – o de alocar seus recursos entre seus objetivos concorrentes da maneira mais eficiente. A ineficiência social na alocação de recursos passou a ser identificada com subotimalidade de acordo com o critério de Pareto.

Agora, essa noção da sociedade que enfrenta seu problema econômico no sentido da alocação de recursos surgiu, como é bem conhecido, como uma extensão do conceito de comportamento econômico individual que foi articulado de forma tão definitiva por Lionel Robbins em 1932. Mas, como foi reconhecido até agora, essa extensão é de fato uma extensão ilegítima, nem um pouco fiel ao espírito da formulação de Robbins. Robbins estava preocupado em identificar o problema econômico que o indivíduo enfrenta. É o indivíduo que tem objetivos e que invoca deliberadamente seus recursos percebidos, a fim de alcançar seus objetivos com mais eficiência, na medida do possível. Transferir esse importante conceito de escolha alocativa individual para a sociedade como um todo é, na melhor das hipóteses, envolver-se em metáforas. A sociedade, como tal, não possui objetivos próprios nem se envolve deliberadamente na escolha alocativa. Na medida em que a ideia do ótimo de Pareto veio reforçar a noção errônea e enganosa do “problema econômico” da sociedade; isso fez

parte de uma abordagem à análise do bem-estar econômico que ficou gravemente aquém da aderência consistente aos princípios do individualismo metodológico.

Hayek e a crítica da economia do bem-estar social

Foi contra essa noção dominante de sociedade e seu suposto problema de alocação que o famoso artigo de Hayek de 1945 (Hayek 1949b) foi dirigido. É verdade que o ataque de Hayek pode ser visto como não sendo primariamente contra a noção de bem-estar social isso foi incorporado à ideia do problema econômico da sociedade. Hayek se concentrou nas circunstâncias do conhecimento disperso. A informação relevante que a “sociedade” teria que possuir para resolver seu problema econômico é amplamente dispersa. Portanto, a sociedade simplesmente não está em posição de abordar seu suposto problema econômico (mesmo que, para fins de discussão, essa tarefa alocativa da sociedade possa ser considerada significativa). A crítica de Hayek pode, portanto, ser vista como enfatizando os problemas que obstruem a solução prática do problema econômico de uma nação, e não como uma crítica da concepção mainstream desse problema em si. Mas o artigo de Hayek constituiu, no entanto, uma profunda

– se indireta – crítica da própria significância da eficiência social desenvolvida, por exemplo, no contexto paretiano.

Pois, uma vez que se reconhece que a informação relevante está inevitavelmente e definitivamente dispersa entre muitas mentes, é impossível evitar a conclusão de que a noção de eficiência social é correspondentemente desprovida de significado. A eficiência social deve se referir à extensão em que a alocação de recursos sociais corresponde às prioridades implícitas nas urgências relativas dos objetivos sociais. Mas, para que a noção de “recursos sociais” seja significativa, e para que a noção de “urgências relativas de objetivos sociais” seja significativa, deve, pelo menos em princípio, ser possível imaginar uma mente única para a qual as matrizes relevantes de recursos sociais e objetivos sociais são dadas simultaneamente. A visão de Hayek sobre o conhecimento disperso era, com efeito, negar tal possibilidade. Assim, o conhecimento disperso acaba sendo não apenas um fenômeno que constitui uma dificuldade prática com a qual os pretensos planejadores devem lidar, mas um fenômeno (não necessariamente o único) que rouba o próprio conceito de eficiência social de sua importância, mesmo em princípio. Escolher pressupõe

uma estrutura integrada de fins e meios; sem essa estrutura presumida, a escolha alocativa dificilmente é uma noção coerente (Buchanan, 1964). A percepção de Hayek sobre o subjetivismo do conhecimento e da informação desalojou decisivamente os fundamentos da economia do bem-estar paretiano, pelo menos na medida em que esses fundamentos foram mantidos para apoiar o conceito de escolha social e eficiência social. (Trabalhos mais recentes de Hayek e outros desse subjetivismo da informação para abranger também a ideia de Polanyi de “conhecimento tácito” – conhecimento incapaz de ser deliberadamente comunicado a outras pessoas – tornaram essas implicações já prejudiciais para a economia de bem-estar social mainstream ainda mais destrutivas. (Hayek 1979: 190)

Coordenação como critério de bem-estar social hayekeano

Vários escritores, perseguindo as implicações desses insights hayekianos, viram o conceito de ‘coordenação’ como uma medida normativa consistente com esses insights subjetivistas e metodologicamente individualistas (Kirzner 1973: Cap. 6; O’Driscoll 1977). Como discutido, a noção de escolha social (e, portanto, a eficiência dessa escolha) foi fatalmente prejudicada (exceto no nível da metáfora). Se Jones (que prefere a comida de Smith ao prazer de um dia de folga) não comercializar com Smith (que prefere o trabalho de Jones em detrimento da sua própria comida), podemos não ser capazes de dizer que a sociedade falhou com eficiência na alocação de comida e tempo de trabalho entre Jones e Smith, mas certamente ainda poderíamos dizer que Jones e Smith falharam em coordenar suas atividades e suas decisões. Parece plausível e intuitivamente atraente perceber a coordenação – permitindo que cada agente alcance seus objetivos através da satisfação simultânea dos objetivos do outro agente – como constituindo um desiderato que transcende os objetivos individuais dos respectivos agentes. O fracasso em alcançar a coordenação pode, portanto, ser visto como um fracasso do aparato social em obter um resultado supraindividual – mas esse julgamento não se baseia em nenhuma noção inconsistente com o subjetivismo ou com o individualismo metodológico.

É claro que o cumprimento da norma de coordenação parece ser formalmente equivalente ao cumprimento do critério de bem-estar paretiano. Qualquer situação subótima (no sentido paretiano) corresponde claramente ao fracasso de um par de participantes do mercado em negociar entre si em termos

viáveis e mutuamente atraentes – em outras palavras, corresponde a um fracasso em obter a coordenação. Mas, diferentemente da norma paretiana, a norma de coordenação escapa à interpretação como um parâmetro para a eficiência social na escolha da alocação social. A coordenação não se refere ao bem-estar social alcançado através de sua realização bem-sucedida; refere-se apenas ao caráter de encaixe das atividades que o compõem.

Assim, a ênfase de Hayek no caráter disperso do conhecimento parece fornecer não apenas a crítica definitiva da economia de bem-estar paretiana mainstream, mas também a base para um critério normativo alternativo, completamente consistente com o princípio do individualismo metodológico. O escopo desse novo critério normativo é fornecido precisamente pela circunstância do conhecimento disperso. O conhecimento fragmentado é responsável por atividades que não são coordenadas mutuamente. O problema “social” enfrentado pela sociedade econômica de Hayek é precisamente a de superar a descoordenação que se espera que saia dessa fragmentação.

Há uma questão mais profunda aqui. Se alguém abstrai do caráter fragmentado da informação, se alguém trata toda a informação existente como se fosse conhecida por todos os participantes do mercado, é claro que abstrai da possibilidade de atividades descoordenadas. Com o “problema econômico” de Hayek assumido como estando fora do caminho dessa maneira, pode parecer que o problema econômico mainstream (paretiano) volte a ser invulnerável às restrições de Hayek. O problema que a sociedade enfrenta, sob tais suposições, parece reduzir-se ao de alcançar o ótimo de Pareto em relação aos objetivos sociais relevantes, diante de seus recursos limitados. Mas, certamente, se afastarmos o caráter disperso da informação, o problema econômico mainstream que a sociedade enfrenta não apresenta nenhum desafio. Se pudermos assumir que o que é conhecido de todos é conhecido por todos, então (desviando o olhar das queixas restantes que o individualista metodológico pode ter contra o conceito de eficiência social), parece difícil imaginar a possibilidade de qualquer alocação social de recursos possa ser declarada socialmente ineficiente. Dado o conhecimento mútuo perfeito, parece óbvio que todos os possíveis movimentos ótimos de Pareto já devem ter sido implementados. Imaginar o contrário seria imaginar que os agentes evitam deliberadamente aproveitar as oportunidades disponíveis conhecidas por eles. O conhecimento de todas essas oportunidades e o conhecimento de todos os

custos de transação relevantes devem parecer inevitavelmente levando ao ótimo de Pareto (dados esses custos de transação) – alcançados por meio da atividade de mercado ou de uma organização centralizada (com a última escolha determinada pela comparação dos respectivos custos de transação).

Portanto, as ideias de Hayek sobre o conhecimento fragmentado podem parecer fornecer não apenas uma crítica dos critérios de bem-estar social mainstream, e também um critério substituto (em termos da norma de coordenação) – como podem parecer ao mesmo tempo salvando a economia do bem-estar social da extinção a qual seria condenada pela inevitabilidade da otimização perpétua. Mas a situação não é tão simples.

Hayek no mundo panglossiano

A verdade é que muitas das observações feitas nas seções anteriores podem parecer vulneráveis a sérios desafios. Parece que esses desafios podem ser lançado em vários níveis distintos, com os desafios decorrentes precisamente da paralisia consequente da inevitabilidade da otimização perpétua. Por um lado, pode parecer que a circunstância do conhecimento fragmentado não salve a economia do bem-estar social da extinção marcada pela otimização perpétua. Além disso, pode-se argumentar que as ideias de Hayek de fato aprofundam as perplexidades criadas por essas preocupações panglossianas. Na presente seção, desenvolveremos esses desafios. Nas seções subsequentes, refutaremos esses desafios, mostrando como as observações feitas nas seções anteriores em relação à economia do bem-estar social de Hayek podem ser defendidas (apesar dos desafios desenvolvidos na presente seção). Além disso, usaremos nossa discussão para apontar um novo sentido no qual a “coordenação” oferece um critério normativo que escapa à paralisia panglossiana. (Será no contexto desta última discussão que empregaremos o terceiro dogma austríaco mencionado no início deste capítulo, o de manter uma preocupação com os processos, e não exclusivamente com os fatos.) Passamos agora a desenvolver os aparentes desafios à economia do bem-estar social de Hayek, mencionados no início desta seção.

As dificuldades que devemos enfrentar, ao considerar a tese hayekiana de conhecimento e informação dispersos, consistem no fato de que, de uma perspectiva dominante, o “problema do conhecimento” hayekiano pode parecer não ser um problema, num sentido relevante (ver Capítulo 9). Afirmar que o

conhecimento está disperso na sociedade é, pode-se argumentar (contrariamente às nossas afirmações anteriores), não necessariamente observar que a análise mainstream de bem-estar social é inaplicável – é apenas salientar que essa análise de bem-estar social mainstream deve ser realizada no contexto de um custo até agora insuspeito, o custo de apurar e de comunicar informações. A dispersão de conhecimento e informação realmente introduz novos custos para a aquisição do conhecimento necessário para a escolha econômica. Mas certamente a presença de uma nova classe de custos não torna, em princípio, inaplicável o critério padrão para a avaliação da eficiência social.

Além disso, uma vez que se reconhece que a fragmentação da informação complica a análise mainstream do bem-estar social sem viciá-la, parece apropriado salientar que a paralisia panglossiana mencionada anteriormente oferece ameaças tão sérias a uma abordagem baseada na “coordenação” da análise do bem-estar social quanto para a abordagem convencional. Afinal, qualquer discussão sobre Jones e Smith “coordenando” suas atividades deve se referir a um potencial de coordenação no contexto das restrições de recursos relevantes que as respectivas partes enfrentam. Certamente, portanto, a disponibilidade e o custo da aquisição de informações devem ser contados como parte dessas “restrições relevantes de recursos”. Se o engenheiro Jones, pai, e o fazendeiro Smith puderem trocar serviços de engenharia por alimentos, com ganhos mútuos, pode parecer que apenas uma falha de coordenação poderia impedir que essa troca ocorresse. Mas isso não constituirá um fracasso de coordenação se Jones, filho, estudante, abster-se de se matricular em um programa de engenharia em sua graduação, se os custos do programa de treinamento forem muito altos. Da mesma forma, pode parecer que todas as “falhas” de coordenação atribuíveis à fragmentação do conhecimento hayekiano acabem não sendo falhas, uma vez que se considera adequadamente o custo da busca das informações necessárias para suprir as lacunas dispersas do conhecimento. Se Jones, pai, e Smith não conseguem se envolver em trocas mutuamente lucrativas como resultado da dispersão do conhecimento, não estão, pode-se afirmar, agindo de forma subótima do ponto de vista social; estão aproveitando totalmente a disponibilidade um do outro no contexto de seu conhecimento limitado da situação um do outro. Declarar que esse estado de coisas é socialmente ineficiente ou “descoordenado” pode parecer sucumbir a uma tentação contra a qual a economia elementar é advertida, a saber, a de pronunciar julgamentos de bem-estar social sem

considerar a escassez de recursos. Pode-se contar com os participantes de uma economia para se envolverem em transações de trocas mutuamente lucrativas, na medida em que seus conhecimentos permitirem. Além disso, na medida em que os participantes estejam cientes das possibilidades que valem a pena aprender informações úteis que possam revelar oportunidades ainda não exploradas de ganho mútuo, certamente podem contar com isso para se envolverem em aprendizagens úteis. Parece, então, que, em um mundo de informações dispersas, como em um mundo de onisciência, não se pode postular a existência de subótimo ou estados de descoordenação (se alguém incluir adequadamente os custos de aquisição de informações).

De fato, pode-se afirmar que são precisamente os insights das informações dispersas de Hayek que são capazes de focar a atenção necessária nos custos do aprendizado e da comunicação do conhecimento. Uma vez abandonada a suposição paralisante do conhecimento perfeito, torna-se impossível evitar a luta com a economia do aprendizado e da comunicação. Nossa afirmação até agora é que, uma vez que essa economia do aprendizado e da comunicação tenha sido levada em consideração, a paralisia perpétua da idealidade panglossiana se instala mais uma vez. Em todos os momentos, os agentes estarão envolvidos na combinação ideal de decisões (incluindo decisões para aprender e se comunicar). Nenhum par de decisões pode ser declarado descoordenado, dados os custos de aprendizado.

Conhecimento disperso, ignorância ótima e erro genuíno

Descobriremos, no entanto, que essas alegações são inválidas. A paralisia panglossiana que descobrimos afetar a economia de bem-estar social mainstream não é uma ameaça à abordagem da coordenação hayekiana. Não é o caso, veremos, que a fragmentação da informação de Hayek não complica nada mais, exceto a introdução de um novo custo. Pelo contrário, a dispersão do conhecimento cria espaço para uma abordagem genuinamente nova da análise normativa. Isso ocorre porque essa dispersão de conhecimento envolve necessariamente não apenas novos custos (de aprendizado e comunicação), mas também a possibilidade muito real do que podemos chamar de “erro genuíno”.

Este escritor argumentou em outro lugar (Kirzner 1979a: cap. 8; 1985a) que o erro genuíno, tantas vezes exorcizado da análise econômica, na

verdade merece um lugar central nessa análise. Erro genuíno ocorre quando a ignorância de um tomador de decisão não é atribuível aos custos de busca, aprendizado ou comunicação. Nesses casos, a ignorância do tomador de decisão é de ignorância total, ou seja, é o resultado de sua ignorância de caminhos disponíveis, com boa relação custo-benefício, para as informações necessárias (o que inclui, é claro, a possibilidade dele ser totalmente ignorante da própria existência de informações valiosas em formação). No nível do tomador de decisão individual, podemos descrever sua atividade como subótima, quando subsequentemente se descobrir ignorando inexplicavelmente as oportunidades disponíveis que realmente valeriam a pena. Ele não pode “perdoar” sua tomada de decisão com base no custo de aquisição de informações, uma vez que as informações estavam realmente disponíveis para ele. Ele pode explicar seu fracasso apenas reconhecendo sua total ignorância das verdadeiras circunstâncias (ou seja, sua ignorância da disponibilidade de informações relevantes a um baixo custo). Essa total ignorância não pode ser explicada em termos de custo-benefício; é simplesmente um dado.

Duas implicações do fenômeno da ignorância total, do erro genuíno, podem ser observadas. Primeiro, a injeção no raciocínio econômico da possibilidade de erro genuíno introduz um grau de “folga” em nossa compreensão dos processos econômicos que é de grande importância. Não é mais verdade que a configuração de variáveis exógenas, gostos, disponibilidades de recursos e possibilidades tecnológicas marca inequivocamente o curso das atividades individuais. Isso ocorre porque, enquanto esses dados marcam as melhores oportunidades, não podemos ter certeza de que essas oportunidades ótimas serão conhecidas pelos tomadores de decisão relevantes – mesmo se prevermos processos deliberados de busca e aprendizado. Não podemos ter certeza de que os processos disponíveis de busca e aprendizado sejam conhecidos daqueles que podem se beneficiar deles. A segunda implicação (decorrente do reconhecimento do fenômeno do erro genuíno) é que agora devemos reconhecer a possibilidade de ações corretivas em uma economia que não devem ser atribuídas a mudanças nos padrões de custo. A ação corretiva pode ser desencadeada pela descoberta repentina (“empreendedora”) por um participante do mercado de uma oportunidade até então não percebida para obter lucro puro. Voltemos agora a examinar as informações dispersas de Hayek.

Nós objetamos que a introdução da necessidade de busca, aprendizado e comunicação dispendiosos (imposta a nós pelo insight de Hayek) não ameaça realmente a visão da economia mainstream. A fragmentação do conhecimento, como apontamos, apenas introduziu uma dimensão de custo adicional – a de mobilizar e centralizar bits de informação dispersos. Vemos agora que é provável que a fragmentação do conhecimento afete os assuntos muito mais seriamente e fundamentalmente. A fragmentação do conhecimento injeta no escopo da imagem erros genuínos, resultantes da ignorância total. Prosseguindo mais uma vez a linha de raciocínio introduzida anteriormente (e posteriormente contestada na seção anterior), a circunstância de conhecimento disperso e fragmentado nos obriga a não apenas reconhecer uma dificuldade prática a ser encontrada na tentativa de resolver o problema de eficiência alocativa da sociedade – essa circunstância mina e muito o significado de um “problema econômico” social. Dada a margem de erro genuíno que agora vemos implícita na circunstância de informação dispersa, vemos que essa circunstância realmente erode o significado do conceito de eficiência alocativa social. Antes mesmo de começarmos a contemplar o que podemos dizer com eficiência alocativa social, devemos de alguma forma enfrentar o problema de superar essa ignorância total que obstrui a relevância do conceito de eficiência para a política social. É aqui que a norma de ‘coordenação’ deve ser percebida sob uma nova luz, bastante diferente daquela norma de coordenação discutida anteriormente.

Dois tipos de coordenação

Devemos distinguir cuidadosamente entre (a) uma possível norma de coordenação no sentido de um estado de coisas coordenado e (b) uma possível norma de coordenação no sentido da capacidade de detectar e avançar na correção de situações nas quais as atividades até agora foram descoordenadas (veja também o Capítulo 8). A distinção entre essas duas possibilidades corresponde aos dois significados diferentes da palavra ‘coordenação’: pode se referir às atividades que estão sendo realizadas quando essas atividades estão realmente se encaixando; alternativamente, pode se referir ao processo através do qual as atividades inicialmente descoordenadas e discordantes estão de alguma forma sendo elaboradas de maneira a abordar um padrão de atividades mais harmonioso. A discussão anterior neste artigo implicitamente se referia à coordenação apenas no primeiro desses dois sentidos. (É por esse motivo que conseguimos observar a equivalência formal entre a norma de coordenação e a

eficiência de Pareto.) Desejamos agora chamar a atenção para a possível relevância da segunda norma de coordenação para uma abordagem austríaca moderna à economia do bem-estar social.

Depois que identificamos o erro genuíno como um culpado responsável por uma falha do sistema econômico de uma sociedade em cumprir suas funções com sucesso, nos colocamos em posição de apreciar o significado desta segunda norma de coordenação. Sem o fenômeno da ignorância total, como vimos, nosso primeiro conceito de coordenação (como seu equivalente paretiano) acabou sendo de pouco interesse normativo. Afinal, observamos que, dada a ausência de ignorância total, todas as atividades devem ser realizadas da melhor maneira possível. Mesmo que algumas atividades estejam sendo realizadas ‘erroneamente’, por causa de informações incompletas, vimos, dificilmente poderíamos descrevê-las como subótimas ou ‘erradas’ – afinal, elas se aproveitavam de todos os fragmentos de informações que julgavam valiosas disponíveis. Nesse sentido, o mundo está sempre em um ponto ideal de Pareto, em um estado de total coordenação – o melhor de todos os mundos possíveis, dados os custos da mudança. Mas a injeção da possibilidade de erro genuíno decorrente da ignorância total nos apresenta a possibilidade de descoordenação genuína – e a possibilidade de avaliar o ambiente institucional em termos de seu potencial de inspirar descobertas genuínas (de oportunidades anteriormente negligenciadas como resultado da ignorância total). Assim, uma norma de coordenação aparece no centro do palco, no sentido de nos permitir perguntar qual o potencial da economia de uma sociedade para inspirar uma descoberta tão pura de seus erros genuínos anteriores. Essa abordagem da economia do bem-estar social é possível graças à nossa fuga do mundo panglossiano; essa fuga foi, por sua vez, tornada possível por nossa ênfase no erro genuíno (decorrente da ignorância total); vimos neste capítulo que a margem para erro genuíno é ampliada consideravelmente pela circunstância de informações dispersas e fragmentadas identificadas por Hayek. É por esse motivo que vemos as críticas de Hayek às abordagens mainstream da análise do bem-estar social como abrindo as portas, ao mesmo tempo, para a possível reconstrução da economia normativa segundo linhas verdadeiramente austríacas, ou seja, de maneira totalmente consistente com o (a) subjetivismo, (b) individualismo metodológico e (c) ênfase em processos dinâmicos.

**PARTE IV — SURGIMENTO DE ALGUMAS
CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À ABORDAGEM
AUSTRIACA**

Capítulo 12: Auto-interesse e a nova crise econômica: uma nova oportunidade no debate perene?

É notada uma série de ataques recentes à suposição da racionalidade na teoria econômica. Alguns desses ataques são novos e, em muitos aspectos, originais, mas as ideias centrais subjacentes a eles não são novas. Parecem ter sido provocados pela direção em que grande parte da economia dominante vem se movendo nos últimos anos. Por outro lado, sugere-se aqui que certos desenvolvimentos da economia contemporânea, associados particularmente ao renascimento do auto-interesse no paradigma austríaco, oferecem uma nova compreensão da maneira pela qual a suposição da racionalidade, seu papel na economia adequadamente entendido, seja capaz de enfrentar esses novos e antigos ataques.

A suposição do auto-interesse na teoria econômica despertou um debate apaixonado na história da disciplina. As paixões foram acesas pela primeira vez em reação à economia clássica, que parecia assumir não apenas um mundo de pessoas auto-interessadas, mas um mundo em que elas não pretendiam nada além da satisfação material. Para John Ruskin, tudo isso significava que os economistas clássicos e aqueles que podiam ler seu trabalho com aceitação “deviam ter entrado em um estado de alma totalmente condenável” (Ruskin 1934: 14n). À medida que o século XIX avançava, o tom das críticas ao papel do *homo oeconomicus* na economia passou de indignação para indignação metodológica. Tanto no continente quanto na Inglaterra, e muito em breve nos Estados Unidos, os críticos da economia, em suas versões clássica e neoclássica, eram denunciados como irremediavelmente danosos as suposições cardinais sobre as quais a teoria econômica parecia repousar. De Cliffe Leslie, no Reino Unido, a Thorstein Veblen, nos Estados Unidos, os críticos historicistas e institucionalistas exigiram uma economia reformada que deveria reconhecer a complexidade da natureza humana, a variedade de objetivos e motivações humanas e o grau em que forças sociológicas e psicológicas estão entrelaçadas com (ou até envolvidas inteiramente) aquelas apontadas pelos

teóricos da economia. Uma literatura inteira surgiu em torno dessas questões controversas, com as mesmas acusações e refutações sendo levantadas repetidamente.

Uma série de livros recentes – de Robert Frank (1988), Gregg e Paul Davidson (1988) e Amitai Etzioni (1988) – mais uma vez injetou essas questões ocultas no debate atual. Esses volumes não são simplesmente reedições dos velhos protestos dos moralistas ou historicistas; cada um deles ataca de forma nova a economia dominante do final do século XX. No entanto, basicamente os pontos de substância dos quais esses ataques derivam sua força são, com algumas exceções notáveis, os mesmos pontos que nutriram os ataques à economia há mais de um século. Embora os autores demonstrem pouco interesse em possíveis antecessores intelectuais, suas divergências fundamentais com a economia mainstream se resumem a algumas objeções clássicas e fundamentais – de fato, objeções que foram debatidas repetidamente. Embora em certos lugares desses livros seja feita referência a respostas padrão que podem ser previstas pelos defensores da economia mainstream, essas defesas são descartadas como insuficientemente sérias.

Nosso objetivo nestas páginas não é revisar esses livros, mas refletir novamente sobre as veneráveis questões sobre as quais elas nos lembram. Em particular, é digna de atenção a circunstância em que essas críticas da economia mainstream apareceram no momento. O que os principais economistas de hoje fizeram para despertar mais uma vez as antigas denúncias apaixonadas de sua ciência? Ou, para adotar uma abordagem diferente, a economia da década de 1990 talvez repouse essas críticas de maneira mais definitiva do que a economia da década de 1890 – ou da década de 1930 – foi capaz de conseguir? De fato, argumentaremos que (a) alguns desenvolvimentos modernos da economia mainstream podem de fato ter desempenhado um papel na provocação dessas críticas, mas (b) que (não inteiramente por coincidência) outros desenvolvimentos modernos da economia, desenvolvimentos que emergiram de uma vertente separada da análise crítica da economia mainstream pode ajudar a mostrar como as defesas clássicas da economia contra os tipos de críticas levantadas nesses novos livros podem ser apreciadas e ampliadas de uma nova maneira. Assim, talvez seja apenas possível que o complicado estado da economia moderna, ao mesmo tempo em que provoque renovações das antigas críticas de formas cada vez mais agressivas, também

possa apontar o caminho para uma apreciação mais profunda da irrelevância final dessas críticas.

Egoísmo e economia

Uma caricatura levemente injusta das críticas antigas levantadas contra a economia seria retratá-las como entendendo a economia como a teoria de uma sociedade em que todos os indivíduos são estritamente egoístas e friamente lógicos, sem um pingão de moral ou um pingão de emoção em suas veias. O homem econômico que essas críticas consideram central para a teoria econômica tem a intenção pouco atraente, em primeiro lugar, apenas de mais e mais riqueza, motivado exclusivamente pelo desejo de desfrutar dos prazeres que o dinheiro pode comprar. Seu caráter não é redimido por quaisquer simpatias altruístas; seu desejo de satisfazer seu apetite é irrestrito por quaisquer reservas morais. Suas ações são governadas por uma lógica semelhante a uma armadilha de aço, nunca suavizadas ou desalojadas pela emoção ou fraqueza da vontade. Do ponto de vista dos críticos, a teoria econômica é capaz de chegar a conclusões firmes e, em particular, atribuir propriedades benignas à economia de livre mercado, apenas desenvolvendo modelos habitados exclusivamente por esses homens econômicos. Os três livros citados acima começam com aproximadamente essa percepção da economia mainstream. Cada um deles ataca essa economia a partir de um ponto de partida ligeiramente diferente.

A crítica de Robert Frank é, em certo sentido, a mais branda e a menos “perigosa” para os praticantes da economia mainstream. O professor Frank argumenta que não é necessário que a economia assuma uma racionalidade exclusiva, entendida como total liberdade da emoção e da paixão. A validade da economia, portanto, não é ameaçada por exemplos difundidos no mundo real de comportamento apaixonado. Pode-se demonstrar, por meio de teorias engenhosas e exemplos hipotéticos impressionantes, que, a longo prazo, pode ser inteiramente útil permitir que as decisões sejam moldadas por simpatia moral, pelo desejo de vingança, pela picada de consciência, pela confiança e similares, mesmo onde um raciocínio mais frio possa parecer à primeira vista apontar para diferentes cursos de ação. Com base nos trabalhos anteriores de Thomas Schelling e outros, Frank mostra como a prática do comportamento moral, por exemplo, pode não só ser boa para a sociedade, mas também pode ser materialmente benéfica para os próprios praticantes. Claramente, embora

tudo isso permita que os modelos dos economistas abranjam tipos de comportamento tradicionalmente excluídos, a perspectiva geral atribuída à economia não precisa ser substancialmente alterada. Longe de exigir um escopo severamente restrito para os modelos de economistas, o trabalho do professor Frank pode de fato ser interpretado como uma demonstração da relevância desses modelos para racionalizar o comportamento, antes considerado fora do escopo. Altamente original em muitos aspectos, esse trabalho não pode de maneira alguma ser descartado como redescobrimo as críticas da economia do século XIX.

Os Davidsons certamente não vêm estender a aplicabilidade dos modelos dos economistas. Eles interpretam a economia como louvando a utilidade social do comportamento exclusivamente auto-interessado. A economia chega a teoremas que demonstram a otimização social do comportamento estritamente individualista. A economia não apenas parece desaprovada pelas virtudes cívicas, como também promove a eficiência técnica por si mesma (mesmo quando essa eficiência pode ser buscada para promover objetivos genocidas!) E mede o valor social apenas na medida em que possa ser capturado por um preço de mercado em dólares. Para os Davidsons, o mundo explicado pela teoria econômica é um lugar muito repulsivo; uma sociedade civilizada, argumentam, requer uma economia totalmente diferente. A cegueira moral e científica dos economistas, os Davidsons sentem, não é apenas responsável por promover essa sociedade repulsiva e incivilizada. Essa cegueira impede que os economistas percebam que mesmo o bem-estar material sobre o qual concentram essa atenção exclusiva deve sofrer em um mundo desprovido de valores civilizados. Sem confiança e virtude cívica, os mercados não podem funcionar. O cinismo em relação aos valores morais que permeia a economia mainstream é basicamente inconsistente com a prosperidade que está sendo buscada. Grande parte da crítica de Davidson lembra fortemente as condenações da economia de meados do século XIX, particularmente as de Carlyle e Ruskin.

O ataque do professor Etzioni à economia é o mais ambicioso. O foco de suas críticas está na validade da teoria econômica em explicar os fenômenos do mundo real, e não na conveniência moral (ou outra) de um mundo construído de acordo com as especificações dos modelos dos economistas. Para Etzioni, a economia simplesmente não é uma boa ciência social; suas suposições

são falsas e suas conclusões inválidas. A falsidade das suposições dos economistas refere-se, em particular, (a) à natureza do consumidor (a quem os economistas supõem falsamente estar em busca apenas do prazer) e (b) às decisões tomadas pelos agentes econômicos (que os economistas falsamente acreditam ser feito inteiramente racionalmente e sem nenhuma distorção decorrente da paixão e da emoção). Embora seja impossível aqui fazer justiça à riqueza da pesquisa crítica exaustiva de Etzioni sobre a economia moderna, deve-se salientar que sua crítica é, em base, inteiramente semelhante aos apelos do final do século XIX por uma ciência da economia reformada. Assim como os críticos anteriores, Etzioni está pedindo uma economia (ele a chama de “socioeconomia”), que na verdade deve ser um tipo de sociologia econômica. Suas objeções à economia, como as de seus antecessores seculares, atacam o próprio conceito de uma ciência pura da economia. De fato, essa linha de crítica tem consistentemente sustentado que a economia só pode ser resgatada abandonando os limites tradicionais da disciplina. Pois as explicações dos fenômenos sociais que, para fins analíticos, começam postulando um campo separado de ação estritamente econômica, são fatalmente defeituosas desde o início.

As defesas-padrão e as réplicas-padrão

Tradicionalmente, os economistas se defendem contra ataques à irrealidade do homem econômico seguindo uma ou outra das duas possíveis linhas de raciocínio.

Uma linha de defesa tem sido argumentar que a suposição da racionalidade (ou suposição do egoísmo, ou qualquer versão da suposição fundamental de que a atividade do homem econômico está sob ataque) nunca é entendida como mais do que uma primeira aproximação útil. Considera-se que a suposição é aproximadamente válida para grande parte da atividade humana, de modo que os modelos da teoria econômica fornecem orientações indispensáveis para a compreensão do mundo real. É certo que esta orientação deve ser complementada com uma consideração cuidadosa do comportamento real em situações específicas; não obstante, seria tolice rejeitar de imediato a orientação dos modelos econômicos puros. A inclusão de todas as características sociológicas e/ou psicológicas relevantes das situações do mundo real só pode obscurecer aquelas poderosas cadeias de causa e efeito que

surgem da extensão significativa em que as suposições do economista são empiricamente relevantes para essas situações.[1]

Os críticos da economia (incluindo, em particular, o professor Etzioni), de uma maneira ou de outra, rejeitaram essa linha de defesa. Negaram a utilidade empírica das suposições dos economistas. Eles acusaram os economistas de ignorarem, pelo menos em suas recomendações políticas, seu próprio serviço à relevância real limitada de seus modelos. De fato, afirmam os críticos, os economistas permitiram que seus modelos fugissem deles, de modo que são simplesmente incapazes de abandonar sua adesão a essas suposições suspeitas. Essa refutação foi aguçada pelo trabalho contemporâneo de economistas como Gary Becker, que aplicou os modelos de economia a áreas da vida humana (como casamento e família) nas quais (os críticos acreditam) as suposições dos economistas são, até mais do que o habitual, flagrantemente irrealista. Esses críticos estão profundamente ofendidos pela insistência dos economistas, não apenas em barrar os insights da sociologia de suas explicações para os fenômenos econômicos, mas em, na verdade, reivindicar “de forma imperiosa”, em nome de seus próprios modelos caricatural do comportamento humano, território tradicionalmente reconhecido como reserva de outras ciências sociais.

A segunda das duas defesas tradicionais da economia foi a de defender uma versão altamente refinada da suposição do homem econômico. Argumenta-se que a economia não precisa, e nunca precisou, das suposições mais grosseiras às vezes empregadas na caracterização do homo oeconomicus. O homem econômico não precisa ser materialista ou egoísta; nem precisa ser eficiente em nenhum sentido objetivo. Ele apenas tem que buscar objetivos propositadamente, à luz de suas próprias percepções de possibilidades e restrições relevantes. Desde que, em 1932, Lionel Robbins se baseou nas ideias de Philip Wicksteed no Reino Unido e em vários economistas austríacos das décadas de 1920 e início da década de 1930 para formular essa representação rarefeita do agente econômico (Robbins 1935), os economistas se sentiram justificados em deixando de lado grande parte das críticas padrão. Como Mises (um dos austríacos cujas ideias Robbins se inspirou) havia explicado em 1922, não há nada na abordagem do economista que implique ausência de restrições morais. Não há nada amoral ou “não civilizado” na perspectiva do economista. As naturezas verdadeiramente sensíveis, indicou Mises, não precisam ficar

consternadas com a maneira como o economista calcula as coisas. “Convocado a escolher entre pão e honra, [essas naturezas verdadeiramente sensíveis] nunca ficarão sem saber como agir. Se a honra não pode ser comida, comer pode pelo menos ser renunciado por honra.” (Mises, 1936).

Os críticos não aceitaram essa linha de defesa. Como Etzioni (1988: 21) aponta (no que diz respeito à versão mais moderna da linha de defesa Wicksteed-Mises-Robbins, que trata a utilidade como um “conceito estritamente formal, como o denominador comum de todas as preferências humanas”), essa defesa envolve primeiro a redução da teoria da utilidade a uma tautologia. Segundo, suprime diferenças substantivas importantes que separam as ações humanas destinadas a buscar prazer daquelas tomadas em resposta a imperativos morais (Etzioni 1988: 23-50). Insistir no paradigma “monoutilitário” é oferecer teorias vazias de conteúdo e relevância empíricas e obscurecer diferenças significativas e facilmente compreensíveis nos padrões de comportamento.

Nossa posição a seguir será geralmente do lado dos defensores da economia, especialmente aqueles que empregam a abordagem de Mises-Robbins. Mas argumentaremos que o significado total dessa resposta para os críticos sociológicos e historicistas ainda não foi adequadamente articulado. Nossa elaboração do argumento de Mises-Robbins exigirá que rejeitemos (como os críticos da economia rejeitam) a primeira linha de defesa mencionada anteriormente. Nossa defesa da suposição da “racionalidade” – usando aspas para evitar se envolver em debates de definição sobre exatamente qual conceito de racionalidade sustenta a economia – enfatizará o significado dessa suposição, não para a teoria da tomada de decisão, mas para a teoria do processo de mercado.

“Racionalidade” e o processo de mercado: uma nova articulação

Manteremos, talvez um pouco dogmaticamente, que o núcleo da teoria econômica é a teoria dos mercados. Mesmo os críticos mais severos da economia dificilmente negam que pelo menos alguns mercados funcionem sistematicamente pelo menos uma parte do tempo. A explicação das forças sistêmicas responsáveis, afirmamos, constitui a ideia central da teoria econômica. Para nós, a existência de forças sistêmicas de mercado significa a existência de um processo espontâneo de aprendizado. O que a teoria

econômica essencialmente se propõe a explicar, portanto, é como um processo de aprendizado espontâneo pode ser acionado pela interação de indivíduos em intercâmbio. Afirmar que os mercados funcionam sistematicamente é afirmar que os participantes do mercado tendem espontaneamente a se informar melhor uns com os outros, como resultado de experiências iniciais de mercado baseadas em percepções errôneas anteriores sobre as habilidades, atitudes e graus de ansiedade uns dos outros. A grande contribuição da ciência econômica para a compreensão social tem sido discernir e explicar esse tipo de processo de aprendizado espontâneo – em todos os tipos de contextos específicos. Não há nada, na teoria econômica, que explique esse processo, que dependa de qualquer contexto específico em que ele possa se manifestar. Não há nada na teoria econômica que a restrinja a indivíduos que buscam satisfações estritamente materiais ou que exclua a operação de imperativos e restrições morais. Talvez mais ao ponto para os propósitos atuais, estritamente falando, nada na teoria econômica pretende explicar como os indivíduos, com as informações fornecidas, tomam suas decisões; refere-se exclusivamente aos padrões de informação que mudam espontaneamente à luz das quais essas decisões são tomadas durante o curso do processo de mercado. Nossa defesa do pressuposto da “racionalidade” na economia se resume à alegação de que o único papel essencial desempenhado por esse pressuposto não se refere à maneira como as decisões são tomadas, mas à maneira pela qual oportunidades até agora negligenciadas de ganhos de mercado passam a ser percebidas. Tudo isso exige alguma elaboração; representa, reconhecidamente, uma compreensão altamente heterodoxa do papel do princípio da “racionalidade”.

Microeconomia e teoria econômica

O papel geralmente percebido da suposição da “racionalidade” na teoria econômica moderna – em nossa opinião, um papel um tanto mal percebido – decorre da maneira como a microeconomia é geralmente percebida. É reconhecido (é claro) que os elementos centrais da teoria econômica são aqueles que compõem a microeconomia. Ou seja, esses elementos são entendidos analiticamente como provenientes de decisões tomadas por participantes individuais do mercado. A partir desse claro ponto de partida, desenvolveu-se, no entanto, a infeliz percepção de que uma tarefa central da teoria econômica é explicar a decisão individual, no sentido de fornecer, em princípio, uma maneira de prever o que um determinado consumidor individual, proprietário de recursos ou o proprietário de uma

empresa decidirá fazer em determinadas circunstâncias. Para esta explicação, geralmente é entendida, a suposição da “racionalidade” fornece o princípio de controle. Na crítica moderna da economia, é a validade desse princípio de controle que está sob ataque. Acreditamos que essa percepção da microeconomia e, portanto, a crítica da economia com base nas fraquezas percebidas no pressuposto da ‘racionalidade’, sejam fundamentalmente imprecisas.

Em nossa opinião, o elemento central da teoria microeconômica é sua explicação da maneira pela qual tendências sistemáticas de mercado surgem. Essas tendências surgem da interação de decisões individuais; é isso que torna a microeconomia central para a teoria econômica. Mas o foco principal da microeconomia deve, em nossa opinião, ser o processo pelo qual essa interação de decisões individuais gera sistematicamente uma maior consciência mútua. O papel central da “racionalidade”, veremos, diz respeito a esse processo de aprendizado. De fato, em nossa opinião, não é função da economia explicar a tomada de decisão, em nenhum sentido, exceto o mais formal (“tautológico”). A função da microeconomia é explicar como, no decorrer do processo de mercado, as decisões tendem a mudar – espontânea mas sistematicamente – de padrões que são inicialmente baseados em informações mais erroneamente assumidas (relativas às atitudes dos agentes participantes do mercado) em relação a padrões que baseiam-se em informações mais corretas. Reconhecemos, é claro, que é certamente importante, no desenvolvimento de uma microeconomia, elaborar uma estrutura formal dentro da qual se possa prever decisões a serem tomadas. Afinal, é somente dessa maneira que podemos focar cuidadosa e precisamente as maneiras pelas quais suposições errôneas por parte dos participantes do mercado tendem a ser sistematicamente substituídas por suposições mais corretas. Mas a elaboração de tais estruturas formais nunca tem a função de fornecer teorias operacionais relativas a decisões individuais. O papel da suposição da “racionalidade” na teoria microeconômica da decisão individual deve, portanto, parecer totalmente inócuo precisamente por causa de seu vazio empírico. Assim, endossamos completamente a defesa de Mises-Robbins do papel da suposição da “racionalidade”, que enfatiza a generalidade completa da utilidade em relação à qual se supõe que os indivíduos visam propositalmente. Mas desejamos fazer duas observações relevantes. Primeiro, argumentaremos que essa defesa é apenas o começo da história completa. Segundo, deve ficar claro

em nossa discussão que as refutações-padrão oferecidas contra a defesa de Mises-Robbins, denunciando-a como transformando a teoria microeconômica da decisão em um tecido de tautologias, incapaz de explicar distinções importantes e óbvias entre classes de decisões sob uma variedade de circunstâncias, totalmente erra o alvo. Isso ocorre porque a função da teoria microeconômica da decisão é precisamente a de fornecer a estrutura tautológica necessária para a teoria subsequente do processo de mercado. A utilidade e a validade do pressuposto da “racionalidade” deve, em nossa opinião, ser julgada de maneira mais crucial em termos de seu sucesso na explicação do processo de mercado.

Auto-interesse e descoberta

O processo de aprendizado que impulsiona as forças do mercado é composto principalmente de decepções e descobertas. Os indivíduos são, talvez, inicialmente otimistas demais em relação ao que acreditam que os outros estarão preparados a pagar pelo que desejam comprar, ou em relação ao que acreditam que os outros estarão preparados a aceitar pelo que desejam vender. O excesso de otimismo gera decepções. As realidades frias conduzem à verdade. Os planos subsequentes de compra e venda tendem a ser feitos com base em avaliações mais realistas. O preço tende para o nível de equilíbrio do mercado, no qual ninguém precisa se decepcionar. O mesmo vale para a teoria do equilíbrio de mercado.

Ou ainda, os indivíduos podem ser desnecessariamente pessimistas em relação ao interesse dos outros no comércio. Podem acreditar que os compradores em potencial estão muito pouco interessados, que não comprarão, exceto a preços muito baixos (ou que os possíveis vendedores não venderão, exceto a preços muito altos). Esse pessimismo excessivo significa que os participantes do mercado talvez negligenciem as oportunidades valiosas de ganhos reais através da troca. Tais oportunidades para (o que equivale a) lucro puro tendem a estimular a descoberta. À medida que as descobertas são feitas, os preços de uma determinada mercadoria ou serviço produtivo ou qualquer outra coisa convergem; os preços de entrada e de saída convergem; o lucro puro é espremido até que, em equilíbrio, esteja totalmente ausente. O mesmo ocorre com a teoria do equilíbrio geral.

Esses processos de aprendizado são espontâneos, não deliberados. Eles são orientados, não pelo planejamento da aquisição de conhecimento dispendioso, mas pela realização espontânea (resultante da experiência) de erro anterior. Em particular, são motivados pela atenção dos indivíduos que pretendem alcançar seus propósitos. Pessoas sem interesses ou objetivos não tenderão a descobrir as mudanças nas condições externas que favoreçam ou ameacem a realização de interesses ou objetivos. Prontidão sem algum grau de intencionalidade é simples e totalmente implausível. O auto-interesse (no sentido rarefeito de Mises-Robbins de propósito) muda a consciência de alguém para condições decepcionantes até agora despercebidas ou oportunidades de ganho até então despercebidas. Sem a suposição da “racionalidade” tendendo a garantir a descoberta espontânea gradual de verdades relevantes do mercado, os economistas não teriam base para explicar o caráter sistemático dos processos de mercado.

O auto-interesse, a intencionalidade, postulada aqui não precisa de maneira alguma negar as preocupações morais do homem ou sua suscetibilidade a paixões cegas. A teoria não postula padrões específicos de tomada de decisão concreta; apenas pede que reconheçamos algum papel, na ação humana, da “racionalidade”. Na medida em que a “racionalidade” desempenha um papel nas decisões humanas, temos o direito de demonstrar como isso pode gerar padrões sistemáticos de aprendizado mútuo por parte dos indivíduos participantes. Rejeitar a demonstração científica do poder de tais padrões sistemáticos de aprendizagem, com base em “irracionalidade” ocasional ou frequente, é recusar-se a ver uma tendência poderosa que se manifesta em relação a todos os interesses dos seres humanos. As “leis da oferta e demanda” realmente explicam uma série de questões; confiam nos efeitos poderosos do propósito humano – sem, no mínimo, ocultar a influência de preocupações morais, preocupações altruístas ou outras preocupações que possam ser expressas por esses propósitos, e sem, no mínimo, presumir a total ausência de obstáculos apaixonados e emocionais para as descobertas que podem ser feitas apenas pela razão pura.

Nada na explicação das leis da oferta e demanda nega a possível existência de outras leis (leis “não econômicas”) relevantes para o comportamento humano. Não há nada na teoria econômica que precise deslocar outras disciplinas (sociologia, psicologia, o que seja) de explorar a

possibilidade de outras regularidades. Mas, ao mesmo tempo, os insights da teoria econômica não podem ser compreendidos sem perceber o papel da “busca do auto-interesse” de possíveis objetivos altruístas ou outros na geração de processos de descoberta mútua.

Defesas inadequadas e ineptas da economia

Aqueles que defendem a economia com base na precisão aproximada de suposições específicas relativas à ausência de preocupações morais altruístas ou outras, ou à ausência de elementos apaixonados e emocionais na ação humana, estão, na perspectiva aqui articulada, em última análise, fazendo um desserviço à economia. Na medida em que sua defesa propõe que a economia substitua outras ciências sociais na explicação das especificidades do comportamento humano, tornam válidas todas as críticas daqueles que desafiam o realismo do homem econômico egoísta, calculista e cruelmente amoral. Qualquer utilidade ocasional, na compreensão de fenômenos sociais ou econômicos específicos, pode ser derivada da aplicação de tais modelos de comportamento humano altamente concebidos e estritamente concebidos, certamente é superada pelos custos correspondentes. Esses custos incluem, em particular, as infelizes expectativas levantadas por muitos leigos – e até profissionais

– observadores de que a economia, por si só, pode explicar e, em princípio, prever o que as pessoas farão em circunstâncias específicas. Um custo relacionado é o desvio de atenção do que a economia realmente fornece de maneira exclusiva: uma explicação satisfatória de por que e como os mercados funcionam.

Um custo particularmente infeliz dessa linha de defesa ineficaz tem sido perpetuar o mito de que as implicações normativas da teoria econômica padrão permanecem ou caem com a validade desse homo oeconomicus estritamente definido. É em grande parte apontando para a presença nos seres humanos do mundo real de que impulsos morais e paixões poderosas influenciam diretamente as decisões que os críticos da economia se sentem livres para rejeitar as ideias a serem aprendidas da economia com relação às consequências socialmente benignas dos mercados livres. Naturalmente, essa rejeição tem sido o principal motivo que inspirou as críticas metodológicas feitas contra a economia desde a década de 1870.

Porém, uma vez que se reconheça que é a linha de defesa Mises-Robbins que compreende com precisão o papel da suposição da “racionalidade”, os assuntos parecem decididamente diferentes. A linha de defesa Mises-Robbins aponta, como discutido, para a supremacia da suposição da “racionalidade”, não tanto na teoria da tomada de decisões quanto na teoria da aprendizagem espontânea. A suposição da “racionalidade” nos permite reconhecer que os mercados incentivam as pessoas espontaneamente a descobrir oportunidades de obter ganhos – em termos do que interessa. Com a ênfase deslocada da decisão específica tomada, para as estruturas de informações e percepções em mudança nas quais as decisões podem ser feitas (seja sob a inspiração da lógica, emoção, paixão ou qualquer outra coisa), a suposta implausibilidade do papel da “racionalidade” na economia se torna uma acusação cada vez mais difícil de ser levada a sério. É verdade que a postulação de tendências em equilíbrio requer um papel de propósito deliberado, mas de maneira alguma exige um papel exclusivo. Os teoremas que mostram como os processos de aprendizado mútuo podem se desenvolver espontaneamente podem ser vistos como relevantes para todos os tipos de interesses humanos, e mantêm a validade desde que a intenção humana seja pelo menos um elemento na composição psicológica dos participantes do mercado. É certo que a implantação fácil da teoria dos mercados para explicar desenvolvimentos em circunstâncias históricas particulares é uma tarefa altamente traiçoeira. Onde preocupações morais ou pessoais complicam as decisões de negócios, pode ser perigoso tentar identificar empiricamente as “mercadorias” específicas em relação às quais a economia supostamente postula a existência de processos espontâneos de aprendizado. Mas o impulso geral da economia certamente permanece sólido: o mercado é entendido como um oceano fervilhante de decisões em interação, tendendo continuamente, sujeito a constantes tentativas de “mudanças externas”, em direção à descoberta mútua sistemática por todos os pares de indivíduos entre os quais (dados seus interesses) a troca (de algo) pode ser mutuamente benéfica. Essa tendência nunca se completa, nem se suspende. É frequentemente interrompida, muitas vezes possivelmente distorcida, mas nunca deixa de exercer sua influência.

A economia do auto-interesse do século XX

Pode ser útil concluir brevemente com algumas reflexões sobre a atualidade desta nova rodada de debate sobre o papel da suposição da

“racionalidade” na economia. Esses pensamentos se concentram em dois temas: por que a economia moderna, nesse momento específico, provocou essa nova explosão de ataques à suposição da “racionalidade”; e como o renascimento contemporâneo da tradição austríaca (a mesma tradição que alimentou a defesa de Mises-Robbins citada anteriormente) tornou possível delinear um aspecto novo (e ainda mais eficaz) da clássica defesa de Mises-Robbins da suposição da “racionalidade” na economia.

Que a economia mainstream moderna provocou uma onda renovada de ataques girando em torno da suposição da “racionalidade” é eminentemente compreensível. É em nosso tempo que a microeconomia assumiu mais uma vez o papel paradigmático controlador na teoria econômica. Isso foi feito de uma maneira que enfatizou as contribuições concretas de que, afirma-se, a suposição da “racionalidade” pode trazer para a ciência social empírica. A microeconomia moderna passou a “invadir” os territórios de outras ciências sociais, colocando cada vez mais peso no caráter crucial do comportamento de maximização restrito que a suposição da “racionalidade” considera tão central. Os economistas (associados com frequência à Universidade de Chicago) são os mais entusiasmados defensores do livre mercado (como consequência dessa economia), cuja economia parece mais em dívida com as formulações mais restritas da suposição da ‘racionalidade’ na economia. Foi George Stigler quem sugeriu (1984) que dólares e liberdade são, para fins relevantes, inteiramente sinônimos. Foi Richard Posner (1983), cujo trabalho sobre direito e economia fez da maximização do valor de mercado o único critério para a felicidade humana. Em outras palavras, os economistas modernos pareciam permitir que as formulações mais restritas da suposição da racionalidade ditassem políticas sociais naquilo que os críticos poderiam facilmente perceber como sendo uma moda altamente perigosa. Não é de surpreender que tudo isso tenha estimulado reações fortemente críticas.

No entanto, ao mesmo tempo em que a economia dominante foi formulada em concepções cada vez mais restritas da racionalidade, ao mesmo tempo em que a racionalidade se aproximava perigosamente de ser vista como praticamente sinônimo de onisciência universal, o renascimento da tradição austríaca nos permitiu estender a defesa clássica de Mises-Robbins com vigor renovado. Os desenvolvimentos dentro da tradição austríaca enfatizaram a centralidade, não de estados de equilíbrio gerados por participantes do

mercado completamente racionais (isto é, oniscientes), mas de processos de mercado de aprendizado espontâneo desencadeados por alertas empreendedores (Kirzner 1973, 1985a).

Nesses processos, o auto-interesse é de fato um elemento central, mas esse interesse deve, como vimos, ser entendido com uma certa sutileza. O auto-interesse adequadamente entendido não exclui a motivação altruísta; depende da intencionalidade, mas não de qualquer intencionalidade egoísta. O ponto a ser enfatizado é que são os próprios objetivos que inspiram as ações e estimulam a atenção. Os propósitos de alguém podem ser altruístas ou não; o interesse de alguém em atingir suas metas (possivelmente altruístas) ativa a atenção às oportunidades para avançar essas metas. Pode-se parecer estar agindo de maneira egoísta ao acumular lucros nas atividades do mercado; mas se esse esforço para obter lucros é inspirado no sonho de investir numa pesquisa para combater uma doença terrível que ameaça a humanidade; dificilmente a rotularíamos de egoísta. São sonhos e objetivos humanos que fornecem a força motriz para os processos de mercado. A economia depende, para sua compreensão dos processos de mercado, da atenção intencional, dos seres humanos. Nesses processos, o princípio de controle é a descoberta motivada por objetivos. E é a ênfase nesses processos de desequilíbrio de descoberta mútua que nos levou a destacar a relevância da insistência clássica de Mises-Robbins na absoluta generalidade dos motivos humanos.

Notas

[1] Provavelmente, a reformulação mais sofisticada e cuidadosa dessa linha de defesa é a de Machlup (1972).

Capítulo 13: Descoberta, propriedade privada e a teoria da justiça na sociedade capitalista

Os críticos acusam o sistema capitalista de muitas falhas. Alguns desses problemas percebidos foram objeto de debate entre economistas. Economistas discutiram sobre os méritos econômicos de um sistema sem direção consciente sob um plano geral. A justiça de um sistema capitalista também tem sido frequentemente objeto de críticas e debates. Mas o problema da justiça econômica sob o capitalismo foi, principalmente, nos últimos anos debatido por filósofos e não por economistas. Talvez porque esse debate tenha assumido, em princípio, que a economia do capitalismo seja bem compreendida e acordada, de modo que julgamentos relativos à justiça ou ausência de justiça no sistema possam ser feitos puramente em bases filosóficas e éticas. Neste capítulo[1], argumentarei que o entendimento comum da economia do capitalismo, que serviu de base para o debate filosófico, de fato sofreu de algumas sérias fraquezas. Essas fraquezas são corrigidas quando vem à tona as principais características negligenciadas do capitalismo que podem ser vistas como tendo implicações filosóficas e éticas importantes – implicações totalmente ignoradas nos debates filosóficos padrão. Em particular, uma compreensão adequada da economia do sistema capitalista revela o papel crucial desempenhado nesse sistema pela descoberta. Uma vez que o papel econômico da descoberta seja devidamente entendido, devo manter, a maioria das características do capitalismo que provocaram as acusações de injustiça se tornam visíveis – mesmo sem nenhuma nova argumentação ética – sob uma luz totalmente diferente. Em outras palavras, a teoria da descoberta da justiça na sociedade capitalista oferece uma defesa da justiça capitalista, não articulando novas posições filosóficas ou éticas, mas oferecendo uma nova compreensão econômica de como o sistema econômico capitalista realmente funciona.

O ônus da injustiça capitalista

As alegações de que o capitalismo perpetua a injustiça econômica têm tradicionalmente assumido várias formas. Em um nível, a instituição básica do

capitalismo, a propriedade privada, foi atacada filosoficamente em suas próprias raízes. Na opinião desses críticos, há uma injustiça inerente cometida sempre que um recurso da natureza é apropriado de forma privada. Essa apropriação é vista como a captura privada de algo que pertence naturalmente a toda a humanidade. (Em algumas variantes desse ataque, até mesmo a noção de autopropriedade do indivíduo é fundamentalmente negada por esses motivos.) Um sistema no qual todas as transações são construídas sobre uma base tão injusta é um sistema no qual as consequências da injustiça estão sendo continuamente estendidas.

Um nível diferente de ataque é aquele direcionado à inevitável desigualdade de renda no capitalismo. À parte as acusações de que a propriedade privada é uma instituição inerentemente injusta, além das acusações de que os mercados permitem formas diretas de exploração injusta (como a exploração do trabalho), esse ataque se concentra na imoralidade inerente representada pela desigualdade econômica. Mesmo que nenhum indivíduo do sistema tenha procurado agir injustamente, a inevitável desigualdade de renda em uma sociedade de mercado é, nesses ataques, denunciada como uma monstruosidade ética per se (veja, por exemplo, Nielsen 1985).

Mas o principal impulso do ceticismo generalizado em relação à justiça do capitalismo parece apontar para o fenômeno do lucro puro e suas consequências. Mesmo aqueles preparados para reconhecer a aceitabilidade ética da propriedade privada, mesmo aqueles que não reconhecem nenhum imperativo ético imponente que prescreve a igualdade de renda, são frequentemente profundamente perturbados pelas aparentes consequências dos lucros empresariais. Essa preocupação ética é alimentada pela intuição de que tais lucros não foram “merecidos” (“ganhos”) pelo empresário e, de alguma forma, devem, ter sido conquistados injustamente às custas de outros participantes do mercado (em particular, às custas dos trabalhadores).[2] O padrão de distribuição de renda no capitalismo é visto como injusto porque o capitalismo permite – de fato se baseia – na busca de lucros empresariais. A circunstância da desigualdade de renda é vista como eticamente ofensiva principalmente porque esta é a consequência inevitável e infeliz da captura de lucros. A instituição da propriedade privada passa a ser condenada na medida em que é identificada como o veículo para a busca empreendedora de lucros.

Em preparação para nossa própria exposição da teoria da descoberta da justiça econômica, analisaremos brevemente duas defesas clássicas da justiça econômica capitalista, aquelas associadas aos nomes de John Bates Clark e Robert Nozick. Cada uma dessas defesas, direta ou indiretamente, depende de suposições particulares sobre direitos de propriedade privada e o papel de lucros puros. Também chamaremos atenção para certas fraquezas (relacionadas particularmente a essas suposições relativas à propriedade privada e ao lucro puro) em cada uma dessas defesas, com relação às críticas que estão enfrentando. Estaremos então em posição de identificar certas perspectivas sobre a economia do capitalismo (e altamente relevantes para a questão de sua justiça econômica) compartilhadas pelos críticos da justiça capitalista e por seus defensores clássicos. É demonstrando a infeliz estreiteza desse entendimento econômico do capitalismo que esperamos, nas seções subsequentes do capítulo, oferecer uma defesa mais adequada da justiça do sistema capitalista.

Propriedade privada, lucro puro e as defesas clássicas da justiça capitalista

Foi o economista John Bates Clark que, na virada do século, ofereceu a defesa mais explícita da distribuição capitalista de renda. Ele escreveu um livro substancial para demonstrar que, em equilíbrio estático, cada participante do processo produtivo do sistema de mercado recebe o valor total de sua contribuição produtiva marginal (Clark 1899). Nas palavras de Milton Friedman, a ética clarkiana que apoia a justiça do capitalismo pode ser expressa como: “A cada um de acordo com o que ele e os instrumentos que possui produz” (1962: 161f.).

A defesa de Clark consistiu em mostrar como, em equilíbrio, o preço por unidade de cada serviço produtivo é a medida do valor de mercado de sua contribuição produtiva na margem. (Essa demonstração foi, de fato, um passo importante no desenvolvimento da teoria neoclássica do preço dos recursos.) Para Clark, era axiomático que a justiça não exigisse mais do que cada proprietário de recurso recebesse o valor de mercado do que ele e seus recursos tenha produzido. Também ficou claro para Clark que, em um mundo em que a produção é sempre o resultado de serviços de recursos usados em conjunto, o

conceito “o que um recurso produziu” deve ser medido pelo produto marginal do recurso (ou seja, a produção incremental futura adicionando uma unidade desse recurso a um combinação inalterada das entradas de recursos restantes). Por fim, Clark foi bastante indiferente quanto à validade do título de um proprietário de recursos em relação aos recursos que possui. Ele simplesmente aceitou que um trabalhador tem inquestionavelmente o direito ao fruto de seu trabalho, que um proprietário de terras chegou justamente ao seu título e que o proprietário do capital é de fato seu legítimo proprietário.

Veremos que a defesa de Clark da justiça capitalista simplesmente ignorou possíveis desafios à própria ideia de propriedade privada. Além disso, ele simplesmente ignorou os desafios à justiça capitalista com base em uma ética igualitária axiomática. Claramente, ele acreditava que, ao demonstrar a justiça do modo de distribuição marginal da produtividade, justificara implicitamente qualquer partida de uma distribuição igual de renda. A defesa de Clark da justiça capitalista consistiu, em essência, em mostrar que cada recurso usado pelo empresário capitalista exige um preço justo (medindo a justiça pelo valor da contribuição produtiva). Se cada proprietário de recurso recebe uma renda justa, refletindo completamente sua contribuição produtiva, nenhuma acusação de injustiça pode ser razoavelmente nivelada para o empreendedor capitalista. Se parte do produto é recebida como renda por outros que não os trabalhadores que suaram para produzi-lo, isso deve refletir alguma contribuição produtiva feita por esses outros e não qualquer excedente injustamente explorado dos trabalhadores.

Os problemas levantados por essa defesa clarkiana decorrem de seu silêncio praticamente completo sobre dois aspectos éticos cruciais da economia capitalista: (a) a fonte de título justo de recursos e (b) a legitimidade do puro lucro econômico. Como observado acima, Clark não mostra nenhuma curiosidade sobre a fonte da propriedade de recursos. Ele simplesmente supõe que os trabalhadores sejam donos de seus corpos, os proprietários de terras e os capitalistas de capital. Não há nada na defesa clarkiana do capitalismo que justifique as rendas recebidas, em troca de serviços prestados por recursos, por aqueles que, sem título legítimo a esses serviços, podem de alguma forma se apropriarem de seus legítimos proprietários (possivelmente da sociedade como um todo). Pode-se aceitar totalmente a defesa de Clark, de acordo com suas limitações, mas depois afirmar sua irrelevância com base na injustiça

fundamental do título privado aos recursos dados pela natureza (se alguém acredita na injustiça de tal título). Essa lacuna na defesa de Clark tem sido frequentemente observada.

O silêncio de Clark em relação à legitimidade do lucro puro econômico é um pouco mais complicado de interpretar, mas igualmente perturbador para a defesa da justiça capitalista. Clark não teve que lidar com lucro puro, porque confinou sua demonstração ao mundo estático do equilíbrio, no qual o lucro puro é completamente ausente. Para Clark, o lucro é um fenômeno efêmero e transitório associado à dinâmica, que pode ser ignorado com segurança na tentativa de enfrentar as características permanentes do sistema capitalista. O que Clark explicava era a justiça do componente principal do que os economistas anteriores chamavam de lucro, ou seja, o segmento que os economistas neoclássicos e subsequentes chamavam, não lucro, mas juros.[3] Mas um crítico da justiça capitalista poderia razoavelmente apontar que o lucro puro (como o lucro empresarial é frequentemente chamado) é uma característica óbvia e predominante da economia capitalista. Não pode ser descartado como uma espécie trivial de fenômeno de atrito. Sua presença significa, presumivelmente, que a renda dos recursos deve, em maior ou menor grau, ficar aquém do valor total dos produtos marginais relevantes.

O lucro puro deve, precisamente da perspectiva clarkiana, levantar sérias questões econômicas e éticas. Esse lucro parece injustificado, tanto econômica quanto eticamente. Parece, aparentemente, que não há explicação econômica para a capacidade do empreendedor de captar qualquer diferença entre os preços dos insumos e os dos produtos. Certamente, espera-se que a concorrência garanta a ausência de tais diferenças. Quaisquer diferenças que de alguma forma existam não podem ser justificadas como o valor marginal do produto de qualquer serviço de recursos. (Lembre-se de que lucro puro é o que resta depois de subtrair, do valor de mercado da produção, os valores de mercado de todos os serviços de recursos que contribuíram para a produção desse produto.) Parece totalmente injustificado dentro do critério clarkiano de justiça econômica.

A defesa de Robert Nozick da distribuição de renda capitalista está incorporada em sua teoria da justiça, publicada exatamente três quartos de século após Clark (1974: cap. 7, 8). O ponto de vista de Nozick é que, desde que

nenhum indivíduo em um sistema tenha violado os direitos de outros, os resultados desse sistema não poderão ser considerados injustos, por mais desigual que seja a distribuição de renda resultante. Para um sistema capitalista consistir unicamente em transações livres de violação injusta de direitos, precisamos exigir que todos os títulos de propriedade sejam consistentes com os princípios da aquisição original da natureza e da transferência justa de títulos. Desse modo, poderíamos afirmar que todas as participações atuais são mantidas de maneira justa, uma vez que cada uma delas se apoia em uma cadeia sem mácula de transações justas, em toda a linha temporal de uma aquisição original da natureza. A defesa de Nozick da justiça capitalista se resume a alegações cuidadosamente articuladas de que os fundamentos institucionais da economia capitalista podem de fato ser consistentes com os princípios do título justo.

Para Nozick, se dois proprietários de títulos justamente concordam voluntariamente com uma transação de troca, independentemente das circunstâncias que induzem esse contrato, a realocação subsequente da propriedade não pode ser declarada injusta. Se um jogador profissional de basquete se torna milionário como resultado de muitos espectadores pobres, mas ansiosos, comprando ingressos, com seus salários escassos, para assistir a jogos profissionais de basquete, não há, para Nozick, nada injusto na desigualdade de renda resultante. O atleta é o beneficiário da troca voluntária; o dinheiro que recebeu foi entregue livremente em troca da oportunidade de testemunhar suas proezas. Tampouco a situação se torna mais injusta, na visão de direito, se o indivíduo que se torna milionário não é um atleta profissional, mas um proprietário que aluga apartamentos (justamente de sua propriedade) para inquilinos desesperadamente pobres. Ninguém violou nenhum direito de terceiros; os inquilinos pagam voluntariamente o aluguel para garantir o espaço da moradia. A teoria do direito não está interessada nos motivos que podem “obrigar” um inquilino (ou um espectador) a pagar pelo espaço da moradia (ou ingressos para jogos de basquete). A urgência da necessidade de um item adquirido não precisa manchar a voluntariedade da transação, para fins de avaliação da justiça das transferências efetuadas. “Se as ações de uma pessoa são voluntárias depende do que limita suas alternativas. Se fatos da natureza o fazem, as ações são voluntárias. [...] As ações de outras pessoas impõem limites às oportunidades disponíveis. Se isso torna a ação resultante não voluntária depende se esses outros tinham o direito de agir como agiram” (Nozick 1974:

262). Com o capitalismo definido para excluir a violação dos direitos de terceiros, segue-se que não há nada que possa prejudicar a voluntariedade das transações de mercado. O padrão resultante de distribuição de renda nunca pode ser injusto, desde que as regras do jogo capitalista sejam escrupulosamente respeitadas.

Dentro dos limites de seu próprio escopo, a teoria dos direitos é inquestionavelmente uma adição poderosa ao arsenal da defesa em nome da justiça do capitalismo. No entanto, devemos observar cuidadosamente as limitações que circunscrevem o escopo da teoria. Primeiro, a teoria pressupõe a possibilidade de apenas aquisição original de itens da natureza. Não importa quão impecavelmente todas as transações subsequentes do mercado capitalista atendam ao critério da voluntariedade, a justiça do título de propriedade privada repousa, em última análise, na apropriação inicial privada daquilo que é posteriormente transferido nos mercados. Não há nada na própria teoria do direito que nos forneça uma justificativa para a justiça na apropriação original da natureza. Nozick apela às ideias clássicas de John Locke neste ponto, mas é finalmente forçado pela consideração da “condição lockeana” a modificar a formulação original de Locke (Nozick 1974: 177). O princípio de Locke de propriedade inicial (baseado em “misturar trabalho” com recursos naturais não proprietários) também é óbvio ou universalmente convincente.[4] A teoria dos direitos parece exigir algum apoio independente para suas premissas iniciais. Mas existem razões adicionais para se preocupar com a adequação da teoria do direito como defesa da justiça capitalista. Isso tem a ver com o sentido em que as transações de mercado podem de fato ser descritas como voluntárias.

A defesa do direito do capitalismo é, sem dúvida, correta ao afirmar que, por definição, as transações de mercado necessariamente cumprem os requisitos legais de voluntariedade. Mas ainda é possível questionar o significado ético da voluntariedade de muitas, se não todas, transações de mercado. Isso ocorre porque as transações de mercado que resultam na conquista de lucro puro econômico devem, em retrospecto, ser julgadas como tendo sido feitas, em parte, como resultado de “puro erro” por parte de um ou outro dos participantes relevantes. O lucro puro surge quando um empresário consegue vender um item a um preço superior à soma dos preços de tudo o que é necessário para entregar o item ao comprador. Esse lucro dificilmente poderia surgir, a menos que aqueles de quem o empresário compra não tivessem

conhecimento do preço a ser pago por aqueles a quem o empresário vende e, a menos que aqueles a quem ele vende não tivessem conhecimento da soma dos preços aceitos por aqueles de quem o empresário comprou. O lucro puro deve significar que aqueles que vendem a preço baixo desconhecem o verdadeiro valor de mercado mais alto daquilo que vendem; quem compra a um preço alto não tem conhecimento da possibilidade de comprar o mesmo item em outro local do mercado a um preço menor. Daqui resulta que aqueles que negociam com o empresário com fins lucrativos devem, à luz dos lucros posteriormente revelados, 'lamentar' seus negócios. Aqueles que vendiam pelo preço baixo nunca o teriam feito se soubessem o que sabiam posteriormente; nem os que compraram pelo preço alto o fariam se soubessem então o que descobriram. Sempre que se verifica que uma ação foi tomada sob premissas equivocadas, pode ser possível questionar a verdadeira voluntariedade da ação. Pode-se argumentar que o agente não desejava "realmente" fazer o que fazia – embora, no momento em que o fez, o tenha feito de boa vontade. Para ter certeza de que a lei (e talvez também uma certa perspectiva moral fervorosa) pode não reconhecer o erro como substancial o suficiente (ou desculpável) para invalidar a transação, ainda que o observador possa estar menos do que certo de que a justiça na transferência, exigindo voluntariedade na transferência, é plenamente satisfeita nessas situações. Afinal, pode ser mantido, um consentimento disposto com base em suposições equivocadas (mesmo sem a intenção de fraude por parte de alguém) talvez possa ficar aquém do consentimento informado que nos permite descrever uma transação como totalmente voluntária, para fins relevantes aos requisitos da justiça.

Mas, é preciso salientar, a possibilidade de obter lucro puro é central para a operação do sistema de mercado capitalista. Nesta perspectiva, a teoria do direito, confinada como é a um capitalismo, no qual todas as transações são, por definição, totalmente voluntárias, parece não ter enfrentado o fenômeno do lucro puro.

É com relação a essas limitações em relação às defesas clássicas de J.B. Clark e R. Nozick que acreditamos ser útil chamar a atenção para o que chamaremos de elementos de descoberta no sistema de mercado. Será útil, em preparação para a exposição da perspectiva da descoberta, identificar, a título de contraste, uma perspectiva compartilhada por esses defensores clássicos da justiça capitalista e por aqueles que questionaram profundamente a justiça da

distribuição capitalista. Argumentaremos que essa perspectiva negligencia uma característica altamente significativa e característica da economia do sistema capitalista.

A perspectiva do “bolo dado”

Essa perspectiva sobre a economia do capitalismo que desejamos criticar, uma perspectiva compartilhada, ao que parece, por todos os participantes, até agora, nos debates sobre a justiça capitalista, pode ser rotulada de perspectiva do “bolo dado”. A questão que parece ser ponderada, nos debates até agora para alcançar a justiça distributiva, é como um bolo que deve ser compartilhado entre os requerentes. Esse bolo é dado, no sentido de que sua origem não é relevante para a justiça de sua distribuição.

Agora, certamente seria palpavelmente falso afirmar que os participantes do debate falharam em reconhecer possíveis maneiras pelas quais a justiça pode exigir que reconheçamos as contribuições produtivas dos requerentes aos produtos da produção. É claro que se reconheceu que aqueles que assaram o bolo podem reivindicar uma parte dele com justiça. Não obstante, continua a ser verdade que, pelo menos no que diz respeito aos ingredientes que entraram na produção do bolo, no que diz respeito aos recursos produtivos originais de uma sociedade, foi simplesmente assumido que os recursos produtivos originais já estavam “lá”. Aparentemente, os critérios de justiça não dependem de como esses recursos chegaram “lá” em primeiro lugar. Mais especificamente, não há espaço, nesses debates sobre justiça distributiva, para a possibilidade de que o padrão de distribuição justa da produção dependa de quem originou os inputs que tornaram possível a produção. A pergunta feita sobre os inputs originais é em vez de como um indivíduo pode adquirir um direito a esses inputs originais agora (depois deles de alguma forma chegarem até “aqui”), ou se, estando “aqui”, os inputs pertencem à sociedade como um todo.

Aparentemente, a questão de quem originou os inputs originais não é questionada porque parece ser uma pergunta sem sentido. Os inputs originais, ou seja, inputs que não foram produzidos, mas que existem na natureza, não poderiam ter sido originados por qualquer pessoa, porque essa origem seria inconsistente com o fato de não terem sido produzidos. O que é produzido é produzido a partir de inputs. Esses inputs podem ter sido produzidos a partir

de outros inputs. Um inputs original, que por si só não foi produzido, não poderia ter sido originado – estava simplesmente “lá”.

Assim, a perspectiva do bolo dado parece, à primeira vista, sólida. Mais cedo ou mais tarde, na análise da justiça da propriedade do output produzido, somos empurrados para trás, em princípio, a considerar a propriedade justa dos inputs originais. Os critérios de justiça podem, possivelmente, ser acordados com relação ao resultado obtido a partir dos inputs originais – uma vez que seja possível estabelecer o que a justiça tem a dizer sobre a propriedade de tais inputs originais. Mas, para dizer algo sobre a propriedade dos inputs originais, devemos, na perspectiva do bolo, lembrar que eles são – bolos. E, como os pronunciamentos a respeito da justiça do output produzido dependem do que dizemos sobre o direito justo dos inputs originais, verifica-se que, em última análise, nossas teorias da justiça distributiva se resumem a princípios afirmados sobre a distribuição justa dos bolos dados. Seja um Rawls considerando, por trás de um véu de ignorância, apenas um direito para qualidades e talentos pessoais diferencialmente superiores, ou um Nozick considerando a validade dos princípios de Locke relativos à aquisição privada inicial de recursos da terra dados pela natureza, nossos filósofos da justiça concordam em tratar todos os recursos não produzidos como pertencentes a uma categoria para a qual a noção de origem humana é irrelevante. A seguir, salientaremos que essa posição exclui a possibilidade de recursos até então não descobertos entrarem no mundo econômico, exceto como resultado da sorte. Em contrapartida, argumentaremos que um elemento humano mais importante no processo econômico é composto pela descoberta de recursos até então não percebidos por indivíduos ou de outras oportunidades de ganho (incluindo oportunidades de puro lucro). Vamos nos voltar para examinar essa noção de descoberta.

O significado da descoberta

Aquele que desfruta de uma situação desejável é, na discussão econômica, geralmente visto como tendo atingido seu atual estado feliz como resultado de um dos dois tipos possíveis de circunstâncias. Essa situação é vista como o resultado deliberadamente alcançado, atribuível a um plano anterior, ou é o resultado feliz de um golpe de sorte. Os economistas discutem a primeira dessas possibilidades sob a teoria da produção. O resultado produzido é atribuído à implantação deliberada de insumos. Em termos da ética clarkeana

discutida anteriormente, o direito da produção surge da propriedade e da contribuição marginal feita pelos respectivos insumos produtivos. Por outro lado, uma situação cuja ocorrência feliz é atribuída à pura sorte é vista como de modo algum atribuível à vontade e motivação humanas. Os beneficiários da sorte, sob essa perspectiva, são frequentemente vistos como não possuindo nenhuma reivindicação inerente, na justiça, àquilo que a boa sorte levou aos seus colos. Desejamos aqui chamar a atenção para uma terceira alternativa negligenciada, mas extremamente importante. Uma situação desejada pode ser desfrutada não como resultado de um plano deliberado de produção, não como resultado de pura sorte, mas como resultado da descoberta perceptiva feita por um ser humano. Será instrutivo comparar um ato de descoberta com um ato de produção deliberada.

Um ato de produção é o resultado de um plano; um ato de descoberta é espontâneo. (A busca deliberada, durante a qual inputs conhecidos são sistematicamente implementados para vasculhar os dados disponíveis para algum item buscado, é um tipo especial de produção. A produção deliberada de informações, por exemplo, buscar o significado de uma palavra em um dicionário ou buscar um número de telefone em uma lista telefônica não é uma descoberta, no sentido atualmente discutido da palavra).

Um ato de produção pode ser visto em conformidade com os critérios de eficiência econômica: o produtor emprega insumos em um mix ideal; ele maximiza o output de qualquer mix de inputs; minimiza o custo da produção de qualquer resultado de output direcionado. Um ato de descoberta não contém essa expressão de maximização restrita; não envolve plano nem alocação – apenas a apreensão de um objetivo percebido e disponível.

O crédito por um ato de produção puro (um que não contém elemento de descoberta) é obtido pelos proprietários dos inputs combinados. Toda a produção é vista, ao longo das linhas clarkiana, como atribuível à contribuição produtiva dos inputs próprios. O crédito por uma descoberta é obtido pelo descobridor cujo estado de alerta levou o item descoberto a sua vista. Mas esse estado de alerta não é, por si só, a natureza de um input possuído e implantado para alcançar um resultado planejado. O alerta não está implantado. O descobridor simplesmente percebe o que até agora escapou da atenção geral (incluindo a sua). Assim, no contexto da descoberta, não se trata de “alerta”

como um ingrediente a ser misturado com outros para alcançar um resultado planejado e, portanto, como a forma embalada atualmente assumida por sua futura contribuição marginal (como recursos produtivos são vistos na teoria da produtividade marginal).

O resultado pretendido de um ato de produção pode ser visto como já existindo, de forma embrionária, no pacote de inputs responsável pelo resultado. A decisão de produzir é simplesmente a decisão de acionar o comutador que converte facilmente inputs em outputs. O futuro, em um mundo só de decisões de produção, é totalmente inerente ao presente. A história é apenas o desdobramento inexorável e inevitável daquilo que já está aqui, em forma embalada. Mas a descoberta é bem diferente. Cada descoberta é uma novidade genuína; não consiste na conversão ou desdobramento de inputs anteriores. Não há absolutamente nada inevitável em um ato de descoberta; não podemos, *ex post*, descrever o resultado como tendo sido causado por algo que existia no passado. Antes da descoberta, o estado do mundo – mesmo levando em conta a atenção dos (pessoas que posteriormente viriam a ser os) descobridores – não era capaz de garantir o curso subsequente dos eventos, na medida em que essas descobertas expressas posteriormente são feitas. O descobridor está de fato injetando algo totalmente novo na história. A história consiste, em parte, em uma série de surpresas totais, totalmente imprevisíveis.[5]

Descoberta e sorte

Mas se um ato de descoberta não puder caber na caixa rotulada “produção”, também não poderá caber nessa outra caixa rotulada “sorte”. Realmente requer uma caixa própria. Um indivíduo cujo estado de alerta inspira uma descoberta não deve ser tratado apenas como o beneficiário afortunado da boa sorte. Os teóricos da justiça tendem a rejeitar a justiça das reivindicações feitas por aqueles que se beneficiaram da boa sorte; eles rejeitam essas alegações porque esses pretendentes afortunados não fizeram nada pelas suas atuais circunstâncias afortunadas; portanto, não “mereceram” sua boa sorte. É nossa preocupação aqui que essa rejeição não leve também à rejeição sumária de reivindicações de caráter totalmente diferente – as feitas pelos descobridores. Um ato de descoberta, mesmo que não seja um ato deliberado de produção, é a expressão da motivação humana e da atenção humana. O que foi descoberto pode nunca ter sido descoberto, exceto por essa

motivação e atenção; é muito errado ver a descoberta apenas como o produto do acaso cego.

Para ver como um descobridor pode ser considerado “merecedor” daquilo que descobriu, mesmo que não o tenha produzido deliberadamente, considere o seguinte. Se a descoberta deve ser descartada devido inteiramente à pura sorte, segue-se que a falha anterior em descobrir (o que é descoberto mais tarde) deve ser desculpada como resultado de má sorte. Ninguém que fez uma descoberta tardia deve ser capaz de se repreender por ter feito algo errado no passado, por ter cometido algum erro, uma vez que todas as falhas anteriores devem ser atribuídas, não a qualquer falha humana anterior de sua parte, mas simplesmente atrozmente a má sorte. Mas, de fato, sabemos de nossas experiências cotidianas que erros verdadeiramente deploráveis - julgados posteriormente por seus autores - ocorrem. Ou seja, sabemos que as situações desejáveis estavam inteiramente ao nosso alcance, mas foram deixadas de lado apenas como resultado de descuido. Nós nos culpamos por esses lapsos passados, não apenas encolhemos os ombros, lamentando nossa má sorte do passado. Mas se falhas anteriores em ver o que está na nossa frente são de fato vistas como uma série de erros lamentavelmente “estúpidos” de nossa parte, segue-se que nossa descoberta alerta do que agora está a nossa vista deve ser atribuída a nós, não há uma sorte cega.

Ou seja, devemos distinguir nitidamente entre quem não produziu nada, não descobriu nada – que de fato dormia inalteradamente – e que acorda para encontrar um golpe de sorte inesperado em seu colo,[6] e aquele que agarrou o alerta a uma oportunidade atraente que chegou ao seu alcance. Um ganho inesperado pode ser corretamente descrito como sendo totalmente “imerecido” (isto é, como não sendo atribuível, em nenhum sentido, ao beneficiário afortunado), mas uma oportunidade de alerta agarrada pode, de maneira plausível, sugerimos, ser considerada como caindo em uma caixa ética totalmente diferente.

É claro que se deve admitir que, embora enfatizemos a percepção alerta e motivada da oportunidade que constitui o núcleo do ato de descoberta, também devemos reconhecer que apenas a sorte pode de fato ser responsável pela própria existência da oportunidade que está esperando para ser descoberta. Certamente, o descobridor de uma oportunidade atraente pode se

considerar afortunado por ter estado no lugar certo, na hora certa. Mas, desejamos enfatizar que, na medida em que estar no lugar certo e na hora certa não garante, por si só, que alguém realizará a boa sorte, a sorte não pode ser declarada como responsável pela descoberta da oportunidade inerente à situação. De fato, sugerimos, é plausível tratar o descobridor de uma oportunidade até então não percebida como seu criador, seu originador. Aquilo que é apreendido pelo descobridor não existia, em um sentido relevante, antes de sua descoberta.

Descoberta como criação

Para ver esse caráter criativo do ato de descoberta, basta observar que uma oportunidade não percebida, um recurso não percebido, é, em um sentido importante, uma oportunidade ou um recurso sem relevância para a história humana. No que diz respeito à compreensão do fluxo histórico de eventos, nada depende da existência de recursos dos quais todos tenham sido ignorantes.

Lembremos que, em um ato de descoberta (diferentemente do ato de produção), o resultado não é atribuível às contribuições feitas pelos inputs. Nenhum input pode garantir uma descoberta. Um resultado descoberto não é um resultado já incorporado, de forma embrionária, em qualquer pacote de recursos. O resultado de um ato de descoberta é assim originado inteiramente por esse ato. Uma ilha recém-descoberta, rica em recursos naturais, foi criada, para fins das ciências sociais, no ato de sua descoberta. Sua existência física anterior pode ser significativa para cadeias de causalidade puramente física; é claro que a ilha “realmente existia”, embora ninguém soubesse de sua existência. Sua presença pode muito bem ter influenciado o clima ou o fluxo das correntes oceânicas, independentemente de qualquer ser humano estar ciente de sua existência. Mas, no que diz respeito diretamente à tomada de decisões humanas e aos valores econômicos – e julgamentos éticos humanos – a ilha entrou em existência no momento de sua descoberta. Seu descobridor foi seu criador, para todos os fins de interesse humano direto.

Embora o descobridor da ilha possa, de fato, considerar-se sortudo por ter estado em posição de notá-la, ele pode plausivelmente afirmar que mesmo depois tendo sido colocado nessa posição de sorte, a descoberta da ilha não foi de forma alguma garantida. A ilha, ainda não existente no sentido social relevante, poderia muito bem ter permanecido desconhecida para sempre,

exceto pelo alerta motivado do descobridor. Foi esse estado de alerta que levou a ilha, com todos os seus recursos, ao alcance da preocupação humana, das valorizações humanas e do planejamento humano para o futuro.

O palpite inspirado que leva o descobridor a perceber ilhas onde outros vêem apenas nuvens, a perceber oportunidades de produtos inovadores ou aplicações inovadoras de tecnologia que outros não vêem é tão criativo, em seu próprio contexto, quanto a visão inspirada do escultor que vê, em mármore e cinzel, não apenas mármore e cinzel, mas uma forma sublime que espera ser trazida à tona. O reconhecimento desse aspecto criativo do ato de descoberta parece estar subjacente a uma convicção ética amplamente compartilhada, incorporada na noção de “descobridores, detentores”.

Ética dos descobridores, detentores e propriedade privada

Parece plausível interpretar a visão bastante difundida de que o primeiro descobridor de um objeto não-proprietário é o seu único dono como a convicção moral de que esse descobridor é, portanto, no sentido significativo, o criador desse objeto. Desejamos sugerir que essa ética dos descobridores, detentores sustenta a ampla aceitação da legitimidade da propriedade privada e, finalmente, da possibilidade de justiça sob o capitalismo. Nesta seção, exploraremos a relevância da ética dos descobridores, detentores para a instituição da propriedade privada.

Tradicionalmente, as defesas da instituição da propriedade privada contam com as observações de John Locke sobre a legitimidade da aquisição privada de coisas úteis não possuídas e naturalmente disponíveis, através da mistura do trabalho de alguém com essas coisas úteis. Já observamos (em nossas referências à abordagem de direitos de Nozick) que os críticos questionaram a validade da abordagem lockeana e, além disso, apontaram que uma condição que circunscreve essa abordagem enunciada pelo próprio Locke pode, na prática, tornar ela irrelevante para uma justificativa da propriedade privada no mundo real. A validade da abordagem de Locke repousa sobre (a) a suposição (arbitrária?) da justiça de autopropriedade por seres humanos individuais (sem essa suposição, dificilmente se poderia falar de um indivíduo misturando “seu trabalho” com objetos dados pela natureza, pois o trabalho que mistura pode ser realizado para pertencer justamente à sociedade como um todo); e (b) a crença de que misturar o trabalho de alguém com um objeto de

fato lhe confere um direito privado ao trabalhador; críticos desafiaram essa crença como bastante arbitrária.

Os problemas decorrentes da condição lockeana (lockean proviso) seguem da qualificação de Locke de sua doutrina para torná-la aplicável apenas àquelas situações em que, mesmo depois de o indivíduo ter misturado seu trabalho com os objetos dados pela natureza, ainda existem muitos desses mesmos objetos para que outros aproveitem também (Locke 1937). Os comentaristas apontaram que, no mundo real da escassez econômica, essa condição parece tornar a justificação de Locke de aquisição privada quase totalmente irrelevante. Desejamos sugerir que uma abordagem de descobridores, detentores, baseada na implicação ética de ver a descoberta como criativa, possa oferecer uma base mais convincente para a aquisição original da propriedade do estado da natureza.

A abordagem dos descobridores, detentores atribuiria apenas um direito àquele que, descobrindo um recurso não-proprietário (porque não descoberto), o compreende primeiro. A justiça de seu direito é então vista como decorrente do caráter criativo do puro ato de descoberta (em vez de ser derivada do recurso próprio que o apropriador misturou com os recursos).[7] Por essa visão sobre a justiça da aquisição original, nenhuma condição lockeana precisa ser aplicada. A lógica por trás da ressalva foi interpretada (Nozick 1974: 177) como a de que essa aquisição privada não pode ser vista apenas como prejudicando outras pessoas (e, a menos que haja muita sobra para outras, a aquisição privada deve limitar o pool comum disponível para os demais). Mas, do ponto de vista de uma ética de descobridores, detentores, com base na criatividade da descoberta, essa lógica pode ser considerada razoavelmente não relevante para atos de descoberta pura. Um ato de descoberta (mesmo que resulte na apropriação privada de um recurso escasso até agora não descoberto) não prejudica necessariamente os outros, pois esse recurso nunca existiu para esses outros. Minha descoberta agora de um recurso não impediu que você apreciasse esse objeto agora (ou mesmo no futuro), pois, no que diz respeito a você agora (ou seja, no segundo antes da minha descoberta), esse recurso não existia (e seu futuro, a existência, não foi prevista). A possibilidade de que, se eu não tivesse agora descoberto esse recurso, você provavelmente o teria descoberto um pouco mais tarde (para que minha compreensão de minha descoberta tenha limitado seu potencial prazer futuro) parece não ser

realmente uma circunstância relevante em absoluto. A circunstância de que você possa, em algum momento no futuro, ter criado o objeto que agora estou criando, dificilmente significa que estou lhe prejudicando (por “impedindo” você de criar este objeto). Depois de criar o objeto através dessa descoberta, simplesmente não há como você criá-lo independentemente; ele já existe, para fins humanos. Ninguém pode, antes da hipótese de descoberta futura, de fato prever essa descoberta. Teria que ser um ato de origem pura, para que, no momento da minha descoberta atual, a hipotética descoberta futura por você seja simplesmente uma conjectura. Dizer agora que você de alguma forma “fará” a descoberta no futuro é reescrever a história à luz de eventos futuros – eventos que não são de forma alguma implícitos no curso da história anterior. Dentro da ética dos descobridores, detentores simplesmente não há espaço para nenhuma condição lockeana.

Descobridores, detentores e a justiça do capitalismo

Depois de fundamentar satisfatoriamente a noção de aquisição original – e, portanto, a instituição da propriedade privada – no ato da descoberta, o caminho está aberto para uma defesa mais abrangente da justiça do sistema de mercado capitalista. Essa defesa pode ser construída ao longo das linhas de direitos nozickianos, mas com uma dimensão adicional capaz de lidar com a lacuna que observamos nessa teoria de direitos. Essa lacuna era sua possível fraqueza em relação à justiça do lucro puro. O lucro puro, como apontamos, pode não ser totalmente defensável na abordagem de direitos, uma vez que o erro puro (envolvido nas transações que possibilitam o lucro puro) pode ser considerado para invalidar a voluntariedade *prima facie* das transações relevantes. Nossa perspectiva de descoberta permite-nos agora perceber uma nova dimensão no lucro, uma dimensão obscurecida na perspectiva do “bolo dado” que criticávamos.

Conclui-se, dessa perspectiva da descoberta, que as próprias características do lucro puro que parecem suscitar problemas na abordagem de direitos são suficientes para provar que o lucro é um ganho totalmente descoberto. O problema com o lucro puro, deve-se lembrar, era que parecia não haver maneira de justificá-lo em termos de contribuição produtiva prestada (já que, por definição, é o que resta depois de deduzir todos os custos de produção necessários, incluindo os custos de transporte e transação necessários para entregar o output ao seu comprador final). Além disso, deve-se lembrar, a

própria circunstância de que o lucro puro é da natureza de um excedente, não sendo estritamente necessário ser pago aos vendedores primários para persuadi-los a vender (o que é posteriormente revendido com lucro), parece levantar questões sérias sobre a voluntariedade informada com a qual os compradores finais pagam o preço mais alto e lucrativo. (Ou, alternativamente, a disposição dos compradores finais de pagar o preço mais alto levanta questões relativas à voluntariedade informada com a qual os primeiros vendedores concordaram em vender pelo preço baixo.) Nossa perspectiva atual nos permite perceber isso, exatamente porque os vendedores primários não têm ideia da disponibilidade imediata de obter preços mais altos e, precisamente porque os compradores finais não têm ideia da disponibilidade imediata do que compram a preços mais baixos do que pagam, a diferença entre os preços baixos e os altos constitui para eles uma oportunidade não descoberta. O empresário que compra a um preço baixo e vende a um preço alto aproveita uma oportunidade descoberta. Do ponto de vista dos descobridores, detentores, ele tem o direito de obter esse ganho, porque, no sentido relevante, ele o criou.

De fato, nossa compreensão do papel principal do empreendedorismo no sistema de mercado nos permite ver todo o sistema capitalista como consistindo essencialmente em atos de descoberta. Do ponto de vista ex ante, não há transação de mercado que não envolva, até certo ponto, uma tentativa de perscrutar o nevoeiro da incerteza, a fim de aproveitar oportunidades que possam escapar facilmente ao reconhecimento. No fluxo incessante da concorrência dinâmica, os vendedores modificam seus julgamentos sobre os preços que podem obter, os compradores modificam seus julgamentos sobre quais preços é necessário oferecer. Esses lances e ofertas constituem tentativas de descoberta. A justiça dos resultados do mercado não pode ser avaliada sem incorporar até que ponto os ganhos derivados desses atos de descoberta se encaixam nas diretrizes dos descobridores, detentores.

Aparentemente, teorias padrão da justiça capitalista parecem ter tratado o mercado como se estivesse, em todos os momentos, em pleno equilíbrio geral. Esse modelo de mercado não contém margem para empreendedorismo, margem para erro puro, margem para oportunidades negligenciadas disponíveis – em suma, margem para descoberta e implicações éticas. Depois que exorcizamos o pesadelo do “bolo dado” – um pesadelo muito

implícito em uma visão estritamente de equilíbrio do mercado – a partir de discussões sobre justiça de mercado, está aberta a porta para uma introdução cuidadosa da possível relevância de uma regra descobridores, detentores. A ética dos descobridores, detentores fornece uma base plausível para defender a justiça do sistema capitalista. Essa ética oferece uma nova base – livre de qualquer condição lockeana – para aquisição privada original da natureza. Essa ética oferece, além disso, uma teoria sólida que apoia a possível justiça do lucro puro. Na medida em que a renda dos recursos capitalistas envolve um elemento de descoberta, elas, também, podem ser consideradas justificadas, pelo menos em parte, pela ética dos descobridores, detentores. Juntas, essas ideias complementam significativamente as defesas-padrão da justiça capitalista. Elas certamente não declaram que o capitalismo está livre de todas as imperfeições morais (uma vez que, de qualquer forma, a justiça estrita não é o único critério de moralidade entre os seres humanos). Elas certamente não declaram que todas as ações tomadas sob o capitalismo histórico foram morais, ou mesmo justas. Elas, no entanto, sugerem que o sistema capitalista não precisa ser rejeitado de imediato como sendo inerentemente injusto. O aprimoramento moral pode ser buscado dentro da estrutura da propriedade privada e da troca livre, sem a convicção de que participar do capitalismo é participar de uma instituição humana inevitavelmente defeituosa.

Notas

[1] Este artigo se baseia muito em meu livro recente, *Discovery, Capitalism, and Distributive Justice* (1989), ao qual o leitor é encaminhado para muitas observações adicionais sobre os assuntos e argumentos apresentados de maneira dogmática no presente artigo. Veja especialmente o capítulo 7 desse livro para obter determinadas qualificações para a abordagem de descoberta que, por razões de espaço, não puderam ser consideradas neste capítulo.

[2] A doutrina marxista da exploração capitalista do trabalho pode ser vista como uma forma particular adotada por essa categoria de ataque.

[3] Para alguns comentários críticos sobre as referências de Clark ao lucro puro, consulte Kirzner (1989: 50-5).

[4] Para alguma discussão crítica sobre esse ponto, consulte Nozick (1974: 174ss.) e Epstein (1979: 1227f.).

[5] Para tal visão da história, veja especialmente o trabalho de Shackle (1972: 351f.). Veja também Shackle (1970).

[6] Para os propósitos atuais, ignoramos o elemento (possivelmente significativo) de descoberta necessário para reconhecer o ganho inesperado que já foi depositado no colo de alguém.

[7] A autopropriedade do indivíduo pode ser vista como um caso especial da abordagem geral da descoberta.

BIBLIOGRAFIA

Addleson, M. (1984) 'Robbins's essay in retrospect: on subjectivism and an "economics of choice" ', *Rivista Internazionale Di Scienze Economiche e Commerciali* 31 (6).

Andrews, J.K. (ed.) (1981) *Homage to Mises, the First Hundred Years*, Hillsdale, MI: Hillsdale College Press.

Bernholz, P. (1971) 'Superiority of roundabout processes and positive rate of interest. A simple model of capital and growth', *Kyklos* 24 (4): 687–721.

Bernholz, P. and Faber, M. (1973) 'Technical superiority of roundabout processes and positive rate of interest. A capital model with depreciation and n-period horizon', *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaften* 129 (1), February: 46–61.

Bien (Greaves), B. (1969) *The Works of Ludwig von Mises*, Irvington-on-Hudson, NY: Foundation for Economic Education.

Boehm, S. (1985) 'The political economy of the Austrian School', in P. Roggi (ed.) *Gli Economisti e la Politica Economica*, Naples; Edizioni Scientifiche Italiane.

Böhm-Bawerk, E. von (1886) 'Grundzuge der Theorie des Wirtschaftlichen Guterwerths', *Conrad's Jahrbuch* 1–88, 477–541.

Böhm-Bawerk, E. von (1889) *Positive Theorie des Kapitaless*, Innsbruck: Wagner.

Böhm-Bawerk, E. von (1891) 'The Austrian economists', *Annals of the American Academy of Political and Social Science* January: 361–84.

Böhm-Bawerk, E. von (1949) *Karl Marx and the Close of his System*, New York: Kelley, ed. P. Sweezy (originally published as *Zum Abschluss der Marx'schen Systems*, 1896: trans. as *Karl Marx and the Close of his System*, 1898).

Böhm-Bawerk, E. von (1959) *Capital and Interest*, South Holland, IL: Libertarian Press (originally published as *Geschichte und Kritik der Kapitalzins Theorien*, 1884).

Bostaph, S. (1978) 'The methodological debate between Carl Menger and the German Historicists', *Atlantic Economic Journal* 6 (3), September: 3–16.

Buchanan, J.A. (1982) 'Order defined in the process of its emergence', *Literature of Liberty* 5 (4): 5.

Buchanan, J.M. (1964) 'What should economists do?', *Southern Economic Journal* 30, January: 213–22.

Buchanan, J.M. (1977) 'Law and the invisible hand', in *Freedom in Constitutional Contract*, College Station, TX: Texas A & M University Press.

Buchanan, J.M. (1982) 'The domain of subjective economics: between predictive science and moral philosophy', in I.M. Kirzner (ed.) *Method, Process, and Austrian Economics: Essays in Honor of Ludwig von Mises*, Lexington, MA: D.C. Heath.

Buchanan, J.M. (1986) 'Cultural evolution and institutional reform', in *Liberty, Market and State*, New York: New York University Press.

Buchanan, J.M. and Vanberg, V.J. (1990) 'The market as a creative process', unpublished manuscript, April.

Bukharin, N. (1972) *The Economic Theory of the Leisure Class*, New York: Monthly Review Press (first published in Russian, 1914; translated by M. Lawrence, 1927).

Clark, J.B. (1899) *The Distribution of Wealth*, New York and London: Macmillan.
Coase, R.H. (1937) 'The nature of the firm', *Economica* (NS) 4: 386–405.

Davidson, G. and Davidson, P. (1988) *Economics For a Civilized Society*, New York: W.W. Norton.

Dobb, M. (1973) *Theories of Value and Distribution since Adam Smith*, Cambridge: Cambridge University Press.

Dolan, E. (1983) *Basic Economics*, 3rd edn, London: Dryden Press.

Ebeling, R.M. 'Action analysis and economic science, the economic contributions of Ludwig von Mises', unpublished doctoral dissertation, University College, Cork.

Epstein, R.A. (1979) 'Possession as the root of title', Georgia Law Review 13: 1221.
Etzioni, A. (1988) The Moral Dimension: Toward a New Economics, New York: Free Press.
Faber, M. (1979) Introduction to Modern Austrian Capital Theory, Berlin: Springer.

Fisher, F.M. (1983) Disequilibrium Foundations of Equilibrium Economics, Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Fisher, I. (1930) The Theory of Interest, New York: Macmillan.

Frank, R.H. (1988) Passions within Reason: The Strategic Role of the Emotions, New York: W.W. Norton.

Friedman, M. (1962) Capitalism and Freedom, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Frydman, R. (1982) 'Towards an understanding of market processes: individual expectations, learning and convergence to rational expectations equilibrium', American Economic Review 72: 652–68.

Garrison, R.W. (1978) 'Austrian macroeconomics: a diagrammatical exposition', in L.M. Spadaro (ed.) New Directions in Austrian Economics, Kansas City, KS: Sheed, Andrews & McMeel.

Garrison, R.W. (1982) 'Austrian economics as the middle ground: comment on Loasby', in I.M. Kirzner (ed.) Method, Process and Austrian Economics, Essays in Honor of Ludwig von Mises, Lexington, MA: D.C. Heath.

Garrison, R.W. (1985) 'Time and money: the universals of macroeconomic theorizing', Journal of Macroeconomics 6 (2), Spring: 197–213.

Garrison, R.W. (1987) 'The kaleidic world of Ludwig Lachmann', Critical Review 1 (3): 77– 89.

Grassl, W. and Smith, B. (eds) (1986) *Austrian Economics, Historical and Philosophical Background*, New York: New York University Press.

Gray, J. (1982) 'F.A. Hayek and the rebirth of classical liberalism', *Literature of Liberty* 5 (4): 56–9.

Greaves, P.L. Jr (1978) 'Introduction', in Ludwig von Mises, *On The Manipulation of Money and Credit*, Dobbs Ferry, NY: Free Market Books.

Gross, G. (1884) *Die Lehre von Unternehmergeinn*, Leipzig.

Grossman, S. (1976) 'On the efficiency of competitive stock markets where traders have diverse information', *Journal of Finance* 31: 573–85.

Grossman, S. and Stiglitz, J.E. (1976) 'Information and competitive price systems', *American Economic Review, Proceedings* 66: 246–53.

Grossman, S. and Stiglitz, J.E. (1980) 'On the impossibility of informationally efficient markets', *American Economic Review* 70: 393–402.

Gwartney, J.D. and Stroup, R. (1982) *Economics, Private and Public Choice*, 3rd edn, New York: Academic Press, Chapter 3.

Hausman, D.M. (1981) *Capital, Profits, and Prices*, New York: Columbia University Press. Hayek, F.A. (1931) *Prices and Production*, London: Routledge.

Hayek, F.A. (1933) *Monetary Theory and the Trade Cycle*, London: Jonathan Cape.
Hayek, F.A. (1935) *Collectivist Economic Planning*, London: Routledge & Kegan Paul.
Hayek, F.A. (1939) *Profits, Interest and Investment: and Other Essays on the Theory of Industrial Fluctuations*, London: Routledge & Kegan Paul.

Hayek, F.A. (1949a) *Individualism and Economic Order*, London: Routledge & Kegan Paul. Hayek, F.A. (1949b) 'The use of knowledge in society', in *Individualism and Economic Order*, London: Routledge & Kegan Paul (originally published in *American Economic Review* 35 (4) (1945): 519–30).

Hayek, F.A. (1949c) 'Economics and knowledge', in *Individualism and Economic Order*, London: Routledge & Kegan Paul (originally published in *Economica* 4, February 1937).

Hayek, F.A. (1949d) 'Socialist calculation III: the competitive "solution" ', in *Individualism and Economic Order*, London: Routledge & Kegan Paul.

Hayek, F.A. (1949e) 'The meaning of competition', in *Individualism and Economic Order*, London: Routledge & Kegan Paul.

Hayek, F.A. (1949f) 'Socialist calculation I: the nature and history of the problem', in *Individualism and Economic Order*, London: Routledge & Kegan Paul.

Hayek, F.A. (1955) *The Counter-Revolution of Science. Studies on the Abuse of Reason*, Glencoe, IL: Free Press.

Hayek, F.A. (1960) *The Constitution of Liberty*, Chicago, IL: University of Chicago Press. Hayek, F.A. (1967a) 'Kinds of rationalism', in *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Hayek, F.A. (1967b) 'The results of human action but not of human design', in *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Hayek, F.A. (1968) 'Economic thought VI: the Austrian School', in D.L. Sills (ed.) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York: Macmillan.

Hayek, F.A. (1973) *Law, Legislation and Liberty, Vol. 1, Rules and Order*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Hayek, F.A. (1978a) *New Studies in Philosophy, Politics, Economics, and the History of Ideas*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Hayek, F.A. (1978b) 'Competition as a discovery procedure', in *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*, Chicago, IL: University of Chicago Press (first presented as a lecture, 1968).

Hayek, F.A. (1978c) 'Dr Bernard Mandeville', in *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Hayek, F.A. (1979) *Law, Legislation and Liberty, Vol. 3, The Political Order of a Free People*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Hayek, F.A. (1981) 'Introduction', in C. Menger, *Principles of Economics*, New York and London: New York University Press (originally published as 'Introduction', in *Collected Works of Carl Menger*, London: London School of Economics, 1934).

Hicks, J. (1973) *Capital and Time: A Neo-Austrian Theory*, Oxford: Clarendon Press. Hicks, J.R. and Weber, W. (1973) *Carl Menger and the Austrian School of Economics*, Oxford: Clarendon Press.

Hutchison, T.W. (1953) *A Review of Economic Doctrines, 1870–1929*, Oxford: Clarendon Press.

Jaffé, W. (1976) 'Menger, Jevons, and Walras de-homogenized', *Economic Inquiry* 14 (4): 511–24.

Jevons, W.S. (1871) *The Theory of Political Economy*, London: Macmillan.

Kauder, E. (1965) *A History of Marginal Utility Theory*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

Kirzner, I.M. (1960) *The Economic Point of View*, Princeton, NJ: Van Nostrand. Kirzner, I.M. (1963) *Market Theory and the Price System*, Princeton, NJ: Van Nostrand.

Kirzner, I.M. (1973) *Competition and Entrepreneurship*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Kirzner, I.M. (1978) *Wettbewerb und Unternehmertum*, Walter Eucken Institut, Wirtschaftswissenschaftliche und wirtschaftsrechtliche Untersuchungen 14, Tübingen: J.C.B. Mohr/P. Siebeck (translation of *Competition and Entrepreneurship*).

Kirzner, I.M. (1979a) *Perception, Opportunity and Profit*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Kirzner, I.M. (1979b) 'The entrepreneurial role in Menger's system', in *Perception, Opportunity and Profit*, Chicago, IL: University of Chicago Press, pp. 62–9 (originally published in *Atlantic Economic Journal*, September 1978).

Kirzner, I.M. (1981) 'Mises and the renaissance of Austrian economics', in J.K. Andrews Jr (ed.) *Homage to Mises, the First Hundred Years*, Hillsdale, MI: Hillsdale College Press. Kirzner, I.M. (1984a) 'Prices, the communication of knowledge, and the discovery process', in K.R. Leube and A.H. Zlabinger (eds) *The Political Economy of Freedom, Essays in Honor of F.A. Hayek*, Munich: Philosophia Verlag. Reprinted here as Chapter 8.

Kirzner, I.M. (1984b) 'Economic planning and the knowledge problem', *Cato Journal* 4 (2): 407–18. Reprinted here as Chapter 9.

Kirzner, I.M. (1985a) *Discovery and the Capitalist Process*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Kirzner, I.M. (1985b) 'Comment on R.N. Langlois, "From the knowledge of economics to the economics of knowledge: Fritz Machlup on methodology and on the 'Knowledge Society' " ', in W.J. Samuels (ed.) *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, Greenwich, CT: JAI Press.

Kirzner, I.M. (1987) 'Spontaneous order and the case for the free market', *Ideas on Liberty: Essays in Honor of Paul L. Poirot*, Irvington-on-Hudson, NY: Foundation for Economic Education.

Kirzner, I.M. (1989) *Discovery, Capitalism, and Distributive Justice*, Oxford: Basil Blackwell.

Knight, F.H. (1935) 'Marginal utility economics', in *The Ethics of Competition and Other Essays*, New York: Harper, Chapter v (originally published in *Encyclopedia of the Social Sciences*, 1931).

Knight, F.H. (1950) 'Introduction', in C. Menger, Principles of Economics, Glencoe, IL: Free Press.

Kohler, H. (1982) Intermediate Microeconomics, Theory and Applications, Glenview, IL: Scott, Foresman.

Komorzynski, J. von (1889) Der Werth in der isolirten Wirthschaft, Vienna: Manz.

Kregel, J.A. (1986) 'Conceptions of equilibrium: the logic of choice and the logic of production', in I.M. Kirzner (ed.) Subjectivism, Intelligibility, and Economic Understanding, Essays in Honor of Ludwig M. Lachmann on his Eightieth Birthday, New York: New York University Press.

Lachmann, L. (1973) Macroeconomic Thinking and the Market Economy, London: Institute of Economic Affairs.

Lachmann, L.M. (1976) 'From Mises to Shackle: an essay on Austrian economics and the kaleidic society', Journal of Economic Literature 14 (10), March: 54–62.

Lachmann, L. (1977) 'Austrian economics in the present crisis of economic thought', in Capital, Expectations, and the Market Process, Kansas City, KS: Sheed, Andrews & McMeel.

Lachmann, L.M. (1978) 'Carl Menger and the incomplete revolution of subjectivism', Atlantic Economic Journal 6 (3), September: 57.

Lachmann, L.M. (1986a) The Market as an Economic Process, Oxford: Basil Blackwell.

Lachmann, L.M. (1986b) 'Austrian economics under fire: the Hayek–Sraffa duel in retrospect', in W. Grassl and B. Smith (eds) Austrian Economics, Historical and Philosophical Background, New York: New York University Press.

Lange, O. (1964) 'On the economic theory of socialism', in B.E. Lippincott (ed.) On the Economic Theory of Socialism, New York: McGraw-Hill.

Lavoie, D. (1985a) *Rivalry and Central Planning: The Socialist Calculation Debate Reconsidered*, Cambridge: Cambridge University Press.

Lavoie, D. (1985b) *National Planning: What is Left?*, Cambridge, MA: Ballinger.

Leser, N. (ed.) (1986) *Die Wiener Schule der Nationalökonomie*, Vienna: Hermann Böhlau. Little, I.M.D. (1957) *A Critique of Welfare Economics*, 2nd edn, Oxford: Clarendon Press. Loasby, B.J. (1982) 'Economics of dispersed and incomplete information', in I.M. Kirzner (ed.) *Method, Process and Austrian Economics, Essays in Honor of Ludwig von Mises*, Lexington, MA: D.C. Heath.

Loasby, B.J. (1989) *The Mind and Method of the Economist, A Critical Appraisal of Major Economists in the 20th Century*, Aldershot: Edward Elgar.

Locke, J. (1937) *An Essay Concerning the True Original Extent and End of Civil Government*, New York: Appleton Century Crofts, section 27.

Machlup, F. (1963) 'Statics and dynamics: kaleidoscopic words', in *Essays in Economic Semantics*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall (originally published in *Southern Economic Journal*, October 1959).

Machlup, F. (1972) 'The universal bogey: economic man', in M. Peston and B. Corry (eds) *Essays in Honour of Lord Robbins*, London: Weidenfeld & Nicolson.

Machlup, F. (1976) 'Hayek's contribution to economics', in *Essays on Hayek*, New York: New York University Press (originally published in *Swedish Journal of Economics* 76, December 1974).

Machlup, F. (1981) 'Ludwig von Mises: the academic scholar who would not compromise', *Wirtschaftspolitischen Blätter* 4.

Machlup, F. (1982) 'Austrian economics', in D. Greenwald (ed.) *Encyclopedia of Economics*, New York: McGraw-Hill.

Mäki, U. (1990) 'Mengerian economics in realist perspective', in B. Caldwell (ed.) *Carl Menger and his Legacy in Economics*, Durham, NC: Duke University Press.

Mataja, V. (1884) Der Unternehmergewinn, Vienna.

Mayer, H. (1932) 'Der Erkenntniswert der Funktionellen Preistheorien', in H. Mayer (ed.) Die Wirtschaftstheorie der Gegenwart, Vienna.

McCulloch, J.H. (1977) 'The Austrian theory of the marginal use and of ordinal marginal utility', Zeitschrift für Nationalökonomie 3–4.

Menger, C. (1884) Die Irrthümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie, reprinted in Gesammelte Werke 3: 93.

Menger, C. (1891) 'Die Social-Theorien der classischen National-Oekonomie und die moderne Wirtschaftspolitik', reprinted in Gesammelte Werke 3: 245.

Menger, C. (1981) Principles of Economics, New York: New York University Press (originally published as Grundsätze der Volkswirtschaftslehre, Wien: Wilhelm Braumüller, 1871: translated and edited by J. Dingwall and B.F. Hoselitz, Glencoe, IL: Free Press, 1950).

Menger, C. (1985) Investigations into the Method of the Social Sciences with Special Reference to Economics, transl. F.J. Nock, New York: New York University Press (originally published as Untersuchungen über der Methode der Socialwissenschaften und der Politischen Oekonomie insbesondere, Leipzig: Duncker and Humblot, 1883; translation first published as Problems of Economics and Sociology, Urbana, IL: University of Illinois, 1963).

Menger, K. Jr (1973) 'Austrian marginalism and mathematical economics', in J.R. Hicks and Weber (eds) Carl Menger and the Austrian School of Economics, Oxford: Clarendon Press.

Meyer, R. (1887) Das Wesen des Einkommens: Eine volkswirtschaftliche Untersuchung, Berlin: Hertz.

Mises, L. von (1920) 'Economic calculation in the socialist commonwealth', translated in F.A. Hayek (ed.) (1935) Collectivist Economic Planning, London: Routledge & Kegan Paul.

Mises, L. von (1936) Socialism: An Economic and Sociological Analysis, London: Jonathan Cape (translation from the German of Die Gemeinwirtschaft, 1st edn 1922, 2nd edn 1932).

Mises, L. von (1940) Nationalökonomie, Theorie des Handelns und Wirtschaftens, Geneva: Editions Union.

Mises, L. von (1943) '“Elastic expectations” and the Austrian theory of the trade cycle', Economica 10, August: 251–2.

Mises, L. von (1960) Epistemological Problems of Economics, Princeton, NJ: Van Nostrand (translation of Grundprobleme der Nationalökonomie, 1933).

Mises, L. von (1966) Human Action, a Treatise on Economics, 3rd edn, Chicago, IL: Henry Regnery (originally published as Human Action, New Haven, CT: Yale University Press, 1949).

Mises, L. von (1969) The Historical Setting of the Austrian School of Economics, New Rochelle, NY: Arlington House.

Mises, L. von (1978) Notes and Recollections, South Holland, IL: Libertarian Press.

Mises, L. von (1980) Theory of Money and Credit, Indianapolis, IN: Liberty Classics (originally published as Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel, 1912; translated as Theory of Money and Credit, 1934; also New Haven, CT: Yale University Press, 1953).

Moss, L. (ed.) (1976) The Economics of Ludwig von Mises, Toward a Critical Reappraisal, Kansas City, KS: Sheed and Ward.

Myrdal, G. (1954) The Political Element in the Development of Economic Theory, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Nelson, R.R. (1981) 'Assessing private enterprise: an exegesis of tangled doctrine', Bell Journal of Economics 12 (1): 93–111.

Nielsen, K. (1985) *Equality and Liberty, A Defense of Radical Egalitarianism*, Totowa, NJ: Rowman & Allanheld.

Nozick, R. (1974) *Anarchy, State and Utopia*, New York: Basic Books.

O'Driscoll, G.P. Jr (1977) *Economics as a Coordination Problem, The Contributions of Friedrich A. Hayek*, Kansas City, KS: Sheed, Andrews & McMeel.

O'Driscoll, G.P. Jr (1978) 'Spontaneous order and the coordination of economic activities', in L.M. Spadaro (ed.) *New Directions in Austrian Economics*, Kansas City, KS: Sheed, Andrews & McMeel.

O'Driscoll, G.P. Jr and Rizzo, M.J. (1985) *The Economics of Time and Ignorance*, Oxford: Basil Blackwell.

Orosel, G.O. (1981) 'Faber's modern Austrian capital theory: a critical survey', *Zeitschrift für Nationalökonomie* 141–55.

Pareto, V. (1927) *Manual d'économie politique*, 2nd edn, Paris.

Parsons, T. (1934) 'The nature and significance of economics', *Quarterly Journal of Economics* May: 512.

Philippovich, E. von Philippsberg (1893) *Grundriss der Politischen Ökonomie*, Freiburg: Mohr.

Posner, R.A. (1983) 'Utilitarianism, economics and social theory', *The Economics of Justice*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Robbins, L. (1935) *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, 2nd edn, London: Macmillan (1st edn 1932).

Rothbard, M.N. (1956) 'Toward a reconstruction of utility and welfare economics', in M. Sennholz (ed.) *On Freedom and Free Enterprise*, Princeton, NJ: Van Nostrand, pp. 224– 62.

Rothbard, M.N. (1962) *Man, Economy, and State: A Treatise on Economic Principles*, Princeton, NJ: Van Nostrand.

Rothbard, M.N. (1973) *The Essential von Mises*, Bramble Minibooks.

Ruskin, J. (1934) *Unto This Last*, Oxford: Humphrey Milford, Oxford University Press. Sax, E. (1887) *Grundlegung der Theoretischen Staatswirtschaft*, Vienna: Holder.

Schultz, T.W. (1975) 'The value of the ability to deal with disequilibria', *Journal of Economic Literature* 13 (3) September: 827–46.

Schumpeter, J.A. (1908) *Das Wesen und der Hauptinhalt der Theoretischen Nationalökonomie*, Leipzig: Duncker & Humblot.

Schumpeter, J.A. (1934) *The Theory of Economic Development*, Cambridge, MA: Harvard University Press (originally published as *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*, Leipzig: Duncker & Humblot, 1912).

Schumpeter, J.A. (1950) *Capitalism, Socialism and Democracy*, 3rd edn, New York: Harper & Row.

Schumpeter, J.A. (1954) *History of Economic Analysis*, New York: Oxford University Press. Sennholz, H.F. (1978) 'Postscript', in Ludwig von Mises, *Notes and Recollections*, South Holland, IL: Libertarian Press.

Shackle, G.L.S. (1970) *Decision, Order and Time in Human Affairs*, 2nd edn, Cambridge: Cambridge University Press (originally published 1969).

Shackle, G.L.S. (1972) *Epistemics and Economics: A Critique of Economic Doctrines*, Cambridge: Cambridge University Press.

Shackle, G.L.S. (1983) 'The bounds of unknowledge', in J. Wiseman (ed.) *Beyond Positive Economics?*, London: Macmillan.

Shackle, G.L.S. (1986) 'The origination of choice', in I.M. Kirzner (ed.) *Subjectivism, Intelligibility and Economic Understanding, Essays in Honor of Ludwig M. Lachmann on his Eightieth Birthday*, New York: New York University Press.

Souter, R.W. (1933) 'The nature and significance of economic science in recent discussion', *Quarterly Journal of Economics* 47: 377.

Sowell, T. (1980) *Knowledge and Decisions*, New York: Basic Books.

Stigler, G.J. (1959) 'The politics of political economists', *Quarterly Journal of Economics*, November.

Stigler, G.J. (1982) 'The economist as preacher', in *The Economist as Preacher and other Essays*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

Stigler, G.J. (1984) 'Wealth, and possibly liberty', *The Intellectual and the Marketplace*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Streissler, E. (1969) 'Structural economic thought: on the significance of the Austrian School today', *Zeitschrift für Nationalökonomie* 29 (3–4), December: 237–66.

Streissler, E. (1972) 'To what extent was the Austrian School marginalist?', *History of Political Economy* 4 (2), Fall: 426–61.

Streissler, E. (1973) 'The Mengerian Tradition', in J.R. Hicks and W. Weber (eds) *Carl Menger and the Austrian School of Economics*, Oxford: Clarendon Press.

Streissler, E. (1986) 'Arma virumque cano. Friedrich von Wieser, the bard as economist', in Leser (ed.) *Die Wiener Schule der Nationalökonomie*, Vienna: Hermann Böhlau.

Streissler, E. (1988) 'The intellectual and political impact of the Austrian School of economics', *History of European Ideas* 92.

Streissler, E. (1990) 'Menger, Böhm-Bawerk, and Wieser: the origins of the Austrian School', in K. Hennings and W.J. Samuels (eds) Neoclassical Economic Theory, 1870 to 1930, Boston, MA: Kluwer.

Vaughn, K.I. (1976) 'Critical discussion of the four papers', in L.S. Moss (ed.) The Economics of Ludwig von Mises: Toward a Critical Reappraisal, Kansas City, KS: Sheed and Ward.

Walras, L. (1874) Eléments d'économie politique pure, Lausanne: Corbaz.

Walsh, V.C. (1970) Introduction to Contemporary Microeconomics, New York: McGraw- Hill.

White, L.H. (1984) The Methodology of the Austrian School Economists, revised edition, Auburn, AL: The Ludwig von Mises Institute of Auburn University (originally published 1977).

Wieser, F. von (1884) Ursprung des Wirtschaftlichen Wertes, Vienna: Hölder.

Wieser, F. von (1956) Natural Value, New York: Kelley (originally published as Der Natürliche Werth, Vienna: Holder, 1889, trans. as Natural Value, ed. W. Smart, London: Macmillan, 1893).

Wieser, F. von (1967) Social Economics, New York: Kelley (originally published as Theorie der Gesellschaftlichen Wirtschaft, Tübingen: J.C.B. Mohr, 1914: trans. by A.F. Hinrichs as Social Economics, New York: Adelphi; London: Allen & Unwin, 1927).

Wiseman, J.A. (1990) 'General equilibrium or market process: an evaluation', in A. Bosch, Koslowski and R. Veit (eds) General Equilibrium or Market Process, Neoclassical and Austrian Theories of Economics, Tübingen: J.C.B. Mohr, pp. 145–63.

Zuckerlandl, R. (1889) Zur Theorie des Preises, Leipzig: Stein.

Zweig, M. (1970) 'A New Left critique of economics', in D. Mermelstein (ed.) Economics: Mainstream Readings and Radical Critiques, New York: Random House.